

Arlindo Vicente e o Estado Novo

história, cultura e política

Miguel Dias Santos



(Página deixada propositadamente em branco)

R E P Ú B L I C A

I
IMPRESSA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
COIMBRA UNIVERSITY PRESS
U

COORDENAÇÃO CIENTÍFICA DA COLECÇÃO REPÚBLICA
Amadeu Carvalho Homem

COORDENAÇÃO EDITORIAL DA COLECÇÃO REPÚBLICA
Maria João Padez Ferreira de Castro

EDIÇÃO

Imprensa da Universidade de Coimbra
Rua Antero de Quental, 195 • 3000-033 Coimbra
Email: imprensauc@ci.uc.pt
URL: <http://www.imp.uc.pt>

CONCEPÇÃO GRÁFICA
António Barros

ILUSTRAÇÃO DA CAPA
Auto-retrato de Arlindo Vicente
Foto: Pedro Vicente

IMPRESSÃO E ACABAMENTO
Inova – Artes Gráficas, Porto

ISBN
972-8704-90-9

ISBN Digital
972-8704-26-0337-7

DOI
<http://dx.doi.org/10.14195/978-989-26-0337-7>

DEPÓSITO LEGAL
247165/06

OBRA PUBLICADA COM A COLABORAÇÃO DE:

2



C E I S 3 0
CENTRO DE ESTUDOS
DE HISTÓRIA DA
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

OBRA PUBLICADA COM O APOIO DE:



Oliveira do Bairro câmara municipal

FCT Fundação para a Ciência e a Tecnologia

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR Portugal

© Outubro, 2006, IMPRENSA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Arlindo Vicente e o Estado Novo

história, cultura e política

Miguel Dias Santos



(Página deixada propositadamente em branco)

*À memória do
meu pai*

PREFÁCIO

O leitor tem nas mãos um esboço, traçado com manifesta felicidade, sobre a vida e a obra de Arlindo Vicente. O seu autor, Miguel Santos, poderá reivindicar a compensação intelectual de ter realizado, segundo nos parece, o mais completo e fundamentado estudo de conjunto que até hoje se escreveu sobre a figura daquele corajoso democrata.

Não nos encontramos perante uma obra apologética; antes nos confrontamos com uma abordagem marcada pelo rigor crítico e pela mais escrupulosa metodologia historiográfica. E é precisamente através desta marca de isenção (e por causa dela) que avulta de forma tão significativa o perfil cívico, ético, profissional, intelectual e artístico de Arlindo Vicente. O insuperável embaraço de leituras militantes, ideologicamente comprometidas, à direita ou à esquerda, reside numa grelha de interpretação que opera com categorias *a priori*, das quais irrompem coloridas apoteoses ou sombrias fulminações, consoante as conveniências do momento. Mas a ponderação shakespeariana de existirem muito mais coisas no céu e na terra do que as que se encontram a operar nos limites de uma epistemologia preconceituosa é aquela que nos permite discernir, no campo da gesta histórica, entre os historiadores submetidos ao princípio da realidade e os novelistas usufrutuários do princípio do prazer. Esta terminologia, colhida de empréstimo à psicanálise, não visa empurrar para o divã qualquer historiador em concreto. Contudo, algum préstimo lhe reconhecemos, sobretudo quando o objecto das indagações se confundiu com a complexa figura de Arlindo Vicente.

O livro de Miguel Santos reforçou em nós a convicção, que já vagamente nos havia assolado, de que certas leituras até agora feitas sobre a personalidade de Arlindo Vicente pecaram quase sempre pelo gosto tão lusitano de rotular no imediato aquilo que a aparência *parece* indiciar. Uma interpretação da vida e da obra de Arlindo Vicente primordialmente deduzida do seu peculiar protagonismo nas eleições presidenciais de 1958 arrisca-se a ser deveras ingénuo e carecida de sentido. Um zoilo da historiografia ingénuo será tentado a imaginar que o envolvimento de 1958 esteve para a definição política do candidato como a matriz estética neo-realista esteve para a obra plástica de Arlindo Vicente. Ora, a verdade documentalmente sustentada por Miguel Santos permite chegar desde logo a duas conclusões cristalinas: nem a pugna presidencial nos dá a amplitude e variedade dos compromissos cívicos de Arlindo Vicente, nem o neo-realismo temático exaure a sua vocação artística. Mais: é bom que se afirme, para que fique preservada sem mutilações a individualidade do Cidadão e do Artista, que a trajectória cívica e a explicitação estética de Arlindo Vicente foram construídas em sofrido embate com as realidades nacionais e europeias do pós-guerra e em permanente questionamento com os alinhamentos e contradições da sociedade do seu tempo.

Haverá também que acrescentar uma outra reflexão, que não nos parece menor ou subalterna para a segura fixação dos traços de uma vida: Arlindo Vicente, que foi indómito advogado de perseguidos políticos, vítimas de uma ditadura provinciana mas cruel, que fez questão de ser um intemerato denunciador das humilhações e dos sofrimentos dos seus concidadãos, que num momento da vida do seu país foi o depositário de uma esperança de mutação nobremente transferida, por voluntária e lúcida avaliação, para o arreganho de Humberto Delgado, Arlindo Vicente foi tudo isto depois de ter sido, de continuar a ser e de vir a ser o fidelíssimo cultor de uma paixão omnipresente: a paixão da Arte. E talvez não tenha havido melhor espelho aferidor da trajectória individual de Arlindo Vicente, nas suas opções endógenas de português e de «cidadão do mundo», do que aquelas que subjazem às suas diacrónicas

afinidades estéticas. Por isso se nos afigura especialmente acertada e feliz a importância atribuída por Miguel Santos à evolução das coordenadas artísticas em que se moveu o seu biografado.

Por outro lado, também entendemos que o princípio do distanciamento crítico – que não o da impossível «neutralidade» – se encontra bem praticado no livro de Miguel Santos. A sociologia do conhecimento já provou, desde há muito, que nenhum autor é «neutral» a escrever. Quem escreve, parte para o acto da escrita com um conjunto de servidões inevitáveis, de base ideológica, as quais incorporam a magnitude de uma formação prévia e até o acervo de um léxico intransmissível. Assim, é saudável que o escritor aceite com humildade a sua condição de indagador precário e não se aliene ao mito das pretensas verdades absolutas. Para mal da História e dos historiadores, sobejam hoje os «teólogos de Clio», atulhados de certezas balofas e de intocáveis conclusões. Volitam nos céus da arrogância e orgulham-se de serem os arautos de uma «Ciência» acabada, entendível apenas em círculos iniciáticos. A pretensão de «neutralidade» anda invariavelmente associada a esta liturgia axiomática. É recomendável que se fuja o mais que se puder desta casta de «historiadores-cientistas». Em nossa opinião, é sempre preferível o «historiador-artista», metodicamente duvidoso, praticante de um rigor que não desdenha a intuição e de um esforço de objectividade que não enjeita a quase inevitável superação futura das avaliações presentes. A Arte, para nós, é isto mesmo: uma organização peculiar de formas, sons, cores, palavras, sensações e vivências, através das quais se persegue a demanda prometeica que nos conduz mais perto do Fogo e nos agrilhoa, logo de seguida, à rocha agreste da punição. Tal castigo não é mais do que a comprovação do nosso indómito desejo de conhecer, ao qual se associa o reconhecimento da debilidade com que abraçamos o desafio da cognoscibilidade. Ora, a obra de Miguel Santos prima por um relativismo de abordagem que julgamos estar em perfeita harmonia com a figura de Arlindo Vicente. Dir-se-á que a intrepidez com que este desafiou os poderes do Estado Novo é a comprovação de um espírito ousado, decidido a romper a casca da

dúvida e da timidez. É certo que sim. A sua face prometeica, no que ela tem de mais positivo, revelou-se no desafio lançado ao céu cinzento dos tiranetes de cordel que lhe foram coevos. E a punição carcerária, que acabou por lhe ser imposta, não foi sentida, à maneira de Prometeu, como o castigo infligido pela Divindade ao Homem, mas antes como o puro arbítrio dos títeres que ilegítimamente se haviam apossado da Cidade e tripudiado sobre a Cidadania. Não é neste plano, portanto, que surpreendemos a verdade frágil e relativa do drama existencial de Arlindo Vicente. Este surge-nos na dilaceração agonística, na luta que teve de travar o Cidadão agarrado às ferramentas da profissão de advogado, profissão sentida como simples modo de vida (eventualmente sublimada na ética de serviço com que defendeu os perseguidos pela política do tempo). Tal exercício pragmático de sobrevivência contrariou sofredamente o apelo omnímido, endógeno, encantatório, do Belo artístico. Foi esta a cisão que, a nosso ver, se projectou no mais íntimo e no mais fundo da sua identidade. O livro de Miguel Santos é um valioso contributo para a dilucidação deste conflito. Um conflito que é visível nas entrelinhas de uma fina exegese, tão fina e evanescente como a transitória beleza das coisas que a vocação artística pretende coalhar em cada linha, em cada cor, em cada tela, no seu esfíngico e sempre inacabado desejo de Eternidade.

Amadeu Carvalho Homem

(Página deixada propositadamente em branco)

SUMÁRIO

| | |
|---|-----|
| Apresentação | 11 |
| Nota Prévía..... | 13 |
| Introdução | 15 |
| | |
| Capítulo I – Os Anos da Formação..... | 21 |
| 1. A família. Aveiro..... | 21 |
| 2. A Universidade | 33 |
| | |
| Capítulo II – O pintor da natureza humana | 55 |
| 1. Arlindo Vicente e a arte moderna | 55 |
| 2. Entre o modernismo e a vanguarda | 67 |
| 3. Arlindo Vicente e a «Política do Espírito» | 85 |
| 3.1 Anticomunismo e nacionalismo: no semanário <i>Acção</i> | 90 |
| 3.2 A Exposição do Mundo Português | 98 |
| | |
| Capítulo III – Um político romântico e idealista | 109 |
| 1. A Oposição dos Intelectuais e dos Advogados | 109 |
| 2. As eleições legislativas de 1957 | 121 |
| 3. A eleição presidencial de 1958..... | 129 |
| 3.1. O processo político..... | 129 |
| 3.2. A retórica eleitoral | 144 |
| 3.3 A dinâmica eleitoral..... | 157 |

| | |
|--|-----|
| 3.4 As eleições nas colónias | 179 |
| 3.5 O «Pacto de Cacilhas» | 185 |
| 4. Do Movimento Nacional Independente à Liderança..... | 199 |
| | |
| Capítulo IV – Nos calabouços da ditadura..... | 215 |
| 1. O Cárcere | 215 |
| 2. O julgamento | 227 |
| 3. Cumprir o Destino | 243 |
| | |
| Conclusão | 249 |
| Fontes e Bibliografia..... | 255 |
| Arquivo | 255 |
| Testemunhos orais | 256 |
| Periódicos | 256 |
| Fontes Impressas e Memórias | 257 |
| Anexos | 265 |
| Índice Analítico | 301 |
| Índice Onomástico | 307 |

APRESENTAÇÃO

Cumprir-se-ão em 2010, precisamente no dia 5 de Outubro, cem anos de regime republicano em Portugal. Embora nem sempre tenha sido salvaguardada, neste século decorrido, a versão democrática do republicanismo, a verdade é que os valores proclamados desde os tempos da propaganda têm perdurado numa boa parte da sua vigência.

Quando um regime como este ostenta a garantia de uma duração secular e preside à evolução da sociedade portuguesa até ao nosso presente, bem poderemos dizer que ele constitui uma parte indissociável da alma da Grei.

A colecção REPÚBLICA, publicada sob o patrocínio da Imprensa da Universidade de Coimbra e sob a minha coordenação científica, não tem outro propósito senão o de trazer ao conhecimento dos leitores os principais protagonistas desta caminhada histórica, os momentos mais relevantes do percurso já cumprido, e até os dilemas e as perplexidades com que o regime republicano se confrontou.

A intenção que nos anima não se confunde com um simples desejo comemorativo. Não se trata tanto de louvar a República, mas mais de a interpelar e problematizar, norteando-nos pelo mote que faz equivaler o elogio histórico às mais rigorosas palavras de justiça.

O âmbito cronológico das obras a publicar não se restringe ao período da primeira institucionalização do regime republicano. Queremos referi-lo à génese da sua propaganda sistemática, a qual se reporta aos anos 70 de Oitocentos, ampliando-o desde aí até à actualidade – ou, pelo menos, até uma «actualidade»

que confira ao escritor a distância reclamada pela atenuação de subjectivismos ou de compromissos sectários, tantas vezes comprometedores da isenção. O apelo a estes valores não significa que perfilhemos o mito de uma história «neutra», para a qual tanto apelam aqueles que se servem dessa pretensa «neutralidade» nos mesmos termos em que os companheiros de Aquiles e Ulisses apelaram para certo cavalo de pau, por eles introduzido em Tróia... Queremos significar, numa palavra, que travaremos esta peleja sem preconceitos, embora com a intenção de ganhar para o regime republicano a cívica gratidão que lhe é devida, por cem anos ao serviço da nossa existência colectiva.

Amadeu Carvalho Homem

NOTA PRÉVIA

O livro que agora se apresenta ao público é o resultado de muitas vontades e contributos de pessoas e instituições. Quero agradecer ao Professor Doutor Amadeu Carvalho Homem, ao mestre e amigo, todos os ensinamentos que resultam do seu magistério excepcional, como historiador, pedagogo e cidadão. Tenho naturalmente que agradecer profundamente à família de Arlindo Vicente pelo entusiasmo com que acarinhou o projecto. Agradeço particularmente ao Professor Doutor António Pedro Vicente, que prontamente pôs à minha disposição todo o arquivo que possuía sobre Arlindo Vicente; pela leitura crítica do original do livro e, muito especialmente, a amizade que me tem tributado. Ao nível das instituições devo recordar o Ministério da Educação, que me atribuiu uma licença sabática, permitindo assim a realização do essencial da investigação; a Sociedade Nacional de Belas Artes, na pessoa do senhor António Silva. No plano pessoal tenho que lembrar a Dr.^a Isabel Luciano, assessora do CEIS/20, e o Doutor Silas Granjo, presidente da Comissão Promotora do Centenário de Arlindo Vicente. Um sincero agradecimento aos amigos, em especial ao António Maduro, ao José Dinis e ao João Luís; e à Madalena, que para além da paciência dá um sentido ao meu esforço de vida. Um agradecimento final à Imprensa da Universidade de Coimbra por acolher a colecção *República* e este livro em particular, contribuindo com o seu prestígio para a recuperação da memória do artista e político Arlindo Vicente.

(Página deixada propositadamente em branco)

INTRODUÇÃO

Este livro não é uma biografia clássica e não obedece a um qualquer propósito laudatório ou comemoracionista. Apesar de tudo, as escolhas biográficas do historiador só raramente são inócuas. Organizador da memória por excelência, este participa muitas vezes no tributo colectivo prestado na celebração das suas mais conspícuas personalidades, mesmo quando não procede intencionalmente. O percurso das figuras históricas mais proeminentes exprime-se em gestos largos e determinantes que a narrativa histórica, longe de pretender esconder, faz solevar da penumbra do tempo.

Neste caso, traz-se ao público, especializado ou simples curioso das coisas da história, a vida e a obra de um artista plástico que acabou por se destacar como candidato a presidente da república. A aparente bizarría teve lugar num período da história de Portugal em que poucos se prestavam a actos de heroísmo, numa época em que os adversários políticos recebiam o apodativo de inimigos da nação.

Mas não se espere encontrar aqui a narrativa histórica de um indivíduo, apesar de o indivíduo estar sempre presente. É antes de mais a história de um homem e das relações que este estabelece com a sua época e, *ipso facto*, o livro também poderia chamar-se *Arlindo Vicente e o seu tempo*¹. O papel dos actores

¹ Sobre Arlindo Vicente leia-se António Pedro Vicente, «Arlindo Vicente. O Homem e o Político», *Revista de História das Ideias*, vol. 17, Coimbra, Faculdade de Letras, 1995; Idem, «Arlindo Vicente – um retrato», *História*, Ano XVII (Nova Série), n.º 5, Fevereiro 1995; Idem, «Pacto entre Arlindo Vicente e Humberto Delgado (1958)», *História*, Ano XVII (Nova Série), n.º 5, Fevereiro 1995; Filipa Vicente, «Arlindo Vicente. O Pintor e a sua Obra», *Revista de História das Ideias*, vol. 17, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1995.

na história, apesar das interferências do subjectivo, não pode desligar-se das determinantes objectivas impostas pela realidade exógena.

A escolha do título, *Arlindo Vicente e o Estado Novo*, resulta do conjunto de coerências detectadas no percurso do artista e político aveirense. Com efeito, Vicente chegou à universidade em 1926, no ano em que rebentou o movimento militar de 28 de Maio. A sua consciência política formar-se-ia, pois, no contexto de afirmação das soluções fascistas e autoritárias e, em Portugal, da resistência republicana que então se esboçou, alimentando uma atmosfera política que haveria de condicionar o seu espírito. Já o seu desaparecimento do mundo dos vivos ocorreu em 1977, quando ainda se percebiam os últimos vagidos da ditadura. Exceptuando a fase da juventude, muito marcada pelas tensões republicanas, a vida de Arlindo acabaria, pois, intensamente sobredeterminada pela realidade histórica gizada em torno da Ditadura Militar e do Estado Novo e pelas opções que então conscientemente abraçou.

Apesar de uma prolífica actividade profissional e política, Arlindo Vicente foi visceralmente artista. Contudo, não se cumpriu como artista, pois quis o destino desviá-lo das realizações espirituais que a sua sensibilidade reclamava, compelindo-o para os combates mundanos que a época entretanto decretou. Como escreveu Ferreira de Castro, no catálogo da exposição de Arlindo, ocorrida em 1970, a marcar o seu regresso às lides artísticas, «Eis um grande pintor que é bem o símbolo dos artistas obrigados a sacrificar a extensão da sua obra à conquista desse pão quotidiano que lhes sabe a fel e lhes envenena o sonho»².

Arlindo Vicente esteve na iminência de passar ao lado da história, apesar da sua faceta de pintor ser conhecida nos meios artísticos e culturais. A sua aparição como figura pública, na esteira do próprio Humberto Delgado, constituiu o resultado, impensado até para o próprio, da dinâmica revelada pelas oposições na candidatura presidencial de 1958. Aparentemente, e aqui mergulhamos nas águas turvas da especulação, o pintor aveirense dificilmente encontraria uma

² Catálogo *Desenho e Pintura de Arlindo Vicente*, Sociedade Nacional de Belas Artes, Junho de 1970.

conjugação de factores que o levassem a assumir um protagonismo político que a sua própria personalidade dava como improvável. Com efeito, um amigo de tertúlias afirmaria anos mais tarde ter ficado «um pouco surpreendido ao tempo, pois julgava-o apolítico»³.

Não obstante o seu carácter meteórico, a actividade política de Arlindo Vicente revestiu-se de grande intensidade, alimentada por um idealismo cultivado desde os bancos da escola. Paradoxalmente, a história e a memória recentes arremessaram para um certo ostracismo o contributo de Vicente na luta contra o Estado Novo. As primeiras hipóteses explicativas, delineadas em tempos mais recentes, consideram três possibilidades explicativas: o peso ideológico do apoio comunista na campanha de 1958; a sua aparição fugaz e acidental na vida pública, longe do «espectáculo mediático» de outras figuras; ou, finalmente, o protagonismo mitificado de Humberto Delgado, a terminar numa morte aparentemente heróica e apoteótica⁴.

Não é escopo deste livro fazer luz sobre tais hipóteses explicativas, até porque nele a história acaba quando começa a memória. Ainda assim, consideramos que a sua leitura pode reforçar a asserção de que este fenómeno de esquecimento só podia operar-se pelos reflexos ideológicos destas condicionantes, e pela sua projecção posterior ao 25 de Abril.

A história da oposição ao Estado Novo vai sendo construída a partir da análise de estruturas, movimentos e organizações formais ou informais, mas são escassas as análises de percurso individual. Já recentemente, a figura de Humberto Delgado foi alvo de uma obra colectiva que acabou por reforçar a sua importância na dinâmica oposicionista e no próprio colapso do Estado Novo⁵.

³ João Patrício, «O meu amigo Arlindo Vicente e o Passado que Ficou», *Correio da Manhã*, 28.10.1990.

⁴ Cfr. Luís Reis Torgal, «Apresentação», *Arlindo Vicente, Catálogo da Exposição*, Casa da Cultura da Câmara Municipal de Coimbra 28 de Abril – 14 de Maio de 1995 e Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1995, p. 4.

⁵ Veja-se Iva Delgado, (coord.), *Humberto Delgado – As Eleições de 1958*, Lisboa, Vega, 1998.

Outras figuras de indiscutível mérito têm atraído os investigadores e os leitores, não só pelas suas virtudes pessoais mas igualmente pela sua invulgar longevidade política. Álvaro Cunhal ou Mário Soares, este último ainda vivo, entraram já para a galeria das destacadas figuras do século XX português e para uma certa hagiografia dos tempos modernos. E, finalmente, a figura largamente controversa de Oliveira Salazar, o homem que conduziu os destinos do país durante cerca de quatro décadas e que continua a exercer um certo fascínio entre largos sectores da sociedade portuguesa, tem justificado inúmeras publicações.

O caso de Arlindo Vicente, como tantos outros, é substancialmente diferente. Artista por paixão e vocação, advogado por necessidade, a política surge ditada por imposições de uma consciência atormentada pela agonia colectiva em que mergulhara o país. Em irmandade política com a intelectualidade que apoiou o MUD, em 1945, havia de subscrever a ideia aqui transformada em aforismo de que «só um povo livre pode gerar uma cultura». Foi este desígnio sócio-cultural que impeliu intelectuais e artistas para a contenda política, inibidos por uma autocensura que impunha severos limites aos arroubos da criatividade.

A verdadeira grandeza deste despertar de uma consciência acabrunhada encontrou expressão musical no verso de um Orfeu igualmente angustiado, Sérgio Godinho, quando este perguntava: como «pode alguém ser livre quando outro alguém não é»? Por isso, o envolvimento político de Arlindo Vicente não será verdadeiramente inteligível se for desligado desta componente de solidariedade social e da sua dimensão axiológica e subjectiva.

O estudo das relações de Arlindo Vicente com o Estado Novo poderá, ainda, contribuir para uma reflexão mais actualizada sobre o relacionamento das elites intelectuais e artísticas com a ditadura salazarista. A sua proximidade episódica e contextualizada com algumas realizações do Estado Novo não deve ser interpretada como aceitação do regime, ainda que muitos artistas o tenham, naturalmente, feito. Mas ela expõe, sem lirismos interpretativos, a diversidade e a legitimidade das relações que se estabeleceram entre a intelectualidade,

incluindo muitos artistas plásticos, e o regime salazarista, imbuído de intuítos estéticos e ideológicos que seduziram muitos espíritos modernos.

Longe da paixão ideológica, tais afirmações não causam surpresa. Uma existência longamente preenchida, como é a de um artista plástico, raramente assume a coerência e a beleza de uma racionalidade geométrica. As coerências servem acima de tudo o interesse do historiador. Quando existem, cumpre-lhe identificá-las e dar-lhe inteligibilidade. Mas deve evitar a tentação de reduzir uma vida intensa às escolhas apaixonadas e comprometidas com outros interesses que não os da simples compreensão. Por vezes enigmática ou nebulosa, outras vezes cristalina e imaculada, a vida de um artista desenrola-se no quadro de uma fecundidade que só é comparável aos arrebatamentos inspiradores das suas almas. Por isso, Arlindo Vicente surgirá neste livro como o epítome das gerações que depois da II Guerra Mundial criaram condições para o progressivo definhamento do regime salazarista.

Miguel Torga, que se cruzou com Arlindo Vicente em algumas cumplicidades estéticas de Coimbra, de que resultou o retrato do poeta feito pelo artista, escreveu no prefácio ao seu livro autobiográfico, *A Criação do Mundo*, que «todos nós criamos o mundo à nossa medida» e que «há tantos mundos como criaturas». Em certa medida, a narrativa histórica irá conduzir-nos, neste livro, pelo mundo de Arlindo Vicente, com as suas paixões, frustrações e anseios; pelas coordenadas da sua inteligência do mundo e da luta que travou por um conjunto de valores e ideais.

Se é o mundo de Vicente que perscrutamos, logo outro mundo se insurge, visível ou dissimulado, mas omnipresente. É o mundo de Oliveira Salazar, disposto a abarcar e a integrar Portugal numa toada totalitária. Um mundo que corresponde a uma dada concepção de sociedade que este impôs ao país investido no seu messianismo congénito, estabelecido com a cumplicidade espiritual de Cerejeira.

São, portanto, dois mundos antagónicos os que vão cruzar-se, duas concepções em confronto. A primeira representa o passado, a imobilidade

social, a desigualdade, alicerçada sob os valores da tradição e de uma civilização cristã adulterada e aviltada pelas exigências da potestade. É uma visão totalitária da vida. A segunda representa o futuro, o progresso, a igualdade crescente e pretende escorar-se aos ombros da tolerância, da liberdade e da democracia. No mundo de Salazar não há lugar para o sonho, reina a submissão, a resignação e o medo. No mundo de Vicente, irreverente e um tanto iconoclasta, revela-se a pujança de um humanismo que é imanente ao sentido da própria vida.

CAPÍTULO I – OS ANOS DA FORMAÇÃO

«Aprendi a amar a liberdade»

(Arlindo Vicente)

1. A FAMÍLIA. AVEIRO

Corria o ano de 1906. Portugal consumia-se em lutas político-partidárias que lentamente iam fazendo desmoronar o sistema rotativo e começava a parecer ingovernável. D. Carlos chamaria ao poder João Franco e a «quadrilha política» do partido regenerador-liberal para pôr uma ordem na casa. Mas a decadência do trono parecia já irreversível, com o governo musculado de Franco a estimular os ódios políticos e a provocar o assassinato do rei e, mais tarde, a queda da monarquia.

Longe da «Roma» política, o país continuava a sua vida pacata, aparentemente alheio às convulsões protagonizadas pelos senhores do destino comum. As dificuldades económicas e financeiras constituíam um fardo que a herança partilhava de geração em geração. Muitas vezes, apenas a emigração oferecia uma luz de esperança a um destino que se previa amargo e esforçado.

Arlindo Augusto Pires Vicente nasceu a 5 de Março na pequena localidade do Troviscal, situada entre Oliveira do Bairro e Aveiro, aldeia onde habitavam pouco mais de 1300 pessoas⁶. Vicente era o terceiro dos cinco filhos que constituíam a prole de «modestos lavradores», Manuel António dos Santos Vicente e Amélia

da Silva Pires Vicente. O pai pertencia a uma família de pequenos exploradores agrícolas, numa região e num país de predominância rural, onde a pequena propriedade se revelava muitas vezes insuficiente para alimentar um agregado ou assegurar um futuro desafogado à sua descendência⁷.

Muitas famílias viam-se forçadas, por isso mesmo, à acumulação com o trabalho assalariado ou, em alternativa, à emigração. O Brasil, e em geral a América do Sul, assomava como destino mais procurado, sendo para a ex-colónia que rumariam os noventa e três por cento dos portugueses que emigraram entre 1891 e 1900⁸. Manuel Vicente foi um deles. No regresso da antiga «Vera Cruz», Manuel Vicente trouxe consigo um pecúlio que lhe permitiu investir em propriedades, a juntar a outras que entretanto recebera como herança.

Já sua mãe pertencia a uma «família mais intelectualizada»⁹ que incluía profissões do sector terciário. O irmão de Amélia Vicente era ao tempo farmacêutico, cultivando nas horas vagas a arte de pintar e desenhar. Foi sob a influência deste tio que Arlindo desenvolveu o gosto pelas cores e pelas formas, como ele próprio lembrará mais tarde: «A pintura tem-me acompanhado desde criança. Nasci assim apaixonado pelas cores. Meu tio materno, que faleceu relativamente novo com a profissão de farmacêutico, era um homem muito dotado em qualidades de desenhador e pintor»¹⁰.

Esta sedução prematura, este enlevo, pelo universo das artes plásticas, para além da influência familiar, sugere todavia a emergência de um destino que cedo se mostra nas emanções duma vocação instintiva. O seu espírito pueril, guiado por um olhar ainda ingénuo, espanta-se perante a realidade sensível

⁶ Em 1900, o Troviscal possuía 301 fogos e 1249 habitantes; em 1911, os 315 fogos eram ocupados por 1439 indivíduos. Cfr. Américo Costa, *Dicionário Corográfico de Portugal Continental e Insular*, vol. XI, Lisboa, p. 833.

⁷ No distrito de Aveiro havia, em meados do século XIX, 20.850 proprietários e 17.246 jornaleiros. Cfr. Rebelo da Silva, *Compendio de Economia Rural*, 2ª ed., Lisboa, Imprensa Nacional, 1884, pp. 38-39.

⁸ Cfr. Joel Serrão, *A Emigração Portuguesa. Sondagem Histórica*, 2ª ed., Lisboa, Livros Horizonte, 1974, p. 43.

⁹ Arlindo Vicente, «Carta ao Juiz Corregedor do 1º Juízo Criminal de Lisboa», ANTT, PIDE/DGS, Arlindo Vicente, *Processo n.º 953/62*, vol. 2, fl. 120.

¹⁰ Entrevista de Arlindo Vicente, *Flama*, ano XXXI, n.º 1373, 28.06.1974, p. 19.

dos objectos do quotidiano, dos gestos vivazes e repetidos, protagonizados pelas gentes da sua aldeia, o povo que constituirá o tema predilecto do seu estro. Desta ínsita vocação nos dá conta a sua passagem pelos bancos da escola primária, onde «começou a desenhar antes de soletrar», instigado pelo seu professor¹¹. As experiências com que vai apreendendo os mistérios da plasticidade dos materiais e dos objectos teriam continuidade na escola primária: «Aos sete anos já desenhava. Aos 8, ou 9, iniciava-se, imitando os canteiros da aldeia, nos mistérios da escultura»¹².

A paixão pelas formas e pelas cores foi-se assim esboçando durante os primeiros anos de infância, burilada por via de um apelo inato da sensibilidade e dos sentidos, desejosos de uma intensa actividade criadora. No Liceu de Aveiro continuará as suas experiências plásticas na escultura e pintura. Ainda assim, os ensinamentos escolares pouco contribuíram para o desenvolvimento das suas aptidões. Em entrevista dada em Coimbra a António Lopes Ribeiro, em 1932, cintilando já ao lado dos ilustres membros da *Presença*, o jovem estudante recordava em tom muito crítico a incapacidade dos seus mestres liceais para elevar o ensino artístico: «A mediocridade de cultura artística do nosso público provém também da forma como é ministrado o ensino nos Liceus. Aquilo a que nos programas se chama «desenho» é leccionado pelos mais insuficientes processos e muitas vezes pelos menos hábeis professores. O aluno não sai com qualquer noção de beleza, com qualquer perfeição espiritual. Muito latim, muita história – e muito desprezo por esses loucos que são os artistas. A arte, não tem, para eles, senão um sentido histórico»¹³.

Mas não se limitava à crítica o jovem artista plástico. Deixava sugestões metodológicas inovadoras com que se podiam derrubar, em sua opinião, as barreiras dessa «mediocridade cultural»: «Se o desenho chamado geométrico, de base essencialmente matemática, fosse feito junto da respectiva cadeira de

¹¹ Entrevista de Arlindo Vicente, *Diário de Lisboa*, ano 50, n.º 17041, 31.05.1970, p. 15.

¹² *Ler, Jornal de Letras, Artes e Ciências*, n.º 8, Nov. 1952, p. 16.

¹³ *O Notícias Ilustrado*, n.º 204, 8.05.1932, p. 22.

matemática, e se o ensinamento da história da arte fosse orientado por pessoas com possibilidades, os alunos aprenderiam, ao menos, aquilo que é possível aprender. Aprenderiam a distinguir uma jarra feia duma jarra bonita, e até, certamente, um bom quadro dum mau quadro»¹⁴.

Apesar de todas as deficiências curriculares, Arlindo evidenciou uma invulgar mestria, confirmada pela classificação de vinte atribuída pelo professor de Desenho, em 1923¹⁵, e que lhe terá valido a primeira «encomenda oficial» feita pelo reitor e consagrado latinista, José Pereira Tavares¹⁶, um retrato de Vasco da Gama, patrono do Liceu da cidade¹⁷. Os seus «predicados artísticos» eram então objecto de magna admiração entre os seus confrades liceais: «Arlindo Vicente ganhara entre condiscípulos e jovens amigos, e entre os próprios mestres um singularizador prestígio pelos seus natos predicados artísticos – dotes aliás, evidenciados sem estímulos docentes de orientação, capazes e propulsores»¹⁸.

Confirma-se, assim, que Arlindo Vicente se realizaria artista sem mestres – pois mesmo que os quisesse eles não existiam – apenas com a inquebrantável tenacidade do espírito e da vontade: «Nunca teve mestres de desenho. Nunca teve mestres de pintura. Fez-se sozinho, com persistência rara, num esforço obstinado e confiante. Sozinho, desencantou livros, interrogou quadros

¹⁴ *Ibidem*.

¹⁵ Cfr. Arquivo Pessoal de António Pedro Vicente, *Caderno Escolar do Aluno Arlindo Augusto Pires Vicente*, p. 20. O Caderno escolar confirma que, apesar da irregularidade, as melhores classificações de Arlindo se registaram nesta disciplina.

¹⁶ José Pereira Tavares nasceu em Pinheiro da Bemposta (Oliveira de Azeméis) em 1887, tendo frequentado o curso do Magistério Secundário do 1º Grupo (Português e Latim) pelo curso Superior de Letras. Foi professor liceal em Viseu (1916) e Aveiro, de cujo liceu foi reitor, primeiro como interino, depois como efectivo (1940-1955). Autor de vasta obra nos domínios da poesia, prosa, história da literatura e língua latina, especialmente *Como se devem ler os Clássicos* (1941), e várias edições escolares de autores clássicos, como *Fábulas* de Fedro, *De Bello Gálico*, de César, e a *Eneida*, de Virgílio. Foi sócio correspondente do Instituto, de Coimbra, e fundou, em 1926, com o professor Álvaro Sampaio, a revista *Labor* que se publicou até 1940 (reapareceu em 1951) e mais tarde a revista *Arquivo do Distrito de Aveiro*.

¹⁷ Cfr. Entrevista de Arlindo Vicente, *A Capital*, ano III (2ª série), n.º 816, 01.06.1970, p. 9. Eduardo Cerqueira, seu amigo de infância, refere, pelo contrário, que foi o retrato de Vasco da Gama que valeu a Arlindo a classificação de vinte valores. Veja-se, Eduardo Cerqueira, «Evocação dorida de Arlindo Vicente», *Litoral*, Ano XXIV, n.º 1186, 2.12.1977, p. 3.

¹⁸ Eduardo Cerqueira, *Ibidem*.

de mestres, descobriu técnicas e os segredos do ofício»¹⁹. O autodidactismo de Arlindo Vicente será um dos traços definidores do seu perfil de artista.

Ao lado de um universo juvenil muito marcado pela sensibilidade artística, os tempos passados em Aveiro e no Troviscal acabariam por revelar outras facetas da personalidade de Arlindo, facetas que o Homem e o Artista saberiam cultivar com esmero pela vida fora. Entre essas facetas, reveladoras da genuinidade e da humildade dos ambientes em que foram geradas, ressalte-se a elevada generosidade do seu espírito, qualidade que fraternizava e rivalizava com uma assinalável capacidade de liderança. Eduardo Cerqueira evoca assim estes tempos de aprendizagem e formação, em que Arlindo se afirmava como «chefe de fila»: «Era, por espontaneidade e afoiteza, irreprimível, e com a limpidez da água que brota da nascente, o primeiro e o que mais se expunha, o mais intrépido e generosamente decidido, o que nos inspirava, de par com o afecto, a confiada segurança de um arrimo sólido»²⁰.

No Troviscal, Arlindo Vicente partilhará da admiração votada pelos seus conterrâneos ao professor primário, José de Oliveira Pinto de Sousa, que cometeu a proeza de erigir uma banda musical no mesmo ano em que Lisboa impunha a República ao país por telégrafo. Este agrupamento musical estará no centro de uma tensão político-social que opôs os progressistas do Troviscal aos segmentos mais conservadores, especialmente o elemento monárquico-clerical²¹. Esta tensão poderá apresentar-se como um interessante microcosmos da conflitualidade política que caracterizou a vigência da I República desde a sua aurora até 1926.

Mas não nos adiantemos. Arlindo Vicente nasceu numa aldeia que alardeava o seu espírito progressista, vista na região «como antigo e firme baluarte da República»²². Os sectores progressistas do Troviscal afirmavam-se defensores

¹⁹ *Ler, Jornal de Letras, Artes e Ciências*, n.º 8, Nov. 1952, p. 16.

²⁰ Eduardo Cerqueira, *art. cit.*

²¹ Sobre o nascimento da banda do Troviscal e o ambiente político da aldeia e da região, veja-se o trabalho de Maria Leocádia Pato, *Rio da Memória. A Banda do Troviscal*, Oliveira do Bairro, Câmara Municipal, 1997.

²² *Alma Popular*, Ano 3, n.º 108, 2.12.1922, p. 2.

dos valores republicanos, cultivando um republicanismo que na linguagem dos politólogos de antanho se queria «radical», sob a autoridade tutelar de Afonso Costa e do Partido Democrático. No pequeno meio de Oliveira do Bairro, os republicanos combatiam a predominância clerical com o mesmo viço que noutras regiões do país, defendendo a matriz republicana de uma sociedade laica e progressista, contra as investidas conservadoras²³. O ambiente político do Troviscal será, como noutras regiões, ensombrado pelo mesmo conflito de valores e de ideologias, especialmente as guerras religiosas que marcaram esses tempos conturbados em Portugal²⁴.

Os símbolos desse conflito eram, entre outros, o professor primário e o padre. No Troviscal pontificavam os professores José de Oliveira e Adelino Augusto de Macedo. Com fortes ligações à República – o primeiro fora mesmo membro do Partido Republicano Português²⁵ – representavam o espírito progressista do republicanismo e, como mestres das primeiras letras, evocavam o utopismo iluminista da redenção secular. A sua acção filantrópica irradiava sobre os espíritos simples do povo num propósito altruista, subtraindo-o às trevas e à ignorância, procurando assim edificar uma cultura de cidadania que servisse o bom governo da *res publica*.

A resistência conservadora exprimia-se aqui, como no resto do país, no cenho contraído do clero e de alguns monárquicos. Destacavam-se os padres João da Silva Gomes, do Troviscal, e na região circundante os padres Abel, Joaquim Ferreira Maneta, António Vieira, Manuel Vieira, Francisco Massadas, Serafim Dias Ferreira e o cónego José Bernardino²⁶. A resistência às leis secularizadoras do novo regime encontrou no segmento monárquico-clerical da região um adversário de respeito, muito empenhado em diabolizar as leis libertadoras e os réprobos progressistas. Para além de antros de conspiração anti-

²³ Cfr. *Ibidem*, 19.03.1921, p. 2.

²⁴ Sobre este assunto, veja-se Maria Lúcia de Brito Moura, *A Guerra Religiosa na Primeira República*, Lisboa, Editorial Notícias, 2004.

²⁵ Cfr. Maria Leocádia Pato, *ob. cit.*, p. 135.

²⁶ Sobre o ambiente político da época, veja-se Maria Leocádia Pato, *ob. cit.*, pp. 78 ss.

republicana²⁷, favoráveis aos manejos conspirativos dos emigrados da Galiza e do seu «comandante» Paiva Couceiro, os membros do clero combatiam efusivamente a influência moral dos novos apóstolos da modernidade liberal. Na igreja do Troviscal, o padre João da Silva Gomes questionava os predicados morais dos professores sempre que a ocasião se oferecia, como aconteceu em 1921, acusando-os de «faltar ao dever» quando recusaram incorporar-se no cortejo de recepção ao bispo de Coimbra, D. Manuel Luís Coelho da Silva²⁸.

O imaginário político de Arlindo Vicente foi, como se constata, muito marcado pela intensa luta político-partidária e ideológica que se vivia no Troviscal e Oliveira do Bairro. Ainda assim, o seu espírito juvenil, ávido de saberes e exemplos de virtude, acabaria, apesar da educação católica, por render-se aos ensinamentos dos mestres escolares. Arlindo teria desafortunado ensejo de visitar as memórias desses ensinamentos num exercício laudatório a que sofridamente foi obrigado na prematura morte do professor Adelino Macedo: «Dispersos há um ano, mas juntos agora no mesmo ideal de trabalho, nós queremos agradecer-lhe o exemplo. Aprendemos com ele!... Pregou-nos, ainda crianças, o sentimento da independência adentro do respeito da vontade alheia. Indicou-nos os primeiros clarões da vida e desanuviou-nos o espírito dos últimos fantasmas da escuridão»²⁹.

A família Vicente, através desta nova geração, apresentava-se como construção da escola republicana, pela valorização dos saberes emancipadores, concepção herdada do utopismo iluminista, e dos valores inscritos na dogmática republicana de uma ética da cidadania. Os filhos de Manuel Vicente, agora estudantes universitários, estavam entre os primeiros filhos deste liberalismo republicano e da sua moral laicizada. António Vicente, então a estudar medicina, elogiava Adelino Macedo como «modelo inexaurível de virtudes cívicas»; Alberto Vicente, por sua vez, admirava o mestre «exemplar» e o cidadão

²⁷ Cfr. *Ibidem*.

²⁸ *Alma Popular*, Ano 3, n.º 63, 19.03.1921, p. 2.

²⁹ «O nosso mestre», *Alma Popular*, ano 10, n.º 239, 03.02. 1928, p. 2.

«recto e probo» e a sua especial tolerância ideológica que o faziam respeitado por toda a comunidade³⁰.

A escola laica e republicana, cultivando a matriz liberal dos direitos e liberdades individuais, pelo menos na acção dos docentes do Troviscal, marcou, pois, intensamente, os anos de aprendizagem de Arlindo Vicente, que cultivará com os seus mestres a tolerância para com a diversidade de credos, ao lado da recusa imperturbável de todos os dogmas e superstições. A sua fé no idealismo republicano, que o acompanhará pela vida fora, pode conceber-se como resultado da influência tutelar destes espíritos progressistas e desta ambiência fortemente politizada.

Foi, aliás, neste ambiente político intenso e exacerbado que o professor José de Oliveira construiu a sua Banda, ela própria roubada ao domínio da sensibilidade artística pura para ser colocada no centro das paixões político-partidárias, animando as mais buliçosas confrontações entre católicos e progressistas. Fosse pelas notas de uma musicalidade politicamente orquestrada, em que a Banda surgia como uma espécie de símbolo da liberdade, fosse por qualidades musicais verdadeiramente intrínsecas (ou pelas duas), a verdade é que o dito agrupamento musical foi edificando fama nacional, trazendo-o ao convívio de lugares mais distantes.

Arlindo Vicente, apesar da sua vocação para as artes plásticas, não terá ficado indiferente às incursões musicais dos seus amigos e às solicitações do seu «querido» mestre. Com efeito, a banda desdobrava-se em pequenos grupos musicais que durante o período estival demandavam a região em tertúlias e concertos. Arlindo frequentou estes grupos em incursões na sociabilidade dominante, como aconteceu no Verão de 1924, na Costa Nova, local de veraneio preferido pelas elites locais da região. Aí, como noutras paragens, o jovem estudante integrou uma «Jazz Band» liderada pelo mestre José de Oliveira, como bem atesta a crónica jornalística da época: «Este diabo sabe sempre imprimir

³⁰ *Ibidem.*

toda a graça nos grupos que organiza, pois com 8 executantes fazia vibrar 11 instrumentos ao mesmo tempo». Para além das actividades musicais, o palheiro do anfitrião, Jaime de Oliveira, «esteve nesses três dias transformado em casa de malta, em que o Alberto Carlos cozinhava, o Heitor Ferreira rachava a lenha, o Arlindo Vicente lavava pratos [...]. Assim, sim; vale a pena ouvir e apreciar um grupo de estúrdios alegres»³¹. A música, a política e o convívio social completavam, assim, a sua formação, onde predominava uma sensibilidade artística instintiva, ao mesmo tempo que preenchiam os períodos em que os lazeres tomavam o lugar das responsabilidades do quotidiano.

Se a sensibilidade estética constituiu um assinalável legado do lado materno da família, os valores éticos e morais, com que pautará toda a vida de homem público, foi colhê-los no exemplo de seu pai, que ele enaltecia pela sua «pureza moral» e honestidade³². Sendo uma pessoa inteiramente devotada à família e ao trabalho, Manuel Vicente consagrava-se como homem de virtudes que só o trabalho e a honra parecem conceber nos meios populares e pequeno-burgueses. Arlindo deixou dele a imagem de um homem puro que vivia obstinado pelas demandas da probidade, revelando-se por isso incapaz das transigências que as duras condições da I Guerra Mundial lhe exigiam, caso aspirasse, como muitos o fizeram, a conduzir com mais réditos o seu negócio de produção de vinho da Bairrada³³.

Completados os estudos iniciais, o jovem Arlindo Vicente partirá, pois, para o liceu de Aveiro, acompanhado de dois irmãos e duas irmãs, e será na cidade do Vouga que apresentará a sua primeira exposição pública, em 1921, contava então quinze anos³⁴. Arlindo referiu-se sempre à cidade de forma encomiás-

³¹ *Ibidem*, Ano 7, n.º 156, 18.10.24, p. 2.

³² Arlindo Vicente, «Carta ao Juiz Corregedor do 1º Juízo Criminal de Lisboa», citado.

³³ Cfr. *Ibidem*.

³⁴ Cfr. Entrevista de Arlindo Vicente, *A Capital*, ano III (2ª série), n.º 816, 1.06.1970, p. 9. Nesta entrevista, o momento em que Arlindo afirma que a sua primeira exposição aconteceu em 1921, ocorre logo após o episódio do retrato de Vasco da Gama. Como este episódio teve lugar em 1923, conforme registo da caderneta escolar, é plausível pensar que a sua primeira exposição tenha decorrido nesta data e não em 1921.

tica, realçando o seu papel na formação de uma sólida cultura de cidadania centrada no culto da liberdade: «Aveiro [...] é uma cidade limpa, arejada e liberal, religiosa e politicamente. Os mesmos homens organizam imponentes procissões e intransigentes manifestações pela liberdade. Ali fui educado. Grandes e saudosos professores e notáveis exemplos humanos! Aprendi a amar a liberdade, a respeitar o próximo e a defender os humildes»³⁵.

As referências ao ambiente político da cidade de Aveiro encontram-se espalhadas entre a história e a memória de muitas das conspícuas personalidades que nela viveram. A cidade foi o berço de algumas das figuras de proa do liberalismo, como José Estêvão, objecto de larga veneração a consagrar as suas admiráveis qualidades de tribuno da liberdade e do progresso e tido geralmente como «uma inspiradora figura tutelar»³⁶. Com lautos hinos viria igualmente a destacar-se a pena inflamada de um republicanismo crítico e inconformista, despejado com grande estrondo por Homem Cristo nas páginas insuspeitas e de grande projecção nacional d' *O Povo de Aveiro*, no seu estilo «esmigalha ossos». A sua verve, atirada à consciência de monárquicos e republicanos sem distinção, já depois de abandonar o directório do Partido Republicano, viria a granjear-lhe ódios viscerais, mas era o sintoma de um clima de liberdade de expressão de que Aveiro se ufanava.

Finalmente, depois de 1919, os republicanos de Aveiro lembrarão a sua cidade como o principal esteio do regime, erguendo um bloco sólido na defesa intransigente da república contra as investidas restauradoras de Paiva Couceiro e seus sequazes na aventura realista conhecida por «Monarquia do Norte»³⁷. Esta atmosfera de liberdade granjeou-lhe larga fama, cantada por poetas e escritores quando a senda de resignação imposta pela mordada da ditadura se apoderou da consciência nacional. Miguel Torga, que visitava a cidade em 24 de Maio de

³⁵ Arlindo Vicente, «Carta ao Juiz Corregedor do 1º Juízo Criminal de Lisboa», citado.

³⁶ Arquivo Particular de António Pedro Vicente, documento manuscrito de Eduardo Cerqueira intitulado «Evocação de um dilecto amigo», p. 2.

³⁷ Veja-se, por exemplo, José Tavares, «Aveiro contra a «traulitânia»», *Arquivo do Distrito de Aveiro*, n.º 157, Janeiro, Fevereiro e Março 1974, pp. 27-37.

1958, descreverá essa atmosfera com grande sentido poético nas páginas do seu *Diário*, no momento em que grande parte do país discutia as amarras que o prendiam obscuramente ao passado: «Gosto desta terra. [...] é uma originalíssima expressão urbana, ao mesmo tempo firme e movediça dentro do corpo da pátria, cais de embarque e terreiro de discussão, doce e salgada no sabor, e perpetuamente arejada por uma fresca brisa de maresia e revolta. Entra-se nela, e respira-se doutra maneira. O peito oprimido enche-se dum oxigénio imprevisto e generoso, ainda nativo, e já com todo o iodo tónico do largo. O iodo tónico da liberdade...»³⁸.

Foi, portanto, numa cidade orgulhosa dos seus preceitos liberais, que Vicente estruturou a sua personalidade, harmonizando o seu espírito com esse acrisolado «amor pela liberdade» que ressoará sempre no seu peito inconformado. No plano pessoal desenvolverá uma personalidade forte e determinada, confrontada com uma vontade inquieta posta entre as exigências de realização pessoal e as surdas imposições da família. Mas é ao cadinho familiar que o jovem Arlindo deve a carga axiológica que o fará vergar e desistir de si e da sua realização pessoal para se envolver por inteiro nos destinos da colectividade.

³⁸ *Diário VIII*, 3ª edição revista, Coimbra, 1973, p. 113.

(Página deixada propositadamente em branco)

2. A UNIVERSIDADE

Depois de frequentar o liceu de Aveiro, onde se destacara na disciplina de Desenho, Arlindo Vicente sonhava com o curso das Belas Artes. Mas as dificuldades económicas dos anos vinte e o flagrante atraso cultural do país não funcionavam como «mola incentivadora» para uma carreira artística. Na verdade, as famílias cediam facilmente a preocupações de ordem económica, imaginando os filhos numa carreira de prestígio social e sustento económico, só possibilitada pela frequência de direito ou medicina³⁹, não se coibindo de exercer a sua autoridade paterna para impedir a concretização dos sonhos dos jovens artistas.

Arlindo Vicente tinha na família o exemplo do artista frustrado, na figura do seu tio farmacêutico que era «um artista plástico de merecimento, mas morreu farmacêutico, obeso e descrente da vida»⁴⁰. Sob influência deste tio, para quem «o artista plástico era um cidadão que se conduzia directa e rapidamente à morte, pela fome»⁴¹, Manuel Vicente tudo fez para abortar as inclinações artísticas do filho, advertindo-o por certo para os escolhos infundáveis que tolhiam o passo àqueles que persistiam em seguir os caminhos de Apolo. Perante a eventual escassez da persuasão argumentativa ter-se-á seguido a persuasão natural da autoridade paterna.

Com efeito, para além das dificuldades económicas, muitas famílias viam com preocupação a possibilidade de ter em casa «um original, um exótico, um maníaco»⁴². A imagem social do artista, e em particular do artista plástico, permanecia ensombrada pela cultura do vanguardismo. O artista era visto como

³⁹ Em 1932, um correspondente da imprensa local regozijava-se com o facto de no Troviscal, só nos anos de 1931 e 1932, «se registarem quatro formaturas, três em medicina e uma em direito». Entre estas encontravam-se precisamente os irmãos António e Arlindo Vicente. cfr. *Alma Popular*, ano 15, n.º 361, 2.12.1932, p. 1.

⁴⁰ Arquivo Pessoal de António Pedro Vicente, Depoimento dactilografado de Arlindo Vicente, data-do de 5 de Maio de 1970.

⁴¹ *Ibidem*.

⁴² Mário Dionísio, *A Paleta e o Mundo*, vol. 1, 2.ª ed., Lisboa, Publicações Europa-América, 1973, p. 67.

um degenerado, completamente desajustado face ao meio, «O grande doido, o varrido»⁴³, e a sua arte mais não era do que a manifestação irreprimível da doença. Para escapar a um anátema tão vulgarizado e tantas vezes impiedoso, as famílias raramente transigiam ante os impulsos da paixão, a não ser quando as possibilidades financeiras significavam abastança.

As aspirações de Vicente encontraram, pois, a resistência familiar, em especial do pai, Manuel Vicente, consciente das dificuldades económicas com que se deparavam os cultores das artes plásticas em Portugal, num país onde «ninguém comprava ou estimulava a pintura»⁴⁴. Manuel Vicente «sabia que era uma carreira de fome», lembrará Arlindo mais tarde⁴⁵. O jovem estudante estava por isso condenado a trilhar outros caminhos, a «Ganhar o pão do seu dia/com o suor do seu rosto»⁴⁶, ainda que tal constituísse um «desgosto» pessoal.

Depois de concluído o liceu em Coimbra, no liceu José Falcão, o pai inscreveu-o na Faculdade de Medicina. Arlindo haveria de transgredir, aparentemente tocado por impulsos idealistas, vindo a trocar Medicina por Direito. A explicação deixou-a o próprio na *Carta ao Juiz* António de Almeida Moura, já citada: «Seguidamente, com o meu irmão mais velho, que hoje é médico, matriculei-me em Medicina, em Coimbra. Logo percebi que não era profissão para mim. As dores físicas pareceram-me bem menos importantes do que os sofrimentos morais, por um lado. Por outro, chocava-me olhar a beleza física esmagada pela doença e pela velhice. E pior do que tudo, teria que olhar a morte como fatal e irremediável, porque ela acompanha a vida desde o nascimento. Tudo isto me afastou daquela profissão; ora a fé na lei e na justiça, seduziram-me irremediavelmente»⁴⁷.

Este discurso, modelado por uma ganga idealista transmitida com apreciável sentido estético, não pode ser interpretado fora do seu contexto específico.

⁴³ Mário de Sá Carneiro, «Sete Canções de Declínio», *Orpheu* 3, Lisboa, Edições Ática, 1984, p. 10.

⁴⁴ Arquivo Pessoal de António Pedro Vicente, Depoimento dactilografado de Arlindo Vicente, datado de 5 de Maio de 1970.

⁴⁵ Entrevista de Arlindo Vicente, *Diário de Lisboa*, ano 50, n.º 17 041, 31.05.1970, p. 15.

⁴⁶ Mário de Sá Carneiro, *ob. cit.*, p. 12.

⁴⁷ Arlindo Vicente, «Carta ao Juiz Corregedor...», citado.

Arlindo Vicente afirmava ao magistrado que as suas opções académicas radicavam já em evidentes preocupações sociais, estruturadas sobre um idealismo sem mácula acerca da «fé na justiça», a juntar à sua crença nas possibilidades do foro para impor a «honra e a liberdade» ante qualquer prepotência.

Apesar de tudo, importa notar que este texto, escrito em condições especiais de clausura, foi concebido como uma visão subjectiva de um percurso que se justifica para esclarecer e convencer o seu julgador. As referências a uma «causa tão nobre», a justiça ideal, revelam-se incapazes de esconder a denúncia sub-reptícia de uma justiça instrumentalizada pelos interesses do regime. Vicente, folheando as suas memórias, exhibia perante o juiz o carácter axiológico da verdadeira justiça, entretanto ensombrada por um regime arbitrário que condenava ao silêncio e ao cativoiro todas as vontades lúcidas e divergentes.

Numa perspectiva económico-social, deve referir-se que os custos de uma educação superior tornavam o ingresso na Universidade um exclusivo das elites económicas e sociais, que viam no acesso à instituição universitária uma forma de perpetuar o seu estatuto social. Para além das elites, só uma pequena franja social pequeno-burguesa, dotada de rendimentos adstritos à posse de um património considerável, poderia estipendiar os custos da educação universitária. Em 1926, quando Arlindo chegou a Coimbra, somente as propinas dos exames de admissão custavam às famílias quarenta escudos, tornando assim o ingresso no ensino superior um privilégio ao alcance de uma oligarquia restrita⁴⁸.

Face à ausência da abastança, e com a morte súbita e prematura do pai, Arlindo Vicente haveria de sentir as dificuldades com que se debatiam os estudantes que ainda assim perseguiram o sonho académico. Em face de tais condicionantes, o jovem estudante viu-se forçado a trabalhar para custear as despesas, «vendendo desenhos para estrangeiros, principalmente varinas», para além de outros trabalhos⁴⁹, e acabando por trocar a cidade do Mondego por

⁴⁸ Cfr. Cristina Faria, *As Lutas estudantis contra a ditadura militar: 1926-1932*, Lisboa, Edições Colibri, 2000, p. 79.

⁴⁹ Arquivo Pessoal de António Pedro Vicente, Depoimento dactilografado de Arlindo Vicente, datado de 5 de Maio de 1970.

Lisboa em 1927. Arlindo, aos poucos, acabaria por acolher-se no ambiente que envolvia as tertúlias que funcionavam em Lisboa, como «O Martinho», no Rossio, «A Brasileira» do Chiado e o «Café Chiado», numa dinâmica de sociabilidade e solidariedade que juntava novos e velhos, escritores, poetas, jornalistas e artistas plásticos das mais diferentes sensibilidades, caldeando projectos estéticos com os mais variados idealismos de matiz intelectual.

Em Lisboa, Arlindo Vicente estará em contacto com a tertúlia do «Café Chiado», ali edificando amizades sólidas e perenes, cujo ambiente e composição não resistimos a transcrever no relato de um dos seus protagonistas: «Arrimado mais para baixo da mesma banda, lá estava a coqueluche dos novos intelectuais de então – o vasto, comprido «Café Chiado», constituído por quatro salas seguidas, sendo a terceira, a mais ampla e mobilada com cadeiras de verga, a preferida pela juventude intelectual. Ali se juntavam os irmãos Tinoco [...] António Pedro, António Botto, João Villaret, o jornalista José Augusto, que iria viver para Paris, os escultores António Duarte e Martins Barata, o talentoso e apagado desenhador Luís Areosa, falecido cedo, o caricaturista [...] José de Lemos e, entre muitos outros, o brilhante pintor e, mais tarde conceituado advogado Arlindo Vicente [...]»⁵⁰.

Nesta época, marcada politicamente pela predominância das Forças Armadas organizadas em Ditadura Militar, as universidades foram centro de forte agitação político-ideológica e extrema combatividade a acirrar as esquerdas e direitas do espectro político. Importa, por isso, perceber se, para além da actividade artística, o ambiente de contenda política teve de alguma forma repercussões no espírito do jovem estudante.

A institucionalização da Ditadura Militar encontrou, como se sabe, fortes resistências entre os mais variados sectores político-militares, que se revelaram mais consistentes no seio do republicanismo de esquerda, e que ficaram conhecidos como «revirvalho». Impossibilitadas de se alhearem dos aconteci-

⁵⁰ João Patrício, «O meu amigo Arlindo Vicente e o passado que ficou», *Correio da Manhã*, 28.10.1990.

mentos políticos, as universidades assistiram a uma inevitável fragmentação da juventude estudantil entre as diversas tendências político-ideológicas.

A tensão político-social universitária revelou-se rapidamente nos confrontos entre as forças conservadoras, protagonizadas por republicanos, monárquicos e católicos, a aplaudir as iniciativas da ditadura militar, e as forças progressistas, integradas por republicanos, socialistas, comunistas e anarquistas. As eleições para as academias viriam a transformar o espaço universitário numa arena política particularmente convulsiva, com a turbulência dos sectores mais progressistas a arremessar-se de forma estridente contra a reforma universitária de 1928. Em Coimbra, as forças do exército acabariam mesmo por transpor a Porta Férrea, símbolo da velha autonomia universitária, colocando a cidade a ferro e fogo, tornando-a num autêntico «campo de guerra»⁵¹.

Arlindo Vicente, pelo menos nesta primeira fase, permaneceu indiferente às lutas políticas estudantis. Bom aluno, sem ser excepcional⁵², satisfazia as exigências do direito por entre leituras de evidente eclectismo e o natural convívio de colegas e artistas. Na verdade, apesar de estudante cumpridor, Vicente procurou sempre colocar a actividade artística no centro dos seus interesses.

Apesar da predominância das artes plásticas, o jovem artista do Troviscal nunca se alheou completamente de outras manifestações do fenómeno artístico. O interesse pela literatura e pela leitura chegar-lhe-ia por influência do irmão mais velho, que seria médico, estimulando o seu espírito criativo, a sua imaginação e sensibilidade dentro do ambiente calmo e propício da aldeia. Arlindo Vicente, que conviveu com grandes vultos das letras, como Ferreira de Castro, consideraria mesmo a literatura como o expoente do génio criador, «como a

⁵¹ Veja-se o testemunho do estudante Adolfo Rocha em Miguel Torga, *A Criação do Mundo*, vol. 1, Lisboa, Planeta Agostini, 2003, pp. 190-191.

⁵² Na faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, que frequentou entre 1927 e 1930, as notas ao exame de estado foram as seguintes: 1.º ano, 13 valores; 2.º ano, 12 valores; 3.º ano, 14 valores. Já em Coimbra, terminou o 4.º ano com treze valores. Cfr. Arquivo da Universidade de Coimbra, *Petições de Matrícula 1930-1931*.

maior de todas as alavancas impulsionadas pela inteligência, para a recreação do mundo», «aperfeiçoando» e construindo «civilização»⁵³.

O ambiente universitário das tertúlias acabou por estimular esta predisposição para a leitura e para a discussão crítica em torno das estéticas e dos valores culturais e artísticos da época. Na medida em que tais discussões não se amoldavam ao ambiente académico de Arlindo, orientado para as matérias do foro médico, primeiro, e depois jurídico, foi em ambientes de transgressão, fora da academia, que se condensaram as primeiras ilusões criativas da juventude.

Com efeito, ainda que constituindo centros da cultura por excelência, as universidades apresentavam um antagonismo insuperável entre a rigidez da sua estrutura curricular, muito marcada pelo ensino livresco e pelas sebatas, e os apelos de uma criatividade apaixonada, próprios de uma certa irreverência juvenil, empenhada em verter em múltiplas formas de expressão o fundo da sua alma. Esta generosidade compulsiva suscitou projectos arrojados, de avultada magnitude e importância cultural, como a revista *Presença*; ou projectos menos vistosos mas que testemunham a copiosa dinâmica cultural criada em torno deste espírito de rebeldia.

Arlindo Vicente sentirá o fervilhar desta inclinação para projectos e jornadas criadoras, geradas no bulício universitário. Ainda em Coimbra surgirão os primeiros tentames culturais no campo das letras e das artes, congeminados no convívio dos seus pares em noites estiradas, entre tertúlias de cafés e de «repúblicas». Em Julho de 1926 publicava-se nesta cidade, em número único, o jornal satírico *Pena, Lápis e Veneno*, que conta com a direcção artística de Arlindo Vicente e a chefia de redacção de António Pedro⁵⁴.

⁵³ Arquivo Pessoal de António Pedro Vicente, depoimento dactilografado de Arlindo Vicente.

⁵⁴ António Pedro da Costa nasceu na Cidade da Praia, em Cabo Verde, em 1909, e morreu em 1966. Estudou em Coimbra e nas faculdades de Direito e Letras da Universidade de Lisboa. Estudou ainda História da Arte em Paris, na Sorbonne. Foi poeta, pintor, crítico de arte e encenador teatral. Esteve ligado ao Movimento Nacional-Sindicalista de Rolão Preto e a vários jornais, como a *Ideia Nacional*, *Ação Nacional*, *Revolução*, *Diário Popular* e *República*. Em 1947 fundou, com outros artistas, o Grupo Surrealista de Lisboa.

O pasquim caricatural, a julgar pelo título, aparecia assim com intuitos irreverentes a que o lápis de Vicente e a poesia de António Pedro procuravam dar vida. Estranhamente, os recentes acontecimentos políticos e militares só muito brandamente acirraram a criatividade dos jovens artistas, empenhados por ora numa temática mais local. Arlindo Vicente apresentará dois desenhos de clara intenção satírica, sendo um de particular actualidade e o outro algo ingénuo e inofensivo. No primeiro, o tema é a vulgarização e profanação do culto da Rainha Santa transformada no «S. Sebastião» do «Zé-povinho» de Coimbra.

Apesar de aparentemente inócua, a escolha desta temática implicara razões profundas, sentimentais e políticas, que tocaram de perto o jovem estudante. Com efeito, o culto da Rainha Santa Isabel deste ano de 1926 teve uma feição surpreendentemente política, revelando as tensões ideológicas que, lentamente, emergiam no quadro de intervenção da ditadura. Constituiu o reflexo de uma célebre polémica que agitou a cidade do Mondego, envolvendo as celebrações da rainha Santa Isabel e a banda de música do Troviscal, terra natal de Arlindo Vicente, por muitos considerada progressista, e que se viu envolvida num conflito político-religioso de proporções nacionais.

O convite à banda de música para participar na parte civil das tradicionais celebrações, feito por algumas personalidades coimbrãs, provocou a reacção tempestiva do bispo de Coimbra, D. Manuel Luís Coelho da Silva. Com efeito, o prelado desta cidade, numa decisão verdadeiramente inusitada mesmo para os hábitos coevos, interditara a banda do Troviscal em 1922, parece que sob proposta do arcepreste de Oliveira do Bairro. A interdição impediu-a de se incorporar em cerimónias religiosas, com a acusação de que a dita banda se incorporara num enterro civil⁵⁵.

Pouco inclinados para o preceito cristão que exorta o agredido a expor a outra face, os republicanos locais reagiram com decisão e audácia à atitude da autoridade eclesiástica, lançando um curioso interdito sobre o clero. Vale

⁵⁵ Cfr. Maria Leocádia Pato, *ob. cit.*, pp. 112 ss.

a pena transcrever o documento aprovado em assembleia popular de 4 de Fevereiro de 1923:

40

«O Povo liberal da freguesia do Troviscal, ofendido com o procedimento dos Srs. Padres e Exmo. Bispo de Coimbra, escudado não na força da lei, mas na lei da força, resolve:

1.º Lançar o *Interdito* sobre todos os padres, que dentro dos limites desta freguesia não poderão praticar qualquer cerimónia religiosa.

2.º O *Interdito* cessa quando à música seja permitido exercer a sua profissão em toda a parte sem pressão ou coacção de espécie alguma⁵⁶.

Na verdade, o processo traduzia um conflito antigo entre os sectores republicanos mais progressistas e o elemento mais conservador, agravado pelo desejo de fazer regressar Aveiro à distinção de sede de bispado. A banda do Troviscal via-se assim envolvida num complicado jogo político, que colocava em confronto o anticlericalismo republicano e a reacção clerical, numa tensão que foi aumentando de intensidade ao longo da década de vinte.

O bispo de Coimbra, muito cioso da interdição proferida contra o agrupamento musical, via o novo quadro político da ditadura militar favorecer os interesses da Igreja Católica. Manobrou por isso com especial à vontade o governador civil de Coimbra, ameaçando com o cancelamento das festividades. O governador civil, Dr. Vieira Coelho, empossado entrementes, mandou a força policial contra a banda musical, no momento em que esta passava perto da procissão, e a tensão aumentou. Encarcerados os elementos da banda na cadeia do governo civil, acabaram recambiados para o Troviscal no dia seguinte, gesto que acicatóu os ânimos dos sectores mais progressistas da cidade contra as autoridades locais⁵⁷.

⁵⁶ *Alma Popular*, ano 5, n.º 113, 10.02.1923, p. 2.

Mais tarde, em 6 de Agosto, os republicanos liberais acorreram ao Troviscal para uma imponente «manifestação de solidariedade», vindos de diferentes cidades do país, onde aprovaram uma moção que acusava determinantemente as autoridades de Coimbra de, «dizendo-se republicanos liberais, se solidarizarem com os inimigos da República e das suas leis fundamentais», e afirmando categoricamente a defesa da «liberdade de consciência, a mais sagrada de todas as liberdades»⁵⁸. Simbolicamente, este conflito assinala a primeira tensão política que opõe os novos senhores do país e os sectores republicanos agora afastados do Poder⁵⁹.

Arlindo Vicente tinha ligações afectivas ao agrupamento musical, liderado pelo antigo mestre José Oliveira, e terá vivido intensamente este conflito. Aproveitaria o ensejo para se referir ao conturbado episódio na sua revista recém-criada, com um desenho alusivo à Rainha Santa.

Ao contrário deste primeiro desenho, concebido numa toada satírica que visava a realidade imediata, o segundo, intitulado «metamorfose», parodiava criticamente os estudantes da universidade, o «Doutor Ontem» em comparação com o «Doutor Hoje»⁶⁰.

Quanto ao intenso momento político, caberia a António Pedro, poeta e artista plástico de recursos e interesses mais sortidos, pegar no «Lápis» e na «Pena» para gotejar algum «Veneno», aproveitando a ausência de um lápis azul que reprimitos os atrevimentos da liberdade de expressão. Uma caricatura de Gomes da Costa exibia a significativa quadra com os dizeres: «Como todo o

⁵⁷ Para a descrição dos acontecimentos, consulte-se *Alma Nacional*, ano 7, n.º 202, 23.07.1926, pp. 1-2. Veja-se ainda Maria Leocádia Pato, *ob. cit.*, pp. 158 ss; Alberto Vilaça, *Resistências Culturais e Políticas nos Primórdios do Salazarismo*, Porto, Campo das Letras, 2003, pp. 20 ss.

⁵⁸ Cfr. *Alma Popular*, ano 7, n.º 203, 6.08.1926, pp. 1-2. Veja-se ainda Maria Leocádia Pato, *ob. cit.* pp. 170 ss.

⁵⁹ O conflito só seria sanado com a restauração do bispado de Aveiro e pela mão do novo bispo, D. João Evangelista, que assinaria o decreto que levantava o interdito em 7 de Setembro de 1939. Cfr. João Gonçalves Gaspar, *Lima Vidal No Seu Tempo (1874-1958)*, Vol. III, Aveiro, Junta Distrital de Aveiro, 1974, pp. 143-144.

⁶⁰ *Pena, Lápis e Veneno*, quinzenário de caricatura, Coimbra, 22.07.1926; dir. artístico Arlindo Vicente; redactor principal António Pedro; editor M. Falcão Machado, pp. 3 e 6.

domador/Deve apanhar o seu coice,/Este apanhou um taludo/E depois do coice... foi-se»⁶¹.

42

Com efeito, Gomes da Costa era o eminente protagonista de uma das duas correntes que compunham o movimento militar do 28 de Maio. Em 17 de Junho, o general apeou Mendes Cabeçadas da liderança do movimento porque este se opunha ao seu projecto político de suposta nacionalização republicana. Na verdade, as iniciativas políticas de Gomes da Costa convergiam para o presidencialismo do regime e abriam portas às soluções corporativas, cortando assim definitivamente com a essência do parlamentarismo republicano. A predominância de alguns monárquicos no seu executivo, como Martinho Nobre de Melo e João de Almeida, provocou a reacção dos militares da guarnição de Lisboa que destituíram o «domador» do Poder, despachando-o para os Açores a 9 de Julho⁶².

A reacção da opinião pública ao movimento político foi também objecto da apreciação crítica de António Pedro, em duas caricaturas intituladas «Zé Povo e o Movimento». O artista põe em evidência uma clara mutação no estado de espírito dos portugueses, alternando entre a expectativa inicial e uma ecoante negativa, glosada por Pedro com um indisfarçável «não me cheira»⁶³. Tal modificação pode ser explicada com os agitados desenvolvimentos políticos e com os constantes embaraços que envolviam as duas correntes: o conflito entre uma corrente republicana conservadora e outra de cariz ditatorial e nacionalista.

O projecto, no seu número único de doze páginas, parece pouco arrojado, sem grandes arroubos estéticos ou satíricos, tocado talvez por excessivo provincianismo e juventude. Acabaria por se eclipsar de forma prematura, presume-se que por motivos financeiros, cumprindo assim o destino habitual de muitos projectos estudantis de envergadura semelhante. Contudo, resultou numa sólida

⁶¹ *Ibidem*, p. 9.

⁶² Cfr. Manuel Braga da Cruz, «A Revolução Nacional de 1926: da Ditadura Militar à Formação do Estado Novo», *Revista de História das Ideias*, n.º 7, tomo 2, Coimbra, Faculdade de Letras, 1985, pp. 553-555.

⁶³ *Pena, Lápis e Veneno*, p. 9.

amizade pessoal e artística, pese embora as profundas diferenças de estilo e de sensibilidade, que duraria até ao final da década de trinta. António Pedro, originário de família abastada, fizera o seu percurso académico «passeando-se» pelas universidades de Coimbra, Lisboa e Sorbonne. Na mesma data em que o projecto conjunto com Vicente viu o prelo, António Pedro estreava-se nos circuitos literários com um livro de sonetos intitulado *Os meus 7 pecados-capitais*, que abria com o retrato do autor saído do lápis de Arlindo Vicente⁶⁴. António Pedro e Arlindo Vicente voltariam a cruzar-se em diversas realizações artísticas de sabor moderno, como o I Salão dos Independentes, em 1930.

Mas antes deste acontecimento nuclear, Arlindo organizava, em 1927, juntamente com João Carlos⁶⁵ e D. Diogo de Reriz, na cidade do Mondego, o «1º Salão dos Estudantes da Universidade de Coimbra», que contaria com a participação de nove estudantes com aspirações a artistas plásticos: eram eles, para além dos citados, Alfredo Osório de Sousa Pinto, José Régio, Manuel Serôdio, Paulo Rocha, José Santos Figueira e Carlos Campos Rocha.

Arlindo Vicente participou com dezasseis obras, entre pintura e desenho. É o seu amigo António Pedro, nas páginas da *Ideia Nacional*, órgão dirigido pelo monárquico João Ameal e defensor de uma «monarquia orgânica tradicionalista e antiparlamentar», quem procede à apreciação crítica do evento: «Coimbra, terra de Poetas, é também terra de Pintores. E para prová-lo, vem agora este grupo de rapazes novos, cheios de vontade e de entusiasmo, abrir o 1º salão de

⁶⁴ António Pedro, *Os meus 7 pecados-capitais*, Sonetos, Coimbra, 1926.

⁶⁵ João Carlos, de nome completo João Carlos Celestino Pereira Gomes, nasceu em Ílhavo em 1899 e frequentou a faculdade de medicina da Universidade de Coimbra. Foi médico, escritor, pintor e gravador de méritos reconhecidos. Exerceu medicina no concelho de Montijo, como médico municipal, e em Santarém, como médico escolar da Escola de Regentes Agrícolas de Santarém. Como artista teve a sua consagração numa exposição realizada em Paris, em 1935, sob a égide do SPN, e em Lisboa, em 1942, 1944, 1949, 1957 e 1960. Com os nomes literários de João Carlos ou Celestino Gomes produziu abundante literatura, em prosa, verso, crónica, crítica e novela dispersa em publicações periódicas como a *Ilustração Portuguesa*, *ABC*, *Ilustração*, *Magazine Bertrand*, *Alma Nova*, *Humanidade*, *Época*, *Voz* e *Diário de Notícias*. Publicou inúmeros livros entre 1920 e 1960, data em que faleceu, tendo legado parte da sua obra ao museu de Ílhavo.

estudantes-pintores, de estudantes-Artistas, dizendo que na Coimbra, ora estudiosa, ora boémia, ainda há almas para sentir, e... tempo para pintar»⁶⁶.

O evento cultural, muito elogiado por António Pedro, é visto como «o primeiro vagido na Arte da Pintura da geração dos mais novos», que ele apoda de modernos e que entrevê em confronto com a «pasmaceira repressiva» da geração anterior de pintores, quer os tardo-naturalistas, com o seu «exterioriosismo» [sic] e «fotográfica exactidão de copistas», quer aqueles que revelam uma «excentricidade balofa». Entre os jovens candidatos a entrar na galeria dos artistas modernos, Pedro colocava o seu amigo Arlindo Vicente, «o mais Poeta na pintura, de todos eles, muito macio nas cores que emprega, e o que é raro, sobretudo com vinte anos, conscienciosíssimo dos tipos que reproduz e estiliza e na forma de trabalhar»⁶⁷.

A passagem de Arlindo Vicente por Lisboa, para onde se transferiu para o curso de Direito, em 1927, ficou igualmente marcada por uma frenética produção artística. A partir de 1928 ilustra os livros de Helena Bianchini, *Primavera*, e de Eduardo Brazão Filho, *Maria do Mar*, para além de vários números da revista *Labor*; propriedade do liceu José Estêvão, em Aveiro, e da revista *Portugal Moderno*. Na obra de Eduardo Brazão Filho, *Maria do Mar*, «podemos apreciar a vida das gentes do mar ligadas à dor e à solidão. Servindo-se das potencialidades da tinta da china, o pintor constrói a forma a partir de linhas estilizadas e firmes. Os corpos alongam-se desproporcionalmente, mas atingem o equilíbrio da sua própria beleza. A paisagem que envolve as figuras, sempre presentes, pertence a um mundo irreal. O mar, as gaivotas e os barcos são despojados de tudo o que está a mais para formarem a linha da sua essência. Predomina um sentido decorativo à maneira da Arte Nova que faz dos lenços das varinas um lugar privilegiado para o pintor aplicar as suas formas»⁶⁸.

⁶⁶ A. [António] P. [Pedro], «O I Salão de Estudantes de Coimbra», *A Ideia Nacional*, ano 1, n.º 28, 2.05.1927, p. 4.

⁶⁷ *Ibidem*.

⁶⁸ Filipa Vicente, «Arlindo Vicente. O pintor e a sua obra», *Revista de História das Ideias*, vol. 17, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1995, pp. 645-646.

Entretanto, outros autores de nomeada receberiam as ilustrações de Vicente, como os amigos António Pedro, Ferreira de Castro, Miguel Torga, José Régio⁶⁹ e João de Brito Câmara⁷⁰, numa prática que não se esgotou com o tempo. Em 1959, Fernando Eloy do Amaral publicava os seus *Contos Silábicos* acompanhados por magníficas ilustrações em desenho onde Vicente supera o seu assumido instinto figurativo, caldeando-o com modulações abstractas e um grafismo dinâmico de grande efeito visual e pictórico⁷¹.

Mas é em 1930 que Vicente se vê envolvido num acontecimento cultural de grande projecção, ao participar na organização do *I Salão dos Artistas Modernos Independentes*, realizado na Casa Quintão, em Lisboa. Para além da organização, Arlindo expõe dezasseis obras. A concretização do evento, cuja realização e significado dissecaremos mais à frente, foi congeminaada à mesa de um café lisboeta onde se encontravam Vicente, Mário Eloy, António Navarro, António Pedro e Ferreira Gomes e, segundo um crítico, ambicionava fazer sair a arte portuguesa da «abolia intelectual» em que esta caíra desde a I Guerra Mundial⁷².

Arlindo Vicente marcava, assim, a sua presença na emergência de uma segunda geração modernista, relegando as obrigações académicas para um plano secundário. Como afirmará mais tarde, «a única coisa que eu sempre quis realmente fazer foi pintura [...] eu só queria tempo livre para pintar⁷³».

O regresso a Coimbra, em 1930, acabará por aproximá-lo do grupo que desde 1927 produzia e editava a revista «Presença», de grande significado cultural na história das letras e das artes do século XX português. Amigo, entre outros, de João Gaspar Simões⁷⁴, Vicente colaborará em dois números da revista com dois desenhos que ilustram a capa, ao lado de outros insignes artistas plásticos,

⁶⁹ Na revista *Eva*, por exemplo, Régio publicou um conto de pendor natalício intitulado «Maria do Céu», que é ilustrado com um desenho de Arlindo Vicente. Cfr. *Eva*, Lisboa, 1941, p. 9.

⁷⁰ Cfr. João de Brito Câmara, *Poesias Completas*, Coimbra, Atlântida Editora, 1967.

⁷¹ Fernando Eloy do Amaral, *Contos Silábicos*, Lisboa, 1959.

⁷² F. Alves, «O salão dos Independentes. Um cancionero do século XX», *Diário de Lisboa*, 11.06.1930, p. 2.

⁷³ Entrevista de Arlindo Vicente, *Diário de Lisboa*, ano 50, n.º 17 041, 31.05.1970, p. 15.

como Mário Eloy ou Júlio. Para a posteridade, para além dessas capas, ficarão os retratos de João Gaspar Simões, Adolfo Rocha, José Régio, Casais Monteiro, Edmundo Bethencourt, Júlio e Afonso Duarte, entre muitos outros, sinais de uma amizade que extravasa o limite das emoções individuais para a esfera da produção estética. Arlindo acabou, assim, transformado em retratista do movimento da *Presença*, construindo uma verdadeira galeria de artistas e intelectuais que simbolizavam toda uma geração. A sua geração.

Vicente continuava a realizar-se como artista e o seu regresso à cidade do Mondego fazia prever uma arrebatada produção artística, confirmando publicamente a «promessa» gizada em torno da sua participação no «I Salão dos Independentes». O seu retorno ao Mondego seria, como se sabe, ditado por imposições amorosas – a flama da paixão fizera-o casar, em 1929, com Adélia Marques de Araújo, estudante de farmácia em Coimbra. Aqui procurará relançar as artes plásticas em ambiente académico, participando no «II Salão Académico», realizado em Fevereiro de 1931.

Na exposição foram apresentados dez artistas e duzentos e trinta trabalhos, entre pintura e desenho. O evento artístico foi apreciado por João Gaspar Simões, então presidente da Associação Académica de Coimbra, como um «Convite à Audácia», elogiando a presença de Arlindo Vicente que a crítica recebera «como um dos mais originais retratistas portugueses»⁷⁵.

O seu contributo, apreciado de forma individualizada, foi muito aplaudido na imprensa local, ainda que numa toada excessivamente ingénua, a insinuar algum amadorismo do jornalista: «Recebido no Salão dos Independentes como

⁷⁴ João Gaspar Simões, escritor, crítico literário e jornalista, nasceu na Figueira da Foz em 1903. Frequentou a Universidade de Coimbra onde fundou as revistas *Tríptico* e *Presença* e presidiu à Associação Académica de Coimbra (1931-32). Em Lisboa foi bibliotecário da Biblioteca da Imprensa Nacional, cargo de que se reformou em 1954. Publicou vasta obra, cerca de 20 volumes de ensaios, ficção e dramaturgia, para além de tradutor, com destaque para as biografias de Fernando Pessoa e Eça de Queirós. Com Luís de Montalvor catalogou os papéis de Fernando Pessoa e dirigiu a publicação dos seus primeiros 4 volumes. Fundou e dirigiu as edições da Portugália-Editora. Foi conferencista e crítico literário dos periódicos *Diário de Lisboa* (1936-1939), *Sol*, da revista *Átomo*, dos *Diário Popular*, *Diário do Norte* e dos brasileiros *O Jornal* e *Diário da Manhã*. Faleceu em 1987.

⁷⁵ João Gaspar Simões, *Mundo Novo*, n.º 2, 11.02.1931, p. 1.

um dos artistas mais originais e bizarros da moderna geração. Um traço muito *seu*. O desenho de João Gaspar Simões é o melhor trabalho do Salão. O óleo de Edmundo Bethencourt tem cor – e uma cor de tonalidades novas, de modelar distribuição – *e tem, sobretudo, uma grande técnica – a grande técnica do traço de Arlindo Vicente*⁷⁶.

Os anos de Coimbra pareciam, pois, modelar o terreno para a assunção de uma carreira artística de nomeada, em estreita colaboração com o já largamente célebre grupo da *Presença*. Esta reciprocidade com a estética presencista emergia num quadro de amizade que se foi firmando entre Arlindo e Gaspar Simões – este fará o seu primeiro discurso público na festa de formatura de Vicente, no Troviscal⁷⁷ – e projectava-se numa consonância doutrinária assumida sem hesitações. Gaspar Simões, que no primeiro lustro de trinta assumiu maior protagonismo na direcção da *Presença*, franqueou as páginas da revista aos amigos mais chegados, ao mesmo tempo que patrocinava as suas incursões artísticas. Arlindo Vicente encontraria ensejo para retribuir a consideração, compondo o retrato do célebre literato ensaísta e da sua família.

As marcas desta colaboração intelectual e artística são bem visíveis nas páginas da *Presença* e no conjunto das actividades culturais que o grupo dinamizou. Em Abril de 1931, por exemplo, Arlindo Vicente haveria de expor em Coimbra oito desenhos e dois óleos concebidos para marcar presença no «II Salão dos Independentes», em Lisboa. A *Presença* não esqueceu o evento, adornando a crítica com indisfarçável louvor: «*Presença* regista a exposição, aberta em Coimbra, dos trabalhos que Arlindo Vicente enviou ao segundo Salão dos Independentes. [...] os desenhos de Arlindo Vicente marcaram na secção respectiva do Salão. E não só nos retratos a carvão (em que já revela arcaboço de mestre) como nos a óleo (em que se ensaia com uma originalidade digna da mais simpatizante expectativa) Arlindo Vicente afirma a sua mais poderosa

⁷⁶ António Cruz, «II Salão Académico», *Gazeta de Coimbra*, ano XX, n.º 2696, 14.02.1931, p. 1. Sublinhado meu.

⁷⁷ G. [Gaspar] S. [Simões], «Advogado ou Pintor?», *Primeiro de Janeiro*, 4.06.1970, p. 5.

individualidade através de um caprichoso jogo de contrastes e volumes, duma saborosa *gaucherie*, dum vigoroso virtuosismo, dum violento pendor caricatural e dum particular instinto na apreensão do *quid* pessoal, ia a dizer patológico, das máscaras e das atitudes»⁷⁸.

O tom laudatório seria entretanto repetido pela crítica local, referindo-se ao pintor como «o artista bizarro que figura na vanguarda do modernismo português», e as suas «excepcionais qualidades» e o seu «talento rebelde» haveriam de confirmá-lo como «um dos nossos maiores modernistas»⁷⁹. Para além dos óleos, o «especialista» do periódico do Mondego apreciava os retratos «primorosos» com que Arlindo Vicente penetra na «maneira psicológica dos retratados», reforçando a sua imagem de «uma afirmação na moderna pintura portuguesa»⁸⁰.

A colaboração entre o pintor aveirense e o famoso movimento coimbrão não terminava aqui. Com efeito, a academia da «Lusa Atenas» assistiu ainda a um «III Salão Académico», realizado em Abril de 1932, que contou com a cumplicidade empenhada do reputado grupo «presencista», envolvido na realização de conferências culturais que adornaram o evento. No dia 21 de Abril, Adolfo Casais Monteiro proferiu uma palestra intitulada «A Arte contra a ordem»; a 24 exibiu-se Afonso Duarte com a conferência «Desenhos animistas duma criança de 2 anos» e, finalmente, no dia 25, João Gaspar Simões concluiu a série de conferências com uma comunicação que foi anunciada com o título «Problemas da arte pela arte», mas que acabou apresentada como «A Arte e a Realidade»⁸¹.

Na sua conferência, Gaspar Simões proclamou a tese central do movimento afirmando, entre outras ideias, que «a única realidade é o Homem; somos nós, homens», e que a «única verdadeira realidade é a interior»⁸², recusando assim

⁷⁸ *Presença*, n.º 31-32, Março-Junho de 1931, p. 30.

⁷⁹ *Gazeta de Coimbra*, ano XX, n.º 2724, 23.04.1931, p. 1.

⁸⁰ *Ibidem*, n.º 2729, 5.05.1931, p. 2.

⁸¹ Seria depois publicada na *Presença, folha de arte e crítica*, n.º 36, Coimbra, Novembro 1932, pp. 5-8 e 11.

⁸² João Gaspar Simões, «A Arte e a Realidade», *Presença, folha de arte e crítica*, n.º 36, Coimbra, Novembro 1932, pp. 5-8 e 11.

qualquer submissão da criatividade à natureza exterior. Uma concepção que o pensamento artístico de Arlindo Vicente deste período assumirá sem complexos. Com efeito, na sua primeira grande entrevista, dada ao futuro cinéfilo António Lopes Ribeiro, em 1932, que se deslocou a Coimbra para retratar o «movimento modernista», o jovem pintor produzirá reflexões teóricas que o aproximam das concepções presencistas acerca da predominância do mundo interior: «Pintar, esculpir, desenhar, é transmitir do artista aos outros, susceptíveis de entendimento, pedaços da sua emoção. Toda a técnica, em arte, não é mais do que a possibilidade de expressão pessoal»⁸³. A arte não seria mais do que um instrumento de «expressão da própria personalidade», num jogo comunicacional entre dois sujeitos que interagem através da arte-objecto. Vicente afirmava inequivocamente que a sua realização como artista dependia desta dialéctica interactiva entre o artista que se expõe e o seu interlocutor, pois «é-se tanto mais artista quanto mais pessoalmente se virem e realizarem as nossas obras»⁸⁴.

As suas incursões no retrato revelam esse interesse prematuro pela realidade interior das emoções, numa sublimação do «eu» moderno anunciado por Freud e pela Psicanálise, e explorado exhaustivamente pela *Presença*. Mesmo nos seus desenhos de intenção social avulta, afinal, o turbilhão de inquietações em que fervilhava o seu mundo interior, numa expressão plástica que se revela refém de uma consciência social atormentada pela realidade.

Mas no campo da estética, o artista cultivava a independência com o mesmo ardor exibido pelos seus confrades de geração, ao mesmo tempo que repudiava a disciplina das escolas. Arlindo Vicente assumia-se, como veremos, como um pintor verdadeiramente moderno que apreciava a liberdade criativa como o único constrangimento admissível. Liberto da influência das escolas de arte, que nunca frequentou, as concepções estéticas de Vicente, a que voltaremos

⁸³ *O Notícias Ilustrado*, n.º 204, 8.05.1932, p. 22.

⁸⁴ *Ibidem*.

à frente, desprezavam os «mestres» porque estes só podiam «ensinar a pintar. E saber pintar é muito pouco». A construção do artista moderno desprezava as escolas de Belas-Artes porque estas só ensinavam o domínio da técnica e, para o pintor do Troviscal, a essência do artista moderno revelava-se na expressão da sua personalidade: «Hoje não há fórmulas, não há processos – não há ensinamentos. O Artista faz como sente, o melhor que pode. É essa a verdadeira função do artista»⁸⁵. Tais ideias, para além da sua importância para a compreensão do universo estético em que se movia o artista, também podem ser vistas como uma necessidade de legitimação do seu autodidactismo.

O impacto deste terceiro «Salão Académico» confirma a tendência algo acanhada do meio cultural português. Na imprensa local, o certame artístico-cultural é visto como uma «nota de vitalidade académica» e corresponde à «mais importante manifestação artística» da temporada⁸⁶. A própria colaboração de Vicente ilustra a exiguidade de tais eventos quando comparados com o fulgor dos movimentos artísticos europeus. O pintor apresentou apenas um quadro, o «Retrato de Madame Gaspar Simões e Filha», evidenciando, segundo o crítico, «um temperamento extraordinário de pintor psicológico» e uma «maneira forte, poderosa de interpretar»⁸⁷.

Tendo comparência assídua nos circuitos frequentados pelos insígnis colaboradores da *Presença*, Arlindo Vicente cultivava ainda relações com os meios artísticos da cidade e da universidade. No meio académico revelaria a sua faceta de espírito generoso, preocupado com a promoção de jovens talentos que acalentavam um futuro auspicioso no mundo das artes. Em 1932, no seu derradeiro ano como estudante, apresentou uma última exposição em Coimbra, expondo na companhia de um jovem de doze anos, Alberto José Pessoa. Mário de Oliveira, então colega de Vicente, recordaria esses impulsos duma natureza generosa afirmando que «Arlindo Vicente estimulava então os jovens estudan-

⁸⁵ *Ibidem*.

⁸⁶ Cfr. *Gazeta de Coimbra*, ano XXI, n.º 2874, 21.04.1932, p. 1.

⁸⁷ *Ibidem*.

tes-artistas e foi também ele quem orientou o meu colega Alberto José Pessoa, numa excelente exposição de aguarelas que tanto sucesso alcançou»⁸⁸.

As experiências plásticas desenvolvidas durante o seu percurso académico, tanto em Coimbra como em Lisboa, contribuíram para a sua consolidação como artista plástico, especialmente como desenhista, prenunciando-se um futuro venturoso. Arlindo Vicente, por entre os estudos, ia cumprindo o seu destino, transformando os sonhos e as ilusões da juventude em obra prometedora, e assim conquistando um lugar proeminente entre os colegas que com ele inauguravam um segundo modernismo plástico em Portugal.

Apesar de todo este investimento, o jovem artista não passou totalmente à margem dos acontecimentos políticos da época. Com efeito, o ano de 1931 revelará um interesse inusitado pela vida política, que se confessaria no contexto das lutas académicas. A conjuntura política, interna e externa, colocava exigências políticas e ideológicas que não admitiam qualquer afirmação de neutralidade. Mais tarde, em 1970, o pintor reconheceria que as suas incursões políticas consubstanciavam uma «exigência patriótica» imposta à sua consciência de cidadão e de intelectual⁸⁹. E assim, naturalmente, o auspicioso artista vê-se irremediavelmente catapultado para a ribalta da pugna estudantil.

A implantação da II República em Espanha, em Abril de 1931, emprestará um renovado ímpeto às forças políticas que em Portugal faziam oposição à Ditadura Militar, em especial às forças tradicionalmente conotadas com a I República, mas estendendo-se igualmente a grupos anarco-sindicalistas e ao PCP. Nesse mesmo mês rebenta a revolta da Madeira, apoiada em Lisboa por manifestações e greves estudantis, e em Agosto (31) deflagra a tentativa revolucionária comandada por Utra Machado. Os ventos que sopram de Espanha, impelidos pelo intervencionismo dos republicanos exilados, como Jaime Cortesão, António Sérgio, Afonso Costa e tantos outros que aí encontram a

⁸⁸ *Idem, Ibidem*. Veja-se ainda *Gazeta de Coimbra*, ano XXI, nº 2887, 21.05.1932, p. 1.

⁸⁹ Arquivo Pessoal de António Pedro Vicente, Depoimento dactilografado de Arlindo Vicente, datado de 5 de Maio de 1970.

solidariedade dos republicanos vizinhos, instigaram a luta política nas academias universitárias contra a ditadura.

52

Por esta altura, a vitória republicana na academia coimbrã, que ganha todos os lugares na Direcção da Associação Académica e na Assembleia-geral da Associação Académica, é reveladora do ambiente político que se vive nas academias. Arlindo Vicente será eleito presidente da Assembleia-geral da Associação Académica de Coimbra, em 14 de Novembro⁹⁰, no contexto das lutas académicas que então se travaram. Apesar de permanecer distante de uma ideologia ou organização partidária, tal era o fluxo dominante da sua *vis* artística, Vicente não ficou indiferente aos apelos intervencionistas protagonizados pelos sectores progressistas da academia e da cidade, empenhados em combater a opressiva Ditadura Militar. Muitos estudantes, como Arlindo, desvinculados de quaisquer compromissos políticos, colocavam assim a irreverência da sua mocidade ao serviço de um desígnio nacional.

A intensa combatividade política de Vicente, visível na refrega académica deste período, fica claramente demonstrada por documentos que revelam o seu percurso académico. Com efeito, o mapa de faltas dadas até 15 de Novembro prova que a assiduidade de Vicente, então no 5º ano de direito, era muito fraca⁹¹. Não se estranha por isso que, em 14 de Novembro, data da sua eleição para a presidência da Assembleia-geral, Arlindo requeira ao Reitor da Universidade a passagem da sua condição de aluno ordinário à de voluntário «para fins convenientes»⁹². A assunção das suas novas responsabilidades no dirigismo estudantil não era de todo compatível com elevados níveis de frequência escolar. A política era, provisoriamente, o seu «fim conveniente», ao lado do amigo João Gaspar Simões, presidente da Associação Académica.

Apesar das aparências, esta incursão política acabará por se revelar verdadeiramente episódica, muito distante da atitude conspirativa que outros sec-

⁹⁰ Cfr. Alberto Vilaça, *Para a história remota do PCP em Coimbra 1921-1946*, Lisboa, Edições Avante, 1997, pp. 72-73; Cristina faria, *ob. cit.*, p. 183.

⁹¹ Cfr. Arquivo da Universidade de Coimbra, pasta «Direito 5º ano 1931-1932».

⁹² *Ibidem*.

tores mais politizados evidenciavam. Muitos jovens intelectuais, densamente moldados pelo idealismo cultivado nas proximidades do anarquismo ou do comunismo, promoviam uma certa rebeldia conspirativa que se evidenciava nos meios oposicionistas. Um desses intelectuais foi Armindo Rodrigues⁹³, médico e poeta, um espírito verdadeiramente rebelde, que em 1958 virá a pertencer ao núcleo duro da candidatura de Vicente: «Desses intelectuais transviados e rebeldes era eu, orgulhosamente, um. Isso obrigava-me, era evidente, uma tarefa clandestina de propaganda pela palavra, ou pela distribuição documental, persistente, ingloria e arriscada, porque a abdicacão à resistência e à luta não a admitia. Tinha seguido o meu rumo e por ele seguiria sem desfalecimento»⁹⁴.

Ainda que sem ostentar esta predisposicão mais irredutível e combativa, a atitude de Vicente era ainda assim denunciadora das tendências progressistas do seu espírito. Sem compromissos políticos definidos, continuava empenhado, acima de tudo, em construir uma carreira artística e a encontrar resposta adequada para problemas estéticos. As exigências familiares, porém, acabariam por forçá-lo a abraçar a carreira jurídica.

Antes de abandonar Coimbra rumo a Anadia, onde tentará a carreira de advogado, a cidade do Mondego terá oportunidade de apreciar a sua obra numa última exposicão, apresentada em 21 de Maio de 1932, que incluía quatro retratos e dois desenhos⁹⁵. Um crítico de antanho lamentava que Vicente produzisse «tão pouco» e que, por isso, o seu nome se circunscrevesse «à roda dos amigos»⁹⁶.

⁹³ Armindo Rodrigues nasceu em Lisboa em 1904, frequentou a Faculdade de Medicina de Lisboa, cultivou a poesia integrando os poetas neo-realistas e frequentou os meios oposicionistas de esquerda, participando nas campanhas políticas de 1945 a 1949 e 1958, ao lado de Arlindo Vicente. Colaborador da revista *Vértice* e do jornal *República*, publicou diversos livros de poesia, desde *Voz Arremessada ao Caminho* (1943), *Romanceiro* (1944), *Em Cada Instante Cabe o Mundo* (1945), *A Esperança Desesperada*, *Cantigas de Circunstância* (1948) e *A Paz Inteira* (1954), num total de 29 livros. Faleceu em Lisboa em 6 de Agosto de 1993.

⁹⁴ Armindo Rodrigues, *Um Poeta Confessa-se*, Lisboa, Edicões Cosmos, 1998, p. 120.

⁹⁵ Cfr. *Gazeta de Coimbra*, ano XXI, n.º 2887, 21.05.1932, p. 1.

⁹⁶ Cfr. *Ibidem*, n.º 2890, 28.05.1932, p. 2

Esse seria, aliás, o seu destino: secundarizar a arte em nome dos compromissos que continuamente lhe eram imputados pela consciência, pelo país e pela família. Entre a carreira de advogado forçado e artista empenhado, o seu olhar sobre o mundo continuaria sobredeterminado por uma extrema sensibilidade artística. Foi, aliás, por via artística que o pintor, numa primeira fase, se envolveu na vida pública e contemplou criticamente a existência colectiva do seu tempo.

CAPÍTULO II – O PINTOR DA NATUREZA HUMANA

*«A Arte Moderna é arte viva e vivida»
(Arlindo Vicente)*

1. ARLINDO VICENTE E A ARTE MODERNA

Arlindo Vicente terminou o curso de direito em 1932. O seu regresso ao torrão natal foi assinalado, como mandava a tradição, com festa rija e banda de música, entrecortada pelos discursos de familiares e amigos⁹⁷, entre os quais João Gaspar Simões. No mesmo ano, Salazar assumiu o poder como presidente do conselho para tomar conta dos destinos do país, fazendo-o «viver habitualmente», na pacatez dos costumes nacionais, e reduzindo-o a ambições modestas⁹⁸, dentro da sua concepção de um Portugal rural e auto-suficiente. Para o jovem jurista, já com uma carreira de artista a ecoar algum sucesso, as artes plásticas surgiam nimbadas de um halo de predestinação, pois era sob a alçada das suas faculdades apolíneas que Arlindo Vicente aspirava a cumprir o seu destino terreno. Não se estranha, por isso, que, terminado o curso, e depois de uma frustrada incursão no foro judicial, fosse para a criação artística que orientou o melhor do seu esforço, lutando contra todas as adversidades de um ambiente tacanho em produção e dinamização artístico-cultural.

⁹⁷ *Alma Popular*, ano 14, n.º 352, 29.07.1932, p. 1.

⁹⁸ Cfr. António Ferro, *Entrevistas de António Ferro a Salazar*, 2ª ed., Lisboa, Parceria A. M. Pereira, 2003, p. 172.

Antes de analisar a extensão e o significado da sua produção artística, impõe-se talvez uma análise preambular aos preceitos estéticos que orientavam a sua obra. Não se procura expor e avaliar essa produção artística à luz de incisivos e clarificadores juízos estéticos, mas apenas a intelecção de princípios básicos, sem os quais dificilmente se compreende a sua ligação às correntes artísticas e culturais que então se manifestaram. Procuramos, acima de tudo, analisar a sua obra dentro das contingências intelectuais e das limitações impostas ou sugeridas pela realidade política e social com que o artista se viu confrontado.

Como se sabe, este será um período de afirmação das soluções ditatoriais um pouco por toda a Europa onde o liberalismo apresentava sinais de crise profunda. Em Portugal, a situação revelava-se ainda mais dramática graças à permanência das estruturas sociais e culturais herdadas do século XIX. Arlindo Vicente procurou afirmar-se numa época em que a cultura se viu especialmente condicionada pela própria situação política, dentro de quadros mentais e culturais que impunham copiosos limites à criatividade. Ou que, bem pelo contrário, granjearam instrumentalizar a arte e a cultura, colocadas ao serviço de uma vontade férrea, apostada em fomentar inquebrantáveis consensos sociais.

António Ferro, à frente do Secretariado de Propaganda Nacional, criado por decreto-lei de 25 de Setembro de 1933, reservou para a cultura um protagonismo nuclear como instrumento de inculcação ideológica e de propaganda, na definição de um «espírito nacional» e na legitimação política do Estado Novo.

Na ainda curta vida de Arlindo Vicente, os anos trinta serão marcados por uma ingente necessidade de realização espiritual e artística. Apesar de sempre atento aos grandes problemas intelectuais e ideológicos do seu tempo, o artista evidenciava essencialmente preocupações estéticas, como aliás recomendava a doutrina presencista. Pouco atraído pela política activa, não deixará contudo de assumir posições ideológicas, cuja compreensão se situa no contexto de intervenção dos diferentes movimentos e grupos culturais com quem esteve intelectualmente envolvido.

O artista aveirense começou por militar numa geração artístico-cultural que cultivava a independência política no final da década de vinte, liderada pelos presencistas de Coimbra. José Régio e os seus acólitos insurgiam-se contra a dependência e subserviência dos artistas e intelectuais ao jornalismo político da «recomendação» e do compadrio» acrítico, e perfilavam-se contra os movimentos intelectuais e políticos gizados em torno da *Seara Nova* e *Nação Portuguesa*⁹⁹. Arlindo desenhou o perfil desta geração, com quem sempre se sentirá identificado, em plena comunhão de ideais: «Sem politicidade partidária, aceitando tudo o que vinha como elemento de estudo trazido fosse por quem fosse e que num sentido de liberdade de opinião e expressão – que naquele tempo não nos chocava, porque todos assim achávamos indispensavelmente necessário. Havia monárquicos, ateus, religiosos de várias seitas ou igrejas, republicanos, comunistas, anarquistas, condes, democratas, apolíticos e marqueses, nacionais e estrangeiros, brancos, pretos e amarelos; mas reunidos pelos seus méritos, trabalhavam heroicamente pela sobrevivência humana e nacional [...]»¹⁰⁰.

Consequentemente, assumem relevância neste contexto de realização espiritual algumas questões estéticas, como a finalidade da arte. Nesta matéria, os movimentos artísticos e culturais mais significativos deste período assumem posições antagónicas e inconciliáveis. De um lado, o movimento da *Presença*, defensor de uma «arte viva», mas habilmente estimulada pelo conceito de uma «arte pela arte», à procura de um efeito estético. O movimento coimbrão afirmaria a sua independência política e celebraria uma arte «livre», «original» e «sincera», comprometida apenas com a subjectividade do artista. Para Casais Monteiro, na sua introdução à antologia *A Poesia da Presença*, o movimento caracterizava-se pela sua «independência relativamente a qualquer atitude demagógica, o seu decidido combate à «submissão» do escritor ao político»¹⁰¹.

⁹⁹ Cfr. João Gaspar Simões, *História do Movimento da 'Presença' seguida de uma antologia*, Coimbra, Atlântida, [1958], p. 36.

¹⁰⁰ Entrevista de Arlindo Vicente, *A Capital*, Ano III, 2ª série, nº 816, 1.06.1970, p. 9.

Ainda assim, o movimento presencista, muito criticado pelos intelectuais mais progressistas no final da década de trinta, foi visto por alguns como uma necessária reacção às fórmulas convencionais, revelando-se «útil pela agitação provocada, pela hostilidade a um intelectualismo amorfo»¹⁰² e nessa medida deve ser valorizado. Vicente viveu intensamente os pressupostos ideológicos e estéticos deste movimento, considerando mesmo que «todas as nossas ambições eram de liberdade criadora; liberdade de acção e incondicional respeito mútuo. Trazer à luz a inteligência, o amor e a camaradagem, sem preço nem limites. Foi, por demais, a geração da «Presença»¹⁰³.

Nos antípodas viria a revelar-se o neo-realismo, especialmente virulento nas décadas de quarenta e cinquenta, muito crítico do subjectivismo revelado pelo «umbigo» de José Régio e da sua arte individualista. Criticando a «neutralidade» e equidistância dos presencistas face a uma humanidade explorada, os neo-realistas comprometeram-se com uma estética socialmente empenhada em denunciar as injustiças sociais e «transformar» a sociedade. Para Mário Sacramento¹⁰⁴, por exemplo, «o neo-realismo era a única expressão possível de ideários cuja realização pressupunha uma transformação social e política, e nela se empenhavam»¹⁰⁵.

Arlindo Vicente conviveu de perto com os promotores destes dois movimentos, assumindo ele próprio um significativo protagonismo no esforço de dinamismo cultural que então se esboçou, especialmente na década de quarenta. Depois de uma evidente empatia com o movimento presencista, no primeiro

¹⁰¹ Citado por Carlos Reis, «A produção cultural entre a norma e a ruptura», in António Reis (Dir.), *Portugal Contemporâneo*, vol. 4, Lisboa, Alfa, 1990, p. 229.

¹⁰² Fernando Namora, *ob. cit.*, p. 180.

¹⁰³ Entrevista de Arlindo Vicente, *A Capital*, Ano III, 2ª série, nº 816, 1.06.1970, p. 9.

¹⁰⁴ Mário Emílio de Moraes Sacramento nasceu em Ílhavo em 1920. Médico e escritor, fez o curso liceal em Aveiro e frequentou a faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa, onde se licenciou em 1946. Escritor próximo do neo-realismo, foi colaborador assíduo da revista *Vértice* e do *Comércio do Porto*, entre outros. Exerceu clínica em Ílhavo e Aveiro. Como político, foi membro do Movimento de Unidade Democrática e impulsor do I Congresso Republicano de Aveiro, realizado em 1957. Autor de vasta obra, entre narrativa e ensaio, com destaque para trabalhos dedicados a Eça de Queirós e, entre outros, *Lendo Raul Brandão* (1967), *Fernando Namora – o Homem e a Obra*, 1967, *Há uma Estética Neo-Realista?* (1969) etc. Faleceu em 1969.

¹⁰⁵ Mário Sacramento, *Há uma estética neo-realista?*, 2.ª ed., Lisboa, Veja, 1985, pp. 20-21.

lustro de trinta, acabou por participar na organização das *Exposições Gerais de Artes Plásticas*, de feição alegadamente neo-realista e de clara oposição ao Estado Novo. Pelo meio, devem registar-se as ligações aos meios nacionalistas com que conviveu em irmandade com António Pedro, entre 1936 e 1940.

Em face desta dispersão de interesses e protagonismos, compreende-se a pertinência de um primeiro enfoque interpretativo acerca das modulações estéticas que guiaram Vicente durante o seu ofício¹⁰⁶, entendidas necessariamente à luz da tensão dialéctica entre individualismo e sociedade, contexto em que os polemistas coevos esgrimiram pendências culturais e ideológicas.

Em 1939, num depoimento escrito para o *Diabo*, semanário que dava guarida aos intelectuais opositoristas de esquerda, Arlindo Vicente declarava que «a arte moderna surgiu como necessária reacção contra o convencionalismo de meados do século XIX»¹⁰⁷ e, mais tarde, afirmava-a como «uma das maiores revoluções espirituais de todos os tempos»¹⁰⁸. Partindo do único juízo estético válido, o de «sinceridade», esta afirmava-se como «pura criação individual»¹⁰⁹, como «arte livre de todas as peias ou preconceitos, contra a realidade objectiva imposta até então e contra todas as estéticas convencionais»¹¹⁰.

O artista aveirense enquadrava, assim, a arte moderna no ponto de vista da modernidade, na medida em que aquela se desliga da tradição, do passado normativo com os seus rígidos critérios estéticos e artísticos. Ao rejeitar o convencionalismo académico e o seu ideal de beleza imutável e transcendente, os artistas modernos reforçavam a sua posição de arautos da mudança e da novidade, indo ao encontro de uma estética da transitoriedade e da imanência¹¹¹.

¹⁰⁶ Infelizmente, o seu pensamento estético reduz-se a algumas entrevistas e a um depoimento no jornal *O Diabo*, limitando-se assim consideravelmente as possibilidades de interpretação.

¹⁰⁷ *O Diabo*, ano I, n.º 240, 29.04.1939, p. 4.

¹⁰⁸ «A Arte Moderna vista pelo Dr. Arlindo Vicente», *Vida Mundial Ilustrada*, ano III, n.º. 150, 30.03.1944.

¹⁰⁹ *O Diabo*, ano I, n.º 240, 29.04.1939, p. 4.

¹¹⁰ «A Arte Moderna vista pelo Dr. Arlindo Vicente», *Vida Mundial Ilustrada*, ano III, n.º. 150, 30.03.1944.

¹¹¹ Cfr. Matei Calinescu, *As Cinco Faces da Modernidade*, Lisboa, Veja, 1999, p. 17. Leia-se igualmente Charles Baudelaire, *O Pintor da Vida Moderna*, Lisboa, Vega, 1993.

Esta «cultura de ruptura», própria da modernidade, será veiculada por Vicente na medida em que este afirma a arte como «pura criação individual». O pintor aveirense assume um dos fundamentos da arte moderna, recusando o conceito de «imitação» que durante séculos vigorou como fundamento primacial da compreensão estética. A obra de arte anunciava-se como o produto de «uma visão» subjectiva e por isso definia-se em termos de «construção»¹¹². Em Arlindo Vicente, como aliás no grupo da *Presença*, a realidade será sempre mediada pela subjectividade do artista, que através da sua «sensibilidade» ou da sua «intimidade» produzirá uma obra de arte que não será mais do que o meio de «tornar visível o seu mundo psíquico»¹¹³. A «sinceridade», que ele afirmava como conceito operatório estruturante da sua criação artística, acaba por reforçar o carácter subjectivista da sua arte e da própria realidade, de que aquela não é mais do que um simples reflexo.

Arlindo Vicente defendia que a determinação dos elementos da realidade era concebida pela sensibilidade do artista, «sem qualquer limite», pois era no seio da subjectividade que o real se transformava e se operava a «transposição de estados de alma». Esta noção da obra como «estado de alma», enquanto afirmação do «eu moderno», rompe com as concepções utilitário-didácticas da arte que viam no artista um profeta da mudança, como acontecerá com o neo-realismo. Mesmo quando o seu objecto é a realidade social, é às angústias do seu mundo interior que devemos a escolha dos motivos pictóricos.

Tais concepções aproximavam Vicente da arte produzida por alguns dos seus contemporâneos, como Mário Eloy. Como este pintor, o artista aveirense «pintava o que sofria, o que temia e amava, sendo verdadeiro e sincero naquilo que parecia preocupação intelectual, alucinação fantástica ou desordem de raciocínio»¹¹⁴.

¹¹² Cfr. Fernando Guimarães, *Artes Plásticas e Literatura. Do Romantismo ao Surrealismo*, Porto, Campo de Letras, pp. 76 ss.

¹¹³ José Régio, «Breve história da pintura moderna», *Presença. Folha de Arte e Crítica*, n.º 17, Dezembro de 1928, pp. 4-5.

¹¹⁴ Vítor Serrão, «Algumas reflexões sobre a pintura de Arlindo Vicente», *República*, ano 63 (2ª série), n.º 15 601, 27.11.1974, p. 4.

Apesar do assumido subjectivismo, a estética vicentina, sempre fiel ao princípio da liberdade criadora, não se deixou enclausurar num excessivo individualismo. As suas incursões na glosa social evidenciavam uma preocupação com o colectivo que se revelou permanente e verdadeira, dentro dos critérios gizados pela interpretação subjectiva. Evitava-se com este processo a subjugação dos meios pictóricos a cânones que fossem estranhos ao domínio do artista e à sua personalidade. Com efeito, o pintor sempre defendeu que a arte, na medida em que se afirma como «criação do espírito e da inteligência», deve assumir a sua «independência» face a qualquer realidade exterior: «A arte pela arte consagra e define a verdadeira génese do labor artístico»¹¹⁵.

Estas afirmações foram proferidas quando nos circuitos literários e plásticos pontificava o neo-realismo, muito empenhado na revolução social e na luta contra o fascismo. Correspondem ao período em que Arlindo Vicente, profundamente ligado à Sociedade Nacional de Belas Artes, como dirigente, trabalhava na organização das *Exposições Gerais de Artes Plásticas*. Esta colaboração, a que voltaremos mais à frente, é exemplificativa da impossibilidade de se integrar o artista numa concepção neo-realista das artes plásticas. A sua participação na *3ª Exposição Geral de Artes Plásticas*, ocorrida entre 2 e 15 de Maio de 1948, onde apresentou 6 obras¹¹⁶, foi comentada na imprensa em termos que não oferecem dúvidas sobre a dimensão expressiva da sua obra: «Arlindo Vicente é um sinfonista lírico: cor e intenção, com a inocência exigida por Corot, com certa ostentação daqueles tons fulvos que fazem estremecer os admirativos de Van Gogh»¹¹⁷.

Apesar de defensor da «arte pela arte», o pintor não negava ao artista, enquanto cidadão, as investidas de natureza política, pois tal «não quer dizer

¹¹⁵ Entrevista de Arlindo Vicente, *Diário de Lisboa*, ano 27, n.º 9086, 16.03.1948, p. 1.

¹¹⁶Foram elas: «Promessa», «Retrato», «Garotos comendo fruta», «Natureza morta», «Apontamento «Ensaio de una» e «Retrato da Exma. Sr.ª D. Maria Corsino». Cfr. *3ª Exposição Geral de Artes Plásticas*, Maio, S.N.B.A, 1948, p. 4.

¹¹⁷ «Impressões da 3ª Exposição Geral de Artes Plásticas», *Diário de Lisboa*, ano 28, n.º 9133, 3.05.1948, p. 6.

que o artista independente em matéria de arte não possa ser um político¹¹⁸. É certo que Arlindo aceitava que muitos artistas plásticos catalogassem o seu trabalho como «arte histórica e documental», afirmando todavia que os seus contornos propagandísticos são «difíceis de distinguir». O pintor negava, porém, aos políticos o «direito de enfeudar a sensibilidade do artista, por nobreza de ânimo e carácter alheio a actuações de circunstância»¹¹⁹, obrigado pelas convenções e pela escola a fazer de profeta e de ideólogo.

Ainda assim, o pintor admitia a função didáctico-utilitária da arte e da cultura, conformando-se mesmo com o papel mediador e com a acção ética e pedagógica das elites. A divergência fundamental residia na superação que Vicente operava face à dimensão panfletária da arte, pela afirmação de um vasto programa de educação artística. Criticando os programas da cultura artística vigentes nas escolas, muito ciosas da disciplina e da reverência com que tolhiam a criatividade, o pintor advogava actividades culturais que aproximassem a arte das classe populares, educando-as para a cultura. Nesse vasto programa de educação cultural, muito afectado por idealismo excessivo mas verdadeiro, contavam-se actividades certamente revolucionárias e originais, como «levar os rapazes das escolas aos museus, transportar as obras dos museus aos vários agregados sociais dessas províncias, promovendo ali exposições de cultura e de escultura, acompanhadas de conferências... Assim se educaria o gosto do público pelos assuntos da arte»¹²⁰. A verdadeira função didáctico-utilitária da arte residia neste profundo desígnio de educação artística, partindo do pressuposto de que «a educação pela cultura, pela arte, melhora o nível moral e espiritual do homem, ao ponto de o tornar mais perfeito»¹²¹.

Noutro lugar, o pintor afirmará que essa missão social do artista plástico consistia em «interessar o público na cultura estética», produzindo uma obra

¹¹⁸ Entrevista de Arlindo Vicente, *Diário de Lisboa*, ano 27, n.º 9086, 16.03.1948, p. 1.

¹¹⁹ *Ibidem*.

¹²⁰ *Ibidem*.

¹²¹ *Ibidem*, p. 7.

«que o interessasse pela sua projecção humana e pela intromissão desse público, no seu esforço, dentro dessa obra»¹²².

O pensamento estético de Arlindo Vicente acabará por evoluir, durante uma paragem de duas décadas em que se dedicou quase exclusivamente à advocacia e à política. Pintor de domingo, o olhar para «o outro» acabaria muito influenciado pelo contexto social em que decorreu a sua actividade política, no conhecimento e contacto com a extrema miséria de muitos portugueses. O retorno pleno e íntegro à sua condição de artista realizar-se-ia na década de setenta, articulando a sua veia expressiva com uma intencionalidade social mais consciente do que nunca, como o próprio afirmará posteriormente: «A presença de motivos populares, a alusão à vida e à luta dos camponeses, por exemplo, fazem com que haja fortes preocupações políticas nesta pintura que quero ver continuadas»¹²³.

Apesar de tudo, a produção artística deste período final não significava uma ruptura total com o expressionismo lírico que o caracterizava, apesar da exibição de um universo pictórico «cheio de verdade e de interesse quando nos transmite o mundo complexo e atormentado do universo dos homens humildes, do campo ou do mar e ainda de muitos outros que no cumprimento da sua missão mergulham as suas raízes nas grandes batalhas da consciência para a conquista dum mundo melhor»¹²⁴.

Com efeito, mesmo nos trabalhos mais realistas, o que verdadeiramente ressalta é a dimensão humanista da sua obra e menos a coloração política dos temas: «Em toda a temática do artista há um sopro de humanidade, traduzindo no respeito à pessoa humana, um carinho pelos que sofrem e uma ternura pelos humildes. Arlindo não esqueceu a sua condição de homem, e isto coloca-o num plano apreciável»¹²⁵. O universo de sofrimento, assim como o bucólico

¹²² Entrevista de Arlindo Vicente, *Ler, Jornal de Letras, Artes e Ciências*, n.º 8, Novembro de 1952, p. 16.

¹²³ Entrevista de Arlindo Vicente, *República*, ano 63 (2ª série), n.º 15 595, 20.11.1974, p. 2.

¹²⁴ *O Primeiro de Janeiro*, ano 102, n.º 150, 2.06.1970, p. 5.

¹²⁵ *Diário Popular*, 11.06.1970, p. 15.

e o lírico, era reproduzido com grande sentido poético, o que fazia realçar o seu valor expressivo.

64

Vicente cultivou sempre uma atracção pela figura humana, objecto primacial da sua procura: «Nos olhos de um dos seus companheiros de vida artística ou nos olhos de uma das varinas (tema cada vez mais frequente), a busca é a mesma. É a procura do outro. A figura humana é o centro. Tudo o que o rodeia torna-se secundário e dependente de um eixo centrípeto para onde se dirige a pesquisa do artista»¹²⁶. Mas mesmo quando pintava um camponês ou um pescador, mais do que um símbolo de classe, era o indivíduo que se projectava na tela, era o outro. O próprio artista exporá o seu interesse pelos homens concretos, em investida contra os atavismos naturalistas, afirmando que «na natureza humana se encontram paisagens mais emocionantes que a das montanhas ou a da quietude das planícies»¹²⁷.

Na verdade, Arlindo Vicente empenhou-se em mergulhar na torrente da vida, perscrutando emoções e vivências, trazendo a vida para a criação artística, e assim aproximando estas duas realidades humanas. Na sua definição de arte moderna, o artista empregava a expressão «arte viva e vivida», que o colocava em sintonia com as tendências vitalistas que desde o século XIX, partindo dos contributos de Richard Wagner e Nietzsche, ambicionavam a transformação da vida pela arte¹²⁸.

Dentro desta perspectiva, o pintor considerava que a arte «não é nem pode ser uma manifestação elegante, perfeita à margem dos sofrimentos humanos»¹²⁹. A sua produção artística, assumindo claras preocupações sociais, perscrutava a parcela de verdade que a sua sensibilidade identificava no contacto com a realidade. A obra artística, fundada na «sinceridade» da sua visão, projectava-se como

¹²⁶ Filipa Vicente, *Pintura e Desenho de Arlindo Vicente*, Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, Galeria de Exposições da Biblioteca Nacional de Vila Franca de Xira, 1999.

¹²⁷ Depoimento de Arlindo Vicente, Suplemento Literário do *Diário de Lisboa*, 15.5.1936, p. 3.

¹²⁸ Leia-se Richard Wagner, *A Arte e a Revolução*, Edições Antígona, Lisboa, 2000 e Frederico Nietzsche, *A Origem da Tragédia*, Lisboa, Guimarães Editores, 2002.

¹²⁹ Depoimento de Arlindo Vicente, *O Diabo*, nº 240, 29.04.1939, p. 4.

testemunho de verdade, uma verdade que radicava no mais íntimo e subjectivo dos mundos, a consciência do artista¹³⁰.

Em conformidade, a arte consistia na «sensibilidade de todas as tragédias»¹³¹, empenhada em transformar a própria vida e assumindo-se, ao mesmo tempo, como «angústia e esperança»¹³². O pintor pintava «o que sofria», essa humanidade angustiada, mas deixava sempre a esperança numa solidariedade redentora, pressuposto corroborado por outros intérpretes da sua obra: «A pintura de Arlindo Vicente não só nos dá testemunho desse grande mundo de dor e luta pela sobrevivência, como é também um veemente apelo ao Grande Abraço Fraternal que deve existir entre os homens; um Abraço de Solidariedade Humana que nos mantém vivos e que, apesar de gastos por séculos e séculos de privações, nos torna senhores da nossa própria razão de existir, capazes de Novos Dias – Novos Mundos. É essa a sua mensagem, transmitida com amor e sinceridade»¹³³.

Consequentemente, o expressionismo de Vicente revelava um humanismo que rompia com as tendências intelectualistas das vanguardas modernistas do início do século XX, que haviam procedido a uma veemente desumanização da cultura. Movimentos artísticos como o cubismo ou o futurismo tomaram consciência do carácter obsoleto do Homem e eliminaram-no das suas telas, procedendo assim a uma desmitologização do Homem já iniciada por Nietzsche¹³⁴.

Arlindo, pelo contrário, devoto assumido da natureza humana, nas suas múltiplas manifestações, foi edificando uma obra intensamente humanista. Se nos seus retratos avulta o traço psicológico do indivíduo, retratado por

¹³⁰ Sobre a assunção da arte como «verdade», numa perspectiva existencialista, veja-se Martin Heidegger, *A Origem da Obra de Arte*, Lisboa, Edições 70, pp. 30 ss.

¹³¹ Depoimento de Arlindo Vicente, *O Diabo*, nº 240, 29.04.1939, p. 4.

¹³² Manuel Valdemar dirá no *Catálogo da Exposição Desenho e Pintura de Arlindo Vicente* (SNBA, 1970) que «a angústia e a esperança constituem as duas faces simultâneas da pintura e desenho de Arlindo Vicente. As suas preocupações em marcar efectiva presença noutros caminhos da vida e da conquista do Humano, não o impedem de restituir à cinza e à lama dos dias idênticos a surpresa das formas e das cores e com a palpitante verdade de um mundo e de um sonho».

¹³³ Eurico Gonçalves, «Arlindo Vicente. O Mundo da Dor e da Luta pela Sobrevivência», *Flama*, ano XXXI, nº 1396, 6.12.1974, pp. 50-53.

¹³⁴ Cfr. Matei Calinescu, *ob. cit.*, p. 115.

Vicente «até à inconfidência»¹³⁵, nos óleos transparece toda a alma dos simples e humildes, exposta na candura dos seus sentimentos e na «rudeza» da sua miséria, por um olhar intenso e solidário: «A rudeza da expressão alia-se à rudeza da factura dos seus desenhos e pinturas. Sentimentos universais, como a maternidade, o amor e a amizade, estão aí bem expressos e tocam-nos de perto. Uma certa ingenuidade na maneira tosca e desajeitada como o pintor coloca a cor e trata a matéria, sem qualquer artifício apenas fiel ao seu modo de sentir e ver o mundo que o rodeia. Um modo simultaneamente duro e primário, eivado de ternura e humanismo. Um humanismo a que não é alheio o lirismo das coisas simples»¹³⁶. As suas personagens são ao mesmo tempo símbolos universais de sofrimento e de beleza.

É certo que a pujança deste neo-expressionismo é ilusória e não esconde um certo lirismo que corresponde a uma «visão cândida» e mesmo «ingénua»¹³⁷. Em Portugal não passaria de uma faceta desenvolvida em jornais e revistas ao lado de um certo caricaturismo de sabor político e social, não chegando por isso a constituir um movimento coerente e homogéneo. Este ponto de vista confirma, assim, o carácter superficial e eclético do modernismo português, resultante de uma incipiente assimilação das tendências modernistas ocidentais e especialmente francesas, que só grosseiramente foram interpretadas e incorporadas pelos artistas nacionais¹³⁸.

Apesar de tudo, como afirmaria com acerto o escritor Assis Esperança, no catálogo da exposição de Vicente, de 1970, «o esforço dos homens de cada geração, apenas servirá de ponto de partida para a Conquista de novos rumos da inteligência»¹³⁹. Vejamos como esse esforço se conjugou com as vicissitudes inscritas no acanhado panorama artístico e cultural das décadas de trinta e quarenta.

¹³⁵ Cfr. *Gazeta de Coimbra*, ano XX, n.º 2729, 5.05.1931, p. 2.

¹³⁶ Eurico Gonçalves, *ob. cit.*

¹³⁷ Cfr. Rui Mário Gonçalves, «Os anos vinte», *Capital*, ano III (2ª série), n.º 791, 7.05.1970, Suplemento, p. 8.

¹³⁸ Cfr. João Pinharanda, «A Arte portuguesa no século XX», in António Costa Pinto (coord.), *Portugal Contemporâneo*, Madrid, Sequitur, 2000, p. 285.

¹³⁹ *Catálogo da exposição Desenho e Pintura de Arlindo Vicente*, S.N.B.A, Lisboa, 1970.

2. ENTRE O MODERNISMO E A VANGUARDA

Na prática, a tensão dialéctica entre as práticas culturais e o ambiente mental, social e político marcariam as limitações de uma actividade artística que se pretendia modelar. A situação das artes plásticas era, em Portugal, ainda mais difícil do que a da literatura. Com efeito, desde o vanguardismo futurista da geração de «Orpheu» que estas sofriam uma completa estagnação. Apesar do renovado interesse de Amadeo de Souza-Cardoso pelas formas cubistas, os pintores nacionais cultivavam, ao lado de uma burguesia inculta, o gosto pelo naturalismo, celebrando Malhoa e as suas composições como representantes de um gosto claramente nacional.

O próprio Arlindo Vicente afirmava que depois de Columbano e Malhoa, que ele considerava «auténticos pintores», não se registara um significativo progresso no campo plástico. Entre os seus contemporâneos elogiava Abel Manta, «tão grande na pintura como na sua dignidade de homem»¹⁴⁰.

O panorama artístico dos anos vinte, apesar das «descobertas» tardias de Cézanne por Viana e de Picasso por Almada Negreiros, não alterava este claro predomínio do gosto naturalista¹⁴¹. Por outro lado, as tentativas dos «modernos» para se impor não encontravam o apoio das instituições públicas, comandadas por artistas pouco disponíveis para fazer concessões aos «novos». Era o caso do Museu Nacional de Arte Contemporânea, dirigido por Columbano entre 1914 e

¹⁴⁰ Entrevista de Arlindo Vicente, *Ler, Jornal de Letras, Artes e Ciências*, n.º 8, Novembro de 1952, p. 16.

¹⁴¹ Cfr. Rui Mário Gonçalves, «As Artes Plásticas: a lenta emergência da modernidade», in António Reis (Dir.) *Portugal Contemporâneo*, vol. 4, Lisboa, Alfa, 1990, pp. 289-292.

1927, e depois por Sousa Lopes. Este pintor naturalista, que descobrira tardiamente o impressionismo, repudiava os modernos por seguirem Cézanne, que ele julgava incapaz de desenhar¹⁴². Na Sociedade Nacional de Belas-Artes, onde lavrava uma «apatia» entre público e criadores, os artistas modernos não encontravam a necessária receptividade para expor os seus trabalhos. A «questão dos novos», que viria a causar escândalo na sociedade lisboeta em 1921, residia no excessivo academismo dos seus salões anuais, resistentes a uma abertura aos novos valores modernistas¹⁴³.

É neste contexto de alguma «abulia intelectual» que surge o *I salão dos Independentes*, inaugurado em Maio de 1930. O evento cultural foi idealizado a um «canto do café» por Mário Eloy, António Navarro, Arlindo Vicente e Ferreira Gomes, apostados em «vencer a asfixia» que ameaçava a emergência do modernismo plástico em Portugal¹⁴⁴. Apesar de tudo, não se tratava tanto de um salão revolucionário, intentado a usar o escândalo como meio de afirmar o gosto moderno e ferir a sensibilidade tradicional, aos «murros na velha sensibilidade abdominal burguesa»¹⁴⁵ e a «gritar imbecilidades»¹⁴⁶.

Pese a ausência de uma propensão excessivamente irreverente e iconoclasta – António Pedro dirá no *Manifesto do I Salão dos Independentes* ter-se chegado «à altura de construir» – o *Salão* propunha-se, nas palavras de Nemésio, edificar «um estilo» que se afirmasse como «uma força protestaria em frente à arte senil»¹⁴⁷ representada pelo naturalismo. Tratava-se, portanto, de uma reali-

¹⁴² Cfr. *Idem*, *História da Arte em Portugal*, vol. 12, «Pioneiros da Modernidade», Lisboa, Publicações Alfa, 1993, p. 146. Vicente, pelo contrário, idolatrava Cézanne, «o mais notável dos pintores modernos» (*Vida Mundial Ilustrada*, ano III, n.º 150, 30.03.1944).

¹⁴³ Cfr. Cristina de Sousa Azevedo Tavares, *Naturalismo e Naturalismos na Pintura Portuguesa do Séc. XX e a Sociedade Nacional de Belas-Artes*, vol. 1, Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 1999, pp. 137 ss.

¹⁴⁴ Cfr. *Idem*, *Ibidem*, pp. 146-147.

¹⁴⁵ Vitorino Nemésio, «1º Salão dos Independentes», *Seara Nova*, ano IX, n.º 208, 10.06.1930, p. 246.

¹⁴⁶ F. de Alves, «O salão dos Independentes. Um cancionero do século XX», *Diário de Lisboa*, 11.06.1930, p. 2.

¹⁴⁷ *Ob. Cit.*

zação colectiva de arte moderna, reunindo, para o efeito, pintores, desenhistas, arquitectos e músicos, num total de sessenta e sete artistas. Foram apresentadas ao público lisboeta trezentas e doze obras, significando tendências plásticas e influências estéticas muito díspares.

Arlindo Vicente, apesar da sua juventude, vê consolidar-se o seu estatuto de artista ao integrar o núcleo de organizadores do evento. A sua participação artística viria a singularizar-se no desenho, tendo apresentado um total de dezasseis obras, com destaque para os retratos, que José Régio elogiou como «uma magnífica esperança»¹⁴⁸. Para além de um auto-retrato e dos retratos de Diogo de Macedo, Carlos Queirós e Gil Vaz, provocaram grande entusiasmo os retratos de António Navarro e de Fernando Aires, que o crítico do *Diário de Notícias* enalteceu no seio de «uma dúzia farta de bons desenhos»¹⁴⁹.

O retrato, que o renascimento italiano consagrara à glorificação individualista, com os seus príncipes e burgueses em encenações garbosas, foi perdendo expressão no contexto da arte moderna. Em Portugal, como noutras paragens, cumpria a satisfação das encomendas das famílias da burguesia abastada. Mas depois de Columbano – que durante o século XIX retratou com invulgar mestria algumas das mais significativas personalidades da cultura nacional – Silva Porto, Malhoa e António Carneiro, o retrato entrou em decadência. Uma das virtudes reveladas, entre outros, por Arlindo Vicente foi a de recuperar este género plástico dentro de critérios estéticos modernos¹⁵⁰, empenhando-se em penetrar na psicologia dos retratados «em poses por vezes literariamente sofisticadas»¹⁵¹.

A preferência dada ao retrato consubstancia, assim, o seu interesse pela natureza humana, dentro da sua complexidade única e do seu drama individual.

¹⁴⁸ José Régio, «Divagação à roda do I Salão dos Independentes», *Presença. Folha de Arte e Crítica*, n.º 27, Junho-Julho de 1930, p. 8.

¹⁴⁹ *Diário de Notícias*, n.º 23 093, 16.05.1930, p. 11. Vicente apresentou ainda as seguintes obras: «retrato da minha mulher»; «retrato de António Pedro»; «retrato de Narciso Machado Guimarães»; «menina» e 6 desenhos sem título.

¹⁵⁰ Cfr. José Augusto França, «Há cinquenta anos – Os Independentes de 1930», *Colóquio/Artes*, n.º 46, Setembro de 1980, p. 33.

¹⁵¹ *Idem*, *O Retrato na Arte Portuguesa*, Lisboa, Livros Horizonte, 1981, p. 87.

Arlindo assumia-se, essencialmente, como um retratista «exactamente porque amo a humanidade, o meu semelhante, o pobre, sofredor e humilde cidadão, e me condói a sua dor, a sua angústia, o seu temor da morte, o seu apego à vida, para mais sofrer afinal»¹⁵². Muito apreciados pelo público, os retratos do pintor constituíram, desde os circuitos académicos de Lisboa e Coimbra, uma atracção especial para os amantes deste género plástico, embevecidos com a originalidade e com a intensidade psicológica da sua interpretação: «Os seus retratos são primorosos. Os modelos não *posaram*, somente. Arlindo Vicente vai até à inconfidência, dá-nos a maneira psicológica dos retratados»¹⁵³.

Arlindo ficou célebre pelos retratos feitos aos intelectuais presencialistas, a que já se fez referência, levando Casais Monteiro a considerá-lo como um dos «dois grandes artistas do retrato da nova geração», ao lado de José Tagarro¹⁵⁴. Mas em Coimbra, o pintor retratou variadíssimas pessoas das suas relações, como o amigo António Pedro, e algumas destacadas figuras da cidade, como José Neves¹⁵⁵ ou Pierre Hourcade. Na *Gazeta de Coimbra*, Adriano Peixoto, lamentando a parcimónia da sua produção, afirmava que «Arlindo Vicente possui todas as qualidades de um pintor retratista – que seria amanhã mais conhecido e festejado, o pintor retratista da moda»¹⁵⁶, caso este pintasse com mais regularidade.

Mais tarde, entre dezenas de retratos de amigos, artistas e intelectuais com quem conviveu, como os de Assis Esperança, António Navarro, Diogo de Macedo, Artur Paredes, Carlos Queirós, Eugénio de Castro, Fernando Seixas e tantos outros¹⁵⁷, devem destacar-se os retratos que o pintor realizou durante a sua reclusão em Caxias. Dois desses quadros, a óleo, foram apresentados no

¹⁵² Arquivo Pessoal de António Pedro Vicente, depoimento de Arlindo Vicente, datado de 5.5.1970, p. VII.

¹⁵³ *Gazeta de Coimbra*, ano XX, n.º 2729, 5.05.1931, p. 2. Veja-se igualmente a apreciação de António Pedro em Cristóvão, «A Exposição dos Artistas Modernos Independentes», *Acção*, n.º 4, 20.06.1936, p. 7, que será transcrita mais à frente.

¹⁵⁴ Cfr. Adolfo Casais Monteiro, «Segunda Exposição dos Alunos das Belas Artes, no Porto», *Presença*, n.º 31-32, Março-Junho de 1931, p. 28.

¹⁵⁵ O retrato de José Neves foi recentemente publicado por Alberto Vilaça, *ob. cit.*, p. 51.

¹⁵⁶ *Gazeta de Coimbra*, ano XXI, n.º 2890, 28.05.1932, p. 2.

¹⁵⁷ Cfr. Arquivo Pessoal de António Pedro Vicente.

59º Salão das Belas-Artes, realizado em 1963, o «Retrato do companheiro J. Manuel Miragaia» e o «Retrato do companheiro Meireles»¹⁵⁸, apresentando «grande realismo, mas com uma grande economia de meios, de comovente solidariedade»¹⁵⁹, onde se destaca a coloração fulva, exuberante e expressiva que caracterizava o artista neste período.

A participação de Vicente, ao lado de artistas já consagrados ou em clara afirmação, como Abel Manta, Eduardo Viana, Mário Eloy, Sarah Afonso, Lino António, Carlos Botelho, etc., não passou despercebida a olhares mais atentos. Vitorino Nemésio considerou-o «uma promessa inegavelmente forte, posta em tais termos de modéstia pessoal que é a garantia de uma obra. Respira responsabilidade e agride os temas com confiança»¹⁶⁰.

Mas a crítica ao «Salão» nem sempre foi positiva. Na sua grande maioria, a imprensa, pouco aberta à inovação estética, revelava alguma «irritação» face a mais uma manifestação de exotismo diletante. Artur Portela imprecava contra as «ideias falsamente novas» dos modernistas e da sua pretensa independência, acusando-os de com tais expedientes visarem apenas esconder a sua falta de «talento criador». Sobre o trabalho de Arlindo não escreveu uma palavra, por este «não o fazer deter»¹⁶¹.

Para o diário republicano *O Povo*, exceptuando os artistas já conhecidos, o «resto do Salão dos Independentes, com raríssimas excepções, está a pedir incineração, visto que alguns nem para museu de quinquilharia serviam»¹⁶². Para além de acrimoniosa, e muito árida no que toca à qualidade estética dos critérios de apreciação, a censura era reveladora da predisposição anímica dos espíritos, pouco abertos à experiência da novidade. Era o caso de Mário

¹⁵⁸ 59º Salão da Primavera, Sociedade Nacional de Belas Artes, Lisboa, 1963, p. 11. Os retratados eram José Manuel Miragaia e Maurício Meireles Penha, presos por actividades oposicionistas desenvolvidas nas colónias.

¹⁵⁹ Cristina Azevedo Tavares, *ob. cit.*, p. 350.

¹⁶⁰ *art. cit.*

¹⁶¹ Artur Portela, «A Arte e os Artistas. A exposição que abriu nas Belas Artes com o rótulo de I Salão dos Independentes», *Diário de Lisboa*, 15.05.1930, pp. 9 e 16.

¹⁶² *O Povo*, ano III, n.º 547, 15.05.1930, p. 1.

Neves que, no mesmo periódico, desancava impetuosamente os retratistas da exposição afirmando que «vimos lá, por exemplo, retratos, que mais parecem a violação do princípio, incompreensível de resto, que não admitia a caricatura à exposição»¹⁶³.

Já Alfredo Pimenta, no jornal católico *A Voz*, emprestaria enfoque crítico ao esforço intelectualista que os modernistas do salão exibiam numa iniciativa de artistas plásticos. Na sua concepção ultraconservadora não cabiam os atrevimentos intelectuais dos artistas, já que era «*má ideia os artistas pensarem... aos artistas só estava reservado pintar, desenhar e esculpir*»¹⁶⁴.

Alfredo Pimenta, afectando pungido melindre, referia-se aos textos sobre arte moderna inseridos no catálogo da exposição, e saídos das penas de Almada Negreiros, António Pedro, Diogo de Macedo, Carlos Queirós, Álvaro de Campos, Sarah Afonso, Mário Saa, João Gaspar Simões, José Régio, António Ferro e Mário Eloy, entre outros. Desta comunhão de pontos de vista, unindo artistas, poetas e escritores, resultou a publicitação de uma independência cristalina de escolas ou doutrinas, afirmando-se inequivocamente o princípio da liberdade artística «de que a originalidade é a directa e imanente consequência»¹⁶⁵.

Com tais pressupostos estéticos aproximava-se o *Salão* das doutrinas defendidas na revista *Presença*, como prova o envolvimento de ilustres presencistas no certame artístico e cultural. Foi o caso do pintor Júlio e do próprio Arlindo Vicente no domínio da plástica. No plano intelectual, coube a João Gaspar Simões proferir uma conferência sobre a poesia moderna intitulada «Tendências e Individualidades na Moderna Poesia Portuguesa».

José Régio aproveitará o ensejo para teorizar, nas páginas da revista, sobre o significado da arte moderna, estabelecendo os termos da comunhão de ideias com os artistas do Salão. Vale a pena transcrever o que sobre o evento escre-

¹⁶³ Mário Neves, «Regabofe», *O Povo*, ano III, n.º 551, 20.05.1930, pp. 1 e 4.

¹⁶⁴ Citado por Cristina Azevedo Tavares, *ob. cit.*, p. 148. Sublinhado no original.

¹⁶⁵ António Navarro, «A propósito do I Salão dos Independentes», *Presença. Folha de Arte e Crítica*, n.º 26, Abril-Maio de 1930, pp. 2-3.

veu o autor de *Poemas de deus e do diabo*: «Depois de terem caído todas as escolas que tentaram sustentar um dogma modernista sem, por isso, terem caído os criadores delas [...] compreendeu-se que todo o valor duma obra não está na escola em que se possa filiar, mas sim na personalidade do seu autor; e que, portanto, o artista mais moderno é o mais independente [...]. De modo que, um Salão de Independentes é, primeiro, um salão de arte moderna»¹⁶⁶. «Individualismo» e «Independência» constituíam, pois, os fundamentos teóricos que sustentavam o movimento da *Presença* e ao mesmo tempo garantiam a modernidade do Salão dos Independentes.

Importa considerar, porém, que este assumido individualismo se mostrou mais gracioso e conseqüente no campo da literatura e da poesia, onde José Régio assumia que «a finalidade da Arte é apenas produzir-nos esta emoção tão particular, tão misteriosa, e talvez tão complexa: a emoção estética»¹⁶⁷. No campo das artes plásticas, o reiterado individualismo não impediu o aparecimento de temáticas mais sociais, de feição crítica ou satírica, conotadas com o expressionismo e o caricaturismo.

O movimento presencista contou com a colaboração de variados artistas plásticos e gráficos que, dentro da liberdade criadora que a revista instituía como dogma, acabaram por projectar o seu olhar sobre a realidade. Entre os colaboradores plásticos contaram-se os nomes de Arlindo Vicente, Mário Eloy, Almada Negreiros, Dordio Gomes, Diogo de Macedo, Júlio, Bernardo Marques ou Sarah Afonso. Os seus desenhos e caricaturas acabaram por revelar a realidade de uma forma pessoal na medida em que esta é, como afirmou Régio, «uma recriação individual do mundo»¹⁶⁸. As imagens da realidade constituem, afinal, o resultado de uma construção subjectiva que deforma para expressar

¹⁶⁶ José Régio, *art. cit.*, p. 5.

¹⁶⁷ José Régio, «Literatura Livresca e Literatura Viva», *Presença. Folha de Arte e Crítica*, n.º 9, 9.02.1928, p. 1.

¹⁶⁸ *Ibidem*.

«o seu drama íntimo [que] é, concomitantemente, o drama universal, e como tal é tratado e exteriorizado»¹⁶⁹.

74

Arlindo Vicente colaborou em dois números da revista *Presença*. No número vinte e cinco exibe-se um famoso nu, numa cena de envolvente maternidade entre mulher e criança, entrelaçados numa manifestação de carinho e afecto, com dedicatória a João Gaspar Simões¹⁷⁰. O desenho, temperado em linhas simples, reflecte uma certa simplicidade de meios e de temática na medida em que, como realça Maria Isabel Vaz, a simplicidade é «geradora de um clima pactuante com uma certa forma de realidade»¹⁷¹. Vicente colaborava com a *Presença* na construção da sua própria visão do mundo, abraçando os «valores poéticos da ingenuidade», aqui empenhado sobretudo em provocar uma «emoção estética».

Ao contrário, no número trinta e três da revista, o artista aveirense apresentou um desenho numa toada mais satírica a que ele chamou ironicamente «Monumento». Nesta caricatura, o desenhista expõe com grande clareza as profundas clivagens sociais e políticas do seu tempo, vistas a partir da dicotomia entre poderosos e humildes. As figuras do poder e da justiça são representadas em aliança, como símbolos de uma repressão cruenta que se abate sobre o povo. A justiça surge apenas parcialmente vendada, sinal óbvio de uma cegueira escamoteada e selectiva que serve os poderosos que a «compram» com a sua riqueza. Quanto ao povo, é composto em feições bastante deformadas, em expressões grotescas e horrorizadas para acentuar a miséria da sua existência¹⁷². «A balança aparece ostentando um bacalhau burguês, talvez para evidenciar o contraste do que não é»¹⁷³.

¹⁶⁹ Maria Isabel Amaral Antunes Vaz, *Imagens de Vida (Presença: Poesia e Artes Plásticas)*, Porto, Universidade Fernando Pessoa, 1996, p. 251. Para a autora, «esta preocupação de desvendar o mundo não é nova. Baudelaire, Dostoievsky, Nietzsche, entre outros, foram os verdadeiros inspiradores do expressionismo que se manifestou pela monstruosidade, o exagero, a hipérbole, a exteriorização da experiência do vazio interior, o niilismo, enfim, o caos!» (*Ibidem*).

¹⁷⁰ *Presença. Folha de Arte e Crítica*, n.º 25, Coimbra, Fev.-Março 1930.

¹⁷¹ *Ob. Cit.*, p. 91.

¹⁷² *Presença. Folha de Arte e Crítica*, n.º 33, Julho-Outubro 1931.

¹⁷³ Maria Isabel Amaral Antunes Vaz, *ob. cit.*, p. 91.

Arlindo Vicente, neste desenho de evidente intenção social, assumindo um temperamento mordaz, não se limita a provocar uma «emoção estética». Num expressionismo caricatural muito usado em publicações periódicas, o artista denuncia as injustiças do mundo, fazendo interessar a arte pelo destino dos desafortunados e dos injustiçados. Sensível à realidade social com que convive, a arte de Vicente projecta essa realidade na torrente da própria vida que a sugere, transformando o seu drama íntimo em esperança redentora.

As ilustrações de Vicente na *Presença* confirmam este expressionismo caracteristicamente português feito do contraste que «deambula» entre a «expressão da dor quotidiana ao visionarismo e da sátira à ternura». A sua sátira anticapitalista atingia o burguês directamente, o «gordo, guloso e lascivo», enquanto no nu o artista procede a uma intencional «apologia da pureza», num contraste desenvolvido também por Bernardo, Eloy e Júlio¹⁷⁴.

Os fundamentos estéticos em que assenta o trabalho de Arlindo Vicente colocam-no em contacto, como se sabe, com o expressionismo alemão do início do século, pese embora a sua devoção compositiva para com Cézanne. Em Portugal, muito por força da preferência dada à cultura francesa, só no final da década de vinte este movimento de vanguarda ganhou alguma expressão, emprestando certa profundidade ao caricaturismo desse período. Georges Grosz, com o seu «verismo» (*veritas*) inçado de preocupações sociais, foi talvez o pintor que maior influência exerceu entre os artistas plásticos nacionais, com destaque, para além de Vicente, para Bernardo Marques, Carlos Botelho e Mário Eloy¹⁷⁵. De Mário Eloy, seu companheiro de aventuras cromáticas, colheu Arlindo algumas sugestões que este trouxe da Alemanha e de Heckel¹⁷⁶.

Os acontecimentos ocorridos em Portugal e na Europa durante a década de trinta mostraram ao grémio da *Presença* a impossibilidade de este manter a sua

¹⁷⁴ Rui Mário Gonçalves, *História da Arte em Portugal*, vol. 12, «Pioneiros da Modernidade», Lisboa, Publicações Alfa, 1993, p. 150.

¹⁷⁵ Cfr. *Idem*, «As Artes Plásticas: a lenta emergência da modernidade», in António Reis (Dir.) *Portugal Contemporâneo*, vol. 4, Lisboa, Alfa, 1990, pp. 294-295.

¹⁷⁶ Cfr. Vítor Serrão, *art. cit.*

atitude de neutralidade perante a realidade política e social. A guerra civil de Espanha, com os seus horrores universalizados por Picasso em *Guernica*, compeliu os intelectuais a tomar consciência das suas responsabilidades colectivas, incluindo a definição de uma arte comprometida com a mudança social.

Em Portugal, como se sabe, o conflito espanhol suscitou a solidariedade do ditador, que tudo fez para apoiar os nacionalistas de Franco, ao mesmo tempo que internamente reprimia as esquerdas solidárias com o republicanismo espanhol. Este aumento feroz da repressão foi particularmente visível entre 1936 e 1939, período que levaria às amarras da cadeia 8 293 opositores, número que representa 43% do total dos presos políticos que deram entrada nos calabouços entre 1932 e 1960¹⁷⁷.

A tomada de consciência das dimensões desta realidade acabou por denunciar a própria concepção de liberdade criadora tão proclamada pelos presencistas, com a sua obsessão de «mórbida sondagem psicológica»¹⁷⁸, sendo responsável pela crescente debilidade e extinção do movimento, ocorrida em 1940. Extinção que não aconteceria sem que ocorresse uma intensa polémica entre presencistas e neo-realistas, opondo especialmente José Régio a Álvaro Cunhal e Alves Redol, e dirimida nas páginas do *Diabo*, *Sol Nascente* e *Seara Nova*, órgãos que perfilhavam as novas concepções artísticas e intelectuais.

No lugar da *Presença* afirmava-se agora o neo-realismo, arvorado em dogma estético nas páginas de *O Diabo*, onde Álvaro Cunhal afirmava com estrondo que «a arte pura» traduz um indiferentismo incompatível com o momento presente» e que «o universalismo da arte moderna existe quando esta traduz a realidade viva e humana da época presente, isto é, exprime actualmente uma tendência histórica progressista»¹⁷⁹. A posição de Cunhal constituía a resposta a um inquérito feito pelo semanário opositor a um conjunto de intelectuais e artistas

¹⁷⁷ Cfr. João Medina (Dir.), *História de Portugal*, vol. XVI, «O Estado Novo», Amadora, Ediclube, 2004, p. 376.

¹⁷⁸ Fernando Namora, *ob. cit.*, p. 180.

¹⁷⁹ «Acerca da génese e da universalidade da Arte Moderna», *O Diabo*, 29.04.1939, p. 4.

plásticos, que integrava os nomes de António Pedro, João Gaspar Simões, Mário Dionísio, Almada Negreiros e Arlindo Vicente, a propósito da universalidade da arte moderna.

Se na literatura abundam os exemplos de uma arte comprometida com o social, iniciada em Portugal com o romance *Gaibéus*, de Alves Redol, nas artes plásticas só furtiva e residualmente se definiu uma plástica de sabor retintamente neo-realista. Com efeito, os próprios elementos da composição e a subjectividade do artista suscitavam entraves formais e substanciais a uma plástica neo-realista. Ainda assim, ao pintor exigia-se, por entre exacerbadas polémicas, não apenas que pintasse mas que «abrisse bem os olhos», que «agisse»¹⁸⁰ em nome de um desígnio colectivo.

A crítica à presuntiva indiferença dos individualistas foi produzida por Manuel Ribeiro de Pavia¹⁸¹, interessado em elaborar uma espécie de cartilha de militância para uso dos artistas: «Todo o artista deve (e tem) de ser [sic] um criador activo, isto é, um colaborador interessado no conjunto das funções sociais. O que pretende expressar deverá ir além das particularidades da sua vida afectiva ou intelectual, e compartilhar na aventura quotidiana, numa familiaridade constante com os restantes indivíduos»¹⁸².

Esta concepção de uma arte didáctico-utilitária não foi bem entendida por todos. João Gaspar Simões, por exemplo, referia-se a esta estética intervencionista com algum azedume, evocando concepções associadas a uma nova mentalidade «nutrida de disciplina e servilismo»¹⁸³.

O neo-realismo plástico encontrou o cultivo empenhado em artistas como Júlio Pomar, Marcelino Vespeira, Fernando de Azevedo, Oom do Vale e Avelino

¹⁸⁰ Cfr. Ernesto de Sousa, *A Pintura Portuguesa Neo-realista (1943-1953)*, Colecção de Arte Contemporânea, n.º 15, [Lisboa], Artis, 1965, p. 11.

¹⁸¹ Manuel Ribeiro de Pavia nasceu em Mora em 1910 e faleceu em Lisboa em 1957. Desenhador de grandes méritos, foi ilustrador de obras de escritores como Antunes da Silva, Fernando Namora, José Régio, António de Sousa e Armindo Rodrigues. Participou nas Exposições Gerais de Artes Plásticas e acompanhou o movimento neo-realista.

¹⁸² *Ibidem*.

¹⁸³ Cfr. *ob. cit.*, pp. 63-64. Veja-se, ainda, *Sol Nascente*, ano III, n.º 41, 15.12.1939, p. 2.

Cunhal, entre tantos outros. Esta corrente ganhou maior expressão e notoriedade com as *Exposições Gerais de Artes Plásticas*, integradas na actividade política do «Movimento de Unidade Democrática», e com duração que se estendeu por cerca de uma década (1946-1956). O evento, realizado em espaço cedido pela Sociedade Nacional de Belas-Artes, foi primitivamente organizado pela «Subcomissão dos Artistas Plásticos da Comissão dos Jornalistas, Escritores e Artistas» do MUD, de que fazia parte Arlindo Vicente, muito activo nesta organização¹⁸⁴.

Apesar do apodativo neo-realista, as exposições revelaram uma feição ecléctica inaudita, reunindo artistas «velhos» e «novos», neo-realistas, tardo-naturalistas e modernistas de diferentes gerações como Falcão Trigoso, Abel Salazar, Júlio, Abel Manta, Júlio Pomar, António Pedro, Arlindo Vicente e tantos outros. O elemento de congregação de sensibilidades estéticas tão divergentes assomou como desejo de um maior envolvimento colectivo no esforço de solidarização das artes, no sentido da «cooperação e da unidade»¹⁸⁵.

Tal unidade, porém, apresentava-se claramente politizada por figuras antifascistas que, no dizer dos situacionistas, gravitavam em torno do PCP: «Inimigos em arte – foi a política que os juntou!». Assim se refere o *Diário da Manhã* à segunda exposição realizada em Maio de 1947, acusando os seus autores de fazerem uma arte «antinacional», que só poderia ser gerada «fora do clima português» e ao serviço da propaganda estrangeira¹⁸⁶.

Numa leitura igualmente politizada, Fernando Pamplona, muito horrorizado com «as imagens de pesadelo» e os «rostos escaveirados de famintos e de loucos», desancava os artistas plásticos que cultivavam o «anarquismo estético», acusando-os de «sob a capa de inquietação, de ansiedade, patentearem a sua morbidez, a sua nevrose, o seu horror de toda e qualquer disciplina ordenadora, a sua irresistível fascinação ante o torvelinho e o negrume do caos»¹⁸⁷.

¹⁸⁴ Cfr. Entrevista de Arlindo Vicente, *Flama*, ano XXXI, n.º 1373, 28.06.1974, p. 19.

¹⁸⁵ *Exposição Geral das Artes Plásticas*, S.N.B.A., Julho 1946

¹⁸⁶ «A Frente Popular da Arte ou a Unidade no Pessimismo e na Desordem», *Diário da Manhã*, ano XVII, n.º 5744, 9.05.1947, p. 1.

¹⁸⁷ *Diário da Manhã*, ano XVII, n.º 5742, 7.05.1947, pp. 3 e 5.

Apesar das intenções de alguns, como Júlio Pomar, o impacto das *Exposições Gerais de Artes Plásticas* resultou de uma assumida predisposição política e menos de uma elaborada concepção programática de feição neo-realista. O neo-realismo plástico emergiu em Portugal como um programa político-cultural apontado contra a ditadura de Salazar. Na verdade, o evento reuniu tar-do-naturalistas e modernistas, figurativos e abstractos, neo-realistas e surrealistas, num caldeamento estético cuja unidade se desenhava em torno da oposição ao Estado Novo. Ao contrário da literatura, as artes plásticas tinham dificuldade em definir um programa estético claramente empenhado na revolução. Alguns críticos notaram a dificuldade: «Anuncia-se uma exposição, e nós corremos esperançados, mas depressa nos esfriam os ânimos: o que nós vemos são os mesmos velhos nomes, já com barbas [...]; são os mesmos burgueses motivos; naturezas mortas com frutos, peças de caça, peixes, garrafas com vinhos e licores, etc.»¹⁸⁸.

Contrariando o testemunho do crítico nortenho, Júlio Pomar teve ensejo para exaltar uma transformação estética fracturante introduzida pelas *Gerais*, ao «reintegrar o homem como tema central da arte», moderando a predominância naturalista feita de paisagens e de naturezas mortas¹⁸⁹. Mas esta valorização do humano constitui, como já se afirmou atrás, uma das características nucleares da pintura de Arlindo Vicente (entre outros), que colaborou em oito das exposições (faltou em 1954 e 1955).

Ao contrário do que sugeria Júlio Pomar, a dimensão humanista de uma arte comprometida com o social não constituiu propriamente uma novidade estética apresentada nas *Gerais*. Por isso, não erraremos muito considerando que, em Portugal, este pretense neo-realismo plástico não foi mais do que uma variação tardia do expressionismo cultivado décadas antes pelas vanguardas europeias. Constituiu, no essencial, uma dupla atitude: de solidariedade para

¹⁸⁸ Pedro Oom, «Notas sobre o neo-realismo nas artes plásticas em Portugal», *A Tarde*, ano I, n.º 229, 25.08.1945, p. 3.

¹⁸⁹ «A V Exposição Geral das Artes Plásticas», *Vértice*, vol. IX, n.º 81, Maio de 1950, pp. 311-312.

com os desfavorecidos e de crítica a um regime que sob o signo da ordem esmagava os mais elementares direitos e a própria dignidade humana. Mas em Arlindo Vicente, como em alguns dos seus colegas, nunca se afirmou como uma arte panfletária, visando a proclamação irreduzível de um programa doutrinário e programático de contornos políticos e ideológicos bem definidos e aberto à revolução.

A colaboração do pintor aveirense nas *Exposições Gerais de Artes Plásticas* foi, no geral, apreciada positivamente pela opinião especializada, pese a proximidade ideológica de parte dessa crítica. Só Magalhães Filho¹⁹⁰ dissecaria negativamente o seu trabalho em termos de aptidão técnica, na medida em que considerava que «Arlindo Vicente apresenta uma pintura descontrolada, «repintada», sem ligação de matéria incerta». Ao abusar da técnica do «repintar», Vicente acabava por expor, na opinião do crítico, a sua falta de habilidade artística, uma vez que «para a técnica empregada é preciso sobretudo manter um exercício constante de pintura e desenho seguro, o que nos parece que Arlindo Vicente não pratica»¹⁹¹.

A sua colaboração na *2ª Exposição Geral*, onde apresentou, entre outros, os quadros «Retrato de menina», «Menina com chapéu de palha», «Rapaz com chapéu» e «Retrato de Rapariga» concitou o aplauso de Huertas Lobo nas páginas da *Vértice*: «Arlindo Vicente revela em quatro telas qualidades notáveis de retratista. São ricas em conteúdo psicológico as meninas e o rapaz retratados, e tudo ele obteve com aparente simplicidade, com agradável combinação de tons, já muito longe das imposições acanhadas das academias em pleno rasto da escola de Paris na fase pós-impressionista»¹⁹². Já Fernando Pamplona, no

¹⁹⁰ Manuel Calvet de Magalhães, professor e artista plástico, nasceu em Lisboa em 1913 e faleceu em 1974. Fez os cursos de Pintura Histórica da Escola Superior de Belas-Artes de Lisboa, de ciências pedagógicas na faculdade de letras de Coimbra e de cenografia no Conservatório Nacional. Foi director da escola técnica de Francisco Arruda, em Lisboa. Notabilizou-se pelo desenvolvimento da arte infantil em Portugal. Em 1936 obteve o prémio nacional de cenografia. Pintor, foi galardoado com o prémio Sousa Cardoso (1948) do SNI e com os prémios Anunciação e Miguel Lupi da Academia Nacional de Belas Artes.

¹⁹¹ Magalhães Filho, «Dos Académicos aos Surrealistas passando pelos Modernistas», *Horizonte-Jornal de Artes*, primeira quinzena de Junho de 1947, n.º 11-12, p. 16.

¹⁹² *Vértice*, nº 48, 1947, p. 64.

Diário da Manhã, empenhado sobretudo em vociferar contra aquele «macabro cortejo de horrores» que corrompe a «sensibilidade e a inteligência», viria contudo a apreciar «algumas cabeças estranhas mas expressivas de Arlindo Vicente»¹⁹³.

Na 3ª *Exposição Geral das Artes Plásticas*, realizada em 1948, uma crítica inserida no jornal *República* enaltecia o carácter moderno da produção artística de Vicente: «Entre os mais modernos desta exposição Arlindo Vicente justifica demorada atenção do crítico [...]. A primeira impressão que se colhe ao olhar os seus quadros, é que está ali um pintor de verdade, que gosta de pintar, que sabe o que é a pintura, que a sente e a estuda»¹⁹⁴. Mas é Joaquim Namorado, na revista coimbrã, quem melhor define as qualidades expressivas do pintor aveirense: «Arlindo Vicente trouxe à exposição uma nota de lirismo: bucólico em *Garotos comendo fruta*, cheio de primitivismo e quase satírico em *Promessa*, ganhando interioridade nos tons mais profundos do apontamento *Ensaio de Tuna*. O pintor soube encontrar a sóbria simplicidade de meios, o despido de maneirismo e de rodriguinhos [...] para estabelecer entre a obra e o público um contacto imediato, directo. Daí a sinceridade que brota da sua pintura, a sua externa legibilidade, tudo quanto, sendo simples, representa muito esforço na conquista dos meios de expressão e no libertar-se conscientemente dos efeitos fáceis [...]»¹⁹⁵.

Apesar de longo, o exame de Joaquim Namorado vem precisar duas ideias essenciais para se compreender os embaraços do neo-realismo plástico. Por um lado, confirma as dificuldades de uma plástica neo-realista, na medida em que a realidade acaba sempre por ser mediada pela subjectividade, pela interioridade do artista, que a transfigura. Por outro, mostra que o neo-realismo, em Portugal, com a sua programática de intervenção, com a sua estética transformadora, andou de mãos dadas com um lirismo ingénuo e inconsequente. Os «garotos comendo fruta» ou a «menina com chapéu», de Vicente, estão longe da realidade do mundo industrial onde espíritos politizados rouquejam contra a alienação do operariado.

¹⁹³ *Diário da Manhã*, ano XVII, n.º 5742, 7.05.1947, pp. 3 e 5.

¹⁹⁴ *República*, ano XXXVII, n.º 6284, 3.05.1948, p. 1.

¹⁹⁵ *Vértice*, n.º 56-57, Abril-Maio 1948, pp. 395-396.

Mesmo os quadros de denúncia social, na medida em que evocam «estados de alma», encontram-se mais próximos do expressionismo crítico que Vicente sempre cultivou. Por manifesta impossibilidade intrínseca, a sua temática não esgrime uma intenção revolucionária. O lirismo e o bucólico dos seus quadros reflectem, talvez, a impotência de realização plástica de um movimento confinado às limitações dessa própria realidade social. A extrema ruralidade portuguesa e a sua pacatez não se coadunavam com um evangelho revolucionário que foi especialmente concebido para as massas politizadas que viviam em sociedades urbanas e industrializadas.

Para além da crítica na imprensa, os amigos não escondiam a admiração por Vicente, então a frequentar a tertúlia da Pastelaria Veneza ao lado de Ferreira de Castro. João de Barros, amigo comum, descreveu a sua participação na *3ª Exposição Geral das Artes Plásticas* em carta ao autor de *A Selva*: «Os quadros do Arlindo Vicente [...] afirmam altas qualidades. Uns pequenos a comer fruta, principalmente, saíram magníficos e gritantes de realidade e emoção»¹⁹⁶. João de Barros referia-se ao quadro «Garotos comendo fruta» que viria a ser reproduzido na revista *Vértice*¹⁹⁷ e mais tarde capa da mesma revista em 1955¹⁹⁸.

O evento artístico e cultural, depois de um certo fulgor das exposições iniciais, foi perdendo fôlego e vitalidade. A falta de sucesso junto do grande público poderá explicar-se, em parte, pela repressão que se abateu sobre a iniciativa, que conduziu ao encerramento temporário da Sociedade Nacional de Belas-Artes, em 1952. Por outro lado, a ausência de uma dinâmica comercial ligada às artes, associada à inexistência de espaços para expor e à falta de um mercado que promovesse o seu desenvolvimento, explicam algum distanciamento do público. É o próprio Arlindo quem o refere em 1952: «Os salões particulares, que viviam da percentagem das vendas, como não havia vendas e não cobravam, consequentemente, percentagens, foram destinados a melhor sorte»¹⁹⁹.

¹⁹⁶ Carta de João de Barros a Ferreira de Castro, in *100 Cartas a Ferreira de Castro*, selecção, leitura, apresentação e notas de Ricardo António Alves, Sintra, Câmara Municipal de Sintra, 1992, p. 80.

¹⁹⁷ No n.º 56-57, Abril-Maio de 1948.

¹⁹⁸ Cfr. *Vértice*, n.º 146, Novembro 1955.

As exposições revelaram-se, pois, insuficientes para criar a dinâmica cultural e comercial que muitos artistas plásticas ensaiavam, depois de esgotado o propósito político que lhes deu origem e vitalidade. A propósito da *Exposição Geral* de 1948 dirá o artista aveirense, com alguma indiferença e resignação à mistura, que «lá se abriu a 3ª exposição geral que deverá fechar em 15 do corrente. Muita gente no 1º dia, sem quaisquer consequências»²⁰⁰.

¹⁹⁹ Entrevista de Arlindo Vicente, *Ler, Jornal de Letras, Artes e Ciências*, n.º 8, Novembro de 1952, p. 16.

²⁰⁰ Carta de Arlindo Vicente a Ferreira de Castro, 7.5.1948, Museu Ferreira de Castro, *Correspondência de Arlindo Vicente com Ferreira de Castro*, doc. n.º 4960.

(Página deixada propositadamente em branco)

3. ARLINDO VICENTE E A «POLÍTICA DO ESPÍRITO»

Em 1936, residindo ainda em Anadia, Arlindo Vicente participou numa exposição realizada na Casa Quintão, no Chiado, que se auto-intitulava «Exposição dos Artistas Modernos Independentes». Com ele estavam Almada Negreiros, Sara Afonso, António Pedro, Mário Eloy, Vieira da Silva, Arpad Szénes, Geza Szobel, Haïter e Júlio, apresentando um total de quarenta e nove obras. Abrindo «acintosamente» dias antes da abertura do Salão oficial de António Ferro, na Sociedade Nacional de Belas-Artes, esta realização cultural proclamava-se avessa a qualquer colaboração com o regime²⁰¹. O epíteto «independente» ganhava aqui contornos políticos evidentes, como frisou o crítico do jornal *Acção*: «São apenas onze artistas. Onze artistas independentes; independentes uns dos outros e independentes do resto, de tudo quanto ficou fora da sala onde expõem»²⁰².

No mesmo periódico, esta asserção independentista acaba reforçada quando António Pedro, também participante no certame, refere que «os artistas desta exposição só têm igual profissão de fé – crença final na soberania da arte sobre as circunstâncias do tempo, e, por ela, certeza na necessidade de criação de novo clima e nova finalidade para o espectáculo da sua arte, depois da queda dos mitos»²⁰³. A rejeição de uma «soberania» diferente da do domínio artístico

²⁰¹ Cfr. José Augusto França, *A Arte em Portugal no século XX, 1911-1961*, 2.^a ed., Lisboa, Bertrand Editora, 1984, p. 199.

²⁰² *Acção*, n.º 4, 20.06.1936, p. 3.

²⁰³ Cristóvão (António Pedro), «A Exposição dos Artistas Modernos Independentes», *Acção*, n.º 4, 20.06.1936, p. 7.

perspectivaria, portanto, uma crítica velada às práticas culturais que então se submetiam ao patrocínio de António Ferro e do regime de Salazar.

No mesmo texto, António Pedro acabará por fornecer os pressupostos de uma arte apenas comprometida com valores estéticos puros, identificados com os cânones da vida moderna. Estes valores encontravam-se matizados na obra artística do seu velho amigo: «Arlindo Vicente, que a vida se tem empenhado em afastar de Lisboa, é o desenhador e retratista da exposição. Os seus retratos, serenos e suaves como aparições, são a explicação visual do quanto é possível *fazer parecido* sem baixezas de retocador fotográfico. Os seus desenhos conseguem o máximo neste caminho. São a um tempo modernos e clássicos, livres e rigorosos, pessoais e universais, dele e dos retratados. Nenhuma transigência os condiciona, nenhuma subserviência ao modelo os diminui e, no entanto, vão com ele sendo mais semelhantes à medida que se vão olhando, como se o espectador lhes descobrisse, não uma aparência apenas exterior, mas uma identidade de criação»²⁰⁴.

A questão da finalidade da arte reassume importância nuclear na análise cultural deste período. Essa relevância não pode dissociar-se da dinâmica cultural imposta pelo salazarismo entre as décadas de trinta e quarenta, sob a alçada da figura omnipresente de António Ferro e do Secretariado de Propaganda Nacional. A sua «Política do Espírito» era portadora de uma intenção instrumentalizadora da arte, comprometida com um vasto programa de propaganda que visava construir uma imagem moderna do Estado Novo. Por outro lado, confirmava-se a cultura como «instrumento de conhecimento e reconhecimento», compelida a «apresentar a ordem estabelecida como natural porque devidamente ajustada às estruturas sociais existentes»²⁰⁵. O vanguardismo modernista tornava-se, assim, compatível com uma intencionalidade ideológica bem definida, de

²⁰⁴ *Idem, Ibidem.*

²⁰⁵ Jorge Ramos do Ó, *Os anos de Ferro. O dispositivo cultural durante a «Política do Espírito», 1933-1949*, Lisboa, Editorial Estampa, 1999, p. 30.

cariz nacionalista, mobilizando energias e protagonistas para a realização de uma ideia, um desígnio nacional: «institucionalizar a Portugalidade»²⁰⁶.

Em certa medida, pode aceitar-se que o modernismo transitara para o seio do regime, atraindo muitos artistas e intelectuais para as realizações do SPN, criando uma dinâmica inaudita no panorama das artes e da cultura em Portugal. Para além das encomendas, dos salões e dos prémios instituídos, no campo da artes plásticas, do teatro e da literatura, o SPN desenvolveu outras actividades culturais que colheram o aplauso de uma vasta intelectualidade, embevecida com uma programática que articulava a modernidade com os valores nacionalistas.

A primeira exposição de artes plásticas realizada pelo SPN foi, muito curiosamente, dedicada à divulgação da arte polaca em Portugal. O evento receberia rasgados elogios pela pena imaculada de um punhado de jovens artistas plásticos que aceitavam sem reservas o protagonismo do Estado. O tom encomiástico é particularmente visível nas páginas da revista *Cartaz*, dirigida por dois futuros colaboradores do regime, Tomás de Melo (Tom) e Artur Augusto²⁰⁷.

Ainda em 1936, o SPN organizou uma «Exposição de Arte Popular» que reunia objectos representativos das diferentes regiões do país, numa busca simbólica da originalidade e da vitalidade da arte nacional. Os críticos da mesma revista haveriam de enaltecer a vocação identitária da exposição, numa espécie de manifesto de exaltação nacionalista: «As manifestações de Arte Popular de um determinado país, são as que melhor representam as características étnicas que enobrecem [...]. A unidade nacional – comunhão num mesmo ideal, identidade de crenças, de tradições, mesmo aspecto colectivo – é, acima de tudo representado por uma homogeneidade artística, que, fundamente, se veio radiando através dos séculos. E, ninguém melhor do que o Povo, pela espontaneidade das suas concepções e ingenuidade dos seus motivos, consegue guardar nas suas obras a mesma feição do aspecto colectivo, que a todos une»²⁰⁸.

²⁰⁶ Cfr. *Idem, Ibidem*.

²⁰⁷ Cfr. *Cartaz*, n.º 2, Março-Abril 1936, pp. 4-5 e n.º 3, Abril-Maio 1936, p. 3.

²⁰⁸ *Cartaz*, n.º 4 Especial, Junho-Julho 1936, p. 7.

Ao evocar a etimologia étnica da arte popular, projectava-se a cultura nacional para uma finalidade ideológica, consagrada ao projecto de unir a nacionalidade supostamente desavinda desde a introdução do liberalismo político em Portugal. Cardoso Marta, nas páginas do *Cartaz*, lançará um significativo repto ao regime: «Não deixeis morrer à míngua do estímulo e de protecção as artes e indústrias populares do nosso país! Acudi-lhes com todo o auxílio que possais prestar; amparai-as com todo o carinho de que é capaz o vosso coração de portugueses! Lembrai-vos de que na alma do povo é onde reside ainda carácter, crença, originalidade, amor ao torrão natal»²⁰⁹.

A revista *Cartaz* inscrevia-se, pois, num panorama cultural onde os ideais nacionalistas da década de trinta foram cultivados com evidente exaltação. Nesta revista co-habitavam artistas de extrema-direita com outros onde apenas se vislumbravam valores nacionalistas. Para além dos já citados, a revista congregava Magalhães Filho, Frederico Jorge, Fred Kradolfer, Dutra Faria e António Pedro. O regresso de Arlindo Vicente da Bairrada acabou por conduzi-lo ao seio deste grémio nacionalista, onde pontificava o seu dilecto amigo António Pedro, que pouco tempo antes militara no grupo anarco-sindicalista de Rolão Preto²¹⁰.

O convívio de Arlindo com estes simpatizantes do nacionalismo não constitui propriamente uma surpresa. Já em 1928, o artista, então a estudar em Lisboa, colaborou no *Portugal Moderno*, jornal que se apresentava como «porta-voz da propaganda nacional e acção regionalista». O periódico, de que se conhecem apenas dois números, assumia os valores nacionalistas e o espírito do 28 de Maio como elementos «de uma nova esperança de ressurgimento pátrio»²¹¹. Em vários desenhos de Arlindo Vicente combinam-se elementos da cultura regional

²⁰⁹ Cardoso Marta, «Arte Popular. A Exposição organizada pelo Secretariado de Propaganda Nacional», *Ibidem*, p. 10.

²¹⁰ No entanto, e ao contrário do que afirmou José Augusto-França [*Dicionário de História do Estado Novo*, vol. I, Círculo de Leitores, 1996, p. 232], Arlindo Vicente nunca esteve ligado a este movimento de extrema-direita.

²¹¹ *Portugal Moderno*, 20.10.1928, n.º 2, p.1.

da Bairrada com símbolos nacionalistas, como o padrão dos descobrimentos²¹². A sua esperança numa acção redentora do Exército ficou, porém, ilustrada num desenho em que um soldado predomina sobre uma república idealizada, aparentemente envolvida num processo de morigeração e purificação²¹³.

Voltando à arte, ficou claro que o pintor acreditava na existência de uma estética moderna de vincado cunho nacional, recorrendo à mesma argumentação étnica e histórica identificada nas páginas da *Cartaz*. Eis como o artista se expressou ao semanário *O Diabo*, no conhecido inquérito sobre o significado da arte moderna: «A Arte Moderna é pela sua própria determinação uma Arte essencialmente Nacional. Desde que o artista age o mais completamente pelos seus recursos, desde que o artista faz o mais possível obra própria, sua, é evidente que não indo buscar a outras origens os elementos para a sua obra esta tem de resultar o mais possível própria da sua índole, da sua educação, do seu clima, enfim obra da sua nação. Se nós somos portugueses mais do que pela própria razão de origem, ou legal, porque o somos, além do sangue, pela cultura, pela história, pelo passado, pelo presente e pelo futuro, como poderão as nossas manifestações contrariar quaisquer características nacionais? A Arte Moderna é bem pelo contrário uma arte essencialmente nacional e só assim universal»²¹⁴.

Esta filiação nacionalista será útil para se compreender algumas incursões ideológicas e artísticas que Arlindo Vicente protagonizou no segundo lustro da década de trinta, quando as inquietações estéticas ocupavam o essencial das suas preocupações.

²¹² Cfr. *Portugal Moderno*, 15.09.1928, n.º 1, pp. 1 e p.

²¹³ *Portugal Moderno*, 20.10.1928, n.º 2, p.1.

²¹⁴ Depoimento de Arlindo Vicente, *O Diabo*, n.º 240, 29.04.1939, p. 4.

3.1 Anticomunismo e nacionalismo: no semanário *Acção*

90

Como muitos artistas plásticos da sua geração, Arlindo Vicente encontrou na colaboração gráfica em periódicos o reforço dos seus meios de subsistência, mas foi obrigado a procurar na carreira de jurista a solidez financeira que a ausência de um mercado artístico interno dificilmente propiciava. Em 1936, o jovem advogado abandonava a Bairrada onde a carreira jurídica não terá encontrado o sucesso almejado e rumava à capital, atraído pelas possibilidades de uma carreira artística e da sua própria realização pessoal.

Arlindo queria afirmar-se como artista e menos como advogado. Infelizmente, qualquer das actividades exigia o máximo do seu tempo e esforço. A pintura impunha a dedicação metódica «de um operário» e não se compadecia com as responsabilidades do foro. Como ele próprio afirmou à imprensa lisboeta da época, em entrevista que registava o seu regresso da província, «depois de quatro anos em que a minha actividade foi prejudicada pela actividade no foro, o que posso agora dizer é que tenho fome de trabalhar»²¹⁵. Como pintor, bem entendido.

Nesta época, Vicente viveu na órbita do cenáculo do amigo António Pedro e deste ambiente nacionalista cultivado por muitos artistas plásticos irmanados numa cumplicidade estética²¹⁶. O artista tinha estabelecido um contrato na galeria UP, de António Pedro, em 1933, ao lado de artistas como Diogo de Macedo, Olavo d'Eça Leal, Paulo Ferreira, Clementina Carneiro de Moura, Fred Kradolfer, Júlio Santos, Manuel Mendes, Carlos Coelho, Abel Manta, Bernardo Marques, Ofélia, Mário Eloy e Jorge Barradas, entre outros, comprometendo-se a galeria a realizar uma exposição individual de cada um dos contratados,

²¹⁵ *Diário de Lisboa*, suplemento literário, 15.5.1936, p. 3.

²¹⁶ Em 1962, depondo no âmbito do processo judicial de medidas de segurança movido a Arlindo Vicente, o jornalista Dutra Faria, que vivera com Arlindo em 1936, afirmava que «as suas preocupações eram sobretudo de ordem artística, e as suas afinidades nesse campo levavam-no a frequentar sobretudo rapazes de extrema-direita», ANTT, Ministério da Justiça, 1º Juízo Criminal, *processo n.º 16 068/62*, caixa 684, fl. 209 (Arquivo Pessoal de António Pedro Vicente).

uma vez por ano²¹⁷. No caso de Arlindo Vicente, como na maior parte deles, por razões diversas, o projecto acabaria gorado por força da sua presença em Anadia.

É deste período a colaboração gráfica de Arlindo com um reputado periódico a navegar na direita ultraconservadora e nacionalista. O pintor aveirense, como outros artistas menos tocados pela fortuna, via na colaboração com a imprensa um acréscimo aos limitados rendimentos do agregado, que entretanto medrara com o nascimento de três crianças: Fernão Vicente (Coimbra, 1930), Maria Teresa (Troviscal, 1933) e António Pedro (Águeda, 1938). Por outro lado, e apesar da prioridade das questões estéticas, esta colaboração põe em evidência a cumplicidade assumida com uma campanha de forte cunho ideológico que terá origem, como se verá, nas suas crenças nacionalistas.

Nesta época, o Estado Novo organizava as estruturas repressivas com que contava perpetuar-se no Poder, e controlar os abusos daqueles que se opunham ao seu projecto de unanimidade forçada. A censura e a Polícia Política de Vigilância do Estado (PVDA) surgiram em 1933 como suportes do novo regime, procurando garantir que a oposição não «incomodasse demasiadamente».

A imprensa pautava-se entretanto por um certo comprometimento político e propagandístico, vindo a assumir um posicionamento ideológico claramente definido. Controladas pela censura, as publicações periódicas passaram, a partir de 1936, a estar sujeitas ao enquadramento legal definido pelo decreto n.º 26 589, de 14 de Maio, que estipulava que a autorização de publicações estava condicionada ao reconhecimento da «idoneidade intelectual e moral dos responsáveis pela publicação».

Com efeito, os jornais e revistas eram catalogados pelo Estado Novo em função do seu apoio ou da sua hostilidade à situação política. Revistas, como a *Seara Nova* e a *Vértice*, ou jornais, como o *República*, surgiam aos olhos da opinião

²¹⁷ Fernando Guedes, *Estudos sobre Artes Plásticas. Os anos 40 em Portugal e outros estudos*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1985, pp. 24-25.

pública declaradamente conotados com a oposição à ditadura salazarista; pelo contrário, os jornais *Diário de Notícias*, *Diário da Manhã* ou o católico *A Voz* davam guarida às posições políticas bramidas pelos apaniguados do regime.

O ano de 1936 ficou inexoravelmente marcado pela guerra civil em Espanha. Este acontecimento central levará a intelectualidade progressista a um largo movimento de apoio à causa republicana, patente em Portugal como na Europa e outras partes do Globo. Em reacção a este movimento esquerdista, o país viu surgir um movimento oposto, hoje pouco conhecido, e protagonizado por franjas da intelectualidade que viviam sob a alçada da ideologia nacionalista. Muito temerários de uma certa voragem do internacionalismo comunista, que a propaganda anticomunista apresentava como inevitável, estes intelectuais faziam fileiras ao lado dos nacionalistas espanhóis contra o «perigo soviético». O semanário *Acção* emergiu como instrumento desta campanha nacionalista e anticomunista.

Publicado em Lisboa entre 1936 e 1937, o semanário foi dirigido por Augusto Ferreira Gomes, presumivelmente personalidade de «idade intelectual e moral». Contava entre os seus colaboradores com nomes ilustres da direita monárquica e tradicionalista, quase todos distintos apoiantes de Salazar, como Alfredo Pimenta, João Ameal, Rodrigues Cavalheiro; simpatizantes nacionalistas e sidonistas, como Teófilo Duarte e Augusto Costa e outros consabidos construtores da ditadura e admiradores exaltados de Salazar, como Humberto Delgado. Entre os artistas e intelectuais, para além de Arlindo Vicente, figuravam os nomes de António Pedro e João Gaspar Simões, por sinal, protagonistas de sólida amizade com o artista do Troviscal.

O jornal publicava-se semanalmente, exibindo como título completo *Acção, semanário português para portugueses*, e fez a sua aparição pública em 30 de Maio de 1936. O subtítulo do periódico levanta uma ponta do véu sobre a categoria doutrinária do pasquim, vislumbrando-se o nacionalismo como matriz de travejamento de um conjunto lato de colaborações ideológicas distintas.

No editorial de lançamento estabelecem-se os contornos desse nacionalismo, afirmando-se a sua intenção de não seguir «Nem Direitas nem Esquerdas. Para

a frente!». Ainda assim, o editorial não deixa dúvidas sobre a sua posição ideológica: afirmando a sua oposição «a todas as utopias comunistas e comunizantes», o periódico aspirava a prosseguir para uma nova «Revolução Criadora» em que a ordem e o corporativismo constituíssem premissas de uma ideologia nacionalista que glorificasse Portugal e sua «missão» civilizadora: «Acreditamos que Portugal tem uma missão no Mundo e que há-de cumpri-la pela vontade e pelo esforço de todos os portugueses que não perderam a fé nos destinos do país e da raça»²¹⁸.

A «revolução criadora» estruturava-se, afinal, a partir dos conteúdos nacionalistas da tradição, em que a missão histórica de colonizar se erguia como marco identitário da portugalidade. A missão imperial e civilizadora de Portugal constituía um dos conteúdos fundamentais do nacionalismo imperialista do Estado Novo, criando no país uma ilusão de grandeza. Não por acaso, este imperialismo beneficiou, entre outros, do esforço doutrinário dos diferentes segmentos da direita conservadora, em especial dos monárquicos africanistas²¹⁹.

O periódico *Acção* integrava, pois, o conjunto de instrumentos que completavam o aparelho ideológico, se não do Estado, pelo menos em íntima comunhão com o Estado Corporativista, e portadores de uma intencionalidade doutrinária, vivamente empenhados na cruzada nacionalista que caracterizou a década de trinta. Nas suas páginas, o ideário nacionalista vai-se revelando em consonância com os valores definidos pelo Estado Novo. Contra o marxismo e a utopia revolucionária da luta de classes, aqueles ergueram o pendão do tradicionalismo, como ideologia da conservação social. A mudança social era concebida em termos evolucionistas, na medida em que se preconizava a obediência às leis da natureza e o respeito pelas estruturas sociais existentes²²⁰.

²¹⁸ «Nem Direitas nem Esquerdas. Para a Frente!», *Acção, Semanário português para portugueses*, n.º 1, 30.05.1936, p. 1.

²¹⁹ Cfr. Miguel António Dias Santos, «Imperialismo e Ressurgimento Nacional. O contributo dos monárquicos africanistas», *Revista do Século XX*, n.º 3, Coimbra, Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX, 2003, pp. 83-112. Para os ideólogos da *Acção* «em boa verdade se pode dizer que não temos colónias. O que há é pedaços de Portugal dispersos pela Orbe, províncias próximas e outras mais distantes, onde o espírito é o mesmo e a mesma a compreensão dos deveres para com a Pátria» (n.º 10, 1.08.1936, p. 1).

²²⁰ Cfr. *Acção, Semanário português para portugueses*, n.º 5, 27.06.1936, p. 1.

Em conformidade, os ideólogos da *Acção* revelavam um desprezo ingénito contra todas as tentativas do revolucionarismo para impor uma igualdade social que supostamente feria as leis da natureza: «Temos de aceitar a desigualdade, com a mesma serena resignação com que aceitamos, por exemplo, a morte. [...] A igualdade não existe realizada na natureza orgânica»²²¹. A desigualdade social e o imobilismo, que Salazar também propugnava, surgiam, a par com a hierarquia e o culto do chefe, como valores de referência para garantir a manutenção das estruturas sociais existentes.

Esta consonância da doutrina da *Acção* com o ideário do regime revelava-se, com toda a sua limpidez, numa conjuntura em que o Estado Novo ostentava toda a sua pujança. Com efeito, em 1936 Salazar organizava a Mocidade Portuguesa, criada com vista a enquadrar política e ideologicamente a juventude na aceitação dos valores e princípios inculcados pelo regime. A iniciativa colheu os calorosos aplausos dos ideólogos da *Acção*, para quem a criação de tal estrutura implicava o desenvolvimento da «formação moral no sentimento da disciplina, da ordem e da hierarquia, no culto da Pátria e na ardente compreensão do dever militar»²²². A Mocidade Portuguesa apresentava-se assim como uma escola de virtudes, cívicas e militares, que os ideólogos da *Acção* não desdenhavam.

Mas o ano de 1936 ficou marcado, como já se referiu, pelo o início da guerra civil em Espanha, a 17 de Julho. O Estado Novo tudo fez para conseguir a vitória dos nacionalistas, chefiados, a partir de Outubro desse ano, pelo general Franco. Salazar cedeu apoios de natureza diversa, desde meios materiais a financeiros, passando pela utilização do território nacional para o trânsito de mercadorias e armas²²³. É neste contexto que o regime organiza a Legião Portuguesa, pensada e estruturada sobretudo para organizar a defesa das fronteiras terrestres

²²¹ *Idem*, n.º 3, 13.06.1936, p. 1.

²²² *Idem*, n.º 7, 11.07.1936, p. 1.

²²³ Cfr. César Oliveira, «Da ditadura militar à implantação do salazarismo», *Portugal Contemporâneo*, vol. 4, Lisboa, Alfa, 1990, p. 20. Sobre o assunto veja-se, do mesmo autor, *Salazar e a Guerra Civil de Espanha*, 2ª ed., Lisboa, O Jornal, 1988.

da ameaça esquerdista vinda de Espanha. O jornal *Acção* empenhar-se-á numa encarnçada crítica ao perigo marxista representado pelas forças republicanas e esquerdistas. Entre artigos, editoriais, desenhos e caricaturas, o periódico desenvolve uma intensa campanha ideológica, alertando contra o perigo moscovita e a «bolchevização da Espanha», entendidos como ameaça efectiva à «civilização cristã» e a «Portugal e o seu Império»²²⁴.

A alongada explanação que vimos fazendo do ideário do semanário *Acção* impunha-se para uma esclarecimento do envolvimento de Arlindo Vicente. Com efeito, a sua colaboração parece evidenciar alguma animosidade com os progressos comunistas na Europa ocidental, exibindo assim o mesmo espírito anticomunista dos sectores mais conservadores, mesmo os republicanos. O testemunho de Dutra Faria, então a partilhar residência com Vicente é esclarecedor: «Em mil novecentos e trinta e seis, ao deflagrar a guerra civil espanhola, as reacções do doutor Arlindo Vicente ao que se passava na Espanha foram perfeitamente idênticas às dos seus amigos da extrema-direita, e não hesitou, por isso, a colaborar, com os seus desenhos, num semanário que então os seus adversários políticos cognominavam de fascista. Tratava-se do semanário «Acção»²²⁵.

A colaboração com este semanário não transforma Arlindo Vicente num activista de extrema-direita, apenas situa o artista no quadro mais vasto do ambiente nacionalista e anticomunista que então se vivia. O mesmo Dutra Faria caracterizaria Vicente como republicano, de um republicanismo «um tanto ou quanto quixotesco, generoso, nada apaixonado, com uns laivos de socialismo romântico»²²⁶. Este «socialismo romântico» explica o carácter social de muitos dos desenhos que enviou para o semanário, como se verá.

A explicação para esta colaboração, aparentemente difícil, poderá vislumbrar-se no conteúdo das páginas do próprio semanário. Com efeito, os seus

²²⁴ Cfr. *Acção*, *Semanário português para portugueses*, n.º 10, 1.08.1936, p. 1.

²²⁵ ANTT, Ministério da Justiça, 1.º Juízo Criminal, *processo n.º 16 068/62*, caixa 684, fl. 209 (Arquivo Pessoal de António Pedro Vicente).

²²⁶ *Ibidem*.

ideólogos declaravam que, apesar da doutrina política e social que sustentavam, «concede[m] no Espírito uma liberdade total». Quer isto dizer que os responsáveis do jornal não impunham uma fidelidade ideológica aos seus colaboradores artísticos, aceitando a independência das artes, ao mesmo tempo que se demarcavam de quaisquer «posições filosóficas ou artísticas que queiram escolher os seus colaboradores»²²⁷.

Este compromisso aparentemente paradoxal permite situar melhor os termos da colaboração de Arlindo com o pasquim ultraconservador. Nas mesmas páginas em que se propugna aberta e impetuosamente a desigualdade social, em pretensa demonstração lógico-racional, Arlindo Vicente publicou um desenho de sentida preocupação social. No referido desenho, um casal de burgueses acompanhados de uma criança (com os seus símbolos exteriores de riqueza, bengala, anéis, casacos de pele e automóvel) confronta-se com o seu oposto, uma família das classes populares, apresentada com indumentária humilde e pés descalços, com rostos modelados por uma angústia exasperante. O olhar inquieto do chefe da família humilde contrasta com a alegria estampada no rosto da criança burguesa, ocupada com o seu brinquedo (uma espingarda de brincar). De mão dada com a angústia, o artista exhibe um sinal de esperança, representado numa pequena legenda, onde se lê: «Mãe, não tenha medo do que diz este senhor. O novo bairro de casas económicas está quase pronto e nós teremos lá a nossa casinha»²²⁸.

Ainda assim, apesar da liberdade temática, esta colaboração não dissipa todas as dúvidas. O desenho analisado pode ser interpretado como elogio à política social do regime salazarista, já que nele se enaltece a construção de bairros de casas económicas. Mas confirma as contínuas preocupações do artista com os mais desafortunados.

Seja como for, a temática privilegiada nos seus desenhos e caricaturas atesta a importância dada à liberdade criativa. Nas páginas da *Acção* somos

²²⁷ *Acção*, *Semanário português para portugueses*, n.º 9, 25.07.1936, p. 7.

²²⁸ *Ibidem*, n.º 3, 13.06.1936, p. 1.

confrontados com um Arlindo Vicente muito crítico do comunismo soviético, incorporando o chamado «perigo comunista» e as suas tentações internacionalistas. O anticomunismo de Arlindo Vicente é bem visível numa caricatura muito cruenta, acompanhada da legenda «Mensagem de Moscovo». Na caricatura vê-se um esqueleto fardado com uma arma na mão apontada a corpos de pessoas chacinadas e amontoadas, em traços simples, especialmente os rostos, de um grafismo muito estilizado. Ao fundo, árvores frondosas estabelecem um contraste negro, representando talvez a ameaça comunista, com a brancura dos corpos moribundos²²⁹.

Ao mesmo tempo, porém, Arlindo exhibe uma certa acrimónia para com o capitalismo burguês, com a sua paranóia belicista a ameaçar a Europa com uma segunda guerra mundial. Esta faceta é apreciada, entre outras, numa sátira intitulada «Imagem da Paz». Numa Europa a preparar-se para a guerra, Vicente desenha duas figuras, a de um burguês que coloca um manto sobre um esqueleto que segura um estandarte da paz, ao lado de três bocas de canhão. Estas figuras grotescas pairam sobre um disciplinado exército de soldados-caveiras com capacete. Ao fundo, um pequeno sol representa a derradeira esperança de uma paz verdadeira²³⁰.

Nestes desenhos, o artista expõe o seu olhar sobre o mundo que o rodeia, os elementos artísticos e estéticos acabam desvalorizados em detrimento de uma dimensão intelectual. Em rigor, o artista cede o protagonismo ao intelectual, conformando-se com o novo estatuto dos intelectuais emergente no século XX. Na medida em que participa numa vasta campanha ideológica, a colaboração de Arlindo neste periódico é reveladora das mudanças estruturais que se operam, ao longo do século XX, no comportamento dos artistas plásticos. Tal como os escritores e jornalistas, entre outros, os artistas participam activamente na produção e difusão das ideias, afirmando publicamente uma concepção do mundo e da sociedade. O artista dava pois lugar ao intelectual, participando num novo poder em afirmação e na definição de um novo campo simbólico.

²²⁹ *Ibidem*, n.º 4, 20.06.1936, p. 1; n.º 9, 25.07.1936, p. 1.

²³⁰ Cfr. *Ibidem*, n.º 2, 7.06.1936, p. 1.

A colaboração de Arlindo Vicente com o *Acção*, exclusivamente gráfica, decorreu entre o número de abertura, saído a 30 de Maio de 1936, e o número nove, aparecido a 25 de Julho. Depois de uma paragem de vários meses, a sua marca apareceria no número quarenta e seis, de 10 de Abril de 1937. Os seus desenhos e caricaturas revelam uma apreensão autêntica com as condições sociais das classes mais desprotegidas, desde os camponeses até aos pescadores, e expunham as contradições de uma sociedade em que a burguesia enriquecia graças à exploração dos mais humildes. As suas sátiras contra a opulência dos capitalistas configuravam uma dualidade de contrários, num confronto real com a extrema pobreza das classes indigentes. A linguagem formal do seu expressionismo caricatural apelava com frequência à deformação e ao exagero, bem visíveis nos rostos descarnados dos pobres e nos corpos desmedidos e bem nutridos dos burgueses capitalistas²³¹, revelando grande proximidade com o caricaturismo de Grosz.

3.2 A Exposição do Mundo Português

Para além das motivações ideológicas e estéticas, as necessidades económicas poderão explicar a colaboração de Vicente com o semanário *Acção*²³². Recusando os salões anuais do regime, Vicente mergulhava num quadro de dificuldades que partilhava com muitos confrades do ofício. Foi para evitar a penúria financeira que abundantes artistas modernos acorreram de imediato ao chamamento de Ferro. A situação económica das artes e da cultura, na década de trinta, não deixava grandes opções àqueles que queriam fazer desta actividade uma profissão digna e ao mesmo tempo sustento financeiro. Em 1933, numa conferência sobre «Arte e Artistas», Almada bradava contra esta realidade deprimente, declarando que «a palavra mais desconsiderada hoje em Portugal é

²³¹ Cfr. *Ibidem*, n.º 6, 4.07.1936, p. 1; n.º 7, 11.07.1936, p. 1.

²³² Cfr. Arquivo Pessoal de António Pedro Vicente, documento da administração do semanário *Acção* para Arlindo Vicente.

a palavra artista. Desconhecida, desprestigiada, falida, e posta fora de cena e de vida»²³³. Portugal reconhecia que havia artistas a viver na indigência.

Arlindo Vicente dá-nos conta das dificuldades económicas por que então passou: «Pobre, casado muito jovem, com filhos para criar, tive de continuar o meu curso a minhas expensas; vendendo aqui e além uns desenhos, lá fui lutando e sofrendo, por vezes arrepiado de dor. E, pior que tudo, vi morrer ao meu lado vários rapazes, cheios de talento. Até à guerra, também com a ajuda da minha mulher, fui sobrevivendo – vendia, em grande parte, para a França. Barato, mas vendia-se...»²³⁴. Sobre a realidade cultural do país, Arlindo evocaria assim as dificuldades do seu tempo: «Tempos duros, aqueles! A juventude que entre nós, de alguma maneira, nascera fadada para as coisas do espírito, sentia a sua vida endurecer, de forma terrível. Mercados para as suas produções... Nenhuns... Os ricos não se interessavam pelas Artes; os pobres, não podiam comprar e os artistas, assim, não podiam subsistir. E só um ou outro colaborava com as circunstâncias da administração, que se lhes impunha. Pelos cafés, fazia-se um convívio amistoso. E aqui e além, algum «mecenas» hábil e previdente, adquiria uns tantos «nomes» mas com modéstia de números, de Autores, de obras e de peças. Gulbenkians, não existiam. E os Institutos de Alta Cultura eram... para quem eram. De resto, Instituição pobre de orçamento, paupérrima de acção, pouco mais conseguiu do que fazer estiolar a vida do espírito... Abriam e fechavam exposições colectivas ou individuais; mas as vendas eram praticamente nulas. Não existiam em Portugal galerias de vendedores ou comerciantes de arte plásticas»²³⁵.

O pintor conviveu de perto com a pobreza de poetas e artistas plásticos, como António Botto ou Manuel Ribeiro de Pavia. Este notável artista, chegara

²³³ Cfr. José Augusto França, *ob. cit.*, pp. 200-201. O próprio António Ferro o reconhecia no livro *Salazar o Homem e a sua Obra*: «Temos orçamento equilibrado, temos estradas, quase não temos dívidas, temos um bom crédito lá fora, uma obra municipal notável, uma indústria que começa a abrir as asas, mas nada se fez ainda pelo desenvolvimento da literatura e das artes plásticas, que sufocam, sem poder alargar os seus horizontes, no saguão do nosso meio» (p. 122).

²³⁴ Entrevista de Arlindo Vicente, *A Capital*, 1.06.1970, p. 9.

²³⁵ Arlindo Vicente, «O pintor Manuel Ribeiro de Pavia», *A Esfera*, n.º 61, s. d. [1971]p. 7.

a Lisboa vindo do Alentejo, em 1929, e, como Arlindo Vicente, vinha carregado de «sonhos e ilusões», trabalhando com jornais e revistas que lhe pagavam apenas o suficiente para o sustento diário. Desenhador notável, «um criador de beleza sempre insatisfeito», alimentando-se de «sonho e de orgulho», Pavia «morreu de fome», num país que pouco fazia pelos seus artistas. Quando Ribeiro Pavia faleceu, em 1957, Arlindo Vicente, então numa predisposição crítica politicamente enquadrada, haveria de lavrar um labéu acusatório contra o Estado Novo e as suas concepções artísticas: «Ele [Ribeiro Pavia] sabia que o artista, neste burgo, não é necessário e por demais é tido como elemento potencialmente inconformista e perigoso, e nessa medida, todas as restrições ou limites à sua própria existência, são considerados convenientes pelos que podem, para sua comodidade, impô-las. Mas não se intimidou»²³⁶.

A intervenção do Estado era, por tudo isto, uma exigência que muitos artistas faziam, como o próprio Arlindo, que em 1952 afirmava que «é uma obrigação dos governos desenvolverem por todos os meios a produção de obras de arte e interessar nisso a nação»²³⁷. Assim se explica que as catorze edições dos salões oficiais do SPN/SNI tenham contado com o contributo de duzentos e dois artistas convidados, entre os quais se destacaram os artistas do segundo modernismo. Apesar de insistentemente reclamado, o pintor aveirense terá sido, então, dos poucos a rejeitar a colaboração com António Ferro, muito cioso da sua independência²³⁸.

Apesar desta recusa em expor nos salões do regime, Arlindo Vicente acabará por integrar o rol de artistas que colaboraram com o Estado Novo em iniciativas de teor comemoracionista. Com efeito, entre 1929 e 1940 não faltaram motivos ao Poder para congregar em torno do seu projecto os mais representantes

²³⁶ Arlindo Vicente, «A Manuel Ribeiro de Paiva», *Vértice – Revista de Cultura e Arte*, n.º 164, vol. XVII, Maio 1957, p. 217. Este número foi inteiramente dedicado à memória de Manuel Ribeiro de Pavia.

²³⁷ Entrevista de Arlindo Vicente, *Ler. Jornal de Letras, Artes e Ciências*, n.º 8, Novembro de 1952, p. 16.

²³⁸ Cfr. José Augusto França, *ob. cit.*, p. 224; depoimento de António Pedro Vicente ao Autor.

artistas plásticos, envolvidos em feiras internacionais (Paris, 1937; Nova Iorque e S. Francisco, 1939), passando pela «Exposição do ano X da Revolução Nacional» (Lisboa, 1936), «Exposição Histórica da Ocupação do século XIX» (Lisboa, 1937) e culminando na «Exposição do Mundo Português» (Lisboa, 1940). Ao Estado interessava envolver a arte num complexo processo de elaboração político-ideológica cujas finalidades assentavam na legitimação do regime, na construção de uma unidade nacional e, finalmente, na celebração da identidade nacional.

Em nome de tais desígnios político-ideológicos convocava-se a arte, transformada em meio de eficaz propaganda, para a investir numa dupla missão: a construção de um imaginário colectivo, a «portugalidade», e a sedimentação da ordem social que correspondesse às concepções perfilhadas. Como afirma Jorge Ramos do Ó, que sigo nesta matéria, nos regimes autoritários, seduzidos pela força e potencialidades reveladas pela iconografia como veículo de inculcação ideológica, o Poder pretende-se estético e presume-se que a ordem política pode impor-se através da beleza²³⁹.

Em consequência desta intencionalidade, o Estado Novo desdobra-se em encomendas e convites aos artistas, forjando-se assim as figuras do pintor-decorador e do escultor-estatuário, convocados para uma intensa actividade comemoracionista, especialmente visível na «Exposição Histórica da Ocupação»²⁴⁰ e na «Exposição do Mundo Português». A primeira, concebida como iniciativa da «Agência Geral das Colónias», celebrava o processo de ocupação africana desenvolvido pela geração de africanistas do final do século XIX, com destaque para Mouzinho de Albuquerque, Aires de Ornelas, Paiva Couceiro, Azevedo Coutinho, João de Almeida e tantos outros. Os «heróis da ocupação» eram assim invocados pela memória comemoracionista com vista ao reforço da unidade nacional em torno da missão imperial do Estado Novo. A ideologia servia-se

²³⁹ Cfr. «Modernidade e Tradição. Algumas reflexões em torno da Exposição do Mundo Português», *O Estado Novo das Origens ao Fim da Autarcia, 1926-1959*, Lisboa, Fragmentos, 1987, p. 177.

²⁴⁰ José Augusto França, em *A Arte em Portugal no Século XX 1911-1961*, 2ª ed, Venda Nova, Bertrand, 1984, p. 218, nota 32, refere a participação de Arlindo Vicente na «Exposição Histórica da Ocupação». A minha pesquisa, assim como a de outros especialistas, não confirma esta colaboração.

de um programa estético de sabor modernista para aceder ao conteúdo nacionalista da obra colonizadora oitocentista, celebrada como modelo civilizador inscrito nas virtudes ráticas do povo português.

Em 1940, Vicente participou activamente na colossal «Exposição do Mundo Português», uma iniciativa congeminaada pelo Poder salazarista para afirmar externamente a existência de uma «civilização lusitana» plena de vitalidade: «A Exposição do Mundo Português é o primeiro certame que tem a expressão dum grande documentário de civilização. Será uma exposição de «espírito» [...] um exemplo e uma exaltação das forças permanentes e imortais da nossa raça»²⁴¹. Percorrendo a história em busca das «glórias nacionais», o Estado Novo apresentava-se como legítimo herdeiro de uma tradição secular, que o obrigava a centrar atenções na vocação imperial e na missão de Portugal no mundo.

A exposição apresentava-se, assim, como um excepcional instrumento de propaganda do regime, ligando o passado ao presente, vistos como lição para o futuro. O próprio Salazar se encarregará de sancionar a função propagandística do evento, num discurso realizado em Guimarães, a 4 de Julho de 1940, no centenário da Fundação: «Mas nós realizamos hoje também um acto magnífico de fé: fé na nossa vitalidade e na capacidade realizadora dos portugueses, fé no futuro de Portugal e na continuidade da sua História. Não somos só porque fomos, nem vivemos só por termos vivido; vivemos para bem desempenhar a nossa missão e perante o mundo afirmamos o direito a cumpri-la»²⁴². Este sistema de crenças, assente num nacionalismo extremado e na missão portuguesa de civilizar, usava os conteúdos da tradição como meio de reprodução social e de afirmação da superioridade moral das instituições políticas e dos grupos sociais dominantes²⁴³.

Arlindo Vicente integrou a equipa que deu forma aos pavilhões históricos, os «Pavilhões da Fundação», da «Ocupação e Conquista» e da «Independência».

²⁴¹ Augusto de Castro, *A Exposição do Mundo Português e a sua Finalidade Nacional*, Lisboa, Imprensa Nacional de Publicidade, 1940, pp. 43-44.

²⁴² Transcrito por J. da Costa Lima, «A Arte nas festas centenárias», *Brotéria-Revista Contemporânea de Cultura*, vol. XXXI, Lisboa, Agosto-Setembro 1940, p. 167.

²⁴³ Cfr. Jorge Ramos do Ó, *Os anos de Ferro. O dispositivo cultural durante a «Política do Espírito» 1933-1949*, Lisboa, Editorial Estampa, 1999, pp. 72-73.

Dela faziam parte os pintores Martins Barata, Manuel Lima, Júlio Santos, José Videira, Frederico Aires, Carlos Botelho, Joaquim Rebocho, Manuel Lapa, Fred Kradolfer e Frederico George. A definição do significado dos pavilhões foi estabelecida pelo Comissário da Exposição, Augusto de Castro: «A revivescência das nossas glórias leva-nos à afirmação inequívoca da existência duma civilização lusitana, autónoma e universal. O sentido material e criador dessa civilização é a prova da permanência duma individualidade étnica e ideal, não apenas geograficamente independente, mas espiritualmente viril e fecunda.»²⁴⁴.

Este comemoracionismo partia de uma concepção étnica e histórica, inscrita numa matriz ôntica, para celebrar a «vocação civilizadora» de Portugal. O Estado Novo filiava a sua legitimidade nesta concepção identitária de um destino que se cumpria na missão civilizadora de Portugal, cuja vitalidade ficava largamente comprovada na imponente «Exposição do Mundo Português». Nas palavras de um crítico de antanho, à arte cabia a função «glorificadora da história»²⁴⁵ através da qual o passado da colectividade se projectava no futuro.

O pintor aveirense ficou responsável pela decoração da «Sala da Restauração», no «Pavilhão da Independência», onde pintou uma alegoria da restauração. O seu trabalho foi apreciado pela crítica de forma muito convergente. Para Costa Lima, «Arlindo Vicente, na luta da Restauração, foi moderno no convencionalismo das suas tintas e plástica, mas os seus anjos não arrebatam ao divino»²⁴⁶; para Fernando Pamplona, Vicente «interpreta alegoricamente as lutas da Restauração: os cavaleiros, em seu desenfreado galope, têm dinamismo, mas alguns dos anjos que mergulham no céu carecem de consistência»²⁴⁷.

Para além das implicações estéticas, ficava claro que, atendendo à avaliação da crítica situacionista, as imagens alegóricas dos modernistas cumpriram com

²⁴⁴ Augusto de Castro, *ob. cit.*, pp. 77-78.

²⁴⁵ Cfr. J. da Costa Lima, «A Arte nas festas centenárias», *Brotéria -Revista Contemporânea de Cultura*, vol. XXXI, Lisboa, Agosto – Setembro 1940, pp. 626-632.

²⁴⁶ *Ibidem*, p. 635.

²⁴⁷ «Uma obra de arte: A Exposição do Mundo Português», *Ocidente*, vol. XI, n.º 31, Novembro 1940, pp. 168-169.

aparente proficiência a função simbólica que o Poder reservara para a arte ao convocá-la para a grande «Exposição»: celebrar a tradição e a memória histórica, colocadas ao serviço da ideologia, recorrendo a um vocabulário plástico moderno.

Esta leitura levanta necessariamente a polémica questão sobre a colaboração dos modernos com o regime nas exposições referidas, em particular na «Exposição Geral do Mundo Português», que na época suscitou muitas críticas nos meios artísticos académicos. Para alguns, a independência dos modernistas ficava salvaguardada pela aceitação da sua liberdade criadora, acabando a sua obra por consagrar os fundamentos de uma estética inegavelmente modernista. Com efeito, «cada artista e crítico viu a seu modo as manifestações comemorativas do duplo centenário»²⁴⁸, sem sugestões ou embaraços vindos de cima.

Contudo, esta colaboração concitou a hostilidade de muitos académicos e conservadores, como Ressano Garcia, para quem a arte moderna era obra de «revolucionários civis sem ideal, sem deus e sem moral», que ele reputava ao serviço da Rússia. Mas no geral, existiu uma evidente tolerância para com os modernistas pois, «apesar das tendências avançadas, as não alardearam com aberrações antipáticas»²⁴⁹. Apesar da encarniçada censura de alguns conservadores, na época a colaboração dos modernos foi apreciada com grande naturalidade, aceitando-se que estes artistas, construindo uma imagética que aproximava tradição e modernidade, historicismo e inovação, corresponderam aos desígnios nacionalistas do evento. O seu trabalho foi sobretudo apreciado pela sua dimensão estética, furtando-se a qualquer comprometimento com os propósitos e com o ideário propugnado por Salazar e pelo Estado Novo.

Apesar do tom destas explicações, as iniciativas comemoracionistas não podem ser entendidas fora da sua vocação ideológica, na medida em que se assumiram como veículos oficiais de propaganda. As imagens construídas para os eventos, pese embora o seu pretense modernismo, iam ao encontro das aspirações do regime, assumindo-se ao mesmo tempo como instrumentos

²⁴⁸ J. da Costa Lima, *ob. cit.*

²⁴⁹ *Ibidem.*

privilegiados de inculcação ideológica e de consagração da modernidade do Estado Novo.

Alguns dos críticos de arte de antanho, mais solidários com a ditadura salazarista, como Fernando Pamplona, exprimiram com grande acuidade os termos desta correlação: «o que é verdade na filosofia ou na política não pode ser mentira em literatura ou em arte – e em todos os domínios a liberdade tem de ser condicionada pela razão ordenadora»²⁵⁰. A obra dos artistas modernos acabou, pois, refém da intencionalidade ideológica que sustentava as iniciativas oficiais, com a sua apologia das glórias passadas e as suas interpretações de gosto político, obrigando o seu modernismo a formular-se a partir de cânones estéticos remotos.

A suposta isenção ideológica, com base num assumido patriotismo (considerando o conteúdo nacionalista dos eventos referidos), apartidário e apolítico, com que alguns dos coevos avaliaram esta colaboração, não consegue diluir a certeza de que este contributo estava plenamente consciente das suas implicações político-ideológicas. Não é possível atribuir-se aos artistas modernos uma ausência total de consciência política, contra a abundância de sinais, dispersos pela retórica discursiva do Poder, do comprometimento propagandístico dos eventos com o Estado Novo. As realizações comemoravam a «portugalidade», com a sua simbólica mitologia da identidade, e a sua história pretensamente civilizadora, mas consagravam igualmente o regime enquanto legítimo continuador (nos discursos do Poder) da grandeza e da missão de outras épocas. Se a história legitimava o Estado Novo, a iconografia modernista então edificada sagrava e reafirmava essa legitimidade.

No caso de Arlindo Vicente, a colaboração com a «Exposição» é coerente com as afinidades que neste período o ligavam aos sectores mais conservadores da arte e da cultura. É também coerente com os propósitos nacionalistas do seu pensamento estético deste período. Contudo, ao evidenciar-se a recusa de

²⁵⁰ *ob. cit.*

Vicente em expor nos salões de arte plástica dinamizados por António Ferro como gesto inçado de valor político, como evitar as comparações?

Para além dos esclarecimentos de cunho ideológico e estético, a explicação poderá também residir na dimensão colossal do projecto, e na aparente sedução de um projecto de realização artística muito arrojado, num país muito traumatizado pela ausência de realizações culturais de vulto. Eventos desta natureza pressupunham uma inusitada dinâmica cultural e artística que seduzia e tentava.

Por outro lado, não são de menosprezar explicações de carácter económico, atendendo às dificuldades financeiras que atingiam o meio em tempo de guerra. Para muitos artistas, o estipêndio realizado nestes contratos vinha acrescentar rendimentos indispensáveis ao seu sustento, aumentando o debilitado e emagrecido pecúlio familiar. O próprio Arlindo viu o conflito mundial cortar-lhe as ligações comerciais com a França, para onde vendia os seus quadros²⁵¹.

Esta solidariedade dos artistas modernos seria abordada por António Ferro em termos que não oferecem dúvidas. Para o director do SPN/SNI, independentemente das posições políticas perfilhadas, o que contava era o carácter «nacional» da obra. Por isso, questionava com alguma pertinência os que se insurgiam com as opções do regime: «Quem vai hoje fazer um inquérito sobre as opiniões políticas dos operários, dos arquitectos, dos pintores, dos escultores que construíram a Exposição do Mundo Português? A obra, no seu conjunto, foi uma grande obra nacional, mais ainda, nacionalista. É o que precisamos de saber, tanto mais que esses realizadores, consciente ou inconscientemente, foram sinceros, absolutamente sinceros»²⁵².

A questão torna-se ainda mais pertinente se atendermos ao facto de, no mesmo ano de 1940, Lisboa assistir a uma exposição que «solitariamente» se opunha à ordem e aos valores instituídos pela «Exposição do Mundo Português». Nela participaram António Pedro, António Dacosta e a escultora inglesa Pamela

²⁵¹ Numa carta dirigida a Adélia Vicente, datada de 13-09-1939, Arlindo comenta a sua participação na Exposição de 1940 e não evita as referências aos «dinheiros» do projecto. Cfr. Arquivo Pessoal de António Pedro Vicente.

²⁵² António Ferro, *Dez Anos de Política do Espírito 1933-1943*, Lisboa, SPN, 1943, pp. 18-19.

Boden, numa exposição revolucionária em que a modernidade «contesta a ordem e o autoritarismo» com que o regime se propunha apresentar-se como futuro, utilizando a linguagem modernista para de si dar uma imagem moderna. Dessa «exposição contestatária» nascia o surrealismo²⁵³.

Apesar dos considerandos feitos sobre alguma proximidade episódica e contextualizada de Vicente com realizações ou instrumentos de inculcação ideológica próximos do Estado Novo, a memória de um espírito progressista, de um artista acochado pela realidade política e social, permanece intocável. Não se pode exigir ao historiador que organize e estude a vida de um artista esperando encontrar um mundo de coerências. As contradições na vida dos artistas permanecerão sempre como realidade quase insondável. Porque não são fáceis de apreender, obrigam o historiador a tactear. Como lembra com acerto Mário Dionísio, «dá naturalmente que pensar ter sido o mesmo Delacroix que deixou no seu precioso *Diário* a mais convicta condenação de todas as revoluções quem pintou a célebre *A Liberdade Guiando o Povo*; ter sido o mesmo Goya dos *Desastres da Guerra* quem serviu José Bonaparte, o «rei intruso», pintando-lhe o retrato, escolhendo os cinquenta quadros a enviar para França, para o Museu de Napoleão»²⁵⁴.

No caso de Arlindo Vicente, as evocações nacionalistas e anticomunistas deste período, e mesmo as amizades políticas dos diferentes quadrantes ideológicos, não serão mais do que o reflexo da força dos ambientes políticos e ideológicos da época. Apesar de tudo, não se mostraram suficientemente possantes para derrubar as suas crenças e os seus ideais de justiça. Nem ao menos para silenciar as suas preocupações em denunciar a pobreza e a miséria do povo português.

No que concerne à denúncia e oposição ao regime ditatorial, o artista compartilhou do ambiente repressivo e de uma certa tibieza da consciência política nacional, envolvida então numa espécie de torpor colectivo. Esse torpor não pode desligar-se da vitalidade e do arrojo exibidos pelo Estado Novo durante a

²⁵³ Cfr. Rui Mário Gonçalves, *ob. cit.*, p. 301.

²⁵⁴ *ob. cit.*, p. 139.

década de trinta, devidos não apenas ao sistema repressivo, mas igualmente à sedução da sua fortíssima ofensiva ideológica, numa fase em que o redil oposicionista se revelou inócuo ou inexistente. Será preciso esperar pelo ambiente democrático que soprava da Europa no final da II Guerra Mundial para que uma nova dinâmica oposicionista se estruture numa frente de unidade antifascista.

Arlindo Vicente acabará por se envolver no turbilhão da vida política, em oposição determinada ao regime, sacrificando-lhe mesmo o mais importante da sua vida: a arte. De certa forma, o pintor sentiu que a sua realização como artista exigia uma mudança radical da vida pública portuguesa, a começar pela democratização do Poder, na presunção de que «só um Povo livre pode gerar uma cultura».

Incapaz de sobreviver financeiramente como artista, a braços com grandes responsabilidades familiares, Arlindo orientará as suas energias para a carreira jurídica e será como advogado que trilhará os caminhos lúbricos da militância antifascista. Mas a actividade profissional não o faz esquecer a deprimente situação da cultura e das artes em Portugal, lutando pela mudança política necessária para que outros pudessem sobreviver no país como artistas, para «não ver repetir-se a minha vida, nem a dos que desgraçadamente morreram de fome, por serem diferentes»²⁵⁵.

O espírito conformista desta década de letargia e inatividade terá surgido, também, como incapacidade das elites, incluindo as elites intelectuais e artísticas, em desenvolver um projecto de reforma, em assumir os destinos da colectividade em momentos de crise, a que não será alheio o estrangulamento político e cultural imposto pelo sistema repressivo do regime. Miguel Torga, que viveu com intensidade dramática este ambiente repressivo, escreveu que «o medo paralisara as vontades e automatizara os movimentos do corpo e da alma»²⁵⁶. Para Arlindo Vicente, porém, começava uma nova etapa que o levaria da carreira de advogado necessitado à política activa, denunciando e combatendo o regime de Salazar.

²⁵⁵ Arquivo Pessoal de António Pedro Vicente, depoimento de Arlindo Vicente, datado de 5.05.1970, p. V.

²⁵⁶ Miguel Torga, *A Criação do Mundo*, vol. II, Lisboa, Planeta Agostini, 2003, p. 157.

CAPÍTULO III – UM POLÍTICO ROMÂNTICO E IDEALISTA

«Só um povo livre pode gerar uma cultura»

(Manifesto dos intelectuais em apoio do MUD)

«Há uma coisa mais importante do que a vida. É a dignidade. E é a dignidade que estamos a defender»

(Arlindo Vicente, Liceu Camões, 25 de Maio 1958)

1. A OPOSIÇÃO DOS INTELLECTUAIS E DOS ADVOGADOS

No verão de 1944, Arlindo Vicente passava um curto período de férias na sua aldeia natal, Troviscal, a gozar as delícias da costa aveirense. Em missiva dirigida ao escritor Ferreira de Castro, então em Paris, o advogado descreveu assim o ambiente político dessa época: «As notícias chegam e são consternadamente [sic] agradáveis. Parece que tudo se precipita para a grande lavagem do mundo como em dia de Páscoa»²⁵⁷. O optimismo patenteado procedia das

notícias animadoras chegadas da frente de batalha, aludindo aos progressos dos aliados na luta contra as forças do Eixo. Confirma-se, assim, por esta passagem, a assunção de um estado de espírito de matiz intervencionista entre os sectores intelectuais e liberais mais progressistas, que começavam a despertar contra a longa tirania de Salazar.

Os ventos democráticos que sopravam da Europa favoreciam a luta antifascista e instigavam a unidade das forças oposicionistas em torno do Partido Comunista que, apesar de agir na clandestinidade, era a única estrutura capaz de mobilizar os trabalhadores, as classes médias e a intelectualidade²⁵⁸. Foi o PCP quem, a partir de 1942, procurou o apoio das escassas forças oposicionistas que subsistiam, moribundas, para a construção da unidade oposicionista: o que restava dos velhos partidos republicano e socialista, a recém-formada União Socialista, a Maçonaria, os sectores liberais da Igreja Católica, a Confederação Geral dos Trabalhadores e até alguns monárquicos²⁵⁹. As diligências mobilizadoras deste período estimularam a formação, por volta do fim de 1943, do Movimento de Unidade Nacional Anti-Fascista, conhecido por MUNAF, que pressupunha, com manifesta ingenuidade, a deflagração de um levantamento nacional, a coincidir com o fim do conflito mundial, e para o qual não havia quaisquer preparativos²⁶⁰.

Entretanto, as manifestações públicas em defesa da liberdade, secundadas pelo recuo das forças do Eixo, persuadiram Salazar a produzir o famoso discurso, em Agosto de 1945, em que prometia realizar eleições livres, «tão livres como na livre Inglaterra».

Esta inusitada aparência de abertura democrática foi suficiente para que um grupo de intelectuais republicanos e socialistas, liderado por Mário de Lima

²⁵⁷ Museu Ferreira de Castro, *Correspondência de Ferreira de Castro*, carta de 29 de Agosto de 1944.

²⁵⁸ Cfr. José Tengarrinha, «Os Caminhos da Unidade Democrática contra o Estado Novo», *Revista de História das Ideias*, vol. 16, Coimbra, 1994, p. 394.

²⁵⁹ Cfr. Dawn Linda Raby, *Resistência Antifascista em Portugal*, Lisboa, Salamandra, 1988, p. 25; Mário Soares, *Portugal Amordaçado. Depoimento sobre os anos do fascismo*, Lisboa, Livraria Arcádia, 1975, p. 50.

²⁶⁰ Cfr. Mário Soares, *ob. cit.*, p. 51.

Alves, apresentasse um pedido de autorização para a realização de um comício eleitoral. Desta iniciativa nasceu o «Movimento de Unidade Democrática» (MUD), que nos anos subsequentes congregaria todos os opositores ao regime, até ser ilegalizado e proibido em Março de 1948²⁶¹.

Arlindo Vicente envolveu-se com a costumeira vivacidade do seu espírito empreendedor e inconformado, esforçando-se por participar na dinâmica política gizada em torno do MUD. No mesmo período, em 1946, Vicente esteve ligado ao primeiro movimento que, no decurso da última década, procurou derrubar a ditadura através de uma revolta militar organizada. Não conhecemos os termos exactos da sua ligação à Junta de Libertação Nacional, que visava uma acção conjugada de unidades militares de todo o país para derrubar a ditadura, mas cremos que o seu envolvimento foi particularmente intenso no estabelecimento de contactos entre civis e militares.

Arlindo fora amigo e companheiro de Queiroga em Coimbra, apresentando-o como um «jovem militar» que «gozava de grande prestígio». Sobre as razões que o empurraram para o combate antifascista, conta em primeiro lugar a «desumanidade» e a falta de «justiça» com que os interesses opulentos do regime tratavam «o povo». A nova oficialidade convivía mal com o despotismo de uma ditadura que se perpetuava pela acção da polícia política. Tratava-se, nas palavras de Vicente, de «libertar a sua pátria das ofensas e massacres da pida»²⁶².

Só que os manejos conspirativos revelaram-se inconsequentes e a revolta contaria apenas com a acção do capitão Fernando Queiroga²⁶³, que chegou com Cavalaria 6 à Mealhada, vindo do Porto, e ali foi preso. A gorada tentativa

²⁶¹ Cfr. Dawn Linda Raby, *ob. cit.*, p. 31.

²⁶² Cfr. Arquivo Pessoal de António Pedro Vicente, documento manuscrito de Arlindo Vicente.

²⁶³ Fernando Gualter de Queiroga Chaves nasceu em Guimarães em 1909 e morreu em 1971. Oficial do Exército e opositor do salazarismo desde 1938, quando foi demitido e condenado a dois anos de prisão, com pena suspensa. Com a ida de Humberto Delgado para o Brasil será o representante itinerante do Movimento Nacional Independente até se desentender com o general, fundando em Marrocos a Frente Cívica Revolucionária com a qual pretende revolucionar a Península Ibérica. Expulso de Marrocos, regressou ao Brasil. Em 1963 liderou o Movimento Restaurador da Democracia em Portugal. Regressou a Portugal em 1968, sendo reabilitado e reintegrado no Exército, na situação de reserva, como o posto de capitão. Seria promovido a coronel, a título póstumo, em 1975.

revolucionária falhou, aparentemente, por desinteligências e traições surgidas no seio das cúpulas militares. Fernando Queiroga seria preso no Forte de Peniche e, depois de condenado a três anos de prisão maior celular, acabou por se submeter a um inevitável exílio na América do Sul, onde persistiu na sua demanda oposicionista²⁶⁴.

Arlindo Vicente conta que escapou aos «incómodos» das forças policiais porque «o capitão conseguiu ilibar-me, dizendo que tinha tido contactos comigo, mas a nível meramente profissional»²⁶⁵. Com efeito, o advogado lisboeta foi indicado por Fernando Queiroga às autoridades como o seu advogado de defesa e essa qualidade poderá ter evitado outras desconfianças.

A sua atitude pessoal face ao regime transfigurou-se radicalmente, a partir da década de quarenta, abandonando aquela indiferença um tanto letárgica quanto ao Estado Novo, com que o conformismo toldou o espírito de muitos intelectuais e artistas plásticos, para enfrentar abertamente o regime. Muitos anos mais tarde, em entrevista, Vicente exporá com grande detalhe as razões que determinaram o sentido do recontro: «[...] comecei a estar atento às circunstâncias que me levaram através da vida a acentuar essa oposição: os compadrios, a corrupção consentida, o começo da destruição de alguns, idealistas ou não, mas homens honrados que conheci, só pela simples razão de discordarem do regime [...], o esmagamento dos direitos individuais do ser humano, a acentuação das perseguições de todo o tipo, por motivos ideológicos, a manutenção do subdesenvolvimento [...] e ainda uma censura feroz e violenta a todos os meios de expressão, que em si considero ter sido o maior sustentáculo e a maior razão para expressão dum regime de quase 50 anos»²⁶⁶.

A evolução da sua consciência política seria assim determinada pelas mesmas condicionantes subjectivas que modelavam já a sua produção artística, com destaque para a «sensibilidade» e o profundo contacto com os homens, «as

²⁶⁴ Cfr. Fernando Queiroga, *Portugal Oprimido*, Lisboa, Editorial O Século, 1974.

²⁶⁵ Entrevista de Arlindo Vicente, *A Capital*, Ano VII (2ª série), n.º 2355, 11.10.1974, p. 12.

²⁶⁶ *Diário de Notícias*, 5 de Março de 1977, p. 5.

grandezas e misérias do ser humano». Tais condicionantes, geradas no íntimo da sua consciência social, empurraram o artista para uma «posição de acção»²⁶⁷. As preocupações com a natureza humana, definidores do seu humanismo pictórico, associadas agora aos valores da moral, assumiram-se como a mola impulsional da sua arte como agora o serão da sua militância política.

Este propósito de incursão numa actividade política muito controlada pelos mecanismos repressivos do regime, com os seus riscos inerentes, não se apresentou isolado. Emergiu numa época em que Vicente frequentava a tertúlia da pastelaria Veneza, na Avenida, no início de quarenta, ao lado de Ferreira de Castro, Assis Esperança, Roberto Nobre, Augusto Casimiro, etc. Aos intelectuais progressistas mais velhos juntavam-se os novos, com a sua prédica de esperança: Arlindo Vicente, o escritor Julião Quintinha, o jornalista Pinto Quartim, Castro Soromenho, o poeta António Navarro, Carlos Amaro, Manuel Ribeiro de Pavia, Alves Redol, João de Barros e tantos outros, partilhando o chá entre «as mesmas ansiedades» e comungando «em idênticos princípios»²⁶⁸. Na tertúlia da pastelaria Veneza imperava a figura do escritor Ferreira de Castro: «Na tertúlia de Veneza ele era a pessoa mais representativa. Aí, havia um desígnio espiritual, estético e político inteiramente livre e de certa forma paralelo e comum e onde as pessoas eram necessariamente seduzidas por um futuro comum. Assim, as conversas da tertúlia eram inteiramente livres»²⁶⁹.

As tertúlias dos cafés constituíam então o espaço de convergência da intelectualidade oposicionista, que aí se reunia e aí discutia «livremente» assuntos políticos, mesmo sabendo que a onisciente polícia política escutava em todos os cantos. A horas certas, mesas certas recebiam os cúmplices de sempre, reunidos para as conversas de sempre, no único refúgio que oferecia um absurdo sentimento de liberdade:

²⁶⁷ *Ibidem*.

²⁶⁸ «A Vida das Tertúlias Literárias», *Vida Mundial Ilustrada*, ano III, n.º 113, 15.07.1943, p. 11.

²⁶⁹ Arquivo Pessoal de António Pedro Vicente, depoimento de Arlindo Vicente sobre Ferreira de Castro para um jornal espanhol que não foi possível identificar.

«À hora X, no Café Portugal
 à mesa Z, é sempre a mesma cena
 uma toupeira ergue a mãozinha e acena...
 Dois picapaus querelam, muito entusiasmados:
 que a dita dura dura que não dura
 a dita dita dura – dura desdita!
 Um pássaro cantor diz que isto assim é pena
 e um senhor avestruz engole ovos estrelados
 (Mário Cezariny)»²⁷⁰.

Face à inexistência de partidos organizados ou mesmo de clubes ou centros políticos, proibidos pelo Estado Novo, os cafés confirmavam-se como espaços informais de debate político, estético e cultural. No Café Portugal, ao Rossio, por seu lado, juntava-se, desde as «oito horas da manhã», um «grupo numeroso de escritores, médicos, advogados juizes, engenheiros e outros, com a característica comum de serem adversários do regime vigente»²⁷¹. Eram eles Armindo Rodrigues, Manuel Mendes, José Gomes Ferreira, Mário Lima Alves, João Cid, Avelino Leite e muitos outros. Terá sido na tertúlia do Café Portugal que Mário Lima Alves, Armindo Rodrigues e seus confrades desenvolveram um «febril afã organizativo» de que resultou a constituição do MUD em 1946²⁷².

A intelectualidade constituiu, com os profissionais liberais, o essencial dos quadros dirigentes do MUD, com destaque para os professores e escritores²⁷³. Depois do ambiente de algum «conformismo» que marcara a vida nacional durante vinte anos, a elite intelectual mais progressista assumia uma posição política de inequívoca repulsa face ao Estado Novo, exibindo sem ambiguidades a sua repugnância pelos valores e pela ideologia que este representava.

²⁷⁰ In *O Sabor dos Cafés. Cafés de Lisboa*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 2000, p. 18.

²⁷¹ Armindo Rodrigues, *ob. cit.*, p. 183.

²⁷² *Ibidem*, p. 203.

²⁷³ Cfr. Jorge Ramos do Ó, *ob. cit.*, pp. 213-214.

No seu manifesto de apoio ao MUD, que Vicente também assinou, os intelectuais vinham agora repudiar o opróbrio imposto pelos limites à sua «missão» de casta ilustrada: «Extinta a liberdade, negou-se à inteligência criadora a sua maior força, faltou ao povo o esclarecimento dos seus próprios problemas, que deve ser a primeira missão dos intelectuais»²⁷⁴.

Contra o autoritarismo e o atraso cultural, erguia-se o poderoso lábaro da liberdade, associado à estruturação de uma cultura nacional com que se almejava reconstruir Portugal, partindo do pressuposto de que «só um povo livre pode gerar uma cultura»²⁷⁵. Os intelectuais, na esteira dos seus antecessores republicanos, recuperavam o ideal intervencionista, de grande sentido cívico e moral, que correspondia à sua missão de elite.

Esta predisposição interventiva não passou despercebida nos meios oficiais. As críticas públicas feitas à ausência de liberdade constituíam um perigo que o regime soube medir e ponderar. Os intelectuais eram identificados por Pinheiro Torres, em discurso proferido na Assembleia Nacional, como os verdadeiros «inimigos» políticos, em especial os «filósofos» e os «romancistas do social», que espalhavam as suas ideias a partir das «repartições públicas», do «professorado», enfim, de todas as repartições oficiais²⁷⁶. A censura e a repressão, armas recorrentes na trama judicativa do Estado Novo, continuavam a revelar toda a sua eficácia em emudecer as vozes de protesto mais ousadas e insinuantes. Mesmo aquelas que brotavam das mais conspícuas personalidades da vida pública nacional. Não se estranhou, por isso, a decisão governativa tomada em 1946 de castigar e expulsar do ensino os professores Mário de Azevedo Gomes e Bento de Jesus Caraça, verdadeiros cérebros e eminentes dinamizadores do MUD.

A estas medidas repressivas e discricionárias reagiram os intelectuais como puderam, mesmo quando nada mais restava do que a dignidade. A 22 de Novembro de 1946, uma «Comissão de Escritores, Jornalistas e Artistas» entregou

²⁷⁴ ANTT, PIDE/DGS, Arlindo Vicente, *processo 3370/45-SR*, 1º vol., fl. 515.

²⁷⁵ *Ibidem*.

²⁷⁶ Cfr. Jorge Ramos do Ó, *ob. cit.*, p. 215.

uma representação ao presidente da república, marechal Carmona, em que se repudiava a demissão de Bento Caraça e Azevedo Gomes. O abaixo-assinado, intitulado «Os Intelectuais portugueses protestam», e que Arlindo Vicente também subscreveu, afirmava-se como um protesto moral contra «as opressões, as arbitrariedades e as violências que continuam sendo praticadas», opressões que «negam ao homem, e sobretudo às consciências mais dignas e mais cultas a legitimidade do que a lei e a mais simples convicção moral admitem: o direito de exprimir publicamente o pensamento em termos de honradez e de justiça»²⁷⁷.

O efeito de tal iniciativa revelou-se, como se sabe, inócuo, ante os meandros ardilosos com que Salazar ergueu a sua ditadura de engenhosa legalidade constitucional, concebida «Pela Ordem e pela Pátria». Ao assinar os abaixo-assinados ou outras exposições de repúdio, os opositores denunciavam publicamente a sua condição de adversários do regime, tornando-se mais dóceis para a actualização dos sicários da máquina repressiva.

Com efeito, e apesar dos insistentes apelos da oposição, a acção repressiva do Estado Novo aumentou nos anos subsequentes, com o decreto-lei n.º 37 447, de 13 de Junho de 1949, a criar as medidas de segurança de internamento para os «criminosos» da oposição que atentassem contra a segurança do Estado. A própria cultura era objecto de particulares medidas de censura. Na sede da Sociedade Nacional de Belas-Artes, onde se realizava a *2.ª Exposição Geral das Artes Plásticas*, a PIDE confiscou diversos quadros onde a temática social era mais evidente. A senda persecutória no campo artístico começou em 1929 com a apreensão de quadros de Júlio e, até 1974, conduziu à apreensão de cento e oitenta e seis obras pertencentes a cerca de oitenta e seis artistas plásticos, entre os quais Arlindo Vicente²⁷⁸. Quanto à organização política da oposição, os sinais inequívocos da vontade onnipotente do ditador de Coimbra revelaram-se com a prisão dos corpos dirigentes do MUD, em 1946.

²⁷⁷ Veja-se o abaixo-assinado em ANTT, PIDE/DGS, Arlindo Vicente, *processo 3370/45-SR*, 1.º vol, fl. 513.

O contexto do cárcere esteve relacionado com a candidatura de Portugal às Nações Unidas, que suscitou a elaboração de um documento, pelo MUD, em que se criticava a entrada do país naquele organismo internacional enquanto vigorasse em Portugal uma ditadura. Este facto serviu de pretexto às autoridades para mandar prender a comissão central da organização, acusando-a de difamar o chefe de Estado, o presidente do conselho e ofender o país. O processo, que se arrastou durante anos nos tribunais, envolveu os mais eminentes advogados do país, entre os quais figurava Arlindo Vicente, antes de ficar resolvido por força da aplicação de uma amnistia²⁷⁹.

Com a extinção do MUD, decretada em Março de 1948, as esperanças de uma vitória de Norton de Matos nas eleições presidenciais de 1949 desvaneceram-se por completo. Esta será, aliás, a derradeira tentativa de unidade antifascista protagonizada pelos sectores republicanos conservadores e pelas forças de esquerda, lideradas pelo PCP.

A próxima década, que se seguiu até às eleições presidenciais de 1958, caracterizou-a Mário Soares como um período «de apagada e vil tristeza», em que a oposição permaneceu refém do protagonismo de algumas personalidades isoladas, como António Sérgio e Jaime Cortesão²⁸⁰, e de alguns grupúsculos de esquerda que gravitavam na órbita do PCP, em que avultavam os profissionais liberais.

Arlindo Vicente pertencia a este lote de profissionais liberais que encontravam na sua independência financeira face ao Estado a possibilidade de fazer oposição ao regime sem recear perseguições profissionais. Exceptuando os quadros do PCP, os advogados destacavam-se, não por acaso, entre as centenas de personalidades que animavam os organismos políticos que se iam formando, como o MUD e depois o Movimento Nacional Democrático (MND), e eram eles

²⁷⁸ Estas obras de «exposição difícil ou problemática durante a vigência do regime» estiveram numa exposição intitulada «Maias para o 25 de Abril», em 1974. Cfr. *Flama*, ano XXXI, n.º 1375, 12.07.1974, pp. 54-55.

²⁷⁹ Cfr. Dawn Linda Raby, *ob. cit.*, pp. 34-35; Mário Soares, *ob. cit.*, p. 133.

²⁸⁰ Cfr. Mário Soares, *ob. cit.*, p. 192.

quem mais se empenhava durante os fugazes períodos eleitorais. Apesar disso, não estavam isentos de perseguições e mesmo de prisão, como aconteceu, por exemplo, com Abranches Ferrão²⁸¹ ou Manuel João da Palma Carlos²⁸². Em 1957, este causídico passou de advogado a réu, sendo acusado de alegadas ofensas ao tribunal e por isso condenado sumarissimamente pelos juízes.

A oposição dos advogados face ao regime desenhava-se dentro da própria corporação. No processo de Arlindo Vicente, elaborado pela PIDE, encontra-se uma lista de advogados progressistas candidatos à liderança da Assembleia-geral da Ordem dos Advogados, em 1953, acompanhada da seguinte nota: «Mais uma vez a oposição tenta uma posição de destaque»²⁸³. Arlindo integrava essa lista conotada com o MND.

Esta oposição, muito controlada pelas estruturas repressivas, exercia-se dentro dos mecanismos e expedientes que a liberdade possível deixava aos movimentos oposicionistas de então, redigindo manifestos públicos, petições e abaixo-assinados. Eram os expedientes que Humberto Delgado classificou com pertinácia de «oposição dos papéis». Cabia aos advogados elaborar os pareceres através dos quais se repudiava a falta de liberdades cívicas e se condenavam os múltiplos atropelos à igualdade e liberdade políticas em período de eleições e fora delas.

²⁸¹ Fernando Abranches Ferrão nasceu em Coimbra em 1908. Licenciado em Direito nesta cidade, exerceu advocacia desde 1930. Teve participação política como Advogado muito intensa desde a «Intentona da Mealhada», 1946; «Processo dos 108», 1948; «Comissão Central do MUD», 1948; «Intelectuais de Coimbra», 1957; «Jovens do Porto», 1957; «Demissão do General Humberto Delgado», 1959; «Guerra Santa» de Luís Sttau Monteiro, 1966; «Habeas Corpus dos angolanos internados no campo de Chão Bom», 1972; «Suspensão de estudantes da Escola Superior de Belas-Artes», 1973; «Poster de João Abel Manta», 1973. Tem bibliografia jurídica. Foi membro do Conselho Geral da Ordem dos Advogados (1961-71); presidente honorário da FILJA (Fédération Internationale des Juristes et Avocats), 1958; vice-presidente da Liga Portuguesa dos Direitos do Homem, 1959, cargo de que não tomou posse por a PIDE ter fechado a Liga. Foi preso pela PIDE em 1937, 1947, 1961 e 1965. Participou activamente nas campanhas de Norton de Matos e de Humberto Delgado.

²⁸² Manuel João da Palma Carlos, advogado, nasceu em Bucelas em 1915. Foi presidente da direcção da Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa em 1935-36. Pertenceu à Acção Anticlerical e Antifascista e à Federação das Juventudes Comunistas. Foi preso em 1936 e deportado para Angra de Heroísmo sem julgamento. Integrou a comissão de juristas do MUD e participou activamente na campanha eleitoral de Norton de Matos, na campanha eleitoral de 1957 e pertencerá à Comissão Central da Candidatura de Arlindo Vicente. Presença assídua nos tribunais plenários em defesa de presos políticos.

²⁸³ ANTT, PIDE/DGS, Arlindo Vicente, *processo 3370/45-SR*, vol. 1, fl. 507.

Exemplo de uma oposição decidida, no decénio de cinquenta, foi a disposição de alguns sectores da advocacia contra o decreto-lei n.º 40 550, de 12 de Março de 1956, que aumentava a capacidade repressiva do Estado Novo. A nova lei estabelecia uma série de crimes políticos que feriam a liberdade de expressão e organização, ao ponto de estabelecer que «não devem ser concedidas garantias individuais a determinados elementos da sociedade portuguesa»²⁸⁴.

Num documento enviado ao bastonário da Ordem dos Advogados, Adelino da Palma Carlos²⁸⁵, Arlindo Vicente e seus pares condenavam a punição do «simples pensamento político, a simples discordância ideológica», considerando que a nova lei significava a «introdução sub-reptícia e camuflada, entre nós, de verdadeiras penas corporais perpétuas para os não adeptos do regime»²⁸⁶. O advogado aveirense estava longe de imaginar que contestava o quadro jurídico-penal com que teria de se debater pessoalmente mais tarde.

Ainda assim, não se julgue que esta tomada de posição envolveu a totalidade da corporação judicial. Os receios de muitos advogados emergiram, «prudentemente, muito prudentemente», quando foram confrontados com o documento – a «referência aos «comunistas», empalidecia toda a gente»²⁸⁷. A afirmação encontra-se numa missiva enviada pelo advogado madeirense, Brito da Câmara, para um dos cérebros da iniciativa, Manuel João da Palma Carlos. Muitos advogados, pese embora a discordância dissimulada face ao regime, assumida apenas na confortável intimidade do lar, evitavam a exposição pública dos ínvios pensamentos, esgueirando-se pela sémita do entorpecimento que marcava a época, essa «época descolorida e de cobardia cívica que atravessamos»²⁸⁸.

²⁸⁴ ANTT, PIDE/DGS, Ordem dos Advogados, *processo 7/46-SR*, pasta 2, fls. 89-93. Veja-se *Diário da República*, decreto-lei n.º 40 550, de 12-03-1956, Introdução, ponto 3, p. 322.

²⁸⁵ Adelino da Palma Carlos, advogado, professor universitário e político, nasceu em Faro em 1905 e morreu em 1992. Notabilizou-se na defesa dos opositores ao salazarismo, especialmente em 1927 e 1947. Foi bastonário da Ordem dos Advogados em 1951-53 e 1954-1956. Em 1949 foi mandatário do general Norton de Matos. Foi procurador à Câmara Corporativa como representante da Ordem dos Advogados entre 1954 e 1973. Em 1974 foi o primeiro-ministro do I governo provisório.

²⁸⁶ ANTT, PIDE/DGS, Arlindo Vicente, *processo 3370/45-SR*, vol. 1, fl. 502.

²⁸⁷ ANTT, PIDE/DGS, Ordem dos Advogados, *processo 7/46-SR*, pasta 2, fl. 105.

²⁸⁸ *Ibidem*.

Neste particular, causou sensação nos meios judiciais a posição irreduzível e irreverente de Arlindo Vicente, em 1956, no julgamento dos dirigentes do MND. Numa das sessões de tribunal, o causídico aveirense abandonou com estrépito a sala de audiência «em sinal de protesto» contra o que afirmava ser o «cerceamento da defesa»²⁸⁹, acto que lhe valeria um processo na Ordem de Advogados²⁹⁰. Mais tarde, em 1960, seria Manuel João da Palma Carlos quem, no julgamento de Alda Nogueira, acabou por despir a toga em protesto contra as «arbitrariedades da justiça»²⁹¹.

Em suma, a dinâmica oposicionista do pós-guerra envolveu sobretudo os intelectuais e os profissionais liberais (para além, naturalmente, dos estudantes e trabalhadores). O envolvimento político de Arlindo Vicente nesta dinâmica oposicionista, que emergiu no contexto do MUD e das *Exposições Gerais de Artes Plásticas*, ganharia maior destaque no contexto da sua actividade profissional, pois foi nos tribunais que o advogado se distinguiu como defensor de muitos dos presos políticos, com realce para os membros da comissão central do MUD e, mais tarde, do MND.

Mas para além dos notáveis, o causídico aveirense era presença assídua no famoso Tribunal Plenário onde magistrados sem escrúpulos condenavam sem pudor, isto é, sem provas, gente simples do povo ou membros clandestinos de PCP, a quem a PIDE arrancava confissões à pancada. A grande maioria dos presos políticos era constituída pelas classes trabalhadoras e muitos, sem meios financeiros para custear defesa pessoal, eram defendidos por Arlindo Vicente a título gratuito. O advogado Mário Ferreira dirá mais tarde às autoridades judiciais que Vicente «exerce a advocacia na sua maior parte em benefício de gente modesta e pobre, defendendo-a muitas vezes desinteressadamente»²⁹².

²⁸⁹ Idem, Arlindo Vicente, *processo 315-SC*, fl. 57.

2. AS ELEIÇÕES LEGISLATIVAS DE 1957

A conjuntura do pós-guerra emprestou a Salazar o alento necessário para combater com mais eficácia a oposição democrática, alegando junto das instituições internacionais que se limitava a combater o perigo representado pelo comunismo. Tanto em documentação oficial como na retórica política, a repressão justificava-se no legítimo combate que o ocidente travava contra a URSS, na defesa dos valores da cristandade ocidental ameaçados pela ideologia marxista²⁹³.

Mas, internamente, o clima de Guerra Fria provocou uma importante cisão na unidade oposicionista, instigando o afastamento dos republicanos e dos oposicionistas moderados do PCP e das personalidades de esquerda que gravitavam na sua área de intervenção. Como resultado desta importante cisão, as esquerdas progressistas constituíram o «Movimento Nacional Democrático» (MND), a que Arlindo Vicente esteve ligado, e que congregou algumas personalidades de peso como Rui Luís Gomes²⁹⁴, candidato às eleições presidenciais de 1951, Virgínia Moura, o seu marido António Lobão Vital, José Morgado e a escritora Maria Lamas.

²⁹⁰ Depoimento de António Pedro Vicente ao Autor.

²⁹¹ Fernando Rosas, J. M. Brandão de Brito (dir.), *Dicionário de História do Estado Novo*, vol. 2, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, p. 123.

²⁹² Cfr. ANTT, Ministério da Justiça, 1.º Juízo Criminal de Lisboa, *processo n.º 16 068/62*, testemunho de Mário Ferreira, fl. 229 (Arquivo Pessoal de António Pedro Vicente). Anacleto Martins, colega de escritório de Arlindo Vicente, confirma que a sua clientela era constituída «por gente, no geral, pobre» (*Ibidem*, fl. 234 vº).

²⁹³ Cfr. José Manuel Tengarrinha, *ob. cit.*, p. 392.

Contrariando os intuitos iniciais do movimento, a conjuntura anticomunista afastou da sua alçada as figuras mais marcantes da oposição democrática, condenando a um certo isolamento as suas actividades políticas. Entre essas actividades destacou-se a comemoração de datas simbólicas para o regime republicano, como o 31 de Janeiro e o 5 de Outubro, para além dos habituais manifestos públicos a zurrir com ímpeto a política do regime²⁹⁵.

No contexto desta «oposição de papéis» ficou célebre a defesa de uma solução negociada para as colónias portuguesas assim como as críticas à integração de Portugal na NATO. Estas posições esquerdistas, como a «Nota Oficiosa» sobre Goa, Damão e Diu, publicitada em Agosto de 1954, seriam repudiadas pelo Poder e mesmo por sectores mais conservadores da oposição liberal e republicana, e valeram a perseguição e a prisão dos mais destacados dirigentes do MND, como Rui Gomes, Virgínia Moura, José Morgado e Albertino Macedo, acusados de fazer a política da URSS. Arlindo Vicente, que assinou os diferentes panfletos do movimento²⁹⁶, esteve na barra do tribunal na qualidade de advogado de defesa de alguns dos dirigentes da sua comissão central.

Apesar das iniciativas esporádicas do MND, a década de cinquenta caracterizou-se por essa «apagada e vil tristeza» de que só voltaria a ressurgir em 1957, com as eleições para a Assembleia Nacional, marcadas para 3 de Novembro. As iniciativas da oposição, especialmente de esquerda, revelam uma aspiração intervencionista desejosa de romper com o imobilismo absentista da oposição republicana. O período eleitoral devia ser aproveitado pela oposição para combater a ditadura e denunciar asperamente as políticas governativas e não

²⁹⁴ Rui Luís Gomes, professor universitário, nasceu no Porto em 5/12/1901. Professor da Faculdade de Ciências do Porto de Física e Matemática. Foi candidato às eleições presidenciais de 1951, pelo MUD, mas o seu nome foi rejeitado pelo Conselho de Estado. Foi julgado e condenado por crimes políticos e preso na Colónia Penal de Santa Cruz do Bispo, entre 1956 e 1957. Fixou residência na Argentina e depois no Brasil, onde ingressou na Universidade Federal de Pernambuco. Regressou a Portugal em 1974 sendo reintegrado como professor catedrático na Faculdade de Ciências do Porto, de que foi Reitor em 1975. Foi condecorado em 1981 com a Ordem da Liberdade. Faleceu no Porto em 28/10/1984.

²⁹⁵ Sobre o MND veja-se, entre outros, Dawn Linda Raby, *ob. cit.*, pp. 43-45.

²⁹⁶ Veja-se o abaixo-assinado, com a assinatura de Vicente, em ANTT, PIDE/DGS, Arlindo Vicente, *processo 3370/45-SR*, vol. 1, fl. 509.

apenas para redigir polidas declarações contra a natureza antidemocrática do Estado Novo²⁹⁷.

Este novo espírito intervencionista beneficiou de uma importante mudança tática na orientação do PCP, que regressava à política de transição de 1945. O chamado «desvio à direita», segundo o anátema de Álvaro Cunhal, pressupunha uma solução pacífica do problema político e exigia a via da unidade anti-salazarista²⁹⁸. Esta predisposição combativa encontrou, porém, a resistência tenaz das forças conservadoras republicanas e liberais, reunidas em torno do Directório Democrato-Social, muito açodadas pela propaganda anticomunista e advogando firmemente a via abstencionista. Deste clima de desconfiança e tensão e da conseqüente impossibilidade de se erigir a unidade antifascista reclamada no seio dos grupos esquerdistas, veio a resultar a insipidez das listas oposicionistas, apresentadas apenas em Lisboa, Braga, Porto e Aveiro.

Em Lisboa, as forças democráticas de esquerda, incluindo a nova direcção da revista *Seara Nova*, o PCP e muitas personalidades independentes, como Arlindo Vicente, reuniram-se em torno de uma «Comissão Cívica Eleitoral» com vista à preparação das eleições legislativas. Mas o seu verdadeiro desígnio consistia na preparação do terreno para as presidenciais de 1958, como sublinhou Câmara Reis²⁹⁹ na conferência de imprensa de apresentação dos candidatos: «Cabe-nos [...] apelar para todos os oposicionistas no sentido de se criarem condições necessárias à formação de um sólido bloco intervencionista, não só presente-mente nos círculos onde foram apresentadas candidaturas a deputados, como em todo o País, no que respeita à próxima eleição do Presidente da República»³⁰⁰.

²⁹⁷ Sobre as eleições de 1957, veja-se Manuel Braga da Cruz, «A Oposição Eleitoral ao Salazarismo», *Revista de História das Ideias*, vol. 5, Tomo 2, Coimbra, 1983, pp. 734 ss.

²⁹⁸ Cfr. João Madeira, *Os Engenheiros de Almas. O Partido Comunista e os Intelectuais*, Lisboa, Estampa, 1996, p. 352; Raby Dawn Linda, *ob. cit.*, p. 132.

²⁹⁹ Luís da Câmara Reis, jornalista, professor e escritor, nasceu em 1885 e morreu em 1961. Licenciado em Direito pela Universidade de Coimbra, foi professor do ensino secundário, dedicando-se à cultura e à política de oposição ao Estado Novo. Fundou e dirigiu a revista *Seara Nova*, de que foi um dos proprietários. Integrou a primeira comissão central do MUD, vogal da junta consultiva do MUD e integrou a comissão central dos serviços de candidatura do general Norton de Matos, em 1949.

³⁰⁰ ANTT, PIDE/DGS, Arlindo Vicente, *processo 3370/45-SR*, vol. 1, fl. 476.

A posição irreduzível do Directório, liderado por António Sérgio, obrigou inicialmente as forças de esquerda a ponderar as vantagens da apresentação de listas isoladas. Personalidades gradas dos sectores progressistas como Manuel Sertório, Câmara Reis e Nikias Skapinakis consideravam que a posição dos republicanos tornava inevitável um recuo tático para não «prejudicar a política da oposição no futuro»³⁰¹.

Coube a Arlindo Vicente, em ruptura com a via abstencionista propugnada pelos seus correligionários, sustentar afincadamente a apresentação de uma lista de «gente nova» contra os «velhos» que «vacilavam»³⁰². O artista vivia agora intensamente a política e a sua personalidade determinada incitava os mais recalcitrantes, empurrando a oposição para o pleito eleitoral.

Depois de inúmeras discussões, a lista a apresentar em Lisboa foi oficialmente encabeçada pelo general Ferreira Martins, acompanhado de Arlindo Vicente, Câmara Reis, Rogério Paulo, Manuel Sertório, Lília da Fonseca, Manuel Palma Carlos, Rui Cabeçadas, Nikias Skapinakis, José da Cruz Ferreira, Domingos Carvalho e Óscar dos Reis Figueiredo.

As eleições para a Assembleia Nacional de 1957 constituíram, pois, o baptismo político-eleitoral de Vicente, que aos poucos assomava do seu anonimato político, projectando o seu nome a um nível nacional, pelo menos nos meios oposicionistas, onde exhibia intensa dinâmica. Se a candidatura lisboeta não chegou às urnas, por força da ávida prepotência administrativa do governo civil, os trabalhos eleitorais revelaram um Vicente muito empenhado no combate cívico, desdobrando-se em contactos pessoais e participando em comícios eleitorais³⁰³. Em entrevista ao *Diário Popular*, o pintor afirmou então que «a primeira obrigação do homem é prestar o seu concurso às necessidades cívicas do seu país»³⁰⁴.

³⁰¹ *Ibidem*, fls. 483-484.

³⁰² *Ibidem*.

³⁰³ Cfr. *Diário Popular*, ano XVI, n.º 5386, 4.05.1957, p. 5.

³⁰⁴ *Ibidem*, 24.10.1957, p. 11.

O período de relativa abertura que decorria durante as campanhas eleitorais viabilizava um certo pendor criticista na intervenção dos oposicionistas. Arlindo Vicente aproveitou o ensejo para lançar duras farpas ao Poder, acusando o governo de «agravar» as dificuldades dos portugueses e beneficiar as clientelas, ao mesmo tempo que denunciava o carácter despótico e repressivo do Estado Novo. A toada crítica estendeu-se ao momento eleitoral, com Vicente a desmontar a indisfarçável farsa que se ensaiava, recriminando o governo por forjar eleições «para governar sozinho, sem vozes que lhe alterem o seu sossego, ou a angústia que lhe causaria alguém que, livremente, pudesse lembrar-lhe as suas faltas ou erros [...]»³⁰⁵.

As eleições de 1957 tiveram, assim, o mérito de levar a oposição a ultrapassar a tibieza das declarações formais com que exibiam e proclamavam o carácter antidemocrático do regime, em exposições ao presidente da república ou ao próprio Salazar. Com efeito, estas eleições consubstanciavam um fervor crítico inaudito, pelo menos desde o período 1946-1949, carreando a insatisfação de largos sectores da sociedade portuguesa pertencentes a gerações mais novas e desejosas de criar um renovado espaço de intervenção política.

O mutismo e a imobilidade da elite governante revelavam-se incompatíveis com a dinâmica económica e social verificada na década de cinquenta. Arlindo Vicente simboliza, em certa medida, as exigências de mudança feitas por uma geração que viu nascer a ditadura e vagueou no conformismo imposto pela mordaza dos anos 30 e 40. Mas que então se perfilava para exigir o seu lugar na vida política e cívica do país. É o próprio Vicente quem reconhece esta realidade na entrevista que temos vindo a acompanhar, onde expõe sem contemplações os efeitos da acção repressiva e de estreitamento cultural protagonizados pelo Poder: «São passados 31 anos; temos, nascidas desde 1926, sucessivas gerações que já atingiram a maturidade. Vividos, porém, num clima incívico, grande parte alheou-se dos problemas políticos e sociais, até porque a

³⁰⁵ *Ibidem.*

³⁰⁶ *Ibidem.*

ignorância lhe não permite ocupar-se deles. Outros, batidos por programas inadequados e conduzidos sem estímulos, perderam-se na conquista de um lugar onde ganham o pão que lhes permite prosseguir numa vida apagada. Outros perderam os escrúpulos e encostaram-se»³⁰⁶.

Confirma-se, pois, a estruturação de uma nova consciência política ao longo deste decénio. Sedentas de um protagonismo legítimo, a fervilhar no espírito de uma parte significativa da sociedade, as novas gerações não se limitam a exigir partilha de responsabilidade política. Esforçam-se igualmente por denunciar as insuficiências da política social do Estado Novo, distribuidor de cargos e prebendas entre as clientelas opulentas que o sustentam, enquanto as classes populares eram votadas ao esquecimento da sua miséria. Para o artista aveirense, porém, «nenhum regime pode sobreviver sem um superior desígnio de justiça». A sua consciência social, como a de largos sectores da oposição, estribava-se no preceito solidário de que «é a justiça social o único elo seguro de garantia de paz»³⁰⁷.

O discurso político de Arlindo Vicente revelava-se, como se confirma, em consonância com as preocupações sociais expressas na obra artística do pintor. Os fundamentos do seu doutrinário incipiente, alheios a dogmas, fluíam por entre as consignas de um humanismo preocupado em denunciar a miséria do povo, esse povo que ele defendia de «não querer viver como os milionários, mas quer viver em digna suficiência económica sem esmolas, nem humilhações»³⁰⁸. Este socialismo de feição humanista e algo romântico revelava-se na oratória de Vicente como uma opção consciente de intervenção social, desejoso de uma repartição mais justa da riqueza material.

Para Salazar, muito avesso a discutir questões sociais, os seus detractores limitavam-se a fazer propaganda comunista. Com efeito, a retórica oposicionista de esquerda, com os seus signos proibidos, como «pobres» e «oprimidos», gerava imediatamente uma atitude inquisitória por parte das autoridades, que viam

³⁰⁷ *Ibidem.*

³⁰⁸ *Ibidem.*

nesta oratória a propaganda escamoteada da luta de classes. Por isso, Arlindo, na mesma entrevista ao *Diário Popular*, recusando um apodativo que teimava em colar-se, foi obrigado a afirmar que «a oposição é heterogénea» e autónoma, e o seu lema resumia-se ao seguinte: «Nós não lutamos para ter, lutamos para dar!»³⁰⁹. Ainda assim, como se sabe, a candidatura oposicionista de Lisboa viu erguer-se uma muralha política eficaz, impossibilitando-a de se apresentar ao pleito eleitoral com as tradicionais acusações de manejos conspirativos de inspiração marxista³¹⁰. Desta vez, o expediente necessário e suficiente foi uma simples interpretação sobre a data em que terminava a entrega das listas de candidatos.

³⁰⁹ *Ibidem*.

(Página deixada propositadamente em branco)

3. A ELEIÇÃO PRESIDENCIAL DE 1958

3.1. O processo político

As eleições legislativas de 1957 acabaram sobredeterminadas, como vimos, pelo propósito de se urdir uma plataforma coalizadora que fosse preparando o terreno para a eleição presidencial de 58. O manifesto programático da Comissão Cívica Eleitoral de Lisboa, apresentado em 1 Dezembro de 1957, sustentava a criação de uma «frente eleitoral» que garantisse a unidade oposicionista em torno do «princípio intervencionista consequente», isto é, a consumação do acto eleitoral até às urnas³¹¹. Para essa unidade contribuía a acção da *Seara Nova*, empenhada em ligar as diversas facções oposicionistas, do PCP aos republicanos do Directório. A Comissão Cívica incluía, é certo, muitas figuras de esquerda que não seguiam o PCP, como o grupo da *Seara Nova* e o próprio Arlindo Vicente, mas que em matéria organizativa eram tributárias da dinâmica desenvolvida por esta organização partidária.

O movimento oposicionista foi definindo as suas intenções em reuniões e ágapes muito concorridos, emitindo falsos pretextos para a sua realização. A 4 de Janeiro de 1958 realizou-se um desses repastos em homenagem da escritora Lília da Fonseca³¹², contando com a presença de opositores dos diferentes grupos políticos, como Câmara Reis, Cesina Bermudes, Julião Quintinha,

³¹⁰ Cfr. Manuel Braga da Cruz, *ob. cit.*

³¹¹ Cfr. ANTT, PIDE/DGS, Eleições Presidenciais de 1958, *processo 1546/57-SR*, pasta 1, fl. 507.

Augusto Casimiro, Cruz Ferreira, Artur de Andrade, Rodrigo de Abreu, Manuel Sertório, António Abreu, Victor de Sá e Arlindo Vicente, entre outros.

Manuel Sertório³¹³, depois das homenagens da praxe à escritora, estabeleceria os princípios orientadores com que a oposição democrática concorreria às eleições, afirmando a «unificação, sem discriminações, dos esforços de todos os democratas», no propósito «firme e consequente» de concorrer às eleições até ao fim e, por último, na «designação de um candidato à eleição presidencial, que reúna à sua volta todos os abstencionistas na base da aceitação daquele princípio»³¹⁴.

Arlindo Vicente, outro dos oradores da noite, afirmou, em «vibrante intervenção», a confiança na capacidade da oposição para «vencer os obstáculos» e designar «para candidato presidencial o nome honrado de um Democrata à volta do qual se unam todos os que verdadeiramente lutam pelas liberdades fundamentais do Povo Português»³¹⁵.

Esta reunião política haveria de redundar numa organização que se pretendia embrionária de todo o processo eleitoral. Por sugestão do pintor Mário

³¹² Lília da Fonseca era o nome literário de Maria Lígia Valente da Fonseca Severino, jornalista e publicista que nasceu em Benguela, Angola, em 1916. Frequentou o Liceu D. Maria, em Coimbra e a escola Carolina Michaelis, do Porto. Estreou-se no jornalismo no *Província de Angola*, de Luanda, e colaborou em todos os jornais e revistas daquela província. Colaborou nas revistas *Modas e Bordados* e *Os Nossos Filhos* e no semanário *Acção*. Escreveu vários livros como *Uma Mulher que Amou uma Sombra* (1941), *O Corte sem Mestre* (1942), *Panguila* (1944), etc. Colaboradora da *Seara Nova*, fundou em 1950 o *Jornal Magazine da Mulher*, que dirigiu até ao último número, em 1956. Em termos políticos, combateu o regime de Salazar, foi candidata às eleições para a Assembleia Nacional de 1957. Dedicou-se, depois, à literatura infantil, editando uma vasta obra como *O Malmequer das Cem Folhas* (1960), *O Clube das Três Abelhas* (1961), *Nasceu Um Menino na Floresta* (1962), *O Livro de Teresinha* (1962), etc, tendo recebido vários prémios João de Deus. Fundou a secção portuguesa do IBBY, de que foi presidente, criou e dirigiu a Cooperativa Ludus, procurando estabelecer uma ponte entre o general e o PCP, de quem era aliado. Depois do exílio brasileiro, esteve na Argélia, tendo regressado a Portugal depois do 25 de Abril.

³¹³ Manuel Sertório de Carvalho Marques da Silva, nasceu em Lisboa em 1926, tendo-se formado em Direito. Socialista desde a juventude, foi um dos rostos da revista *Seara Nova*, defendendo vários presos políticos nos tribunais plenários. Depois das eleições de 1958, foi obrigado a exílio forçado em São Paulo até 1965. Acompanhou a actividade política de Humberto Delgado no exílio, procurando estabelecer uma ponte entre o general e o PCP, de quem era aliado. Depois do exílio brasileiro, esteve na Argélia, tendo regressado a Portugal depois do 25 de Abril.

³¹⁴ Arquivo Pessoal de António Pedro Vicente, Acta da reunião distribuída com o título «Para o conhecimento dos Oposicionistas de todo o País».

³¹⁵ *Ibidem*.

Henrique Leiria foram indigitados para uma «Comissão Provisória» os nomes de Câmara Reis, António Abreu e Manuel Sertório em representação de Lisboa; Lino Lima e Victor de Sá, em representação de Braga; Artur de Andrade, Rodrigo de Abreu e Silas Cerqueira em representação do Porto e Manuel Cabanas³¹⁶ em representação de Setúbal.

O engenheiro António Abreu, membro do PCP, defenderia a criação «imediate de um organismo de Direcção Nacional do Movimento Eleitoral» que promovesse a unidade oposicionista. Por sua sugestão foram ainda convidados para a dita «Comissão Provisória» Arlindo Vicente, Cruz Ferreira e Julião Quintinha³¹⁷. Na mesma assembleia-convívio foi criada uma comissão, composta por Lília da Fonseca, Manuel João da Palma Carlos e Carlos dos Prazeres Ferreira, a quem competia contactar Cunha Leal, o eleito para concretizar a muito desejada unidade das oposições³¹⁸.

A pressão para que se apoiasse a figura do republicano histórico e conservador Cunha Leal³¹⁹, congeminada talvez por Manuel João da Palma Carlos, surgia como uma imposição do PCP com vista a atrair os sectores mais conservadores da oposição para a sua linha unitária³²⁰. Esta pretensão unificadora encontrou

³¹⁶ Manuel Cabanas nasceu em 1902, em Vila Nova de Cacela, concelho de Vila Real de Santo António. Funcionário dos Caminhos-de-ferro, desde 1920, torna-se em 1922 membro do Sindicato dos Ferroviários do Sul e Sueste. Revolucionário desde 1927, dedica-se aos estudos de arte, apresentando-se ao público em 1939 e participando no 2º Salão de Inverno da Sociedade Nacional de Belas Artes, onde conquistou a 2ª medalha em gravura. Colaborou na Comissão Central do MUD. Membro da Comissão Central da candidatura de Arlindo Vicente, será preso em diferentes ocasiões entre 1958 e 1970. Foi membro fundador do PS e deputado à Assembleia da República em 1976, tendo falecido em 1995, em Faro.

³¹⁷ Julião Quintinha, escritor e jornalista, nasceu em Silves em 1885. Foi operário e cedo mostrou tendências literárias, dedicando-se ao jornalismo. Fundou e dirigiu o semanário *Alma Algarvia* e colaborou com outros periódicos onde defendeu os trabalhadores e a república. Entre 1912 e 1914 foi administrador do concelho de Portimão e Silves, sendo nesta data nomeado chefe de secretaria da Câmara Municipal desta localidade, cargo que exerceu até 1920, vindo para Lisboa trabalhar na inspecção de seguros. Fez carreira no jornalismo no *Século*, *Diário Popular*, *Diário Liberal*, *O Diabo*, *Mala da Europa* e *Actualidades*, entre outros, destacando-se como redactor do diário *República*. Produziu ampla literatura, entre ficção e dramaturgia, especialmente ligada a temas coloniais, tendo sido premiado por três vezes no Concurso de Literatura Colonial. Foi editor da *Seara Nova*, antes de morrer em Lisboa, em 1968.

³¹⁸ Arquivo Pessoal de António Pedro Vicente, Acta da reunião distribuída com o título «Para o conhecimento dos Oposicionistas de todo o País».

a resistência das facções liberais e burguesas reunidas em torno do Directório Democrato-Social, que não escondiam a sua face assumidamente anticomunista. António Sérgio defendia uma candidatura presidencial vinda do sector militar dissidente, porque a julgava mais consentânea com os interesses da oposição, envolvendo desta forma a estrutura militar e os dissidentes do regime³²¹. Humberto Delgado será o nome que Sérgio, por sugestão de Henrique Galvão, patrocinará para realizar tão ingente missão salvífica.

Os diferendos ideológicos e metodológicos impediam, pois, a almejada unidade da oposição democrática. As facções de esquerda, por seu turno, repudiavam qualquer figura dissidente do regime, em nome da «unidade de todos os anti-situacionistas». Vislumbrando a possibilidade de conseguir um consenso político nacional, o PCP e os seus acólitos fizeram avançar a candidatura do republicano conservador Cunha Leal. Como forma de pressão, enviaram ao Directório Democrato-Social e ao directório do Partido Republicano Português o «projecto de um texto comum pedindo ao Sr. Engenheiro Cunha Leal a aceitação imediata da sua candidatura, por se considerar aquela que neste momento é susceptível de realizar nas melhores condições a unidade indispensável da frente oposicionista e da sua acção nas urnas»³²².

³¹⁹ Francisco Pinto da Cunha Leal, engenheiro e político, nasceu em Pedrógão, concelho de Penamacor, em 1888. Frequentou as antigas Escolas Politécnicas e do Exército, tendo servido esteve em Angola. Esteve na Grande Guerra, em França, e durante o governo de Sidónio Pais foi nomeado director geral dos Transportes Terrestres. Foi depois eleito deputado, lugar que ocupou até 1926. Depois da morte de Sidónio Pais, foi um dos chefes do movimento revolucionário de Santarém, em Janeiro de 1919. Foi eleito director geral de Estatística, e ministro das Finanças em vários governos, tendo depois ingressado no Grupo Parlamentar Popular, período em que dirigiu o jornal *O Popular*. Foi ferido durante o assassinato de António Granjo, que procurava defender dos agressores, em 1921. Em 1925 foi nomeado vice-governador do Banco Nacional Ultramarino; em 1926 pediu a demissão do Exército e em 1927 foi governador do Banco de Angola, até 1930. Combateu depois a ditadura militar e o Estado Novo, dedicando-se ao jornalismo.

³²⁰ Cfr. David L. Raby, «o problema da unidade antifascista: o PCP e a candidatura do general Humberto Delgado, em 1958», *Análise Social*, vol. XVIII (72-73-74), 1982, 3.º-4.º-5.º, p. 869; Mário Soares, *ob. cit.*, p. 219. Antes da solução Cunha Leal, o PCP, por intermédio de Américo Gonçalves de Sousa, havia convidado Manuel João da Palma Carlos, mais próximo das posições do partido, tendo este recusado por motivos pessoais (Cfr. *Público*, 8.06.1998, p. 21).

³²¹ Cfr. Mário Soares, *ob. cit.*, p. 220.

Na verdade, como afirmaria mais tarde Manuel Sertório, um dos subscritores deste documento, a oposição progressista não confiava na possibilidade Delgado devido às suas íntimas ligações com o regime, e empenhava-se sobretudo em apresentar um candidato de unidade que «se propusesse levar a campanha até ao escrutínio, aprofundando, assim, a dinâmica do movimento de massas»³²³.

Arlindo Vicente integrou uma delegação da Comissão Cívica, que incluía o grupo da *Seara Nova* e que a 29 de Janeiro de 1958 se deslocou à residência de Cunha Leal, empunhando com solenidade uma proposta de candidatura às eleições presidenciais. Cunha Leal começou por esboçar uma recusa, deixando a Comissão Cívica «desorientada»³²⁴.

A cerimónia de comemoração do 31 de Janeiro desse ano, realizada no Coliseu do Porto, seria aproveitada para pressionar o recalcitrante Cunha Leal, dispensando-se ao velho republicano abundantes referências laudatórias. Arlindo Vicente, que participou na cerimónia em representação da CCEL, referiu-se ao antigo ministro republicano como «o maior político da actualidade»³²⁵. Na mesma cerimónia, Cunha Leal estabelecerá os termos da sua candidatura, afirmando que «sem união de todos, não pode conseguir-se o triunfo. Continuará a lutar pela união dos democratas portugueses»³²⁶.

A pressão das forças oposicionistas de esquerda deparava-se, assim, com a resistência política do próprio Cunha Leal, a que não seriam alheias as mazelas e tormentos do corpo já debilitado pela provectora idade. Ainda assim, como se viu, as razões que explicam a sua resistência são políticas e prendem-se com a impossibilidade de se apresentar como candidato de toda a oposição unida

³²² ANTT, PIDE/DGS, Eleições Presidenciais de 1958, *processo 1546/57-SR*, pasta 1, fls. 333-334. O documento, de 24 de Janeiro, é assinado por Arlindo Vicente, Câmara Reis, Manuel Sertório, Marques da Silva, José da Cruz Ferreira, Nikias Skapinakis, Carlos dos Prazeres Ferreira, António Abreu, Emílio de Campos Lima e Lília da Fonseca.

³²³ Manuel Sertório, «A candidatura de Cunha Leal à Presidência da República», *O Jornal*, ano VII, n.º 366, 5.03.1982, p. 15.

³²⁴ ANTT, PIDE/DGS, Arlindo Vicente, *processo 3370/45-SR*, Vol.1, fl. 439.

³²⁵ Cfr. ANTT, PIDE/DGS, Eleições Presidenciais de 1958, *processo 1546/57-SR*, pasta 8, fl. 66.

³²⁶ *O Primeiro de Janeiro*, ano 90, n.º 30, 31.01.1958, p. 2.

numa «frente nacional»³²⁷. Apesar da recusa inicial, em Março assomará de novo numa predisposição eleitoral instintiva, condicionada contudo pelo sucesso da intervenção cirúrgica a que fora submetido³²⁸.

O processo eleitoral em curso prometia, assim, transformar-se numa jornada política aziaga para os progressistas, empenhados em fazer gorar o candidato militar do Directório, o «general coca-cola». Numa reunião realizada na redacção da revista *Seara Nova*, em inícios de Fevereiro, os mentores da unidade oposicionista parecem não vislumbrar solução para a denegação inicial de Cunha Leal.

Arlindo Vicente, nessa reunião, alvitra a possibilidade de, face a uma recusa definitiva do velho republicano, se «apreciar a possibilidade de candidatura do general Delgado»³²⁹. Esta posição chocava frontalmente com a animosidade comunista contra um candidato «fascista» que gozava de «toda a confiança de Salazar e dos Imperialistas»³³⁰. Assim, vários nomes vão sendo referenciados e analisados como potenciais candidatos da oposição progressista, como os escritores Ferreira de Castro e Assis Esperança; o velho republicano Eduardo Santos Silva ou o advogado Manuel João da Palma Carlos.

Os convites feitos então, no âmbito de um processo político muito conturbado, lançam dúvidas legítimas sobre o controlo efectivamente exercido pelo PCP na escolha do candidato eleitoral. O escritor Ferreira de Castro, em entrevista ao jornal *República*, afirmaria que «o Dr. Arlindo Vicente, um velho amigo que admiro, insistiu várias vezes comigo no sentido de que eu aceitasse» a candidatura presidencial³³¹. Estes convites não careciam da chancela confirmatória do par-

³²⁷ ANTT, PIDE/DGS, Eleições Presidenciais de 1958, *processo 1546/57-SR*, pasta 1, fl. 209. Veja-se ainda o testemunho do contra-almirante Ramos Rocha, genro de Cunha Leal, em *O Jornal*, ano VII, n.º 367, 12.03.1982, p. 11.

³²⁸ *Ibidem*.

³²⁹ ANTT, PIDE/DGS, Eleições Presidenciais de 1958, *processo 1546/57-SR*, pasta 1, fl. 273.

³³⁰ Citado por João Madeira, «A Oposição e as Eleições Presidenciais de 1958», in Iva Delgado (coord.), *Humberto Delgado – As Eleições de 1958*, Lisboa, Vega, 1998, pp. 31-32.

³³¹ Veja-se a cópia da entrevista em ANTT, PIDE/DGS, Eleições Presidenciais de 1958, *processo 1546/57-SR*, pasta 9, fl. 169. Arlindo Vicente confirma o convite em entrevista dada à *Capital* (cfr. ano VII, n.º 2355, 11.10.1974, p. 12).

tido, cuja disciplina não vinculava Arlindo Vicente e muitos dos progressistas da oposição.

O impasse teria uma solução provisória, alvitrada por Câmara Reis. Em reunião consumada a 26 de Fevereiro, já depois de conhecida a intenção do Directório de apoiar Humberto Delgado, discute-se o novo facto político, especialmente o seu efeito dissuasor sobre Cunha Leal. Nessa reunião, depois de expor as diligências efectuadas para conseguir o consentimento de «vultos políticos de grande destaque», o director da *Seara Nova* propôs o nome de Arlindo Vicente para candidato presidencial porque estava em causa a «dignidade da própria União Cívica»³³². Arlindo Vicente emergia como candidato provisório, a «reserva das reservas», enquanto se entabulavam as últimas diligências para fazer avançar o obstinado Cunha Leal³³³.

A sua escolha para esta posição de responsabilidade foi tudo menos fortuita. Arlindo Vicente reunia as qualidades humanas e políticas que permitiam aos dirigentes da *Seara Nova* perspectivar com sucesso a existência de uma candidatura de esquerda, quando era certo que muitos políticos e personalidades de nomeada recusavam o espinhoso encargo. Em segundo lugar, a sua personalidade correcta e conciliadora, para além do seu entusiasmo, parecia indicada para uma missão aglutinadora. Vicente contava, entre os diferentes facções oposicionistas, com grandes amizades e consideração, numa altura em que, por ser meramente indicativa, não se colocava a questão da projecção política do advogado lisboeta.

A prova desta evidência encontra-se na missiva que o advogado do Porto Bento Melo, datada de 10 de Maio, enviou ao já então candidato oficial, afirmando que «se soubesse que virias a ser candidato, eu não subscreveria a candidatura do General, não porque o teu programa seja, no momento político que atravessamos, o que considero que devesse ser apresentado para um

³³² *Ibidem*, pasta 1, fls. 209-210.

³³³ *Ibidem*, fls. 126-127.

êxito, pois penso que não é, em certas partes, o aconselhável para conquistar o eleitorado, mas porque o teu honrado nome, o meu conhecimento de ti e a forte [e] inalterável amizade que te tenho desde Coimbra, se impunham, além da consideração política e dos teus perfeitos dotes de inteligência»³³⁴. Já Brito Câmara, advogado no Funchal, apesar de considerar a candidatura de Vicente como «liricamente bela mas, politicamente, errada», registava o «desassombro e isenção» do candidato: «outra coisa, de resto, não era de esperar do seu carácter, mentalidade e grandeza de alma»³³⁵.

Enquanto Arlindo era colocado como reserva, a 22 e 23 de Março tinha lugar uma reunião de delegados com o objectivo de iniciar «o movimento nacional para a apresentação e apoio da candidatura do Sr. Eng. Cunha Leal», isto é, lançar as bases programáticas e as estruturas organizativas da campanha presidencial. Na assembleia magna que se realizou na capital estiveram presentes 180 democratas representantes de vários distritos, dos trabalhadores e dos estudantes universitários de Lisboa e Coimbra.

O dito consílio recebeu a visita de Artur Cunha Leal, filho do putativo candidato, para afirmar que «embora o Sr. Eng. Cunha Leal tivesse pensado não ser o seu nome talvez o melhor para uma candidatura à Presidência da República, dado o volume de pedidos vindos do Norte ao Sul do País, solicitando-lhe a aceitação da candidatura em termos de cuja sinceridade não podia duvidar e que tanto o sensibilizaram, e verificando que a sua candidatura poderia servir de união de todos os Portugueses, já antes de ser operado o Sr. Eng. declarara e autorizara a declarar, que aceitaria ser Candidato da Oposição à Presidência da República [...] reiterou mais uma vez que tendo declarado ser candidato esta aceitação era imutável»³³⁶.

³³⁴ Arquivo Pessoal de António Pedro Vicente, Carta de Bento de Melo a Arlindo Vicente, 10.05.1958.

³³⁵ Arquivo Pessoal de António Pedro Vicente, Carta de 17 de Maio de 1958.

³³⁶ Arquivo Pessoal de António Pedro Vicente, Comunicado da Reunião.

Apesar do tom afirmativo, os constantes avanços e recuos de Cunha Leal não davam descanso à oposição, deixando transparecer receios que o tempo teimava em legitimar, e que mais tarde teriam angustiada confirmação. Rompia o mês de Abril, recheado de mil diligências, mas prosseguia o impasse. Já com a máquina eleitoral em marcha, e face à pressão dos sectores progressistas, o velho republicano declara ao jornal *República*, a 17 de Abril, a sua indisponibilidade para apresentar uma candidatura presidencial, deixando a oposição democrática em estado de choque.

Sucederam-se, então, reuniões de emergência por todo o país mas, contaminadas pela recusa de Cunha Leal, acabaram por revelar enorme incapacidade em mobilizar uma parte substancial dos tradicionais elementos da oposição local. Em face da desilusão, as comissões executivas dos diversos distritos, a quem competia a aprovação final do candidato presidencial das esquerdas, revelavam-se impotentes para encontrar uma figura «de envergadura» que substituísse Cunha Leal.

Ante a inépcia do redil progressista em encontrar um líder carismático, a possibilidade Arlindo Vicente, gizada provisoriamente como solução de recurso, teimava em consolidar-se. Para o evitar congregavam-se nomes e personalidades, sussurrados entre conversas de delegados distritais, ou sondados para o sacrifício, como o escritor Ferreira de Castro, já referido. Numa reunião efectuada a 15 de Abril, no edifício da *Seara Nova*, os delegados esgrimiram ainda os derradeiros argumentos perante as alternativas em confronto: contra os adeptos da solução Arlindo Vicente insurgiam-se alguns delegados a propor o voto em Humberto Delgado³³⁷.

Arlindo Vicente não ficou indiferente às hesitações perfilhadas pelos seus correligionários. Ele próprio estava muito longe de se imaginar na liderança de uma candidatura presidencial. Lembremos que, ante as hesitações de Cunha Leal, o advogado do Troviscal equacionava a solução Humberto Delgado. Arlindo tinha plena consciência das limitações da sua candidatura. Numa das

³³⁷ ANTT, PIDE/DGS, Eleições Presidenciais de 1958, *processo 1546/57-SR*, pasta 2, fls. 512-513.

reuniões de delegados nacionais, ele próprio haveria de clarificar a sua posição, afirmando sem rodeios «que deveria ser escolhido outro, mas em última análise, *declara-se pronto para o sacrifício*»³³⁸.

As condições da sua candidatura e do seu perfil político sugeriam alguma incompatibilidade com o perfil e os objectivos definidos pelo PCP para a campanha eleitoral, concebida a pensar num movimento de massas. Consequentemente, o nome do advogado suscitou desde muito cedo reservas naturais entre aqueles que o conheciam: «É certo que Arlindo Vicente não tem projecção política, não é conhecido das massas, não tem as condições de grande orador e polemista para uma jornada de tão grande envergadura». Quanto às suas qualidades, afirmava-se que era «bastante honesto e digno», louvores de grande merecimento mas que traduzem o espírito com que era encarada a sua liderança³³⁹.

Apesar de tudo, a candidatura vicentina acabou por encontrar eco entre o PCP e demais sectores esquerdistas, incapazes de encontrar uma personalidade que, como definira o *Avante*, «pelo seu prestígio, idoneidade moral, capacidade política e combatividade possa juntar à sua volta e do seu programa todos os que aspiram à solução do problema político português no sentido democrático»³⁴⁰. Por isso mesmo, e atendendo ao teor de alguns documentos, desde logo o PCP assumiu que a candidatura de Vicente, servindo pontualmente a «organização e propaganda» do partido, estaria condenada a uma desistência forçada para Humberto Delgado³⁴¹.

A sua escolha para candidato presidencial desenvolveu-se, por isso, num quadro divisionista. As resistências ficaram bem visíveis nos debates tidos durante a assembleia definitiva, que teve lugar em Lisboa, a 20 de Abril, na

³³⁸ *Ibidem*, pasta 2, fl. 458. Sublinhado meu. Ideia confirmada por Ferreira de Castro em *Ibidem*, pasta 9, fl. 169.

³³⁹ *Ibidem*, fl. 450.

³⁴⁰ Citado por João Madeira, *Os Engenheiros de Almas. O Partido Comunista e os Intelectuais*, Lisboa, Estampa, 1996, p. 353.

³⁴¹ Cfr. Relatório de 21 de Abril em ANTT, PIDE/DGS, Eleições Presidenciais de 1958, *processo 1546/57-SR*, pasta 8, fls. 38-39. O próprio Comité Central do PCP aventava a possibilidade de um entendimento com a candidatura de Delgado para a «base de acordos e de ações comuns» (*Avante*, ano 27, série VI, n° 254, 1ª quinzena de Maio de 1958).

Cooperativa dos Trabalhadores de Portugal. Ali se reuniram em assembleia cerca de 150 pessoas, representativas dos mais variados sectores da oposição³⁴². Eram eles os representantes dos distritos de Braga, Porto, Coimbra, Guarda, Leiria, Santarém, Setúbal, Portalegre, Aveiro, Faro, Lisboa; dos concelhos de Condeixa, Abrantes, Barreiro, Sintra, Torres Vedras, Vila Franca de Xira, Loures, Oeiras; e os representantes dos estudantes, dos intelectuais e dos trabalhadores de Lisboa. A assembleia, presidida por Mem Verdial, tinha como objectivo definir uma posição face à recusa de Cunha Leal e estabelecer os termos da organização política. Em ambiente de «verdadeira Assembleia Democrática», os participantes recusaram a abstenção eleitoral porque «esta representaria a abdicação da Oposição Democrática como força política actuante e determinante do futuro do país»³⁴³.

Foi, pois, em ambiente verdadeiramente democrático que se discutiu a questão eleitoral. Com efeito, ao contrário de Cunha Leal, escolhido pelas cúpulas do PCP depois de muita relutância, Vicente foi eleito por uma assembleia de democratas que este não controlava, como ficaria provado nas tensões da reunião magna. Os representantes regionais encontravam-se divididos em três posições: recusa de candidato próprio; apoio ao general Humberto Delgado e apoio a Arlindo Vicente. O advogado era especialmente apoiado pelos representantes dos concelhos limítrofes da Grande Lisboa, por muitos profissionais liberais e pelos trabalhadores e acabou por ser a solução encontrada depois de muitas e inflamadas discussões³⁴⁴.

No final da reunião, porém, Arlindo era apoiado «por aclamação» tendo então afirmado à assembleia: «aceitar os princípios [democráticos] por ela defendidos; pôr todas as suas capacidades pessoais à disposição dos portugueses desejosos de seguir os caminhos da Democracia; e submeter à apreciação da assembleia

³⁴² *Ibidem*, pasta 2, fl. 448.

³⁴³ Arquivo Pessoal de António Pedro Vicente, Comissão Central – Circular n.º 1 – Comunicado sobre a Assembleia de Delegados de 20 de Abril.

³⁴⁴ Veja-se o esboço de um documento manuscrito da reunião em Arquivo Pessoal de António Pedro Vicente.

colectiva da organização da sua candidatura as atitudes fundamentais a tomar durante a campanha eleitoral»³⁴⁵.

Os dissidentes não mostraram pejo em exteriorizar de imediato o seu antagonismo. Parte do grupo da *Seara Nova* discordava abertamente do nome de Vicente, pese embora uma certa familiaridade ideológica. Manuel Sertório, na reunião de 20 de Abril, apresentara uma proposta que visava impedir a candidatura de Arlindo, «considerando que a situação presente é impeditiva de apresentação da candidatura de um democrata capaz de galvanizar a opinião oposicionista do país»³⁴⁶. Na sua proposta, com efeito, Sertório equacionava apoiar Humberto Delgado se a sua candidatura «se mostrasse realista e provocasse de qualquer modo uma dissidência no governo fascista»³⁴⁷, vindo mais tarde a expor publicamente, no jornal *República*, as razões da sua recusa em apoiar o candidato progressista.

Outro crítico de nomeada, exposto porém de forma ambígua, foi Câmara Reis, que tempos antes colocara Arlindo Vicente como «reserva» da Oposição Democrática, caso não se encontrasse um candidato com o perfil desejado. Para o director da *Seara Nova*, «se é certo ser um homem honesto e de grande envergadura democrática, [Arlindo] é um desconhecido»³⁴⁸, apontando o caminho da abstenção como o mais atractivo.

Mais tarde, em entrevista ao *Diário Ilustrado*, Câmara Reis voltava a exhibir alguma descrença face ao candidato eleito: «Arlindo Vicente, aceitando com grave sacrifício a candidatura à Presidência surpreendeu alguns meios sociais pelo facto da sua existência política não ter a projecção poderosa e violenta da vida política do sr. eng.º Cunha Leal»³⁴⁹.

³⁴⁵ Arquivo Pessoal de António Pedro Vicente, Comissão Central – Circular n.º 1 – Comunicado sobre a Assembleia de Delegados de 20 de Abril.

³⁴⁶ *Ibidem*.

³⁴⁷ Relatório de 21 de Abril em ANTT, PIDE/DGS, Eleições Presidenciais de 1958, *processo 1546/57-SR*, pasta 8, fls. 434-435. Confirmado por documento do Arquivo Pessoal de António Pedro Vicente.

³⁴⁸ *Ibidem*.

³⁴⁹ *Diário Ilustrado*, ano II, n.º 516, 12.05.1958, p. 13.

Estas afirmações, porém, só podem ser entendidas como pressão sobre Arlindo Vicente. Com efeito, Câmara Reis e Manuel Sertório não só subscreveram o documento que formalizou a candidatura vicentina junto do Supremo Tribunal de Justiça, como se envolveram em diferentes acções de campanha. Câmara Reis, por exemplo, participou no primeiro comício da candidatura, realizado em Moscavide, a 16 de Maio. Depois dos elogios da praxe ao candidato, «o dr. Câmara Reis disse que ele, como candidato da Democracia, está na linha perfeita da sua propaganda», terminando por considerar que «pode haver duas correntes que se respeitam mutuamente, e que, mais tarde, *convirjam, como duas bastes*»³⁵⁰. Ficava em aberto a possibilidade de um entendimento futuro para a cisão das duas candidaturas.

Apesar de todos os contratempos e de algumas embrulhadas, próprias de um enredo cravado de reservas e contradições, Vicente lá surgiu com o título de candidato oficial das esquerdas. Mais tarde, ele próprio sentiu necessidade de justificar a opção de liderar a contenda: «Aceitei a candidatura como uma obrigação nacional [...]. Só as condições e as obrigações nacionais me levaram a aceitar este mandato»³⁵¹.

A afirmação estava longe de ser um simples artifício de retórica, antes resultava da consubstanciação de um pensamento político, recheado de inferências pragmáticas, e dos imperativos axiológicos gerados pela sua consciência individual. Vasco Vieira de Almeida, presente na reunião de 20 de Abril e membro da sua comissão central, afirmaria mais tarde que Arlindo Vicente aceitou a candidatura «porque julgou ser seu dever de cidadão e de homem que pretendia ser livre, corresponder ao que de tantos lados lhe era solicitado»³⁵².

Estamos, portanto, perante a revelação de uma ética do dever fundada na consciência social de Arlindo Vicente. Na retórica vicentina, as ques-

³⁵⁰ *República*, ano 47, n.º 9840, 17.05.1958, p. 12. Sublinhado meu.

³⁵¹ *República*, ano 47, n.º 9832, 9.05.1958, p. 1.

³⁵² ANTT, Ministério da Justiça, 1.º Juízo Criminal, *processo n.º 16 068/62*, caixa 684, fl. 232 Vº (Arquivo Pessoal de Arlindo Vicente).

tões políticas acabarão sempre sublevadas pelas exigências de denúncia das condições de vida das classes populares. O político entrevia no socialismo o projecto de sociedade democrática e progressista que desejava para Portugal. O povo, que a sua pintura retratara tantas vezes na miséria da sua existência material, surgia de novo no centro das suas preocupações político-sociais. Na realidade, retratado pelos amigos como «político romântico» e idealista» inconformado³⁵³, Vicente exibia uma formação verdadeiramente liberal, assumindo a justiça como a mais imperiosa das demandas das modernas sociedades civis. João Falcato, então estudante e militante laborioso do PCP, que o incumbiu de papel intenso na campanha vicentina, como tesoureiro da comissão central, afirmou recentemente que Arlindo Vicente era uma pessoa «extremamente sensível, considerando a sua causa aos trabalhadores e ao povo em geral uma das justificações da sua vida»³⁵⁴.

A dimensão social deste pensamento político é especialmente visível no teor dos discursos e entrevistas de campanha, onde Arlindo se assume como «porta-voz» do povo, tantas vezes «traído» pelas elites opulentas que amparavam o regime. Contra a plutocracia que sustentava Salazar e o Estado Novo, o político defendia a essência de um regime verdadeiramente democrático: «É nossa obrigação lutar consciente e serenamente para que no nosso País se possa governar com o único apoio digno, respeitável, permanente e justo, que é o apoio do povo. [...] Vim, pois, em nome desta força (o povo) e como porta-voz da mesma para, pela minha palavra, lhe manter a voz»³⁵⁵. Já em discurso de campanha, o político justificava a sua candidatura com «a necessidade de dar voz e conteúdo às angustiosas reclamações da Nação, sobretudo na sua parte mais útil, da classe média e dos trabalhadores, quer da cidade ou do campo, que cheios de família e esmagados de necessidades, agonizam de esforço físico e miséria orgânica, com ordenados incapazes e até injuriosos»³⁵⁶.

³⁵³ Cfr. *Ibidem*.

³⁵⁴ Suplemento do *Público*, n.º 3124, 3.10.1998, p. 11.

³⁵⁵ *Diário Ilustrado*, ano II, n.º 517, 13.05.1958, p. 1.

³⁵⁶ Arquivo Pessoal de António Pedro Vicente.

Apesar das conotações pró-comunistas de tal retórica, o progressismo de Arlindo Vicente aproximava-se mais, como já se referiu, dum certo socialismo de sabor humanista onde os valores democráticos se impunham com genuinidade.

A oposição conservadora, por sua vez, envidou todos os esforços para entravar a candidatura das forças progressistas. Na reunião de 20 de Abril, onde finalmente se decidiu apresentar Arlindo Vicente como candidato da Oposição Democrática, Manuel Sertório leu uma carta de António Sérgio em que este «aconselhava todos os democratas a votarem no sr. General Humberto Delgado»³⁵⁷. O próprio António Sérgio escrevera a Arlindo Vicente, procurando persuadi-lo de que a fidelidade à sua condição de artista devia evitar que o «mascarassem» com figuras que o «deturpavam», recusando especialmente a máscara da «banda das três ordens da presidência da República»³⁵⁸.

No dia seguinte, talvez para aumentar a pressão sobre as esquerdas, a imprensa incluía uma declaração do directório do Partido Republicano Português em que se afirma categoricamente: «Considerando que o general Humberto Delgado, no seu programa de candidatura à Presidência da República consigna os quatro pontos essenciais, resolve não apresentar candidatura, mas dar o seu apoio à candidatura independente do general Humberto Delgado, por ela, deste modo, corresponder aos anseios de liberdade do Povo Português, consignada na Constituição da República de 1911»³⁵⁹.

Consumava-se, deste modo, a divisão insanável entre as forças da oposição antifascista, muito marcadas pelo clima de guerra-fria e pelo espírito anticomunista que grassava entre largos sectores da oposição republicana e liberal. Mas tal animosidade não pode dissociar-se dos desejos de liderança evidenciados por ambas as facções oposicionistas³⁶⁰.

³⁵⁷ ANTT, PIDE/DGS, Eleições Presidenciais de 1958, *processo 1546/57-SR*, pasta 2, fl. 448.

³⁵⁸ Arquivo Pessoal de António Pedro Vicente, Carta de António Sérgio a Arlindo Vicente, 23.05.1958.

³⁵⁹ *República*, Ano 47 (2ª série), n.º 9815, 21.04.1958, p. 1.

³⁶⁰ Cfr. João Madeira, *ob. cit.*, p. 355.

Superando obstáculos e conúbios, a candidatura das esquerdas foi publicamente anunciada a 20 de Abril. A 3 de Maio, Arlindo Vicente apresentou formalmente a sua candidatura à presidência da república no Supremo Tribunal de Justiça, acompanhado por uma comissão constituída por delegados de Braga, Porto, Coimbra, Aveiro, Leiria, Santarém, Setúbal, Beja, Portalegre, Faro e Lisboa. Entre os signatários figuravam nomes de grande relevo nos meios políticos oposicionistas, atravessando todos os sectores da sociedade civil e militar³⁶¹.

3.2. A retórica eleitoral

A análise da campanha eleitoral da Oposição Democrática não resiste ao confronto com as incidências e evolução da outra candidatura oposicionista, liderada por Humberto Delgado. Em primeiro lugar, porque largos sectores oposicionistas continuavam a questionar a existência de duas candidaturas da oposição. Em segundo, porque a dinâmica imposta pelo general depois da célebre conferência do café *Chave de Ouro*, em que afirmou a intenção de demitir Salazar, teve um impacto devastador entre as forças do regime e entre a própria oposição. Ainda assim, a campanha eleitoral de Arlindo Vicente, sujeita a vicissitudes que nem sempre podem ser imputadas ao candidato, criou uma dinâmica autónoma cuja magnitude não pode ser desprezada se quisermos interpretar e avaliar com objectividade o significado histórico desta eleição presidencial.

Com efeito, a análise das conferências de imprensa das duas candidaturas da oposição, feita pela imprensa situacionista, revela uma maior e justificada

³⁶¹ Entre os subscritores destacam-se os nomes de Câmara Reis, Mem Verdial, Julião Quintinha, Manuel João da Palma Carlos, Amílcar de Castro, Virgílio Godinho, Emílio Campos de Lima, Assis Esperança, Papiniano Carlos, Felismino Madeira, Manuel de Azevedo, João Maia, Manuel Lavrador, Ferreira da Costa, Capitão Padilha de Castro, António Silva Júnior, Teixeira Ruela, D. Irene de Castro, Pulido Valente, coronel Blanche Teixeira, Gonçalves Gomes, cap. Luís Henrique Cordeiro, e muitos outros. Cfr. *República*, Ano 47 (2ª série), n.º 9826, 3.05.1958, p. 1.

preocupação inicial com a candidatura vicentina. Para o *Diário da Manhã*, «o sr. dr. Arlindo Vicente expôs, com sorridente frieza, todo o plano de um golpe de Estado para o assalto ao Poder. O sr. general Delgado insultou o Homem providencial a quem se deve o ressurgimento da Nação; o sr. dr. Arlindo Vicente – talvez sem ter a noção do que fazia, foi mais longe – insultou a própria Nação»³⁶².

O início da contenda eleitoral, ocorrida a 8 de Maio, registou-o a imprensa nacional quando, com mais ou menos destaque, em função das inclinações políticas, se deu publicidade ao «Manifesto aos Portugueses» da candidatura de Arlindo Vicente. O documento de sete páginas foi escrito pelo punho do candidato e revisto em colégio do estado-maior político³⁶³. Armino Rodrigues, conselheiro e coadjutor político de Arlindo, descreve nas suas memórias o momento em que o documento foi revisto e dactilografado mas assume, erradamente, a sua autoria: «Esse lancei-o eu no papel, das 10 de uma noite às 6 da manhã, oito horas a fio, sem um repouso, com a ajuda do meu colega recém-formado João Alves Falcato e do advogado do Porto Lino Lima. O Arlindo dormia numa cadeira, exausto, alheio ao barulho da nossa troca de impressões»³⁶⁴. Nas suas premissas programáticas essenciais, o «Manifesto» articula as três dimensões estruturantes da propaganda do movimento: a justificação do candidato e da candidatura; a denúncia do regime vigente e, finalmente, o enunciado de um programa político.

O documento político começa por afastar qualquer sombra de responsabilidade de Arlindo Vicente no regime instituído, em tirada com destino ao seu émulo da Oposição Independente. Como noutros documentos, Arlindo afirmou-se predisposto a um «sacrifício». A legitimidade do acto encontrava-a

³⁶² *Diário da Manhã*, ano XXVIII, nº 9566, 15.05.1958, pp. 1 e 6.

³⁶³ ANTT, PIDE/DGS, Eleições Presidenciais de 1958, *processo 1546/57-SR*, pasta 2, fl. 359 (Informação «Maya» de 27.04.1958).

³⁶⁴ Armino Rodrigues, *Um poeta confessa-se. Memórias de uma vida*, Lisboa, Cosmos, 1998, pp. 237 ss. Várias cópias dactilografadas, com notas de Vicente, existem no Arquivo Pessoal de António Pedro Vicente.

na miséria e nas ansiedades do Povo: «Venho, pois, a interpretar e a exprimir a situação angustiosa do povo português, essa realidade viva que é o homem da nossa terra, que tão duramente ganha o pão com que se alimenta e aos seus». O candidato pretendia emprestar voz, não a uma qualquer classe oprimida, mas a «um Povo que anseia a Liberdade, a Paz, a Independência e o Progresso»³⁶⁵.

Um dos méritos da eleição presidencial de 1958, pese embora todos os atropelos à liberdade de expressão e de organização, esteve no aumento de circulação de material de campanha onde se procedia a uma forte denúncia do regime, como este «Manifesto», que foi publicado pela generalidade da imprensa. No seu texto, escrito em toada argumentativa, o candidato «pinta» o Estado Novo com as cores ultrajantes da infâmia e do opróbrio. Procurando acirrar a entorpecida consciência nacional, Vicente traça em pinceladas largas a síntese da história mais recente, desde a instauração da ditadura militar até à messiânica emergência do «mago das finanças».

Na síntese dedicada à política económica e social do governo, Salazar é acusado de servir os interesses clientelares dos grandes monopólios, enquanto o país remanescente vivia mergulhado na «fome» e na «miséria»; no campo político, denuncia-se a cruenta e ignóbil repressão de um regime inquisitório, que lentamente silenciava e estiolava sucessivas gerações da população. Para Arlindo Vicente, em remoque um tanto pícaro, o «País não bolee, nem fala. A isto se chama, com perversa ironia, «sossego do País»»³⁶⁶.

Finalmente, o texto do manifesto apresenta um conjunto de medidas de alcance político, social e cultural que constituíam uma espécie de programa político. Numa análise meramente perfunctória, diremos apenas que aí se encontravam as consignas de um projecto que aspirava ao progresso, liberdade e emancipação cultural do País.

Os parâmetros de diferenciação da propaganda de Arlindo Vicente estão nesta assumida valorização das questões sociais. Isto é, enquanto a campanha

³⁶⁵ Cfr. ANTI, PIDE/DGS, Arlindo Vicente, *processo 315-GT*, fl. 171.

³⁶⁶ *Ibidem*, fls. 171 (p. 1-4).

do general dissidente foi muito marcada pela afirmação do inequívoco destino de Oliveira Salazar, Arlindo apostava na denúncia das políticas social e económica do governo. Para além das inevitáveis afirmações sobre liberdade política e democratização, a temática que predominou no seu manifesto programático e nas entrevistas exibiu uma feição assumidamente social: o atraso económico, a emancipação da mulher, a prostituição, a família, o divórcio e a articulação destas esferas da vida privada com a moral católica vigente³⁶⁷. Se Delgado colocava o enfoque da campanha na figura do omnipresente Salazar, o «Nun'Álvares Pereira» dos tempos modernos, na medida em que visava derrubá-lo por via de um golpe de estado ou de uma revolução, Vicente ameaçava fazer ruir o edifício social com os seus valores de uma moral caduca.

A estratégia da oposição progressista fundava-se na excessiva sensibilidade do Poder, sempre recalcitrante em discutir e assumir as tremendas debilidades da sua política social. No caso da campanha de Delgado, a censura cortou sistematicamente as referências às classes trabalhadoras, e quando conseguiu iludir a vigilância dos censores recebeu o apodativo de propaganda comunista³⁶⁸. Por isso, a campanha de Arlindo Vicente, aproveitando os estreitos corredores de uma liberdade de expressão um pouco aliviada das tradicionais amarras censuradoras, insistiu na denúncia dos atrasos estruturais da sociedade portuguesa, reforçando em especial a crítica às fracturas sociais existentes entre uma minoria abastada e uma maioria exaurida e desalentada.

O silêncio comprometido dos partidários de Salazar na União Nacional confirma a validade do exposto. Na imprensa situacionista consultada não se encontrou um vislumbre de refutação que se inscrevesse na aziaga política social do regime. O mutismo tático foi apenas quebrado quando Arlindo, na conferência de apresentação da sua candidatura, se referiu às relações entre o Estado e a Igreja, em especial à concordata e às suas implicações jurídicas em matéria de direito da família. Para o candidato presidencial, «embora fosse a

³⁶⁷ Veja-se a entrevista de Arlindo Vicente em *República*, ano 47, n.º 9841, 18.05.1958, p. 9.

³⁶⁸ Cfr. Dawn Linda Raby, *Resistência Antifascista em Portugal*, Lisboa, Salamandra, 1988, p. 201.

concordata determinada por fins generosos e úteis, veio a transformar-se numa fonte de imoralidade. Não vou afirmar que o divórcio seja bom, mas é o melhor remédio para um mal. Não se admite que pessoas que, para sua infelicidade, se frustraram, sejam impossibilitadas de refazer a sua vida»³⁶⁹.

Eram afirmações ásperas contra a moral do regime, a justificar o tom acintoso da reacção conservadora inscrita no *Correio de Coimbra*, onde se acusa Arlindo Vicente de «ferir» os «sentimentos católicos ao declarar o propósito de restaurar o divórcio»³⁷⁰. Num panfleto eleitoral, distribuído no Porto, citando *A Voz do Pastor*, órgão da diocese desta cidade, pedia-se aos católicos «que abr[issem] os olhos pois terão de dar contas a Deus e à História».

No mesmo panfleto procede-se a uma análise sumária mas muito crítica do posicionamento ideológico das candidaturas oposicionistas³⁷¹. Esta tomada de posição dos católicos, sob o alto patrocínio das autoridades religiosas, é reveladora do efeito perturbador que as eleições presidenciais de 1958 tiveram sobre os mais diversos sectores da sociedade civil e religiosa.

A reacção algo tempestiva, surgida nos sectores mais conservadores ligados ao catolicismo, estava em conformidade com os preceitos de uma moral ideologicamente comprometida. Importa não esquecer que a família constituía um dos pilares do regime e era objecto especial de doutrinação³⁷², na medida em que constituía o primeiro patamar de inculcação ideológica. Os valores da disciplina e da hierarquia encontravam na família agentes naturais de sustentação, sendo por isso a família, nas palavras de Salazar, a «base elementar da disciplina da Nação»³⁷³. Ao repetir de forma incessante a defesa do divórcio e da emancipação da mulher, pensamos que Vicente estaria consciente das consequências ideológicas do seu ataque à concordata.

³⁶⁹ *República*, ano 47, n.º 9837, 14.05.1958, p. 7.

³⁷⁰ *Correio de Coimbra*, ano 37, n.º 1824, 22.05.1958, p. 1.

³⁷¹ Cfr. Arquivo Pessoal de António Pedro Vicente.

³⁷² Veja-se António Ferro, *ob. cit.*, p. 90.

³⁷³ *Ibidem*, p. 93.

No campo da política e da ideologia, a reacção dos corifeus do regime revelou-se mais prolixa e generosa. A retórica nacionalista, antiparlamentar e antipartidária, justificava-se nos sagrados interesses da unidade nacional. A suspensão das liberdades políticas, instituída pela ditadura militar saída do 28 de Maio de 1926, continuava assim a legitimar-se nos «perigos» inerentes à luta político-partidária. A «restituição das liberdades democráticas», alvitrada de forma constante por Arlindo Vicente, representava, para o séquito nacionalista de Salazar, o regresso ao «caos político» anterior, cuja maior virtude seria baixar a guarda a um golpe de estado desferido por esse «partido de minoria, activo e aguerrido, ao qual não interessa conquistar o poder pelo voto, mas sim pelo golpe de estado»³⁷⁴. O «perigo comunista» era a bandeira que os situacionistas bramiam com particular exuberância, procurando indispor os ânimos contra a candidatura Vicentina, acusada de ameaçar a ordem moral e social³⁷⁵.

Mas os políticos do regime iam mais longe na legitimação do Estado novo. Negando a existência de qualquer ditadura, confessavam a subsistência de um sistema que se fundava «em algo de real assente na própria vida nacional». O sistema parlamentar, com a sua lógica partidária, tivera o seu tempo e provara apenas que «o jogo das combinações partidárias nunca deu em Portugal outra coisa que não fosse desordem nas ruas e nas consciências»³⁷⁶. Não existia em Portugal uma ditadura mas instituições adequadas aos novos tempos, tempos em que se recusavam «as palavras vãs dos comícios», as «frases feitas de efeito demagógico». Para se compreender devidamente este período tenebroso da história de Portugal é importante compreender que muitos portugueses, evocando negativamente a experiência parlamentar republicana, aceitavam o papel normativo e morigerador do Estado. Estes sectores aplaudiam a «existência de uma realidade que exige paz e segurança para no trabalho construtivo se

³⁷⁴ *Diário de Notícias*, ano 94, n.º 33 126, 17.05.1958, p. 5.

³⁷⁵ Veja-se *Diário da Manhã*, ano XXVIII, n.º 9561, 10.05.1958, p. 8.

³⁷⁶ *Ibidem*, 15.05.58, n.º 9566, p. 5.

manter erguida e em constante progresso a cidade nova, onde a verborreia não tem eco e onde as paixões são apagadas pelos sentimentos das realidades»³⁷⁷.

Consequentemente, a censura fundava a sua legitimidade nas tarefas de conservação social, evitando a corrupção dos espíritos, sujeitos à «propaganda subversiva» representada por Arlindo Vicente e os seus correligionários de campanha, quando alardeiam que «o País asfixia por falta de liberdade». Para os situacionistas, a «liberdade de expressão e de pensamento não pode ir ao ponto de comprometer a integridade da opinião pública deformando-a ou viciando-a. [...] Como é que o Estado, responsável pela defesa da Ordem nacional, há-de permitir que se espalhem livremente as ideias de subversão?»³⁷⁸.

A declaração está em conformidade com o pensamento do chefe, que em décadas recuadas formulara já uma viva preocupação com a ofensiva do comunismo internacional, evocando o papel da censura como instrumento de «legítima defesa do Estado»³⁷⁹. Esta obsessão anticomunista do Estado Novo³⁸⁰, formulada em termos de uma guerra sem tréguas contra a «invasão estrangeira», dependia naturalmente dos obstáculos levantados à liberdade de expressão. Sempre muito pedagógico, Salazar afirmara de forma incisiva que «não pode haver liberdade contra a verdade; não pode haver liberdade contra o interesse comum»³⁸¹.

Por seu lado, Arlindo Vicente, sublinhando as vantagens da democracia, o sistema «mais útil, consentâneo e justo com os interesses dos povos e o que mais os eleva e dignifica»³⁸², apresentava a liberdade de expressão como uma prioridade da sua acção presidencial: «Se for eleito, acabarei imediatamente com a censura e serão acto contínuo restituídos à liberdade todos os presos

³⁷⁷ *Ibidem*.

³⁷⁸ *O Século*, ano 78, n.º 27 332, 16.05.1958, p. 7.

³⁷⁹ António Ferro, *Salazar o Homem e a sua obra*, Lisboa, Edições Fernando Pereira, 1992, pp. 267-269.

³⁸⁰ Sobre este assunto, veja-se Telmo Daniel Faria, «O Comunismo: um anátema estado-novista», separata de *Revista de História das Ideias*, vol. 17, Coimbra, Faculdade de Letras, 1995, pp. 229-261.

³⁸¹ António Ferro, *ob. cit.*, p. 160.

³⁸² *República*, ano 47, n.º 9832, 9.05.1958, p. 1.

políticos; constituir-se-á um governo com o principal objectivo de facilitar a organização de partidos políticos e as condições necessárias para que se realizem eleições livres, em igualdade de circunstâncias para todos os portugueses e em regime absolutamente democrático. Todos produzirão a sua propaganda e ninguém terá o privilégio de usar meios ou elemento que aos outros sejam negados. O País seguirá o caminho que melhor entender, através das forças que as eleições livres designarem»³⁸³.

O candidato da esquerda voltava assim a insistir no reforço dos valores da cidadania como imperativo de emancipação política, cuja natureza e consciência ele cria visceralmente incompatíveis com a ditadura. Essa mesma «consciência cívica nacional», que o candidato interpretava como «mais estruturada e consciente do que há trinta anos»³⁸⁴, retomava afinal o projecto republicano do período de propaganda de edificar uma cultura de cidadania. Arlindo Vicente, apesar dos apodativos de sentido contrário, era um republicano democrático e socialista que acreditava nas virtudes da cidadania activa e plena. No discurso evocativo do 31 de Janeiro, no Porto, pediu às senhoras presentes que «edu[cassem] os seus filhos nas virtudes cívicas mais puras, de forma que no futuro o nosso país se possa orgulhar de possuir elites cívicas capazes de não transigir, como não transigiram os revolucionários do Porto»³⁸⁵.

Não se julgue, pelo exposto, que Arlindo Vicente se limitou a vociferar contra a ditadura sem causar o estrépito provocado pelo general dissidente. A apresentação da sua candidatura, realizada a 14 de Maio em conferência de imprensa, numa pastelaria da avenida de Paris, teve o seu momento escaldante com as afirmações do candidato sobre o futuro dos territórios portugueses da Índia, em especial sobre Goa, para os quais defendeu a realização de um plebiscito.

³⁸³ *Ibidem*, p. 4.

³⁸⁴ *Diário Ilustrado*, ano II, n.º 517, 13.05.1958, pp. 13 e 16.

³⁸⁵ *O Primeiro de Janeiro*, ano 90, n.º 30, 31.01.1958, p. 2.

Na conferência de Imprensa, Arlindo fazia-se acompanhar, na mesa da presidência, por Mem Verdial³⁸⁶, Virgílio Godinho, Manuel Cabanas, Albertino Ferreira, Teresa Bandeira, Mário Sacramento, Maria Isabel Aboim Inglês, Leão Penedo, Lília da Fonseca e José da Costa Mendes. Logo atrás encontravam-se, entre outros, alguns dos conselheiros mais próximos, como Armindo Rodrigues e a *entourage* comunista, constituída por António Abreu, João Falcato e José Caetano.

Depois da apresentação do candidato, feita por Armindo Rodrigues, Arlindo Vicente proferiu breves palavras em que agradeceu aos jornalistas e convidados a sua presença na «nossa casa, a casa dos que pretendem a Paz, a Concórdia e a Justiça».

Neste tom, Arlindo apresentava-se perante os menos distraídos como um candidato político, muito tocado por um certo idealismo, e não como um revolucionário profissional. O jornalista do periódico *A Voz* procederá a um interessante exercício comparativo sobre o perfil dos dois candidatos oposicionistas a partir das suas conferência de imprensa: «O general Humberto Delgado é um impulsivo e um colérico; o Dr. Arlindo Vicente é um homem calmo e prudente. Um, o general, domina com dificuldade os nervos, exalta-se facilmente, diz o que não quer... O advogado, por sua vez, tem a prática dos tribunais, mede as palavras, diz só o que quer»³⁸⁷.

Arlindo Vicente respondeu depois às perguntas dos jornalistas, começando por afirmar que em caso de vitória constituiria um «governo nacional» com vista

³⁸⁶ Mem Tinoco Verdial, engenheiro e professor, nasceu no Porto em 1887. Foi professor nos Institutos Industriais e Lisboa e Porto e do Instituto Industrial do Porto, cidade onde fixou residência, tendo ocupado o cargo de director do Instituto Industrial. Em 1919 foi eleito deputado por Gaia e em 1925 procurador à Junta Geral do Distrito do Porto. Republicano desde os bancos da escola, fez propaganda pelo regime antes do 5 de Outubro como redactor dos jornais *O Norte* e *A Pátria*. Cooperou com o Movimento de Unidade Democrática e mais tarde colaborou com as candidaturas do general Norton de Matos e do Almirante Quintão Meireles à Presidência da República. Foi candidato a deputado nas eleições de 1953.

³⁸⁷ *A Voz*, ano XXXII, n.º 11 151, 15.05.1958, p.1. Na introdução à entrevista que Arlindo deu ao jornal *República*, o jornalista refere-se ao «homem calmo, de uma serenidade que reflecte, sem dúvida, a par de uma consciência íntegra a convicção de cumprir um mandato justo que lhe foi posto nas mãos pelo plebiscito de quantos portugueses o elegeram como representante» (ano 47, n.º 9841, 18.05.1958, p. 9).

a corrigir os erros da política social do Estado Novo e assim «elevar o nível de vida da população»; comprometeu-se de seguida em «promover eleições livres»; falou das relações com o Brasil e depois das relações com a Índia, afirmando que «o caso de Goa» era «um problema nacional, e só ouvindo a Nação, através dos seus representantes, ou de um plebiscito, ele poderia ser resolvido»³⁸⁸. Estava lançado o mote da polémica que viria a inflamar os ânimos.

Como se sabe, os ventos da descolonização, instigados pelo ambiente internacional, assoberbaram em primeiro lugar os territórios indianos sob soberania portuguesa, com Nehru a exigir a devolução de Goa, Damão e Diu. A intransigência de Salazar conduziu ao conflito com a União Indiana, de que resultara o corte de relações com Portugal em 1956. A oposição progressista, reunida em torno do Movimento Nacional Democrático, defendeu em nota oficiosa, dirigida ao presidente do conselho, uma solução negociada para os territórios asiáticos. O documento foi naturalmente objecto de censura e a ousadia custou aos autores, todos membros da comissão central do MND, a perda da liberdade³⁸⁹.

As afirmações do candidato da Oposição Democrática, proferidas na conferência e mais tarde repetidas em entrevista, traduziam alguma coerência com as ideias progressistas sustentadas por alguns meios oposicionistas. Tais considerandos levantaram uma onda imediata de protestos e indignações, protagonizados em alguns meios situacionistas com especial virulência. Por toda a imprensa conservadora foram lançados opróbrios a Arlindo Vicente, com especial relevo para o agravo de «antipatriota» ao serviço do União Soviética³⁹⁰, chegando a circular panfletos com ameaças de morte³⁹¹. À sua residência chegavam postais particulares carregados de genuíno ódio nacionalista, afirmando que «Goa, como Minho ou Algarve, nunca será submetido ao livre arbítrio da URSS»³⁹².

³⁸⁸ *República*, ano 47, n.º 9837, 14.05.1958, p. 6.

³⁸⁹ Cfr. Dawn Linda Raby, *ob. cit.*, pp. 43-44.

³⁹⁰ Cfr. *Diário da Manhã*, ano XXVIII, n.º 9566, 15.05.1958, p. 6.

³⁹¹ Cfr. Depoimento de António Pedro Vicente ao Autor.

³⁹² Existem vários postais no Arquivo Pessoal de António Pedro Vicente.

O próprio Salazar, em discurso eleitoral, veio a terreiro lançar sobre o candidato das esquerdas o anátema da traição comunista: «A ideia do plebiscito para definir a nova situação para Goa é um derivado de declarações soviéticas a favor da União Indiana, e só não foi estendida pelos nossos comunistas a todas as outras províncias porque de momento isso agravaria a irredutibilidade do povo relativamente à voluntária amputação da Nação Portuguesa»³⁹³.

Mas não se julgue que as reacções se limitaram a atoardas de oratória eleitoral. Um dia depois de proferidas as declarações de Vicente, Lisboa assistiu a uma imponente manifestação nacionalista em que a juventude protestava energeticamente contra a ideia do plebiscito. Segundo os relatos da imprensa, milhares de jovens repudiavam com ardor inusitado as afirmações do candidato, em discursos inflamados e palavras de ordem contra os «traidores marxistas-leninistas». Vale a pena reproduzir um dos discursos para melhor se interpretar o bulício de comoções patrióticas provocado pela sugestão plebiscitária: «Um grito de indignação vive em nossos peitos pela maneira estranha como alguém, que se propõe nortear os destinos da Pátria, pretende dar resolução a um problema há muito resolvido na nossa consciência de portugueses. [...] Isto basta para que ponhamos em dúvida o patriotismo e a independência perante Moscovo do autor de semelhante atentado à dignidade do nome de portugueses que usamos»³⁹⁴.

A reacção tempestiva dos situacionistas só pode compreender-se dentro do contexto da ofensiva descolonizadora deste período e do papel dos mitos coloniais na consolidação do Estado Novo. Salazar acreditava na existência de uma missão civilizadora para Portugal, que ele concebia como um Estado multinacional e multirracial, com o seu prolongamento territorial nas províncias ultramarinas.

Dentro desta linha ideológica e programática, a sua política externa continuava a ser conduzida segundo os princípios do «orgulho nacional» e do «sentido de missão cristã». De acordo com alguns olhares mais argutos, vindos do exterior,

³⁹³ *Diário Popular*, ano 16, n.º 5620, 1.06.1958, p. 10.

³⁹⁴ *O Século*, ano 78, n.º 27 332, 16.05.1958, p. 6.

o país parecia ser governado por um triunvirato composto por Vasco da Gama, D. Henrique e Salazar³⁹⁵. Os mitos da «herança sagrada» e da «missão histórica» de colonizar ocupavam então um lugar de centralidade no imaginário colectivo, particularmente no seio dos sectores mais conservadores da sociedade portuguesa, incluindo muitos opositoristas ao regime do ditador catedrático.

O discurso do jovem estudante de direito, Aníbal Martins, que em nome da juventude protestava contra as declarações «antipatrióticas» de Arlindo Vicente, deixa bem vincada a importância ideológica desta consciência colectiva ligada aos destinos civilizadores de Portugal e do Estado Novo: «não ousando atacar abertamente a esclarecida situação do nosso Governo perante o acontecimento que nos últimos anos de forma inequívoca e real pôs à prova o sentimento de solidariedade que une todas as parcelas do nosso Império, tentam desvirtuar o problema e pôr em dúvida o postulado fundamental de que parte a política de Salazar: a unidade da Nação Portuguesa. Portugueses: não suportemos semelhante ultraje; ultraje à memória dos nossos antepassados, que derramando o seu sangue pela expansão da Fé e da Lusitanidade, nos legaram uma Obra que a história no seu severo juízo crítico assinalou de colossal porque transcende legalmente as dimensões do Humano – o grande Império Português. Obra de gigantes, sagrada herança que nos cumpre religiosamente guardar e defender e que encerra um passado glorioso e único. [...] Com o apoio de todos os portugueses, Salazar interpreta o sentimento que no nosso espírito dominava e aos demais proclama, com raro brilho, serenidade e intransigência, as linhas mestras da nossa conduta que todo o mundo admirou e enalteceu»³⁹⁶.

Arlindo Vicente percebeu, desde logo, o impacto das suas afirmações na opinião pública e sentiu-se forçado a explicitar o seu sentido. Numa entrevista ao *Diário Popular*, o candidato da Oposição Democrática explicava que não

³⁹⁵ Apreciação feita pelo subsecretário da administração Kennedy, George Ball, que negociara com Salazar, em 1963, uma independência progressiva para as colónias portuguesas. Cfr. Luís Nuno Rodrigues, «George Ball em Lisboa, 1963», *História*, ano XXV (3ª série), n.º 61, Dezembro de 2003, pp. 26-27.

³⁹⁶ *Diário da Manhã*, ano XXVIII, n.º 9567, 16.05.1958, p. 4.

repudiara o comportamento do governo no caso de Goa, ao reprimir as manifestações independentistas que ocorreram neste território. Apenas considerava que, tratando-se de uma questão de soberania nacional, esta devia ser objecto de uma consulta aos portugueses através de um plebiscito³⁹⁷.

As afirmações, contudo, não aliviaram a animosidade de largos sectores sociais e das próprias esferas do Poder. O efeito «plebiscito» deixava marcas profundas na candidatura da Oposição Democrática, devidamente ponderadas pelo amigo Castro Fernandes³⁹⁸, para quem «a candidatura do sr. dr. Arlindo Vicente fica lamentavelmente caracterizada pela posição tomada pelo sr. candidato quanto ao problema de Goa. [...] O sr. dr. Arlindo Vicente, dizendo o que disse sobre a nossa Índia, auto-eliminou-se»³⁹⁹.

A terminar a análise programática da campanha vicentina, fica uma referência a uma das temáticas de maior agrado do candidato: as artes e a cultura. Conhecedor atento dos limitados progressos nas artes plásticas e na literatura, por força dos seus contactos privilegiados com o meio, Arlindo Vicente exporá de forma sintética o seu programa para a cultura, entendida como instrumento de emancipação e construção da verdadeira cidadania⁴⁰⁰. A propósito da obra cultural do Estado Novo, o candidato afirmou, numa toada demolidora, que este «teve como objectivo aniquilar o desenvolvimento da cultura de forma a criar um povo inculdo e empobrecido tornando-o facilmente domesticável»⁴⁰¹.

Em tirada simples mas eficaz, Arlindo expunha o carácter instrumentalizado da cultura salazarista, integrada na vasta galeria de meios de inculcação ideológica ao dispor da ditadura. Por outro lado, ao depreciar a cultura e a

³⁹⁷ Cfr. *Diário Popular*, ano 16, n.º 5610, 22.05.1958, p. 7.

³⁹⁸ António Júlio de Castro Fernandes nasceu em 1903 e morreu em 1975. Activista de extrema-direita, foi dirigente da Cruzada N'uno Álvares e fundador do Movimento Nacional-Sindicalista e propagandista do corporativismo, sendo funcionário do Instituto nacional do Trabalho e Providência. Em 1934 foi nomeado vice-presidente da FNAT. Foi deputado da Assembleia Nacional, procurador à Câmara Corporativa, subsecretário de Estado das Corporações (1944) e ministro da Economia entre 1948 e 1950. Foi presidente da comissão executiva da União Nacional e administrador do Banco Nacional Ultramarino.

³⁹⁹ *Ibidem*, n.º 5611, 23.05.1958, p. 6.

⁴⁰⁰ Cfr. *Diário Ilustrado*, ano II, n.º 517, 13.05.1958, p. 16.

⁴⁰¹ *Diário da Manhã*, ano XXVIII, n.º 9566, 15.05.1958, pp. 1 e 6.

educação das camadas populares, condensadas em rudimentos de leitura e de simples aritmética, o salazarismo partilhava as concepções do tradicionalismo conservador sobre imobilidade e reprodução social. Contra esta realidade acanhada, Arlindo Vicente reclamava uma política cultural que criasse e dinamizasse uma vasta rede de museus e bibliotecas que elevasse as camadas mais desfavorecidas da população. Era a cultura posta ao serviço da emancipação política do povo português, ideia tão cara ao artista como ao político.

As críticas do candidato não passaram despercebidas nos meios próximos ao regime. A União Nacional repudiou quanto pôde o teor das suas afirmações, lembrando as ligações de Vicente ao Estado Novo a propósito de alguns dos eventos oficiais das recuadas décadas de trinta e quarenta: «O sr. dr. Arlindo Vicente insultou [...] duas ou três gerações de artistas plásticos, a quem o Regime não tem resgatado auxílio, sem cuidar das opiniões políticas. Muitos desses artistas são amigos pessoais do sr. candidato. *E o sr. candidato já foi um deles*»⁴⁰². Nos meios situacionistas censurava-se a «falta de memória» dos candidatos, lembrando a ligação dos candidatos ao Estado Novo. Sem, contudo, se salvaguardarem as devidas distâncias: Delgado, obreiro do 28 de Maio e salazarista indefectível, transformou-se quase subitamente (ainda que com legitimidade) em arrebatado e virtuoso democrata; Vicente, apesar da participação na *Exposição do Mundo Português*, em 1940, manteve sempre a fidelidade aos ideais progressistas.

3.3 A dinâmica eleitoral

Do ponto de vista político, a candidatura de Arlindo Vicente ficou para a história como a candidatura do PCP, desvalorizando-se erradamente outros contributos políticos e sócio-profissionais. As diatribes pró-comunistas foram

⁴⁰² *Ibidem*. Sublinhado meu.

publicitadas até à exaustão, não só nos meios situacionistas mas também entre os sectores mais conservadores da oposição. Vicente, por sua vez, empenhou-se com veemência na recusa do patrocínio exclusivo dos comunistas. Apesar das íntimas ligações que manteve com alguns dos membros do partido, Arlindo não era comunista e não partilhava a sua ideologia. Os amigos que o conheciam bem viam-no como um intransigente democrata que jamais se sujeitaria à disciplina e aos dogmas da doutrina marxista-leninista e, particularmente, do aparelho partidário comunista⁴⁰³. Nas suas aparições públicas, o candidato aveirense assumiu sempre a sua condição de «republicano» e de «democrata»⁴⁰⁴, que vislumbrava num socialismo humanitário e tolerante a via para a verdadeira democracia.

Apesar da distância ideológica, a campanha eleitoral de Arlindo Vicente seria uma impossibilidade prática sem o envolvimento das estruturas do PCP. António Abreu, João Falcato, Domingos Carvalho e Arnaldo Mesquita eram alguns dos homens do aparelho comunista que desempenhavam posições de grande destaque na candidatura de Vicente. Ao desvalorizar as excessivas conotações pró-comunistas, Arlindo procurou acima de tudo amenizar os embaraços públicos criados pelo anátema comunista, que a ditadura explorava com proveito e mestria.

Na imprensa, como em comunicados eleitorais, o candidato viu-se obrigado a reagir energicamente à campanha montada pela União Nacional, empenhada em usar o epíteto comunista para desacreditar publicamente a oposição: «Não aceitamos o apodo de comunistas para a Oposição Democrática, porque de facto o não é. Se comunistas há na Oposição [...] o certo é que o não sabemos, porque não perguntamos a ninguém qual é o seu credo ou ideologia particular, mas tão somente se é oposicionista, e se é honesto e se é bom português»⁴⁰⁵.

⁴⁰³ Cfr. ANTT, PIDE/DGS, Arlindo Vicente, *processo 3370/45-SR*, vol. 1, fl. 3.

⁴⁰⁴ Cfr. *República*, ano 47, n.º 9832, 9.05.1958, p. 4.

⁴⁰⁵ *Diário Popular*, ano 16, n.º 5612, 24.05.1958, p. 7. Veja-se, igualmente, o *Diário Ilustrado*, ano II, n.º 517, 13.05.1958, p. 13.

Já depois das eleições, em 1959, a imagem política de Arlindo Vicente continuava colada à oposição comunista. Agastado, o ex-candidato presidencial viu-se forçado a responder a uma notícia d'*O Século* onde se acusava o PCP de usar Vicente nas eleições do ano anterior. Na resposta endereçada ao jornal, Arlindo rejeitou o libelo de ter sido «o» candidato comunista e insistiu no carácter democrático da sua eleição (lembrando que Delgado constituiu uma imposição de sectores restritos e elitistas da oposição): «Efectivamente o Dr. Arlindo Vicente não foi candidato do Partido Comunista; foi candidato do Povo, na sua ânsia de liberdade e da juventude desprezada e aviltada pela Ditadura e eleito previamente pelas forças democráticas nacionais em várias e renovadas assembleias»⁴⁰⁶.

Não obstante as diligências de Arlindo Vicente, a estrutura orgânica montada pela Oposição Democrática para as eleições presidenciais de 1958 é inconcebível fora dos meandros políticos e organizativos do PCP. Ainda assim, em muitas regiões do país, como no Algarve, foram os republicanos moderados quem conduziu e organizou as acções de campanha⁴⁰⁷. Julião Quintinha, jornalista republicano e grande obreiro do processo eleitoral no Algarve, informava que «a sua candidatura à presidência, dum modo geral, foi bem recebida no Algarve pelos elementos republicanos e pelas classes populares. No meu concelho, Silves, estão constituídas e vão constituir-se comissões de republicanos que trabalham de acordo com a Comissão Distrital de Faro, a quem já enviaram fundos, continuando a angariar o que for possível. [...] Fui ontem, domingo, a Faro tomar parte numa reunião de delegados de todos os concelhos do Algarve, à qual presidi. Esteve concorrida e decorreu com grande entusiasmo»⁴⁰⁸.

⁴⁰⁶ Veja-se a cópia do *Século em ANTT*, PIDE/DGS, Arlindo Vicente, *processo 3370/45-SR*, vol. 2, fl. 256. Reproduzida em anexo.

⁴⁰⁷ Cfr. *Voz do Sul Semanário Regionalista Republicano*, ano XLII, nº 1843, 17.05.1958, p. 1. Em Faro pontificavam Julião Quintinha, Manuel da Silva Ramos, Manuel Campos Lima, Sebastião da Silva Leal e João de Brito Vargas. Em Silves, as comissões de freguesia eram compostas por «velhos republicanos» (*Ibidem*).

⁴⁰⁸ Arquivo Pessoal de António Pedro Vicente, Carta de Julião Quintinha para Arlindo Vicente, de 12 de Maio de 1958.

Noutras regiões, as comissões concelhias e distritais da candidatura recebiam o contributo válido de organizações sindicais e de trabalhadores⁴⁰⁹, de organizações juvenis e femininas e de muitas personalidades não integradas em estruturas organizativas, especialmente advogados e médicos. Era a chamada oposição não institucionalizada assente em personalidades que recebiam o título genérico de «democratas» e que, conjuntamente, em especial nos momentos eleitorais, emprestava vida e dinâmica aos movimentos de oposição como o MUD ou o MND.

Apesar desta diversidade de apoios, o PCP era a única organização que podia estabelecer um enquadramento institucional e gerar dinâmicas a um nível nacional. Muitas das comissões distritais e concelhias, que participaram na eleição do candidato das esquerdas, eram controladas sobretudo por partidários comunistas: «Quem tudo orienta e domina mesmo com todas as deficiências e que tem preponderância são os militantes do Partido e seus associados. Especialmente visíveis no distrito de Setúbal, Porto e Lisboa, os partidários do comunismo mandam e impõem abertamente»⁴¹⁰. Em Aveiro, pelo contrário, coube a Mário Sacramento, intelectual próximo do PCP e de grande peso institucional na região do Vouga, coordenar as acções de campanha, ainda que o tenha feito sempre em contacto com Arlindo Vicente⁴¹¹.

Já durante a campanha, em face de uma certa retracção dos socialistas da *Seara Nova* e de muitos republicanos, o PCP viria a dominar quase totalmente as estruturas da Oposição Democrática. Os seus militantes desenvolveram um grande esforço de angariação de meios e apoios, mobilizando os sectores mais progressistas para a campanha eleitoral⁴¹². Aos poucos, a capacidade dinamizadora dos militantes comunistas foi-se impondo nas diferentes estruturas locais, concelhias e distritais. No Barreiro, de grande influência comunista, a comissão

⁴⁰⁹ Cfr. ANTT, PIDE/DGS, Eleições Presidenciais de 1958, *processo 1546/57-SR*, pasta 2, fl. 112.

⁴¹⁰ *Ibidem*, fl. 453.

⁴¹¹ Cfr. Arquivo Pessoal de António Pedro Vicente, Cartas de Mário Sacramento para Arlindo Vicente.

⁴¹² Cfr. João Madeira, *ob. cit.*, p. 44.

concelhia incluía apenas três democratas, sendo os restantes seis membros do partido⁴¹³.

No plano financeiro, a preponderância do PCP revelou-se incontornável. Na angariação de fundos exteriores, vindos de França e Brasil, e interiores, pelas contribuições de militantes e seus amigos, os laços clandestinos do partido tudo fizeram para evitar o constrangimento financeiro da candidatura. Apesar disso, a grande maioria dos recursos financeiros seria «proveniente da venda de postais, selos, quetes e das contribuições voluntárias»⁴¹⁴. Já no Porto, eram os rendimentos de Mem Verdial, que presidia à comissão distrital, quem assegurava as despesas de campanha⁴¹⁵.

Apesar de algum predomínio comunista, a candidatura de Vicente conseguiu mobilizar importantes sectores da população que têm sido desvalorizados na análise historiográfica deste período. A começar pela juventude estudantil da capital, que se organizara numa Comissão dos Estudantes de Lisboa que integrava os nomes de Alfredo Portela Santos, David Oliveira, João Alves Falcato, Teresa Bandeira, entre tantos outros. Em documento emanado dessa Comissão, onde se definem os princípios norteadores da campanha à presidência da república, os estudantes de Lisboa afirmam publicamente o seu apoio a Vicente porque este é o único que «está na tradição do oposicionismo consequente que vem norteadando a luta da Oposição ao regime vigente desde 1945»⁴¹⁶.

O seu envolvimento aguerrido na pugna eleitoral foi mais tarde lembrado pelo próprio Arlindo: «Entre os estudantes de então, [...] residiam alguns dos mais capazes apoios da minha candidatura. Jovens, que com trabalho árduo e com risco de toda a espécie, edificaram naquela altura, uma barreira que deu muito trabalho a tentar desfazer às autoridades»⁴¹⁷. Os estudantes, envolvendo-se nas campanhas eleitorais de 1957 e 1958, preparavam desta maneira o

⁴¹³ Cfr. ANTT, PIDE/DGS, Eleições Presidenciais de 1958, *processo 1546/57-SR*, pasta 2, fl. 67.

⁴¹⁴ ANTT, PIDE/DGS, Arlindo Vicente, *processo 3370/45-SR*, vol. 1, fl. 148.

⁴¹⁵ Vejam-se alguns documentos de despesa no Arquivo Pessoal de António Pedro Vicente.

⁴¹⁶ ANTT, PIDE/DGS, Arlindo Vicente, *processo 3370/45-SR*, vol. 1, fls. 230-231.

⁴¹⁷ *Diário de Notícias*, 5.03.1977, p. 6.

terreno para as lutas estudantis que se avizinhavam ao longo do decénio de sessenta, contribuindo com a sua dinâmica oposicionista para o lento esgotamento do modelo salazarista.

No sector operário, Arlindo Vicente reuniu apoios de alguma magnitude, se atendermos à força protagonizada por estes sectores na luta antifascista. Esta cooperação foi mais significativa nas regiões onde o PCP tinha tradicionalmente mais força, como no Barreiro, Setúbal, Lisboa e Alentejo. Apesar de tudo, as relações vicentinas com os sectores produtivos ultrapassavam as ramificações comunistas, pois foram construídas em torno do exercício da advocacia. Arlindo fora advogado do Sindicato Nacional do Pessoal das Indústrias Químicas de Lisboa e fez consultadoria jurídica noutros sindicatos, como o Sindicato Nacional do Pessoal dos Carros Eléctricos, entre outros cargos que o tornaram muito conhecido nos meios operários, especialmente na capital e arredores⁴¹⁸. Eram sindicatos que se enquadravam no regime jurídico do Estado Corporativo definido pelo Estado Novo e que, por isso mesmo, escapavam ao controle do PCP. O Sindicato Nacional do Pessoal das Industrias Químicas de Lisboa, criado em 1936 segundo os «princípios cristãos das leis do Estado Corporativo», crescera em oposição às manobras dos que «içavam bandeiras vermelhas e desenhavam a foice e o martelo nas paredes» da CUF⁴¹⁹.

Por sectores de actividade, foram a construção civil e o sector ferroviário quem forneceu os maiores contingentes de apoiantes eleitorais, especialmente visíveis na organização de comissões de candidatura⁴²⁰. Em Assembleia Nacional de Trabalhadores, promovida pela Comissão Distrital de Trabalhadores de Lisboa da Candidatura de Vicente, cerca de trezentos delegados dos trabalhadores apoiaram entusiasticamente o candidato. As mensagens lidas na assembleia deixaram bem vincado o apoio diversificado de diferentes sectores

⁴¹⁸ Cfr. *Ibidem*, ano 54, n.º 33122, 13.05.1958, p. 7; *República*, ano 47, n.º 9837, 14.05.1958, p. 7.

⁴¹⁹ Cfr. Documento dactilografado, contendo 6 páginas, pertença de um dirigente sindical e existente no Arquivo Pessoal de António Pedro Vicente.

⁴²⁰ Cfr. ANTI, PIDE/DGS, Arlindo Vicente, *processo 3370/45-SR*, vol. 1, fls. 217-218.

do operariado nacional a Arlindo Vicente, desde os trabalhadores de Setúbal, da indústria de panificação do Porto aos pescadores da Póvoa do Varzim⁴²¹.

A campanha eleitoral foi por isso aproveitada para a divulgação de um longo «Manifesto dos Trabalhadores do País». Nas suas reivindicações essenciais, o desenvolvimento de melhores condições de vida e de trabalho e a democratização do país contra a opressão surgem entre as prioridades dos trabalhadores. A terminar, o «Manifesto» exprime o apoio a Arlindo Vicente, «o verdadeiro candidato da Oposição» para em unidade se reconquistar a «Democracia e a Liberdade»⁴²².

Igualmente meritório foi o envolvimento de largos sectores femininos. Arlindo Vicente teve o cuidado de lhes dedicar uma «exortação» pública. No documento eleitoral, o candidato apela à mobilização feminina «contra as restrições da vossa cultura; contra a desigualdade do preço do vosso trabalho, contra a limitação do vosso acesso ao pão e à honra que tendes de ganhar e manter»⁴²³.

A posição da mulher na ideologia e nas práticas salazaristas revestiu-se, como se sabe, de grande subalternidade política e social. A constituição de 1933, apesar de estatuir a igualdade dos cidadãos perante a lei, ressaltava, «quanto à mulher, as diferenças resultantes da sua natureza e do bem da família». As «inapagáveis diferenças naturais» legitimavam as restrições ao sufrágio feminino, permitido apenas a mulheres diplomadas ou chefes de família. No domínio social, o estatuto de menoridade encontrava-se claramente inscrito no Código Civil (1967), quando este definia o «poder marital»: «O marido é o chefe de família, competindo-lhe nessa qualidade representá-la e decidir em todos os actos da vida conjugal comum» (art. 1674); nessa qualidade, ao marido ficava reservada a administração dos bens do casal, «incluindo os próprios da mulher e os bens dotais» (art. 1678)⁴²⁴.

⁴²¹ *República*, ano 47, n.º 9835, 12.05.1958, p. 15.

⁴²² ANTT, PIDE/DGS, Arlindo Vicente, *processo 3370/45-SR*, vol. 1, fl. 167 (pp. 1-7).

⁴²³ *República*, ano 47, n.º 9836, 13.05.1958, p. 7.

⁴²⁴ Citado por Ana Vicente, «Do Autoritarismo e das Mulheres nas Segunda e Terceira Repúblicas», Separata da *Revista de História das Ideias*, vol. 16, Coimbra, Faculdade de Letras, 1994, p. 378.

Dando conformidade a este quadro mental, o Estado Novo fora forjando legislação que estabelecia os limites da existência feminina e os termos da autoridade masculina, que incluíam os domínios do público e do privado, do lazer e do profissional. Com efeito, «até 1969 as mulheres casadas não podiam sair do país sem autorização do marido reconhecida notarialmente, e até 1974 os maridos podiam abrir a correspondência das mulheres. Até 1974, as mulheres não podiam ser admitidas nas carreiras da magistratura nem da diplomacia»⁴²⁵. Ao determinar rigorosamente a posição da mulher no seio da família, Salazar promovia valores importantes para o Estado Novo, como a imobilidade social, o quietismo, a disciplina e a autoridade, garantidos pelo enaltecimento da autoridade paterna e pela submissão das mulheres⁴²⁶. Vicente tudo fez para denunciar a perversidade desta realidade e promover a emancipação feminina. Em entrevista eleitoral chegou mesmo a declarar que «logo que tomasse posse da Presidência da República [...] imediatamente seria estabelecido que as mulheres tivessem os mesmos direitos que os homens e acesso a todas as magistraturas da nação»⁴²⁷.

Na sua «Mensagem às Mulheres de Portugal» encontram-se palavras de ordem que chocavam frontalmente a consciência conservadora do Poder, ao exigir às mulheres a assunção de uma consciência cívica mais determinada: «Esclarecei o vosso espírito. Cultivai a vossa independência». Consciente da importância do seu estatuto emancipado na formação de uma cultura de cidadania, o candidato presidencial «exortava» as mulheres a «perder o medo» e «orientai os vossos filhos para a liberdade e lembrai a todos os seus deveres»⁴²⁸.

As mulheres responderam ao repto de Arlindo Vicente organizando as Comissões Femininas da candidatura, a funcionar em Lisboa e no Porto. Na nota à imprensa, as ditas Comissões Femininas mostravam-se «cientes de que

⁴²⁵ *Ibidem*, p. 376.

⁴²⁶ Cfr. António Ferro, *ob. cit.*, pp. 90-92.

⁴²⁷ *República*, ano 47, n.º 9841, 18.05.1958, p. 9.

⁴²⁸ *Ibidem*, n.º 9836, 13.05.1958, p. 7.

a candidatura do sr. dr. Arlindo Vicente, como democrata intransigente, uma vez eleito não deixará de conduzir o regime político português dentro das instituições democráticas. [...] nós mulheres também esperamos dessa democratização a solução dos problemas das mulheres, sabido que só os regimes verdadeiramente democráticos lhe reconhecem e conferem aquela plenitude de direitos que ela, pelo seu trabalho, pela sua cultura, pela sua actuação no lar e na vida pública já conquistou de facto»⁴²⁹.

Entre as mais dinâmicas figuravam os nomes de algumas das mais empenhadas mulheres da oposição, cuja actividade política remontava às eleições de 1949. Era o caso de Cesina Bermudes⁴³⁰, Maria Isabel Aboim Inglês, Lília da Fonseca e Virgínia Moura⁴³¹. A sua intervenção foi particularmente visível na mobilização de apoios e na participação em comícios eleitorais⁴³². Coerente com as suas afirmações, Arlindo chamaria algumas destas activistas políticas para a sua comissão central, casos de Maria Isabel Aboim Inglês e Lília da Fonseca.

Mas estas revelaram ainda uma actividade autónoma de avultado significado político. Cesina Bermudes dirigiu uma comissão de mulheres porque, segundo

⁴²⁹ *Ibidem*, n.º 9833, 10.05.1958, p. 11.

⁴³⁰ Cesina Borges Adães Bermudes, médica e publicista, nasceu em Lisboa em 1908. Doutorou-se em Medicina pela faculdade de Medicina de Lisboa, em 1948, com a tese «Os músculos radiais externos». Foi assistente da mesma faculdade na cadeira de anatomia e, por razões políticas, impedida de assumir o lugar de professora dessa instituição. Foi professora de anatomia e fisiologia na Escola Técnica de Enfermaria. Entre 1944 e 1945 foi médica assistente da Maternidade de Maria Amélia Vaz de Carvalho. Foi autora de bibliografia médica e colaboradora de imprensa da especialidade.

⁴³¹ Virgínia Moura nasceu em S. Martinho do Conde, Guimarães, em 1915, e faleceu no Porto em 1998. Foi a primeira mulher a formar-se em engenharia civil em Portugal. Antifascista desde a juventude, acabaria por militar no partido comunista desde 1933 por influência do marido Lobão Vital. Esteve presa 16 vezes e foi torturada 9 vezes. A sua intervenção política foi sempre legal ou semilegal, sendo presa sempre como oposicionista e não como comunista. Participou no MUNAF, no MUD, nas candidaturas presidenciais de Norton de Matos e de Rui Luís Gomes, onde teve sempre grande protagonismo, e no MND. Depois das eleições de 1958, integrou a secção do norte das Juntas Patrióticas, sendo presa em 1962, e logo depois absolvida. Participou ainda nos Congressos de Aveiro e pertenceu ao Comité Central do PCP.

⁴³² Da Comissão de Candidatura de Arlindo Vicente faziam parte, entre outras: Lisboa – Alice Santos, Cesina Bermudes, Ermelinda Cortesão, Hortensa de Almeida, Lília da Fonseca, Maria Amélia Alçada Padez, Maria Elsa Faria, Maria José Rodrigues, Maria Luísa dos Santos Lucas e a sua filha Maria Teresa Vicente; Porto – Aurora Araújo Lima, Emília Verdial, Irene Castro, Maria Alcina Cunha, Maria Silva, Maria Virgínia Castro, Natália David Campos e Olívia Vasconcelos.

o seu testemunho, «consideram-me como a pessoa que as dirigia e eu dirigi-as sem estar a impor, digamos, a minha direcção, mas simplesmente porque era a pessoa que mexia mais as coisas e, digamos, tinha mais prestígio por causa da minha profissão»⁴³³.

Outras mulheres protagonizavam uma actividade oposicionista de assinaláveis méritos, granjeando-lhes um prestígio indiscutível nos meios oposicionistas e intelectuais. Foi o caso de Maria Isabel Aboim Inglês, figura grada da oposição desde os tempos do MUD, a cuja comissão central pertenceu, e da candidatura de Norton de Matos⁴³⁴. Regressava agora à cena política com particular destaque, acompanhando Arlindo Vicente.

A sua intervenção pública fez-se no sentido de instigar a unidade de todos os portugueses contra a «vexatória condição em que vive um povo com oito séculos quase ininterruptos de existência autónoma», assumindo publicamente que a sua «coerência democrática» a obrigava a apoiar Arlindo Vicente⁴³⁵. Já em Coimbra, coube à escritora Lília da Fonseca, que se deslocou propositadamente à cidade do Mondego, envidar esforços no sentido de aí se instituir uma comissão de senhoras para apoiar o candidato aveirense⁴³⁶.

Finalmente, deve salientar-se o aplauso suscitado pela candidatura entre alguns sectores intelectuais que incluíam escritores, jornalistas, professores e artistas plásticos. Os escritores Ferreira de Castro, Assis Esperança⁴³⁷, Silva Antunes e Lília Fonseca, o pintor Nikias Skapinakis⁴³⁸ e o jornalista Julião

⁴³³ Cit. por Vanda Gorjão, *Mulheres em tempos sombrios. Oposição feminina ao Estado Novo*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2002, pp. 209-210.

⁴³⁴ Cfr. *Idem, Ibidem*, pp. 203-204.

⁴³⁵ *República*, ano 47, n.º 9836, 13.05.1958, p. 5.

⁴³⁶ *Ibidem*, p. 6.

⁴³⁷ António Assis Esperança, romancista e dramaturgo, nasceu em Faro a 27/3/1892. Romancista de preocupações sociais, publicou vários romances, novelas e teatro, nomeadamente: *Vertigem* (1919); *Viver* (1921); *Noite de Natal* (1923); *Funâmbulos* (1925); *Ressurgir* (1928); *O Dilúvio* (1932); *Trinta Dinheiros* (1959); *Pão Incerto* (1964) e *Fronteiras* (1973). Foi colaborador de imprensa, jornais literários e revistas de língua portuguesa. Foi um dos fundadores da Sociedade Contemporânea de Autores, que se malogrou.

⁴³⁸ Nikias Skapinakis nasceu em Lisboa em 1931, filho de uma família grega, dedicando-se à pintura, especialmente ao retrato colectivo. Foi adversário do Estado Novo que o proibira de frequentar a Escola de Belas-Artes. Participou nas Exposições Gerais de Artes Plásticas.

Quintinha contavam-se entre os inúmeros «artistas» que se solidarizaram com Arlindo Vicente. Os escritores chegaram mesmo a produzir o «Manifesto dos Escritores da Oposição Democrática» onde faziam ouvir a sua indignação contra a ferocidade censuradora e inquisitória do regime.

Os escritores e jornalistas movem-se num universo claramente dominado pela palavra escrita, expressando pela palavra a comunhão e a solidariedade do campo espiritual com a sua própria época histórica. Seja no domínio da criação estética ou da glosa social, o campo intelectual só manifesta a sua verdadeira natureza sob a alçada do pensamento livre. A existência de censura – e particularmente a autocensura – colocava entraves formais e de substância à liberdade expressiva, à simples imaginação, que se revelavam inconciliáveis com os fundamentos da natureza criadora. Resultou da recusa desse opróbrio, o manifesto em que os escritores expõem a sua indignação face ao medo, esse insidioso obstáculo da criação artística: «Debruçado da sua banca, neste ambiente letal, o escritor forçosamente hesita entre exprimir o seu pensamento integral, dar largas aos seus inteiros anseios, não cercear a sua imaginação, e ter de trair-se, limitando-se, sendo anódino, cauteloso, para não correr o risco de sanções. Ele próprio, de interrogação em interrogação, de receio em receio, se volve em censor. As paredes do quarto em que labora como que o espiam. A consciência, que ambiciona arejada, do criador que é, trava-a a outra, triste, da sua cidadania mal tolerada»⁴³⁹.

O próprio Arlindo Vicente, muito consciente desta realidade, defenderia mais tarde o papel vanguardista da literatura nas «revoluções políticas» e na emergência das «grandes alvoradas», afirmando que a justiça «é obra de pensamento e de criação literária». O artista, também ele alma criadora, denunciava, por isso mesmo, «todas as restrições à criação literária», vista como meio de «aniquilar os melhores», elogiando romanticamente os criadores literários por lançarem «no espaço a luz que ilumina o caminho da verdade e da justiça, verdade e justiça de todos os homens no Mundo»⁴⁴⁰.

⁴³⁹ Manifesto em ANTT, PIDE/DGS, Arlindo Vicente, *processo 3370/45-SR*, vol. 1, fls. 262.

A autocensura surgia assim como a mais pérfida manifestação de atropelo à consciência humana e à criatividade artística e intelectual e, por isso, tinha de ser energeticamente denunciada. Os termos da ligação deste grémio de individualidades progressistas à candidatura de Vicente foram aferidos numa reunião realizada na sede de candidatura em Lisboa, que contou com a presença de cerca de meia centena de intelectuais. Aí se consignou um apoio que radicava em três princípios básicos fundamentais: «unidade de todos os democratas sem discriminações; intervencionismo consequente até às urnas; defesa de um programa democrático de governo»⁴⁴¹.

Analisados os apoios eleitorais, vejamos como se revelou a capacidade de mobilização popular de Arlindo Vicente. A comparação com a campanha de Humberto Delgado afirma-se inevitável, até porque esta terá repercussões na candidatura da Oposição Democrática. O furacão delgadista foi particularmente consequente em cidades como o Porto, onde o seu comício terá reunido largos milhares de pessoas.

Num país muito marcado pelo messianismo político, a aparição de Humberto Delgado surge como um fenómeno recorrente, quando o povo canaliza para personalidades de eleição as suas aspirações de redenção. Parte deste povo, cansado da opressão, parecia ter encontrado o seu Messias libertador. Arrebatado, brusco, impulsivo até à inconsciência, Humberto Delgado possuía o perfil indicado para despertar um país inteiro da inatividade de décadas. As expectativas colectivas e o delírio incontido, criados em torno do seu nome e dos efeitos potenciais da sua candidatura, depressa extravasaram fronteiras, levando os países estrangeiros a olhar com curiosidade a política interna de Portugal⁴⁴².

Por seu lado, Arlindo Vicente apresentava um perfil que pouco se coadunava com as necessidades de uma liderança carismática, que se prestasse a arrebatar

⁴⁴⁰ Arquivo Pessoal de António Pedro Vicente, depoimento de Arlindo Vicente.

⁴⁴¹ *República*, ano 47, n.º 9837, 14.05.1958, p. 12.

⁴⁴² Para o *New York Times*, de 10 de Junho, «a eleição atraiu um interesse mundial, graças à corajosa luta eleitoral do General Humberto Delgado» (ANTT, PIDE/DGS, Eleições Presidenciais de 1958, processo 1546/57-SR, pasta 5, fl. 254 vº).

multidões. Muitos dos argumentos aventados para explicar a sua escolha referem-se à sua qualidade de «democrata». Um dos seus correligionários mais próximos, o poeta Armindo Rodrigues, exibiu a clarividente idiossincrasia do candidato ao afirmar, na conferência de imprensa realizada a 14 de Maio, que «o sr. dr. Arlindo Vicente não é o nosso chefe, nem o nosso caudilho. É apenas um cidadão, um democrata. Apoiamo-nos nele e ele em nós se apoia»⁴⁴³.

Arlindo não se evidencia nestas palavras como o chefe, o líder carismático condenado a mobilizar paixões colectivas, a protagonizar o movimento de massas esperado no seio do PCP. Ele próprio rejeitará tais atributos de liderança com grande coragem e humildade: «Sou um homem ao lado de todos os outros homens [...] a quem aqueles designaram para os representar. Nós não precisamos, nem é do conteúdo do nosso ideal, nem aceitamos, e até repelimos, um homem para conduzir as massas, um «caudilho» ou um chefe a impor um sistema»⁴⁴⁴.

Esta revelação, para lá de outras interpretações de natureza política e ideológica, evidencia as antinomias idiossincráticas que em Arlindo Vicente opunham o artista ao político e advogado. Como observaria mais tarde com brilhantismo Jorge Guimarães, «enquanto que o Homem das leis se serve dos jogos da razão e das subtilezas da palavra, que esmaga e repisa no almofariz da argúcia, o pintor é sobretudo aquele que vê, que sente o que vê, e que vê o que sente, capaz de transmitir numa folha de papel ou num bocado de tela o estado puro da sua emoção, o fel da sua dor, a angústia do seu inconformismo. Tudo os separa, o modo de olhar, a abordagem do sentimento, as arquitecturas do espírito»⁴⁴⁵.

Ainda assim, como já afirmei noutro lugar, a militância do político não é inteligível fora do quadro de preocupações do artista, pois é à sua sensibilidade de

⁴⁴³ *República*, ano 47, n.º 9837, 14.05.1958, p. 1.

⁴⁴⁴ *Ibidem*, n.º 9832, 9.05.1958, p. 1.

⁴⁴⁵ Jorge Guimarães, «Arlindo Vicente ou a Paixão da Pintura», *Arlindo Vicente*, III Congresso dos Advogados Portugueses, Museu Nacional de Soares dos Reis, Porto, 1990, pp. 5-6.

pintor plástico habituado a olhar as misérias e os horrores da natureza humana que o político vai colher, não só o objecto da sua intervenção cívica, como a energia motivadora para enfrentar a acção política. As temáticas sociais com que preenche o seu universo pictórico têm continuidade na retórica vicentina a favor do povo explorado, assim como na evidência de que a emancipação política exigia a prévia emancipação cultural⁴⁴⁶.

Quer isto dizer que, apesar da combatividade indiscutível de Arlindo, a sua natureza sensível expunha fraquezas incontornáveis longe dos arrebatamentos artísticos. No plano pessoal revelava-se, é certo, extrovertido e «entusiasta do convívio social»⁴⁴⁷. Mas na esfera da liderança política manifestará alguma (natural) falta de destreza que haveria de sobressair no âmago das suas entrevistas, textos e discursos. Nas entrevistas, ao contrário de Delgado, que desferia tiradas simples de grande efeito psicológico – como a célebre «obviamente demito-o» ou «o medo acabou»⁴⁴⁸ – Vicente alongava-se em novos argumentativos, por vezes envoltos numa linguagem sibilina, pejada de circunlóquios que impediam o reforço de uma ideia determinante e mobilizadora⁴⁴⁹. No discurso de encerramento da sessão de propaganda de Moscavide, Arlindo terminava com palavras carregadas de um lirismo idealista de grande efeito estético, próprias de um poeta, mas longe das investidas agitadoras que o momento político reclamava: «O sol há-de nascer e os nossos inimigos, perdidos na escuridão não terão olhos para o poder contemplar: o sol há-de nascer, um dia, para nós todos»⁴⁵⁰.

Apesar de cumprir com desinteresse pessoal, elevada generosidade e grande sentido de responsabilidade, o seu estilo não empolgava as multidões tanto como o fazia Delgado. As suas frases, dentro da sua minúcia racional e argumentativa,

⁴⁴⁶ Cfr. Miguel Dias Santos, «Arlindo Vicente: o artista entre o individualismo e o comprometimento social», in António Pedro Pita, Luís Trindade (coordenadores), *Transformações Estruturais no Campo Cultural Português 1900-1950*, Coimbra, Ariadne, 2005.

⁴⁴⁷ António Pedro Vicente, «Arlindo Vicente – Um Retrato», *História*, n.º 5, Fevereiro 1995, p. 38.

⁴⁴⁸ Cfr. *Humberto Delgado o general sem medo*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1995, p. 95.

⁴⁴⁹ Veja-se, entre outras, a sua entrevista ao *Diário Ilustrado*, ano II, n.º 517, 13.05.1958, p. 1.

⁴⁵⁰ *República*, ano 47, n.º 9840, 17.05.1958, p. 12.

próprias do advogado, não apresentavam o tom emotivo, decidido e arrebatado que caracterizou Humberto Delgado⁴⁵¹.

O perfil belicoso do general manifestava-se mais consentâneo com a morfologia política de um movimento de massas, ao invés do estilo contido de Vicente, com as suas «frases de patriarca» que enchiam o contrariado Manuel Sertório de «tédio e desespero»⁴⁵². Manuela Azevedo, que entrevistou o candidato da «Oposição Democrática» para o *Diário de Lisboa*, afirmará mais tarde que Arlindo Vicente lhe pareceu «um homem muito bom, generoso e sensato, mas talvez lhe faltasse uma certa centelha»⁴⁵³.

Por tudo isto, a imagem política de Arlindo Vicente não convenceu alguma opinião pública mais atenta e esclarecida. Para o embaixador britânico em Lisboa, Sir Charles Stirling, Arlindo Vicente, «um simpático não-ser (an amiable nonentity), não oferecia grande luta, ainda que esta fosse possível»⁴⁵⁴. No seio do Poder, as opiniões revelavam-se naturalmente mais desfavoráveis. Franco Nogueira descrevê-lo-á, cremos que sem o conhecer pessoalmente, como «homem sem brilho, de cultura limitada [...]. Advogado sem nomeada, de hábitos e mentalidade médio-burgueses sobressai em alguns meios artísticos pelos seus desenhos e quadros»⁴⁵⁵. Do outro lado da barreira política, Humberto Delgado, com algum exagero quanto ao anonimato, pois esquecia as condicionantes da época, descrevia Vicente como «uma pessoa bastante cordial que, do completo anonimato como advogado, surgira subitamente como uma das principais figuras da cena política»⁴⁵⁶.

As determinantes personalísticas de Arlindo Vicente acabariam por se repercutir na campanha eleitoral, impedindo o surgimento de uma dinâmica

⁴⁵¹ Veja-se a transcrição de parte de discursos em *República*, 21.05.1958, p. 3 e 27.05.1958, p. 5.

⁴⁵² ANTTT, PIDE/DGS, Eleições Presidenciais de 1958, *processo 1546/57-SR*, pasta 3, fl. 374.

⁴⁵³ Suplemento do *Público*, n.º 3124, 3.10.1998, p. 11.

⁴⁵⁴ Marta Duarte, Pedro Aires Oliveira, «As eleições portuguesas: um olhar inglês», in *Humberto Delgado – As eleições de 1958*, Lisboa, Vega, 1998, p. 415. Outra tradução possível para esta expressão será: «Um simpático inexistente».

⁴⁵⁵ Franco Nogueira, *Salazar. O Ataque (1945-1958)*, (3ª ed.), vol. IV, Porto, Livraria Civilização, 1986, p. 496.

⁴⁵⁶ Humberto Delgado, *Memórias de Humberto Delgado*, Lisboa, D. Quixote, 1991, p. 96.

de mobilização arrasadora e consequente. Ainda assim, a trajectória eleitoral do candidato da Oposição Democrática esteve longe de assumir um protagonismo cinzento e sem brilho. Muito pelo contrário. Correndo o país de Norte a Sul, a mobilização popular foi naturalmente maior nas principais cidades e nas regiões onde a força mobilizadora do PCP ou dos republicanos organizados mais se fez sentir, especialmente em Lisboa e a Sul do Tejo, em Beja, Faro e Portimão.

No Porto, apesar da natural distância para a recepção histórica de Delgado, a presença de Arlindo provocou considerável agitação e reboliço. Depois do vulcão delgadista, as autoridades procuraram controlar os movimentos da oposição para evitar a repetição do fenómeno. Apesar disso, as notícias que a censura deixou passar para a imprensa referem a abundância de público nas ruas: «Revestiu-se de grandiosa a recepção ontem à tarde dispensada ao sr. dr. Arlindo Vicente à sua chegada a esta cidade. Próximo das 16 horas grande multidão começou a afluir à estação de S. Bento, em cuja gare o candidato era aguardado pelas comissões da sua candidatura, tanto do Porto como do Norte»⁴⁵⁷. As informações dos agentes da PIDE confirmam o entusiasmo popular, referindo que na Estação de São Bento Arlindo Vicente «foi muito aclamado pelo público que permanecia na gare e também por gente que se encontrava na rua da Madeira»⁴⁵⁸. «Sempre muito aclamado», o candidato presidencial dirigiu-se para a sede de campanha da cidade, situada entre as ruas Mouzinho da Silveira e Sousa Viterbo, e, «de uma das janelas, dirigiu-se à multidão, para saudar os portuenses e exortá-los à luta contra a opressão. – A liberdade – afirmou – está já ao nosso alcance»⁴⁵⁹.

A passagem do candidato por Aveiro produziu-se igualmente sob apertado controlo policial. A sessão de propaganda, que teve lugar no Teatro Aveirense, a 19 de Maio, começaria sem a presença do candidato, impedido de entrar no

⁴⁵⁷ *República*, ano 47, n.º 9844, 21.05.1958, p. 12.

⁴⁵⁸ Veja-se o relatório em ANTT, PIDE/DGS, Arlindo Vicente, *processo 3370/45-SR*, vol. 2, fl. 611.

⁴⁵⁹ *O Primeiro de Janeiro*, ano 90, n.º 138, 21.05.1958, p. 1.

comboio em Santa Apolónia. Vicente preparava-se para a viagem e, prevendo a repressão policial, procurou acalmar o espírito das autoridades, afirmando à imprensa que «Somos uma força ordeira. Não queremos distúrbios». Muito ingenuamente afirmaria ainda que «ninguém pode, até por razões de elementar dignidade, negar ao nosso convívio o encontro em que tomem parte os nossos amigos. Veremos, e garantimos, desde já, o nosso exemplar comportamento de ordeiros que somos e que sempre fomos»⁴⁶⁰. Mas as autoridades policiais tinham outras intenções e Arlindo não seguiu por comboio. Rumaria ao Norte e a Aveiro em automóvel, sempre sob «escolta» policial.

A sessão eleitoral de Aveiro decorreria com entusiasmo, presidida por Mem Verdial: «A vasta sala de espectáculos e anexos estavam repletos duma assistência entusiástica. Na sala viam-se dísticos, com as cores nacionais, exortando à votação no candidato e exprimindo confiança na Democracia e na Liberdade»⁴⁶¹. Numa sessão que contou com a presença do seu irmão, o médico António Vicente, e de Manuel dos Santos Ferreira, representante dos republicanos do Troviscal, Arlindo Vicente evocaria as suas origens humildes, declarando «ser um homem simples, do povo», e que isso era para o candidato «motivo de orgulho»⁴⁶².

A partida do candidato presidencial de Aveiro, rumo ao Porto, desenvolveu-se numa atmosfera de inusitada tranquilidade, sem os banhos de gente que se justificariam na região que o viu nascer. O relatório policial refere a presença de cerca de centena e meia de populares na estação da cidade⁴⁶³. Uma realidade que contaria com o dedo omnipresente da PIDE, empenhada em evitar as manifestações públicas de apoio aos candidatos da oposição.

Em Coimbra, no dia 23, em sessão realizada no Teatro Avenida e contando com «enorme afluência», Arlindo discursou ao lado de Mário Sacramento, Alberto Vilaça e Mem Verdial, entre outros. Na cidade do Mondego, o candidato

⁴⁶⁰ *Diário Ilustrado*, 19.05.1958, n.º 523, p. 16.

⁴⁶¹ *Litoral*, ano IV, n.º 188, 24.05.1958, p. 4.

⁴⁶² *República*, ano 47, n.º 9843, 20.05.1958, p. 8.

⁴⁶³ ANTT, PIDE/DGS, Arlindo Vicente, *processo 3370/45-SR*, vol. 2, fls. 613-614.

oposicionista «disse que se impunha a necessidade de refazer o País do caos em que se encontrava e para tal situação era indispensável a defesa das liberdades»⁴⁶⁴.

Mas seria em Lisboa e em terras do Alentejo e Algarve que o entusiasmo popular vibrou com maior intensidade. Na capital, o Liceu Camões encheu-se a 25 de Maio para uma sessão eleitoral acalorada⁴⁶⁵, ainda que longe das multidões que esperaram Humberto Delgado do seu regresso nortenho, por força do apertado controlo policial. Armindo Rodrigues reconstituiu nas suas memórias o ambiente ameaçador desse comício: «Foi o grande comício inicial da nossa propaganda no amplo ginásio do Liceu Camões. Em toda a praça e no jardim fronteiro, a Polícia de Segurança, abundantemente aglomerada, obrigava os que chegavam, usando a sua técnica habitual, a juntarem-se em bicha, para melhor os dominar. Livremente apenas circulavam agentes da PIDE, desgarrados e ameaçadores, de pistola aperrada e expressão ruim. Ao alto da Avenida do Duque de Loulé, ouviam-se as patadas secas e compassadas da cavalaria da Guarda Republicana, ali destacada, de reserva. [...] De repente, [...] soaram gritos aflitos e tiros para os lados da Avenida Fontes Pereira de Melo. Houve mesmo um rumor esparso de correrias. Nós cingimo-nos mais às grades, sem nenhuma utilidade protectora, em silêncio, visivelmente febris»⁴⁶⁶.

No Sul do País contaram-se aos milhares aqueles que acudiram ao apelo de Arlindo Vicente e dos seus correligionários de campanha. Em Alpiarça, perto de 1500 pessoas vitoriam Arlindo; em Portimão o cine-teatro encheu-se com cerca de 1300 pessoas e em Faro, num recinto esgotado, perto de 1000 a 1200 pessoas esperavam o candidato. Em muitas localidades, marcadas por forte influência comunista, os populares abandonavam o trabalho e vinham para a beira da estrada vitoriar o candidato progressista, como aconteceu perto

⁴⁶⁴ *O Primeiro de Janeiro*, ano 90, n.º 141, 24.05.1958, p. 1.

⁴⁶⁵ *República*, ano 48, n.º 9850, 27.05.1958, p. 5.

⁴⁶⁶ Armindo Rodrigues, *Um Poeta Confessa-se. Memórias de uma vida*, Lisboa Edições Cosmos, 1998, p. 239.

de Aljustrel, onde se aglomeraram cerca de mil pessoas; noutras paragens do Algarve, como Loulé, pelo contrário, o candidato «passou praticamente despercebido»⁴⁶⁷.

A passagem da comitiva pelo Alentejo e Algarve mobilizou, como se viu, milhares de pessoas levadas pelas negaças de uma esperança redentora que teimava em colar-se a um candidato que naturalmente compreendia os seus anseios e necessidades. Compreendia-os porque as pessoas do povo lhe escreviam a dar conta das misérias da sua existência material. Esmeralda Fernandes, do Porto, por exemplo, escreveu a Arlindo Vicente porque «lhe queria fazer ver por escrito a grande crise que atravessamos. Nós mulheres portuguesas [é] que sentimos. Meu marido com um ordenado de 35.00, tudo por alto preço e alugueis caríssimos e agora a educação da minha filhinha? Enfim temos que sofrer até um dia, até quando Deus o determine»⁴⁶⁸.

Com efeito, Arlindo Vicente sempre se autoproclamou o candidato do povo e esta imagem, apesar das conotações comunistas que a situação exagerou, passou para a opinião pública. Um dos seus apoiantes de Beja afirmaria mais tarde que a candidatura vicentina foi «profundamente humana porque fez vibrar de intensidade a alma do Povo. O Povo sentiu intimamente a nossa causa»⁴⁶⁹. Mais tarde, Rodrigo de Abreu, um dos conselheiros de Delgado, em carta dirigida a Vicente, afirmava que «os pobres são a instituição base de qualquer país. Um chefe não os pode esquecer ou subestimar. O doutor Arlindo representa os pobres»⁴⁷⁰.

A campanha eleitoral, apesar das afirmações contrárias do Poder, desenhava-se no quadro de mil ardis e dificuldades. A polícia controlava todos os movimentos, impedindo a distribuição de material de propaganda e prendendo

⁴⁶⁷ ANTT, PIDE/DGS, Arlindo Vicente, *processo 3370/45-SR*, vol. 1, fls. 47-123.

⁴⁶⁸ Arquivo Pessoal de António Pedro Vicente, Carta de Esmeralda Fernandes a Arlindo Vicente, sem data.

⁴⁶⁹ Arquivo Pessoal de António Pedro Vicente, Carta de Joaquim Neves para Arlindo Vicente, sem data.

⁴⁷⁰ Veja-se a carta em ANTT, PIDE/DGS, Movimento Nacional Independente, *processo 1491/58-SR*, fl.134.

os agentes de distribuição, ao mesmo tempo que fotografava o candidato e os seus apoiantes, num claro jogo de intimidação psicológica. Os espaços para a realização de campanha eram minúsculos, como teatros, praças de touros, esplanadas e até garagens e exigiam um pedido prévio de autorização, dirigido à autoridade concelhia e ao governo civil do distrito. Os discursos políticos conformavam-se com uma apertada economia de tempo imposta pela ditadura. Arlindo Vicente foi abrigado a encurtar alguns discursos para evitar «pesadas sanções aplicadas pela autoridade policial», como aconteceu em Faro⁴⁷¹. Face a tais condicionantes, compreende-se que estas estavam longe de ser eleições democráticas e livres, «tão livres como na livre Inglaterra».

Apesar das debilidades reveladas pela sua capacidade de mobilização, quando comparada com a do general dissidente, não pode desvalorizar-se, no plano da interpretação histórica, a candidatura de Arlindo Vicente. Com efeito, visto numa perspectiva de conjunto, todo o processo de mobilização da sociedade portuguesa deve ser analisado a partir do contributo das duas campanhas. A dinâmica política e a presunção de uma eventual mudança de regime, que largos sectores oposicionistas tomaram como plausível, resultaram da capacidade dos diferentes segmentos políticos da oposição em capitalizar o descontentamento geral dos portugueses. Uma espécie de convulsão nacional ameaçava os alicerces da ditadura, e tanto a oposição como o Poder tiveram consciência dessa realidade. O governo foi, por isso, obrigado a uma reacção imediata. A oposição eleitoral, no seu conjunto, acabou por sofrer os efeitos de nova acção intimidatória e persecutória dirigida pelas forças policiais do Estado Novo.

A primeira vaga de perseguições foi lançada contra a campanha de Arlindo Vicente. No dia em que foi anunciada publicamente a candidatura, a polícia efectuou uma série de prisões cirúrgicas com que almejou enfraquecer a capacidade organizativa da Oposição Democrática. Esta acção intimidatória efectivou-se em regiões onde a dinâmica comunista era sobejamente conhecida

⁴⁷¹ ANTT, PIDE/DGS, Eleições Presidenciais, *processo 1546/57-SR*, pasta 3, fl. 21.

pelas infiltrações de agentes da PIDE. Em carta dirigida ao ministro do Interior, Trigo de Negreiros, Arlindo Vicente denunciou a prisão de dezenas de membros da sua candidatura em Beja, Marinha Grande, Porto, Lisboa, Tortosendo, Avis e Benavila, caracterizadas como meio de «intimidação» do governo⁴⁷².

A estratégia do governo, com vista a aumentar os embaraços organizativos em arranque de campanha, perpassou pelas manigâncias administrativas, usadas como expediente para impedir o reconhecimento dos certificados de eleitor, passados pelas juntas de freguesia, com vista a documentar o processo da candidatura; ou impedindo e dificultando a oposição de copiar os cadernos eleitorais, como aconteceu em Beja, Viana do Castelo, Porto e muitas outras localidades. Finalmente, os ardis e expedientes policiais, de larga tradição, impediam a divulgação de propaganda eleitoral e procuravam sustentar o furor mecanicista da campanha.

Em resultado da acção repressiva das forças policiais, a sede nacional da candidatura, situada no Bairro do Cego, em Lisboa, foi encerrada a 22 de Maio, acabando apreendidos todos os materiais de campanha, para além das inevitáveis prisões⁴⁷³. Foram também encerradas as sedes de candidatura de Porto, Braga, Aveiro e Loulé⁴⁷⁴. Este comportamento visava logicamente fazer desabar a comissão central da candidatura de Vicente, envolvida no desânimo geral. O sucesso da iniciativa foi confirmado mais tarde por um informador da polícia política: «Grande era hoje à tarde a consternação e o desânimo na sede da candidatura do Arlindo. As prisões verificadas esta manhã, e durante o dia de hoje, significam o desmembramento e desarticulação da comissão central da candidatura do Arlindo Vicente, ao mesmo tempo que destroçam as veleidades dos trabalhadores e da juventude universitária. [...] Reina um regime de medo e ninguém está na disposição de ocupar postos dos já lançados na orgânica

⁴⁷² *O Século*, ano 78, n.º 27 332, 10.05.1958, p. 7.

⁴⁷³ ANTT, PIDE/DGS, Arlindo Vicente, *processo 3370/45-SR*, vol. 2, fls. 547-548.

⁴⁷⁴ Cfr. Arquivo Pessoal de António Pedro Vicente, Requerimento de Arlindo Vicente ao Ministro do Interior.

do candidato e sua candidatura, justamente com receio que lhes suceda o mesmo»⁴⁷⁵.

178

O furor da onda repressiva, como se viu, foi anterior ao efeito estimulante criado pela dinâmica eleitoral de Humberto Delgado. Mas ganharia contornos desmedidos após a passagem deste pelo Porto. Com efeito, o seu regresso a Lisboa, em 16 de Maio, far-se-ia sob o aperto das forças policiais que impediram a recepção apoteótica que se preparava na capital e que prenunciava uma onda revolucionária inaudita. A tolerância controlada das autoridades dava lugar a nova e acerada vaga de opressão e de medo⁴⁷⁶, o país voltava a «viver habitualmente».

A campanha de Vicente não escapou a esta voragem intimidatória preparada pelo governo para o que restava da campanha eleitoral. A sua passagem por Coimbra, por exemplo, foi recebida por um «disparatado aparato bélico de vários tanques» que o acompanharam pelas ruas da cidade do Mondego⁴⁷⁷. Já a sua ida ao Porto, para a realização da sessão de propaganda de 20 de Maio, encontrou a resistência das autoridades, que o impediram de entrar no comboio em Lisboa⁴⁷⁸. A intensa actividade policial seria justificada pelo governo com o clássico argumento do perigo representado pela «táctica comunista» de agitação social⁴⁷⁹.

⁴⁷⁵ *Ibidem*, vol. 1, fl. 143.

⁴⁷⁶ Cfr. Dawn Linda Raby, *ob. cit.*, p. 202.

⁴⁷⁷ Alberto Vilaça, *De Memória em Punho. Histórias que Abril soltou*, Coimbra, Minerva, 1992, p. 108.

⁴⁷⁸ Cfr. *Diário de Notícias*, 5.03.1977, p. 6.

⁴⁷⁹ Cfr. *Diário de Notícias*, ano 94, n.º 33127, 18.05.1958, p. 4.

3.4 As eleições nas colónias

A questão ultramarina, exceptuando alguns sectores mais esquerdistas, aproximava as facções mais conservadoras da oposição com as posições do regime. O posicionamento de Arlindo Vicente sobre esta matéria enquadrava-se numa lógica progressista que, apesar de tudo, não assumia claramente a defesa da independência dos territórios sobre administração portuguesa. Ou que, pelo menos, nunca como tal foi publicamente assumida. O mais ousado que se conhece nos seus discursos está ligado com a opção plebiscitária de Goa e inscreve-se num quadro interpretativo distinto. Com efeito, a longa distância destes territórios indianos não suscitava a mesma preocupação nacionalista que os territórios africanos, pelo menos entre os sectores mais progressistas. Na conferência de imprensa, de 10 de Maio, sendo-lhe perguntado se o novo governo «daria todas as liberdades e direitos aos homens do Ultramar, incluindo o acesso à carreira militar», Vicente responderia: «Evidentemente. É para isso que lá estamos. Para os educar e elevar, e não para explorar as riquezas locais»⁴⁸⁰.

Já anteriormente, em entrevista ao diário *República*, Arlindo tivera oportunidade de explicitar a natureza das suas críticas à política ultramarina do governo, inscrevendo no seu programa político uma radical «*modificação da actual política ultramarina*, pela elevação do seu nível industrial, pela organização do seu trabalho, e tendo em atenção o reforçamento [sic] dos laços de amizade e cooperação das diversas parcelas da Nação Portuguesa»⁴⁸¹.

Apesar do tom crítico, este pedaço de prosa mostra que o pensamento colonial de Arlindo Vicente se conformava com a mitologia nacionalista do império, com a sua vocação civilizadora, que atravessava largos sectores da sociedade portuguesa da época, defendendo um modelo colonial que potenciase o progresso e o desenvolvimento material das colónias. Mas que não punha em causa a unidade nacional que envolvia os territórios ultramarinos.

⁴⁸⁰ *República*, ano 47, n.º 9837, 14.05.1958, p. 7.

⁴⁸¹ *Ibidem*, 9. 05.1958, p. 4. Sublinhado no original.

Apesar desta linha de pensamento, Arlindo dirá depois, em 1974, que as bases programáticas da Oposição Democrática estabeleciam uma resolução «por via política» do problema das colónias. Em conformidade, elementos do movimento teriam estabelecido «negociações com os dirigentes emancipalistas de Angola, Moçambique, Guiné, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Timor, não esquecendo Goa, no sentido de vir a conceder uma independência em torno oportuno, não de forma abrupta, a esses territórios. Uma independência que se faria com a colaboração de todos, na base da multirracialidade»⁴⁸².

Dando expressão a esta intenção, elementos da candidatura de Arlindo Vicente teriam efectuado contactos, em Londres, com representantes das «forças emancipalistas» de algumas das colónias, como Amílcar Cabral⁴⁸³. O antigo candidato lamentava então que as coisas viessem a «passar-se como é histórico, e tivemos depois anos calamitosos para a Nação. Anos que venceram todo o nosso esforço e nos deixaram amarguras e uma juventude cheia de destruições»⁴⁸⁴. Em 1962, na prisão de Caxias, Arlindo teria como companheiros de cela «vários rapazes (civis brancos, à excepção de um indiano) presos em Angola e na Índia, onde tinham procurado resolver o problema colonial» por via política⁴⁸⁵.

Alguns destes presos haviam integrado a comissão eleitoral de Arlindo Vicente em Luanda e a sua prisão permite compreender com mais acuidade as supostas ligações de membros da campanha vicentina com as forças emancipalistas. Com efeito, em 1958 havia em Luanda um comité revolucionário que lutava pela independência de Angola, com ligações a uma Sociedade Cultural de Angola. Esta Sociedade, presidida pelo advogado Eugénio Ferreira, desenvolvia actividades de oposição política na clandestinidade, que eram camufladas sob a natureza de actividades culturais, como conferências, teatro, etc.

⁴⁸² Entrevista de Arlindo Vicente, *A Capital*, ano VII, 2.^a série, n.º 2355, 11.10.1974, pp. 12-13.

⁴⁸³ *Ibidem*. Veja-se, ainda, *Opção*, ano II, n.º 84, 1 a 7 de Dezembro de 1977, p. 28.

⁴⁸⁴ *Ibidem*.

⁴⁸⁵ *Ibidem*.

A Sociedade emprestava apoio às actividades clandestinas do comité revolucionário que lutava pela independência de Angola de forma autónoma, isto é, sem ligações aos movimentos independentistas angolanos. Alguns dos membros deste comité integrarão a comissão eleitoral da candidatura de Arlindo Vicente, como o engenheiro António Alexandre Calazans Duarte⁴⁸⁶ ou a médica Maria Julieta Grandra.

A inclusão de membros deste comité independentista na máquina eleitoral de Arlindo Vicente pode suscitar alguma confusão quando se interpreta este período. Mas ajuda-nos a compreender o significado de algumas das afirmações do antigo candidato presidencial em 1974 sobre as ligações da sua candidatura com movimentos independentistas. Com efeito, estes conúbios entre independentistas e as estruturas de campanha não significam que a Oposição Democrática lutasse pela independência das colónias. Apenas que os indivíduos que lutavam pela causa independentista se cruzaram durante as eleições com os políticos que integravam as estruturas eleitorais da Oposição Democrática, numa congregação de esforços que visava o derrube da ditadura⁴⁸⁷.

A campanha eleitoral de 1958, pese embora a separação geográfica, estendeu-se naturalmente aos territórios africanos. Quanto à máquina eleitoral, coube a Manuel João da Palma Carlos encetar as diligências para a organização de comissões provinciais de candidatura em Angola e Moçambique.

Em Angola, a comissão ficou constituída em 10 de Maio, depois de uma reunião orientada por Manuel João da Palma Carlos, semanas antes, quando então preparava a candidatura de Cunha Leal. Compunham a comissão catorze

⁴⁸⁶ António Alexandre Calazans Duarte nasceu em Aljezur em 23.10.1914. Em 1933 entrou para a Universidade Técnica de Lisboa, sendo depois preso por conspirar contra o Estado Novo. Emigrou para França em 1936 e regressou a Portugal em 1941, sendo novamente preso. Ingressou no Exército a seu pedido, seguindo depois para Angola, como Alferes, em 1944. Regressou a França em 1947 para completar o curso de Engenharia Electrotécnica, tendo voltado a Portugal em 1951 e seguido para Angola em 1954. Foi novamente preso em 1959 por actividades subversivas em defesa da independência de Angola e condenado em Luanda e Lisboa a sete anos de prisão, que cumpriu em Caxias. Em 1975 voltaria a Luanda para assistir à sessão de independência daquele território como convidado.

⁴⁸⁷ Depoimento de António Alexandre Calazans Duarte ao Autor.

pessoas, entre advogados, engenheiros, industriais e profissionais de seguros, como Eugénio Ferreira, Amadeu Brandão, António Calazans Duarte (do comité independentista), César Mendes de Freitas, César de Oliveira, etc. Contava ainda esta comissão com duas mulheres, Maria Julieta Gandra (do comité independentista), médica, e Maria Helena Ferrie de Oliveira, profissional de seguros⁴⁸⁸.

Eugénio Ferreira ficaria com o encargo de organizar em Angola as comissões da candidatura de Arlindo Vicente, resultando desse esforço a formação da comissão de candidatura progressista no Lobito, constituída pelos seguintes indivíduos: engenheiro Fernando Falcão, Francisco de Castro Rodrigues, arquitecto, José Luís Morgado de Azevedo, engenheiro civil, Luís Porto, empregado comercial; Maria Fernanda Gonçalves de Azevedo, Maria de Lurdes Tavares Ferreira, actriz, Maria Luísa Machado, médica, Raul Águas, empregado comercial e Simão da Costa, industrial⁴⁸⁹.

Apesar da aparente dinâmica organizativa, as actividades desenvolvidas resultaram, no início, «praticamente nulas, quanto a distribuição de propaganda impressa», tendo sido apenas distribuído o «Manifesto» do candidato⁴⁹⁰. Ainda assim, depressa ganharia um forte impulso, emprestado por entusiásticos oposicionistas, de que resultou a produção e distribuição de materiais de campanha concebidos na própria província de Angola, como um célebre bilhete-postal contendo a fotografia de Arlindo Vicente, para além de panfletos: «Titubeante no início, a candidatura de Vossa Excelência, em toda a Província, foi-se consolidando, reunindo, sem dúvida, os melhores valores angolanos e os mais sinceros democratas, podendo afirmar-se que se não se tivesse dado a renúncia, ela aglutinaria a esmagadora maioria dos oposicionistas de Angola»⁴⁹¹. Para o responsável da sua comissão política, em Luanda, a eleição presidencial ficaria

⁴⁸⁸ ANTT, PIDE/DGS, Eleições Presidenciais de 1958, *processo 1546/57 – SR*, pasta 3, fl. 602.

⁴⁸⁹ *Ibidem*, pasta 2, fl. 85.

⁴⁹⁰ *Ibidem*, pasta 3, fls. 602-603.

⁴⁹¹ Arquivo Pessoal de António Pedro Vicente, *Carta de Eugénio Ferreira para Arlindo Vicente*, datada de 12.06.1958. Cfr. Ainda, depoimento de António Alexandre Calazans Duarte ao Autor.

para «a lembrança» como «uma jornada gloriosa que a história da Democracia não pode mais esquecer»⁴⁹².

Apesar de tudo, esta dinâmica não acompanhou com suficiente energia impulsionadora a acção política das comissões de candidatura do general Delgado, muito patente na divulgação de material de propaganda, mas também no «aliciamento de adeptos através das suas relações pessoais, reuniões diárias, comunicados aos jornais e criando subcomissões nas outras cidades da Província para onde enviam abundante propaganda», tendo inclusive penetrado na chamada «população indígena» por acção de «dois ou três nativos mais evoluídos»⁴⁹³. De acordo com os relatórios da PIDE, os nativos depositavam muita esperança na candidatura de Humberto Delgado, acreditando que «um novo regime político lhes pode favorecer em muito a independência que ambicionam»⁴⁹⁴. A opinião pública esclarecida em Angola, já depois da junção das duas candidaturas, acreditava na mudança de regime por acção do general⁴⁹⁵.

Quanto a Moçambique, a candidatura de Arlindo Vicente terá encontrado grandes dificuldades para organizar as suas estruturas locais de apoio eleitoral. Sabe-se que a candidatura vicentina enviou material de campanha para Moçambique dirigido ao advogado António de Almeida Santos⁴⁹⁶, endossado por um H. de Almeida, a partir de Lisboa. A encomenda, interceptada pela polícia, incluía 100 exemplares do «Manifesto aos Portugueses»; 5 exemplares do panfleto da comissão dos trabalhadores de Lisboa de apoio a Arlindo Vicente; 4 exemplares do panfleto de Arlindo Vicente dirigido «às mulheres portuguesas»

⁴⁹² *Ibidem*.

⁴⁹³ ANTT, PIDE/DGS, Eleições Presidenciais de 1958, *processo 1546/57 – SR*, pasta 3, fl. 603. Cfr., ainda, depoimento de António Alexandre Calazans Duarte ao Autor.

⁴⁹⁴ *Ibidem*, pasta 3, fl. 604. Cfr. Ainda, depoimento de António Alexandre Calazans Duarte ao Autor.

⁴⁹⁵ Cfr. depoimento de António Alexandre Calazans Duarte ao Autor.

⁴⁹⁶ António de Almeida Santos, advogado e político, nasceu em Seia em 1926. Fez os estudos liceais e universitários em Coimbra, onde se licenciou em direito. Em 1953 radicou-se em Moçambique, onde foi advogado famoso. Conhecido pela sua oposição a Salazar, foi candidato pela oposição democrática. Depois do 25 de Abril, já de regresso a Portugal, aderiu ao PS, foi ministro da Coordenação Interterritorial dos primeiros quatro governos provisórios, ocupou depois vários cargos políticos como ministro e presidente da Assembleia da República.

e, finalmente, 4 exemplares de um panfleto com o título «Posição dos estudantes em face do actual momento político nacional», datado de Fevereiro de 1958⁴⁹⁷.

Almeida Santos terá sido contactado por Palma Carlos, via correio postal, para que o advogado moçambicano aí organizasse a comissão vicentina. Mas já era tarde, o manifesto de Humberto Delgado tinha já conquistado as simpatias dos opositores daquela província distante, como refere Almeida Santos numa carta dirigida ao advogado lisboeta: «Recebi a sua carta. Infelizmente para a sua pretensão, o manifesto do General havia chegado, e, bem feito como está, despertou invulgar entusiasmo em prol da sua candidatura. Reunidas as ‘pedras vivas do Moçambique real’, deliberou-se que não nos dividiremos. E que, embora acentuando que é o Dr. Arlindo Vicente o representante dos lídimos anseios dos democratas portugueses, deve aconselhar-se o eleitorado a votar no General, representante das lídimas e viáveis esperanças»⁴⁹⁸.

O mesmo Almeida Santos, desaconselhando a formação de uma comissão em Moçambique, para evitar um «rotundíssimo fracasso», considerava vantajosa a manutenção da candidatura de Arlindo Vicente, visto que «só ele pode dirigir certas críticas ao Governo, aguentará as setas dirigidas ao tradicional papão, e salvará a honra do convento». Ainda assim, o advogado moçambicano, ponderando as vantagens e desvantagens da bipolaridade oposicionista, entendia que Vicente deveria «ceder os votos ao general». Até na distante Moçambique, a lógica política impunha a fusão das duas candidaturas oposicionistas. Foi, aliás, o aconteceu.

⁴⁹⁷ *Ibidem*, pasta 3, fl. 561-562.

⁴⁹⁸ Carta de Almeida Santos a Manuel João da Palma Carlos, *Público*, 8.06.1998, p. 21.

3.5 O «Pacto de Cacilhas»

A candidatura de Arlindo Vicente, já foi referido, resultou da impossibilidade de se constituir uma candidatura unitária antifascista. Se os comunistas suscitavam a animosidade dos sectores burgueses e da intelectualidade conservadora, Humberto Delgado concitava as naturais reservas das esquerdas e especialmente do PCP, que repudiava o passado claramente fascista do general.

Numa fase inicial, apesar do descontentamento e da discordância de alguns colaboradores de nomeada, como Manuel Sertório, Arlindo Vicente revelava-se animado e disposto a conduzir a campanha ao seu objectivo principal: apresentar-se às urnas. Em resposta à carta que António Sérgio dirigira à Oposição Democrática, clamando o apoio da esquerda para Delgado, a candidatura da Oposição Democrática repudiou com veemência o repto, lançando também um «apelo à unidade» e pedindo ao historiador que juntasse «o seu valor intelectual e a sua acção na luta que esta Assembleia decide continuar a bem da Pátria, da Democracia e da República Portuguesa»⁴⁹⁹.

Nas suas primeiras entrevistas, Arlindo Vicente acabará por ser confrontado com a desistência para Delgado, possibilidade que rejeitou de forma inequívoca⁵⁰⁰. Na verdade, o candidato das esquerdas não evitará alguns comentários mais truculentos para com o general, insinuando as suas ligações ao regime de Salazar. A propósito das afirmações de Humberto Delgado sobre a necessidade de uma ditadura de transição, Vicente dirá que elas «estão certas com o passado do mesmo ilustre candidato que lhe mereceu o posto de general por distinção e as posições de relevo que ocupa na Ditadura»⁵⁰¹. A frustração e uma certa desorientação tomaram conta de muitos opositoristas de esquerda, divididos entre um candidato «desconhecido» e outro que «já está a anunciar uma ditadura»⁵⁰².

⁴⁹⁹ *Ibidem*, pasta 2, fl. 445.

⁵⁰⁰ Cfr. *Diário Ilustrado*, ano II, n.º 517, 13.05.1958, p. 16.

⁵⁰¹ *Ibidem*.

⁵⁰² ANTT, PIDE/DGS, Arlindo Vicente, *processo 3370/45-SR*, vol. 1, fls. 217-218.

No seio do PCP também não abundavam as certezas. Muitos dos seus dirigentes criticavam uma certa inoperância de Arlindo Vicente em conseguir mobilizar apoios novos, enquanto Humberto Delgado parecia instigar avultadas adesões. Esta sedução era natural atendendo a que o general era o primeiro a afrontar o regime de forma contundente. A hesitação ajuda a explicar o envolvimento dos comunistas nas actividades das duas candidaturas⁵⁰³.

Apesar de tudo, a pressão para a desistência de Arlindo Vicente ia crescendo e surgia dos mais diversos sectores oposicionistas, desde o Directório Democrato-Social aos socialistas da *Seara Nova* e a uma esquerda mais próxima do PCP. António José Saraiva defendia abertamente, em 19 de Maio, a existência de uma única candidatura, aquela que «for mais viável na prática, o que congregar maior número de portugueses»⁵⁰⁴. Apesar de não o afirmar explicitamente, o delírio popular gerado em torno do fenómeno Delgado não oferecia dúvidas sobre o significado das suas palavras.

Muitos oposicionistas viam na campanha do general o rastilho para a explosão social propiciadora de uma mudança política radical. Martins Fontes, do Porto, em carta dirigida a Câmara Reis, datada de 1 de Maio, expôs com grande clareza este ponto de vista: «Aquelas realidades políticas mostram-nos [...] que – digo-o com sincero pesar – a candidatura do sr. General Humberto Delgado aliciou largas e representativas camadas da população portuguesa descontente e certos espíritos lúcidos e positivos, que vêem nela um instrumento precioso de luta árdua e persistente pela Democracia. O movimento que apoia a candidatura democrática do sr. Dr. Arlindo Vicente (a quem tributo a minha homenagem pela sua demonstração de coragem cívica) devia ter em conta este facto que, pela personalidade do sr. General, reveste um carácter único na longa jornada de libertação do País»⁵⁰⁵.

⁵⁰³ Cfr. João Madeira, *ob. cit.*, pp. 50-51.

⁵⁰⁴ *República*, ano 47, n.º 9842, 19.05.1958, pp. 1 e 12.

⁵⁰⁵ ANTT, PIDE/DGS, Arlindo Vicente, *processo 3370/45-SR*, vol. 2, fls. 617-618.

As pressões para a desistência de Vicente surgiam em catadupa, envolvendo personalidades distintas da oposição, como Cunha Leal. Em entrevista ao Rádio Clube Português, em 20 de Maio, o distinto republicano enalteceu a capacidade de mobilização do general Humberto Delgado, a provar «claramente que o país está com ele», e afirmou publicamente «o seu apoio imediato» ao candidato independente⁵⁰⁶. As afirmações de Cunha Leal, de grande significado político, consubstanciavam o sentimento que grassava no seio dos diferentes sectores da oposição e de grande parte da opinião pública hostil a Salazar⁵⁰⁷.

Do lado da *Seara Nova*, Câmara Reis e Manuel Sertório, apesar de acompanharem Vicente nas lides eleitorais, iam pressionando publicamente o candidato, estabelecendo a ponte com a outra candidatura oposicionista. No comício de Alpiarça, realizado a 18 de Maio, Manuel Sertório foi um dos oradores, usando da palavra para defender a unidade oposicionista e convidar as forças da Oposição Democrática a procederem a uma «minuciosa análise da situação política portuguesa»⁵⁰⁸. O persistente Sertório, como aliás o país, incluindo o próprio Salazar, não conseguia apagar da memória o furacão mobilizador na sua passagem pela cidade do Porto e insistia na desistência de Arlindo Vicente.

Este sentimento foi alastrando, como fogo em palha seca, entre as estruturas eleitorais da candidatura vicentina. No Porto, por exemplo, a passagem ruidosa do general levou a comissão distrital a reunir de imediato com o objectivo de «apreciar a amplitude alcançada pelo Movimento de apoio à candidatura do general Humberto Delgado, que no norte do País, principalmente no

⁵⁰⁶ In Humberto Delgado, *Memórias*, Lisboa, D. Quixote, 1991, p. 95.

⁵⁰⁷ Tal sentimento fica bem expresso na carta que Maria Lamas enviou à sua filha a partir de Paris, em 20 de Maio: «Querida Filha do meu coração: [...] Penso exactamente como tu, relativamente ao Dr. Arlindo Vicente e ao general Humberto Delgado: só este tem condições para se impor dentro e fora do país, como libertador de um povo que mais de 30 anos de opressão não conseguiu reduzir à passividade [...]. O dr. Arlindo Vicente é honesto e simpático na sua modéstia; a sua candidatura foi muito útil, sob vários aspectos. Mas penso que deveriam unir-se todos em volta do general Delgado, nesta conquista suprema da liberdade, que marcaria a transição para um futuro desanuviado [...]» (ANTT, PIDE/DGS, Arlindo Vicente, *processo 3370/45-SR*, vol. 1, fl. 174).

⁵⁰⁸ *República*, ano 47, n.º 9844, 21.05.1958, p. 2.

Porto, mobilizou imensas massas populares» e, em face das conclusões, definir a «linha política justa a adoptar pelo nosso Movimento de apoio à Candidatura Democrática, do Dr. Arlindo Vicente»⁵⁰⁹.

Nessa reunião, realizada a 16 de Maio, alguns dirigentes, como Alexandre Babo⁵¹⁰, assumiram sem delongas a possibilidade de uma desistência para Humberto Delgado. Mas os homens do PCP não se entendiam sobre o caminho a seguir: Silas Cerqueira advogava firmemente o apoio a Arlindo Vicente, enquanto Arnaldo Mesquita sustentava a continuidade da campanha, ao mesmo tempo que admitia que apenas um candidato assomaria às urnas em 8 de Junho⁵¹¹.

A atitude dos comunistas deixou as hostes vicentinas irremediavelmente cindidas, afectando repercussões negativas na dinâmica política da comissão do Porto. Com efeito, Alfredo Magalhães, em carta datada de 23 de Maio, dirigida a Mem Verdial, demitiu-se da comissão distrital da cidade por esta não reunir «há uma semana» e por «constatar que os Serviços da Candidatura, nesta cidade, não estão devidamente organizados e orientados, superiormente, por decisões votadas pela Comissão Distrital»⁵¹². A unidade de acção oposicionista emergia como irremediável prioridade para alguns dos dirigentes da comissão distrital de candidatura, enquanto outros se mostravam mais empenhados em estabelecer contactos com a candidatura de Humberto Delgado⁵¹³.

Entre as estruturas que apoiavam Vicente, o PCP era quem mais arriscava na contenda política, sendo por isso forçado a uma análise profunda e quotidiana da situação política, empenhado como estava, não a garantir a liderança do processo, mas pelo menos a definir uma situação de privilégio. Em reunião realizada a 26 de Maio, a sua comissão política deliberou transferir o apoio do partido

⁵⁰⁹ Cfr. Arquivo Pessoal de António Pedro Vicente.

⁵¹⁰ Alexandre Feio dos Santos Babo, advogado no Porto, nasceu em Lisboa a 30/09/1916. Foi fundador e presidente do Teatro Experimental do Porto e tradutor de obras teatrais.

⁵¹¹ Cfr. Arquivo Pessoal de António Pedro Vicente.

⁵¹² *Ibidem*.

⁵¹³ *Ibidem*.

para o general. O que se passou a seguir é contado por personalidades ligadas ao PCP. As negociações para a desistência de Vicente teriam sido dirigidas por João Falcato e António Abreu – este ficaria como elemento de ligação entre as duas candidaturas depois da fusão. João Falcato teria contactado Delgado, com quem combinou uma reunião com Vicente para o dia 29, em Almada⁵¹⁴.

Apesar do depoimento de Falcato, existe um documento no arquivo de Arlindo Vicente, datado de 28 de Maio, que resume o teor das conversações tidas com o general e que parece indicar que estas conversações poderão ter sido conduzidas por Mem Verdial. Este republicano histórico, que era uma personalidade dominante no Porto, assumiu grande relevância na candidatura e era muito próximo de Vicente, pelo que só podia receber instruções do candidato. Nesse documento, assinado por Delgado e por Mem Verdial e que contém os termos prévios do acordo, Humberto Delgado compromete-se a ir às urnas e a reforçar as ligações entre as estruturas das duas candidaturas para lutar pela «restituição das liberdades democráticas ao País»⁵¹⁵. Faltava, entretanto, conseguir o assentimento final de Arlindo Vicente, que se encontrava por terras algarvias.

Esse dia começou ainda em Faro, cidade que na véspera o recebera acompanhado de Melo Borges, Julião Quintinha, Lília da Fonseca, Manuel Campos Lima e Manuel Cabanas, entre outros, para um comício de propaganda, onde o esperavam «cerca de 1.000 a 1200 pessoas»⁵¹⁶.

A viagem levou-o pela estrada de Aljustrel onde os populares, especialmente «mulheres e crianças», o vitoriavam e a «impetuosidade dos manifestantes que rodeavam o automóvel» impediam-no de prosseguir. Um cortejo de cerca de três dezenas de automóveis seguiu para Beja, onde chegou ao fim do dia. A entrada na cidade fez-se ao estilo da campanha eleitoral americana, em

⁵¹⁴ Depoimento de João Falcato, Suplemento do *Público*, n.º 3124, 3.10.1998. p. 11

⁵¹⁵ Arquivo Pessoal de António Pedro Vicente, «Nota à Desistência do Exmo. Sr. Dr. Arlindo Vicente».

⁵¹⁶ ANTT, PIDE/DGS, Eleições Presidenciais de 1958, *processo 1546/57 – SR*, pasta 2, fl. 17.

automóvel descapotável, de onde agradecia o apoio dos manifestantes controlados pela polícia. No edifício da candidatura proferiu algumas frases que suscitaram o aplauso dos manifestantes, especialmente «o Governo está cansado e deve ir-se embora», a que se seguiu o lançamento de algumas rosas vermelhas sobre os populares. A PIDE, atendendo ao colorido escarlate, de simbólica revolucionária, que emanava das ditas flores, apressou-se a denunciar o gesto como sinal inequívoco do comunismo de Vicente.

A sessão de propaganda, prevista para uma garagem, teve lugar na praça de touros da cidade, iluminada com candeeiros «Petromax», onde cerca de dois mil apoiantes assinalaram ruidosamente a chegada do candidato. Realizados os discursos da praxe, com «ataques ao governo» e «vivas à Democracia», Arlindo Vicente e a sua comitiva dirigiram-se, noite dentro, para o restaurante «Vitória», propriedade de José António Carocinho, membro da comissão distrital da candidatura. Segundo o relato da PIDE, confirmado por outros depoimentos, foi neste local, durante o repasto, que foi debatida e decidida a desistência de Arlindo Vicente para Humberto Delgado⁵¹⁷.

Arlindo Vicente teria já abordado a questão da fusão das duas candidaturas com o seu núcleo de conselheiros mais próximo, nomeadamente com Armindo Rodrigues: «Quando fortemente manejado, me aludiu a isso, dei-lhe razão, animei-o, mas declarei-lhe que não o acompanharia nesse derradeiro e abnegado episódio»⁵¹⁸. Apesar disso, a decisão foi tudo menos pacífica, pois «originou dissidências entre os convivas»⁵¹⁹, «numa reunião que se teria arrastado pela madrugada dentro e em que Arlindo Vicente, estupefacto e tenso», acabou por ceder. Contudo, e contrariamente ao que já se afirmou, não acatou a decisão «disciplinada e abnegadamente»⁵²⁰, não só porque resistiu, mas porque

⁵¹⁷ Domingos Carvalho, que conduzia o automóvel de Vicente, afirma que a reunião teve lugar na residência do advogado Melo Borges. Cfr. *Diário do Alentejo*, n.º 12937, 18.11.1974, pp. 6-7.

⁵¹⁸ Armindo Rodrigues, *ob. cit.*, p. 240.

⁵¹⁹ ANTT, PIDE/DGS, Eleições Presidenciais de 1958, *processo 1546/57-SR*, pasta 3, fls. 153-156. A tensão dramática desta reunião foi entretanto confirmada por Alberto Vilaça. Veja-se «Arlindo, Delgado e o Povo: duas anotações históricas», in *Anais de Almada*, 3 (2000), pp. 191-192.

⁵²⁰ Como afirma João Madeira, *ob. cit.*, pp. 54-55.

impôs algumas condições à candidatura independente. A tensão política do momento viveu-a, pois, Arlindo, confrontado com os desejos de alguns para que desistisse sem condições, e com a compreensiva necessidade de salvaguardar a «sua dignidade política e humana»⁵²¹.

As conversações para um acordo entre as duas candidaturas deviam continuar na noite de 29 para 30 de Maio, em Almada. A comitiva de Vicente, que incluía, entre outros, António Abreu, Lília da Fonseca, Alberto Vilaça, Silas Cerqueira, Manuel Cabanas e Domingos Carvalho, o funcionário do PCP que conduzia o automóvel de Vicente⁵²², dirigiu-se para Almada numa tentativa de anunciar o acordo nessa noite, no comício que Humberto Delgado tinha agendado na margem Sul. O cortejo político foi entretanto desviado da sua pretensão pela polícia, que conhecia esta intenção.

A comitiva abandonou Beja em direcção à Marateca «onde pretenderam prosseguir para Setúbal, o que lhes foi impedido por elementos da P.V.T e da P.I.D.E. [...] tendo então seguido pela estrada que conduz a Vila Franca de Xira»⁵²³. Este desvio forçado resultava dos manejos policiais usados para evitar o acordo entre as duas candidaturas. Salazar procurava por todos os meios evitar a unidade da oposição e deu ordens à polícia política para impedir a reunião. A comitiva chegou nesse dia a Lisboa sempre sob vigilância policial; a sede de campanha estava fortemente policiada assim como todas as ligações fluviais com a margem Sul. Socorrendo-se de todos os meios possíveis para iludir as autoridades, contando mesmo com a conivência de um elemento da PSP no cais de embarque, a comitiva de Arlindo acabaria por atravessar o Tejo para Almada por barco, mas sem tempo para se estabelecer um acordo nessa mesma noite.

Na Academia Almadense, Humberto Delgado interrompia a sessão «anunciando que tinha uma notícia importante a dar ao país», mas as hostes

⁵²¹ Cfr. Alberto Vilaça, *De Memória em Punho. Histórias que Abril soltou*, Coimbra, Minerva, 1992, pp. 105-107.

⁵²² «Domingos Carvalho – Uma vida em prol do Alentejo e da Liberdade», *Vilas e Cidades*, ano III, n.º 34, Julho 1999, pp. 6-11.

⁵²³ ANTT, PIDE/DGS, Eleições Presidenciais de 1958, *processo 1546/57-SR*, pasta 3, fl. 156

vicentinas, desviadas pela polícia, teimavam em não chegar. Quando surgiram, na penumbra da noite, já esta ia longa. Esperavam-nos à entrada da Academia o capitão Carlos Vilhena e Rolão Preto. Arlindo Vicente, que aguardava os contactos no automóvel que o transportara, porfiava na obtenção de um compromisso escrito que salvaguardasse a sua posição e as suas exigências⁵²⁴.

O fim do comício, face ao adiantado da hora, e a intransigência de Arlindo obrigaram as partes a transferir a negociação para a residência de Delgado, na rua Filipe Folque, em Lisboa, feita sob apertada vigilância policial. Na sua residência foram arquitectados os termos da fusão das candidaturas, bem dentro da madrugada. Do lado de Delgado, participaram nas negociações, entre outros, o advogado Manuel da Costa Melo, de Aveiro, e José Tengarrinha.

O pacto de Almada, ou «pacto de Cacilhas», como ficou então conhecido na expressão jocosa da polícia⁵²⁵, fixaria os termos da desistência de Arlindo Vicente, mas encontrou resistências de ambas as partes. Para os adeptos de Delgado, a fragilidade da Oposição Democrática e as suas ligações ao PCP poderiam prejudicar mais do que trazer vantagens ao general⁵²⁶. Mário Soares foi um dos que discordaram abertamente da fusão das candidaturas pois, em sua opinião, esta não acrescentava maior número de apoiantes – a esquerda apoiaria Delgado com ou sem acordo – e concedia ao governo o «estafado argumento do «perigo comunista»». Ainda segundo Soares, a anuência de Delgado deveu-se à sua crença nas possibilidades de uma greve geral que provocasse uma mobilização popular sem precedentes, arrastando o governo para a capitulação⁵²⁷.

⁵²⁴ Cfr. Alberto Vilaça, «Arlindo, Delgado e o Povo: duas anotações históricas», *Anais de Almada*, 3 (2000), p. 192; António Abreu, «Humberto Delgado e as eleições de 1958», *O Militante*, n.º 236, Setembro/Outubro 1998.

⁵²⁵ Depoimento de António Pedro Vicente. Sobre o Pacto, veja-se António Pedro Vicente, «Pacto entre Arlindo Vicente e Humberto Delgado (1958)», *História*, Ano XVII (Nova Série), n.º 5, Fevereiro 1995, pp. 44-50.

⁵²⁶ Cfr. Manuel da Costa Melo, *Memórias Cívicas (1913-1983)*, Coimbra, Almedina, 1988, pp. 185-187.

⁵²⁷ Mário Soares, *Portugal Amordaçado. Depoimento sobre os anos do fascismo*, Lisboa, Editora Arcádia, 1974, pp. 236-237.

Mas no seio da candidatura de Vicente, também surgiram resistências legítimas à fusão das candidaturas, fazendo-se eco do sentimento de muitos «democratas». Um punhado de pessoas anónimas não se conformou com a decisão de Vicente e uns poucos fizeram gáudio em tornar público o seu descontentamento. Numa carta pública dirigida a Arlindo Vicente, um «democrata convicto» censurava a atitude do candidato: «Tomou V. Ex^a uma atitude que em nada o dignifica, ao dispor dos votos sagrados dos eleitores que apoiavam com fé e entusiasmo a vossa candidatura para os ir ofertar ao segundo candidato da oposição, sem contar com a aliás justificada reacção dos que, desde a primeira hora, se propunham votar somente no único candidato que, até ontem, personificava os anseios democráticos da Nação, e que agora deu mostras do contrário e se desmascarou traindo os seus amigos»⁵²⁸. Para alguns opositoristas, as fraquezas do general, sem apoios visíveis entre as estruturas militares, transformavam Arlindo Vicente no «chefe ideal na interpretação das aspirações do povo português»⁵²⁹.

Por seu lado, Arlindo mostrou grande firmeza na definição de um quadro mínimo de exigências políticas e de um acordo firmado por escrito e assinado pelo próprio general⁵³⁰. Com efeito, Arlindo Vicente insistiu com o general que só assinava o acordo caso este se comprometesse a conduzir, de forma irrevogável, a sua candidatura às urnas, como constava, aliás, do documento prévio assinado por Mem Verdial. É que a *entourage* de Delgado ponderava por esta altura a possibilidade de uma desistência no último momento, como acontecera com Norton de Matos e igualmente forçado. O incitamento categórico do candidato democrático terá sido importante para garantir a consumação do acto eleitoral: «Pouco tempo depois, considerando que se tinha estabelecido uma violenta campanha contra o general, os seus amigos, certamente convencidos

⁵²⁸ ANTT, PIDE/DGS, Eleições Presidenciais de 1958, *processo 1546/57-SR*, pasta 3, fl. 3.

⁵²⁹ *Ibidem*, pasta 6, fls. 320-321. A carta foi publicada pelo *Diário de Notícias*, ano 94, n.º 33142, 2.06.1958, p.7.

⁵³⁰ Cfr. Alberto Vilaça, *ob. cit.*, p. 107.

de que ele não poderia dispor das forças que muito desejaria, entenderam propor-lhe, em certa reunião, que não fosse até às urnas. Casualmente, eu estava presente nessa reunião, e verifiquei que o general Delgado se mostrou um pouco chocado, e não me recorde de que tenha feito qualquer comentário. Recordo-me sim, e bem, de ter pedido a palavra e dizer que me opunha, palavras textuais, porquanto no acordo, de forma expressa, nós, Oposição Democrática, nos tínhamos reservado o direito de aguardar e esperar que o general Humberto Delgado, fossem quais fossem as circunstâncias, se mantivesse nas eleições até às urnas»⁵³¹.

Visto pela historiografia como uma inevitabilidade, as condições do pacto têm sido algo desvalorizadas. Todavia, essas condições, inscritas na «Proclamação Conjunta dos Dois Candidatos Portugueses!» revestem-se de grande significado político. Por isso, Arlindo Vicente não delegou na hora de redigir os termos do acordo político-eleitoral, que terá sido previamente esboçado no seu escritório de advocacia⁵³². São estes os termos do pacto: «As candidaturas prosseguirão, a partir desta data, a trabalhar em conjunto, e a final representação nas urnas por um só candidato, o general Humberto Delgado, que se compromete, por sua honra, e salvo caso de força maior, a tornar efectivo o exercício do voto até às urnas e a estabelecer, em caso de êxito, o seguinte: a) condições imediatas de aplicação do artigo 8º da constituição [que garantia as liberdades democráticas]; b) Exercício de uma lei eleitoral honesta; c) realização de eleições livres até um ano após a constituição do seu governo; d) libertação dos presos políticos e sociais; e) medidas imediatas tendentes à democratização do País»⁵³³.

Para um espírito verdadeiramente democrático, como era o caso de Vicente e muitos dos seus correligionários, importava não esquecer os termos da entrevista de Delgado onde este definira o seu programa político. Como se sabe,

⁵³¹ Entrevista de Arlindo Vicente, *A Capital*, ano 8, (2.ª série), n.º 2355, 11-10-1974, pp. 12-13. As intenções de Delgado foram confirmadas por Maria Teresa Vicente ao autor.

⁵³² *Ibidem*.

⁵³³ *República*, ano 48, n.º 9854, 31.05.1958, p. 1.

este afirmara que o fim do Estado Novo exigia a instauração de uma ditadura militar de transição. Muitos democratas, cansados de uma longa ditadura, não escondiam a sua desconfiança face a um candidato, pouco antes salazarista efusivo, que prometia outra ditadura.

Consciente do significado político do seu gesto, Arlindo Vicente pretendia salvaguardar a sua dignidade política, apresentando o pacto como uma prova de grande abnegação e desprendimento, em nome da unidade oposicionista. Numa entrevista ao *Diário Popular*, o ex-candidato explicou a sua atitude: «A minha desistência [...] corresponde ao desejo de que toda a oposição se reúna num só homem e, portanto, possa transpor a eleição tão unificada quanto é conveniente, em face de um regime de partido único. [...] Estou convencido de que a minha atitude será compreendida pela Nação, que a deverá tomar como necessária e como exemplo de sacrifício em favor de uma causa»⁵³⁴. José Tengarrinha, um dos participantes nas negociações de Almada, registou a «exemplar dignidade de Arlindo Vicente e a sua consciência do superior interesse político da Oposição»⁵³⁵.

As forças políticas do Estado Novo reagiram com natural azedume ao acordo⁵³⁶ e tudo fizeram para obstar à sua concretização. A polícia política viria mesmo a distribuir panfletos pelo Alentejo onde se afirmava que Arlindo Vicente continuava candidato às eleições⁵³⁷. Para evitar a confusão no espírito dos eleitores, Arlindo enviou à imprensa uma proclamação em que incitava os seus simpatizantes e colaboradores a juntarem-se ao general, em nome da unidade oposicionista, na luta por um «regime democrático»⁵³⁸.

O próprio Arlindo Vicente continuaria empenhado na mecânica da dinâmica eleitoral. O comício de Sacavém, realizado em 4 de Junho, foi presidido pelo

⁵³⁴ *Diário Popular*, ano 16, n.º 5618, 30.05.1958, p. 1.

⁵³⁵ José Tengarrinha, «Os Caminhos da Unidade Democrática contra o Estado Novo», *Revista de História das Ideias*, vol. 16, Coimbra, Faculdade de Letras, 1994, nota 12, pp. 397-398.

⁵³⁶ Cfr. *Diário da Manhã*, ano XXVIII, n.º 9582, 31.05.1931, p. 1.

⁵³⁷ Cfr. João Madeira, *ob. cit.*, pp. 58-59.

⁵³⁸ Cfr. *República*, ano 48, n.º 9855, 1.06.1958, p. 2.

ex-candidato e, além do renitente Mário Soares, do sector delgadista, contaria com a presença de alguns dos seus colaboradores mais próximos, casos de Manuel João da Palma Carlos, António de Abreu, Lília da Fonseca e Maria Isabel Aboim Inglês⁵³⁹.

Apesar de todas as manobras policiais e da evidente fraude eleitoral⁵⁴⁰, Humberto Delgado afirmou-se como candidato eleitoral de toda a oposição, com o apoio de Arlindo Vicente e de cerca de vinte e cinco por cento dos eleitores que oficialmente lhe foram atribuídos. O general ainda reclamou vitória, redigiu cartas que endereçou ao presidente da república e a vários generais mas na situação política ninguém se dignou a prestar-lhe atenção.

Numa avaliação do significado das eleições presidenciais de 1958 importará sobretudo lembrar o seu papel na assunção de uma nova consciência política. As novas gerações despertavam de um estertor de décadas, da brutal agonia colectiva imposta pela mordaza da ditadura. Arlindo Vicente, em entrevista de campanha, antecipava-se aos historiadores na avaliação que hoje se faz da predisposição anti-salazarista de largos sectores da população. Para o candidato das esquerdas, as eleições presidenciais consubstanciavam a afirmação de uma nova «consciência política nacional [mais] estruturada e consciente do que há trinta anos» e claramente empenhada em tomar os destinos da nação nas suas próprias mãos.

Na mesma entrevista denunciou a brutalidade repressiva da ominosa ditadura de Salazar. Contra ela se levantava a voz generosa do povo, essa «voz legítima», que ele representava, dos pobres e humildes, das classes trabalhadoras, em suma, a voz de um povo oprimido e esmagado pela miséria que apenas exigia «cultura, educação assistência e justiça»⁵⁴¹.

⁵³⁹ ANTT, PIDE/DGS, Eleições Presidenciais de 1958, *processo 1546/57 – SR*, pasta 7, fls. 103-105.

⁵⁴⁰ Sobre o assunto veja-se Manuel Braga da Cruz, *ob. cit.*, pp. 748-750. Em Angola, por exemplo, nas secções de voto que a oposição fiscalizou, como Luanda, Benguela e Lobito, «o General Delgado obteve uma significativa maioria» (Arquivo Pessoal de António Pedro Vicente, *Carta de Eugénio Ferreira para Arlindo Vicente*, datada de 12.06.1958). Informação corroborada pelo depoimento de António Alexandre Calazans Duarte ao Autor.

⁵⁴¹ Cfr. Entrevista de Arlindo Vicente ao *Diário Ilustrado*, ano II, n.º 517, 13.05.1958, pp. 13 e 16.

Bem consciente da solidez do Estado Novo, o discurso de Arlindo Vicente deixava-se enlevar por um certo optimismo, por uma esperança que ele radicava romanticamente na bondade e grandeza do povo, e em especial da juventude. Essa esperança ficou bem inscrita no elogio por ele atirado com fé às novas gerações: «Grandeza dos homens, que até na opressão atingem a natureza divina! As gerações que aí estão criadas na escuridão, na injúria, no pavor, na desgraça envilecida de trinta anos de agonia são puras e valentes, conscientes e aptas para regatearem de todo esse opróbrio os direitos que hão-de retomar para prosseguir na honra e na grandeza da sua dignidade e das tradições seculares da Nação. De certo, nunca Portugal teve tantos e tão bons dos seus filhos; mas eles querem em primeiro lugar, desfazer-se da desonra que lhe impõem, de viverem num País subdesenvolvido e encimado por uma indesejável e afrontosa Ditadura. E vencerão fatalmente!»⁵⁴².

Desta predisposição anímica resultou o ambiente pré-insurrecional que marcou a eleição presidencial de 1958. Contrariamente aos desígnios comunistas e de outros sectores de esquerda, foi o candidato independente quem granjeou mobilizar as massas e trazê-las para a rua, provocando a maior mobilização de massas desde 1926, e obrigando os sectores esquerdistas a modificar a sua estratégia.

Por tudo isto, a candidatura presidencial de Arlindo Vicente tem sido analisada como um mero epifenómeno da candidatura de Humberto Delgado⁵⁴³ ou do PCP⁵⁴⁴. Não é totalmente verdade. Arlindo Vicente não fazia parte da estratégia política do comité central do PCP que não foi responsável directo pela sua eleição como candidato presidencial. Só com algum exagero é possível afirmar que movimentos de políticos e intelectuais, como o grupo da *Seara Nova*, a que esteve ligado Vicente, não passavam de instrumentos inscientes

⁵⁴² *Ibidem*.

⁵⁴³ Veja-se Iva Delgado, (coord.), *Humberto Delgado – As Eleições de 1958*, Lisboa, Veja, 1998.

⁵⁴⁴ José Pacheco Pereira, *Álvaro Cunhal. Uma Biografia Política. O prisioneiro*, vol. 3, Lisboa, Temas e Debates, 2005, pp. 573-649.

da tática e do aparelho comunista. Muitos opositoristas, que repudiavam o PCP e não confiavam na candidatura de Humberto Delgado, viram em Arlindo Vicente um candidato capaz de fazer eco das suas reivindicações e mobilizar camadas importantes da sociedade. Só o sucesso da candidatura de Humberto Delgado, depois do banho de multidão do Porto, obrigou a uma alteração da estratégia e ao recontar da história destas eleições.

Quer isto dizer que o contributo de Arlindo Vicente não pode ser desvalorizado, seja por razões históricas ou ideológicas. Não só contribuiu para a dinâmica eleitoral, como obrigou Delgado a deter-se na política económica do Estado Novo. Apesar do insidioso anátema pró-comunista (na sua perspectiva) que o perseguiu até à actualidade, os anos pós-eleitorais demonstrariam que a sua personalidade política e a sua capacidade de intervenção nas lides opositoristas ganharam um significado e autonomia que ultrapassava as esferas do PCP.

4. DO MOVIMENTO NACIONAL INDEPENDENTE À LIDERANÇA

Um dos mais significativos méritos das eleições presidenciais de 1958 foi o de criar condições para um optimismo crescente nas fileiras oposicionistas. Até aqui, a política oposicionista gizava-se dentro da chamada «oposição dos papéis», com as suas infundáveis análises conjunturais, petições e manifestos. Era o comentário crítico dirigido às autoridades mas sem reflexos visíveis em termos de opinião pública, que desconhecia em absoluto tais diligências. Ainda assim, Mário Soares valorizou a «política dos papéis» porque esta constituía «um sinal de vida e um acto de presença e mesmo de resistência», numa época em que qualquer sintoma de oposição esbarrava com as malhas da censura e da repressão⁵⁴⁵.

A ruptura com este *modus operandi*, bem como dos efeitos devastadores das eleições de 1958, seria reconhecida mais tarde por Vicente, para quem as presidenciais foram o «início da deterioração do sistema político» e constituíram o «começo do fim» de uma ditadura⁵⁴⁶. Apesar de tudo, notou-se na época uma certa «desilusão» nas massas populares que «esperavam» uma revolução chefiada por Humberto Delgado⁵⁴⁷. Fernando Queiroga, apesar do exílio brasileiro, conseguiu penetrar no âmbito do problema, afirmando que «O Delgado, quanto a

⁵⁴⁵ Cfr. *ob. cit.*, pp. 196-197.

⁵⁴⁶ Cfr. Entrevista de Arlindo Vicente, *Flama*, ano XXXI, n.º 1373, 28.06.1974, p. 17.

⁵⁴⁷ ANTT, PIDE/DGS, Eleições Presidenciais de 1958, *processo 1546/57-SR*, pasta 6, fl. 523.

mim, deixou passar a grande oportunidade: o momento de exaltação popular. Faltou-lhe o espírito revolucionário, a força das ideias»⁵⁴⁸.

A virtude das eleições presidenciais esteve, pois, na sua capacidade de criar nos espíritos, no seio da oposição mas não só, a convicção de que era possível derrubar o governo com uma pressão política bem organizada em termos de mobilização de massas ou mesmo através de um golpe militar. As demissões dos ministros da defesa, Santos Costa, e da presidência, Marcelo Caetano, representantes das duas facções que se digladiavam no seio do regime, constituíram o reflexo mais visível desta verdadeira tempestade política que se abateu sobre o Estado Novo, apostado em encontrar um novo reequilíbrio político. Consta que o próprio Salazar equacionou a possibilidade de se retirar para Santa Comba Dão.

Na verdade, os anos subsequentes, entre 1958 e 1962, foram férteis em acontecimentos político-militares, expondo as fragilidades do Estado Novo e atestando uma predisposição mais combativa dos sectores oposicionistas. As tensões acumuladas numa sociedade em mudança encontravam bloqueios de natureza política, institucional e ideológica que se repercutiram no descontentamento de diversos sectores da sociedade civil, como os estudantes, empurrados para a luta contra o decreto n.º 40 900, sobre a autonomia das universidades, entre Dezembro de 1956 e 1957⁵⁴⁹.

O decreto estabelecia os mecanismos jurídico-formais com que a ditadura fazia aumentar o seu controlo sobre a sociedade civil. Com esta lei, o regime procurava controlar os mecanismos associativos que garantiam a liberdade de expressão e organização dos estudantes, fiscalizando as suas estruturas associativas e evitando o seu envolvimento nas manobras da oposição. Os estudantes, através de uma pressão constante, anunciadora da sua crescente predisposição

⁵⁴⁸ Arquivo Pessoal de António Pedro Vicente, Carta de Fernando Queiroga a Arlindo Vicente, datada de 18.01.1959.

⁵⁴⁹ Cfr. Fernando Rosas, «O Estado Novo», in *História de Portugal* (dir. José Mattoso), vol. VII, [Lisboa], 1994, p. 523.

combativa, evitariam contudo a promulgação do referido decreto. A salvaguarda das suas estruturas associativas permitia-lhes manobrar os descontentes numa oposição cada vez mais politizada e sintonizada com os sectores oposicionistas⁵⁵⁰. Em 1958, a eleição presidencial destruiu a aparente tranquilidade do país e abria agora as portas a um aumento da actividade conspiratória.

A «oposição dos papéis» dava lugar a uma política subversiva e tendente ao golpe militar. Os acontecimentos deste período faziam prever o colapso do Estado Novo: em Março de 1959 rebentou a revolta da Sé, em Évora; em Janeiro do mesmo ano deu-se a fuga de Henrique Galvão da prisão e um ano depois as fugas dos dirigentes comunistas, entre eles Álvaro Cunhal, da Fortaleza de Peniche; em Janeiro de 1961, o desvio do paquete Santa Maria e, em Fevereiro, o início da guerra em Angola, seguida da tentativa de golpe de estado do general Botelho Moniz; a perda de Goa em Dezembro de 1961 e a revolta de Beja em 1 de Janeiro de 1962, ano que ficaria marcado pela forte contestação estudantil e trabalhadora⁵⁵¹.

Esta predisposição mais combativa, mais ousada, foi registada pelo próprio Humberto Delgado, ao afirmar nas suas memórias que «desta vez o povo não regressaria a casa, como nas eleições anteriores, esperando pacientemente pelas próximas»⁵⁵². Em carta dirigida ao ministro do interior, de 19 de Junho de 1958, Delgado reivindicava a existência de um largo movimento de contestação ao governo que legitimava a constituição e organização de um «movimento legal de oposição ao actual Governo», correspondendo ao «sentir e desejo de um vastíssimo sector da opinião portuguesa»⁵⁵³.

Como se esperava, Salazar, que manifestara já a intenção de alterar a constituição no capítulo referente à eleição do presidente da república, revelava-se

⁵⁵⁰ Sobre a actividade política estudantil deste período veja-se, com inúmeros testemunhos pessoais, Gabriela Lourenço, Jorge Costa, Paulo Pena, *Grandes Planos. Oposição estudantil à Ditadura (1956-1974)*, Lisboa, Âncora Editora, 2001.

⁵⁵¹ Cfr., entre outros, Dawn Linda Raby, *ob. cit.*, p. 149.

⁵⁵² Humberto Delgado, *Memórias*, Lisboa, D. Quixote, 1991, p. 135.

⁵⁵³ Veja-se a carta em ANTT, PIDE/DGS, Eleições Presidenciais de 1958, *processo 1546/57-SR*, pasta 5, fl. 11.

pouco empenhado em fazer concessões aos sectores oposicionistas, rejeitando imediatamente a existência de um partido da oposição, com a tradicional argumentação anticomunista. Com efeito, o dito partido seria «o refúgio de todos os insatisfeitos, viria a ser dirigido pelo grupo mais activo, o comunista»⁵⁵⁴.

Apesar da objurgatória do ditador, o general mobilizou as suas energias para a constituição de um novo partido que devia congregiar todos os sectores oposicionistas envolvidos na campanha eleitoral. Convocou, para o efeito, uma reunião com os seus representantes nacionais e locais, em 18 de Julho, que aprovaram as bases da constituição do «Movimento Nacional Independente» (MNI). Visto como «uma organização civil de indivíduos e não de grupos», e por isso suprapartidária, com vista a congregar todas as sensibilidades ideológicas, o MNI apresentava como ambição programática «elevar os padrões culturais e económicos do povo português»⁵⁵⁵.

No âmbito desta organização embrionária, foi produzido e distribuído um «Manifesto ao País» em que se reconhecia que as eleições presidenciais tinham produzido «uma ampla corrente discordante do sistema» que reclamava uma «mudança radical na orientação seguida pelo governo». Com efeito, «não pode o governo desconhecer a força que transcende em muito os 236.057 votos da oposição, oficialmente assinalados nas últimas eleições presidenciais. O progresso da nação e o normal desenvolvimento da vida política portuguesa exigem que todos os cidadãos, sem discriminações, intervenham legalmente nos acontecimentos da vida pública»⁵⁵⁶.

De certa forma, Delgado e Vicente ambicionavam ingenuamente criar um grande partido de oposição, reconhecido pelo regime, que fosse pressionando o Poder para uma abertura reformista. Recebido com azedume entre algumas personalidades do Directório, este vasto movimento nacional era «vivamente preconizado» por Arlindo Vicente e António Sérgio⁵⁵⁷.

⁵⁵⁴ *Ibidem*, pasta 6, fl. 432 vº.

⁵⁵⁵ Humberto Delgado, *ob. cit.*, pp. 135-136.

⁵⁵⁶ Arquivo Pessoal de António Pedro Vicente, «Manifesto ao País» do MNI.

⁵⁵⁷ ANTT, PIDE/DGS, Eleições Presidenciais de 1958, *processo 1546/57-SR*, pasta 6, fl. 523.

Esta predisposição para organizar e chefiar a oposição anti-salazarista numa ampla plataforma coalizadora, aprofundando a orgânica esboçada em torno do famoso «pacto de Cacilhas» tinha, muito naturalmente, que integrar na nova estrutura partidária Arlindo Vicente e os sectores esquerdistas que o apoiaram nas eleições presidenciais. Numa carta de Joaquim Neves dirigida ao advogado Melo Borges, de Beja, apoiante de Vicente, e datada de 1 de Julho de 1958, essa realidade é muito clara: «Agradeço que informe os n/ comuns amigos, que já está assente a continuação do Movimento Nacional de Oposição, e que a sua comissão nacional, será constituída pelos Snrs: Humberto Delgado, Pro. Vieira de Almeida, Pro. Jaime Cortesão, Arq. Artur Andrade, Dr. Rodrigo de Abreu, Dr. Arlindo Vicente, Prof. António Sérgio e ainda mais dois elementos a designar, que serão certamente...democratas»⁵⁵⁸.

As dificuldades impostas pela vigilância policial e os insuperáveis diferendos ideológicos e metodológicos não pareciam favorecer, porém, a construção de uma estrutura unitária de natureza policromática. A oposição repudiava qualquer entendimento de Delgado com os comunistas com o argumento de que tais conúbios favoreciam a acção repressiva do governo e inibiam a actividade do MNI. Arlindo bem se esforçou por demonstrar a importância de uma unidade oposicionista, brandindo argumentos retirados da Declaração Universal dos Direitos do Homem e em harmonia com os «princípios da sã filosofia política e da Democracia»⁵⁵⁹, mas ninguém lhe prestou atenção. Na verdade, a oposição continuava enredada numa teia de cumplicidades entre personalidades à procura de destaque, que constantemente se deixavam envolver em polémicas, tricas, inimizades e muito especialmente «traições»⁵⁶⁰.

Já Humberto Delgado, muito metido no seu papel de chefe carismático, «de deus iluminado» da oposição⁵⁶¹, procurava impor os seus pontos de vista e os

⁵⁵⁸ ANTT, PIDE/DGS, Arlindo Vicente, *processo 3370/45-SR*, vol. 2, fl. 504.

⁵⁵⁹ Cfr. Arquivo Pessoal de António Pedro Vicente, Carta de Arlindo Vicente para Artur de Andrade, 4.11.1958.

⁵⁶⁰ ANTT, PIDE/DGS, Movimento Nacional Independente, *processo 1491/58-SR*, fls. 134-136.

⁵⁶¹ *Ibidem*, fls. 214-216.

dos seus próceres mais directos, especialmente do arquitecto Artur de Andrade. Arlindo Vicente, por sua vez, exigia a consulta democrática como a metodologia mais adequada para a edificação da nova organização partidária. Dessas antinomias nos dá conta uma carta de José Plácido para Rodrigo de Abreu a propósito da elaboração do manifesto do MNI. Segundo conta, Vicente teria exigido ao general que o documento fosse «elaborado por representantes de todo o país» e este não concordou⁵⁶².

Outro elemento de perturbação da unidade desejada era a continuidade de Arlindo Vicente sob o estigma comunista, quando na realidade ele representava neste movimento todas as forças da esquerda que emprestaram dinâmica à sua candidatura. Delgado apercebeu-se da importância do capital político acumulado com a candidatura do advogado lisboeta e da eventual possibilidade de atrair os comunistas para o MNI. As inúmeras referências documentais ao seu posicionamento ideológico provam, porém, que a desconfiança dos sectores mais à direita continuava a ter grande peso no relacionamento político das oposições. José Plácido, próximo de Delgado, dirá na carta atrás referida sobre Arlindo Vicente: «Nos recentes contactos que tive com ele confirmei a minha ideia de sempre. É um espírito culto e muito esclarecido. É um homem sério e um democrata perfeito. E vê as coisas muito bem. O que pode é não ter gente da qualidade dele. Isso é outro caso»⁵⁶³.

As dissensões político-ideológicas continuavam a minar os alicerces da organização do MNI, que no final do ano de 1959 ainda procurava estear um rumo definido. Num jantar realizado em 1 de Novembro desse ano, em Lisboa, a oposição submeteu a uma assembleia de cerca de cinquenta democratas uma moção em que se reafirmava a confiança na liderança de Humberto Delgado para «em conjunto com o Sr. Dr. Arlindo Vicente e mais personalidades destacadas da Oposição, promover a constituição de uma Comissão Central do Movimento Nacional Independente»⁵⁶⁴.

⁵⁶² Veja-se a carta em ANTT, PIDE/DGS, Arlindo Vicente, *processo 2818-DEL P*, fls. 63-66.

⁵⁶³ *Ibidem*.

⁵⁶⁴ ANTT, PIDE/DGS, Arlindo Vicente, *processo 3370/45-SR*, vol. 2, fl. 402.

Esta aproximação do general com os sectores de Vicente conduziu ao seu afastamento do Directório. Na impossibilidade de o manobrem, os políticos e intelectuais do Directório equacionavam a possibilidade de «afastar» Delgado «do seu papel de chefe», mostrando-se particularmente agastados com as suas «excentricidades»⁵⁶⁵.

A oposição continuava, pois, refém da sua divisão em minúsculos agrupamentos que se reuniam em volta de algumas personalidades proeminentes. A diferença de sensibilidades individuais acabaria por impedir a organização do MNI, com as intermináveis polémicas a provocarem frequentes cisões entre os seus elementos predominantes nas cúpulas.

Já no exílio brasileiro de Humberto Delgado, as tensões foram-se sucedendo até atingir o clímax da ruptura: primeiro foi Rodrigo de Abreu, conselheiro de Delgado, que «rompeu» com o general; depois foi este que «rompeu» com Henrique Galvão. Em carta dirigida a Arlindo Vicente, datada de 5 de Novembro de 1959, Rodrigo de Abreu, reclamando os louros do «pacto de Cacilhas», lamentava que a nova organização do MNI, no Brasil, deixasse de fora «os partidários de Arlindo Vicente, líder socialista português, cujos seguidores e chefe estão sendo completamente ignorados»⁵⁶⁶.

Na mesma carta, Rodrigo de Abreu, acusando Delgado de inépcia e alguma inconsciência, responsabilizava o general pela inanidade da sua acção depois de uma campanha tão mobilizadora: «Considerarei a candidatura do General por olhar que era o homem do momento, como foi, porque nunca saiu do trilho do bom senso. Pena foi que não tivesse o necessário prestígio no Exército, e desperdiçasse o pouco que tinha, com a falta de cuidado, pois a Pide conhecia todos os seus passos»⁵⁶⁷. Abreu refere-se talvez aos contactos com altas patentes das forças armadas para a realização de um golpe militar, que seriam recebidas com desprezo.

⁵⁶⁵ ANTT, PIDE/DGS, Eleições Presidenciais de 1958, *processo 1546/57-SR*, pasta 6, fls. 68-69

⁵⁶⁶ Veja-se a carta em ANTT, PIDE/DGS, Movimento Nacional Independente, *processo 1491/58 - SR*, fl. 130.

⁵⁶⁷ *Ibidem*, fls. 134-135.

Desta debilidade orgânica resultaria o retorno a uma «oposição dos papéis», especialmente visível nas comemorações do 5 de Outubro e do 31 de Janeiro. Delgado e Vicente apareceram juntos nas comemorações da implantação da república de 1958, e Arlindo em 1959, sendo que a última foi severamente reprimida pelo governo, lançando granadas e gás lacrimogéneo para dispersar os manifestantes⁵⁶⁸. Nas comemorações do 31 de Janeiro, em 1960, realizadas no Porto, seria Arlindo Vicente o visado pela brutalidade da repressão policial, tendo mesmo que receber tratamento hospitalar.

Na verdade, as comemorações do 5 de Outubro ganharão um significado simbólico que será aproveitado por alguns sectores da oposição para a criação de uma resistência mais consistente. Deixaram de constituir uma mera manifestação pacífica, imbuída de um singelo protesto moral e político contra a ditadura, para se tornar numa manifestação pró-revolucionária impulsionadora de uma verdadeira dinâmica de massas. Em 1970, a Rádio «Voz da Liberdade» afirmava que o exemplo dos velhos republicanos continha lições inestimáveis para a organização revolucionária de uma certa esquerda que combatia o fascismo: lição de unidade, organização, audácia e inteligência⁵⁶⁹.

Em 1960, as comemorações do 5 de Outubro continuavam distantes desta concepção revolucionária posterior. Ainda assim, porque constituíam o 50º aniversário da revolução republicana, formou-se uma «Comissão Nacional das Comemorações do Cinquentenário da República», a que pertencia Arlindo Vicente. A oposição empenhava-se, assim, numa gigantesca e inaudita manifestação popular que consubstanciasse a defesa dos ideais de «independência» e «liberdade» com que os republicanos firmaram a «República Democrática de 1910». No manifesto dirigido «Ao Povo de Lisboa», encimado pela assinatura de Arlindo Vicente, intimava-se a nação a exhibir, com a sua presença, «a vontade

⁵⁶⁸ Cfr. António Moreira, «A Crise: do «terramoto Delgado» ao golpe de Beja», in António Reis (dir.), *Portugal Contemporâneo*, cit., p. 23.

⁵⁶⁹ Cfr. ANTT, PIDE/DGS, Comemorações do 5 de Outubro, *processo 1773/49*, pasta 1, fls. 49-50.

resoluta de defender esses direitos e pugnar por essa liberdade, com o civismo e ordem que são timbres dos democratas»⁵⁷⁰.

Para além do comemoracionismo contestatário, a «oposição de papéis» recuperou os inevitáveis «manifestos» e «abaixo-assinados». Em Novembro de 1958, em carta dirigida ao ministro do interior, Delgado, Vicente e demais personalidades exigiam uma amnistia geral para os presos políticos⁵⁷¹. Mas o mais significativo, saído da lavra do incipiente MNI antes do exílio de Humberto Delgado, ocorrido a 20 de Abril de 1959, foi o documento em que se pedia a demissão de Salazar, assinado por 100 cidadãos de Lisboa, especialmente médicos, advogados, engenheiros, escritores, jornalistas e artistas. Arlindo Vicente e seus pares «convidam Sua Excelência a retirar-se da vida política»⁵⁷². Ao audacioso convite responderia «Sua Excelência» com a habitual frieza e repressão, mandando prender alguns dos signatários do documento.

Como se sabe, a conjuntura conturbada deste período levou a oposição republicana e socialista a ponderar uma acção política que forçasse a legalidade. No final de 1960 ficaria pronto o «Programa para a Democratização da República», datado simbolicamente de 31 de Janeiro de 1961 e apresentado ao público em conferência de imprensa de 11 de Maio do mesmo ano. Apesar da sua propensão reformista e anti-revolucionária, «esse documento constitui uma valiosa proposta programática para a reestruturação global da sociedade portuguesa»⁵⁷³.

A reacção ao documento foi, necessariamente, distinta. Para o ministro-adjunto à presidência do conselho, Correia de Oliveira, a proposta do «Programa» colocaria em causa a trindade ideológica do regime, «Deus, Pátria e Família», «razões que estão antes e para além de toda a lei escrita»⁵⁷⁴. A reacção das esquerdas a esse «Programa» foi tornada pública através de um documento

⁵⁷⁰ ANTT, PIDE/DGS, Arlindo Vicente, *processo 3370/45-SR*, vol. 2, fl. 125.

⁵⁷¹ ANTT, PIDE/DGS, Movimento Nacional Independente, *processo 1491/58-SR*, fls. 183-184.

⁵⁷² ANTT, PIDE/DGS, Arlindo Vicente, *processo 3370/45-SR*, vol. 2, fl. 228.

⁵⁷³ José Tengarrinha, *ob. cit.*, p. 401.

⁵⁷⁴ *O Século*, ano 81, n.º 28 579, de 31.10.1961, p. 7.

intitulado «Apoio do Programa para a Democratização da república», saído da lavra do movimento de Arlindo Vicente.

Assinado em primeiro lugar por Vicente, na qualidade de «antigo candidato à presidência da república», nesse documento defendia-se a democratização do regime, dotando «imediatamente a Nação com um Governo capaz de inspirar a confiança do País, liberto das actuais responsabilidades, em cujo programa se inscreva, como primeira condição de vida sã, a restituição aos portugueses das liberdades fundamentais»⁵⁷⁵. No mesmo documento se propugnava a formação de uma «frente única» de unidade oposicionista que fomentasse um amplo debate nacional com vista às eleições para a Assembleia Nacional⁵⁷⁶.

Este documento revela uma tendência crescente nas manobras políticas de Arlindo Vicente: a sua afirmação como líder de uma facção das esquerdas. Com efeito, Arlindo e alguns dos seus correligionários procuravam o seu espaço de afirmação política no seio da esquerda, em alternativa ao partido comunista e ao séquito socialista. O capital político granjeado durante a campanha presidencial e os contactos que, para além dos meios comunistas, entre as classes trabalhadoras e estudantis e a advocacia, mantinha com muitos oposicionistas, terão determinado as suas legítimas aspirações de liderança. Importa não esquecer que, exceptuando o PCP, a oposição se desenhava em torno de personalidades com a sua dinâmica mais ou menos determinada pelo seu prestígio individual.

Pouco se conhece da organização desse movimento político, que nunca terá saído duma fase embrionária. Nos papéis de Arlindo Vicente existe um documento que se refere à formação de uma «Acção Nacional Republicana» (ANR). O dito movimento pretendia ser «um movimento político Nacional – a constituição proibia os partidos – de cidadãos Republicanos de um Estado Republicano, tendendo a, à luz clara do dia, unir, disciplinar e orientar superiormente todos os elementos e grupos que, independentemente da sua formação política, queiram colaborar numa acção ordeira e construtiva de renovação social

⁵⁷⁵ ANTT, PIDE/DGS, Arlindo Vicente, *processo 3370/45-SR*, vol. 2, fls. 101-101 vº.

⁵⁷⁶ *Ibidem*.

e restauração democrática da República»⁵⁷⁷. Nesta proposta de organização, no seu ponto 3, declara-se taxativamente que se «considera definitivamente o Dr. Arlindo Vicente, como líder da A.N.R.», e sugere a formação de uma comissão que integraria Lopes de Oliveira, Câmara Reis, Julião Quintinha, Alberto Madureira e Arlindo Vicente⁵⁷⁸. O documento estabelece ainda as bases da organização que incluía um presidente de honra, um secretário-geral e um conselho político, todos de feição inequivocamente republicana.

Tudo indica que a ANR não saiu do papel, mas a sua existência prova que Arlindo Vicente e os seus correligionários procuraram organizar as forças com que contavam para o pleito político e eleitoral. Se não teve existência formal, assumiu, todavia, uma actividade política de grande relevância no quadro da vida política da época.

Com efeito, os trabalhos preparativos das eleições para a Assembleia Nacional, marcadas para 12 de Novembro de 1961, tornaram transparente o trabalho desenvolvido pelo «movimento» de Arlindo Vicente⁵⁷⁹. A existência deste «movimento» sob a sua liderança ficou claramente provada na carta de Rodrigo de Abreu, a que já se fez referência: «Se querem separação, faça-se a separação: Andrades e Nunos a um lado, os «outros», à frente dos quais está o doutor Arlindo Vicente, a outro lado – são mais e melhores»⁵⁸⁰.

As eleições de 1961 estavam a ser preparadas desde o ano anterior pela oposição republicana e socialista, mas a sua intenção residia sobretudo na divulgação do «Programa», pelo que só depois de negociações «difíceis» se acordou numa lista conjunta que incluía as esquerdas para uma campanha de agitação político-eleitoral⁵⁸¹. Nestas eleições virá a confirmar-se a liderança política

⁵⁷⁷ Arquivo António Pedro Vicente, documento com o título «Matéria-prima para os alicerces das bases a estabelecer para sairmos da anarquia de uma oposição que até hoje só tem servido de esteio à ditadura», p. 1.

⁵⁷⁸ *Ibidem*, p. 2.

⁵⁷⁹ Cfr. ANTT, PIDE/DGS, Arlindo Vicente, *processo 4879, CI (2)*, fl. 248.

⁵⁸⁰ PIDE/DGS, Movimento Nacional Independente, *processo 1491/58 – SR*, fl. 135.

⁵⁸¹ José Tengarrinha, *art. cit.*, p. 402.

de Arlindo Vicente, de cujo movimento saiu a iniciativa de se avançar com listas da oposição⁵⁸².

210

Desprezado pela oposição conservadora, como se confirmara pela posição de alguns dos seus mais destacados dirigentes, como Jaime Cortesão, Vieira de Andrade, Moreira de Campos e Homem de Figueiredo, apostados em afastar Arlindo da Comissão que em 1960 tratava da «unidade dos partidos»⁵⁸³; desconfiado com a oposição comunista, cuja ortodoxia partidária rejeitava (apesar de reconhecer a sua importância), Vicente procurará arregimentar o seu núcleo de fiéis seguidores numa alternativa oposicionista de esquerda.

Esta dinâmica política e eleitoral, empreendida pelo «movimento» de Vicente, foi particularmente visível no âmbito do processo de elaboração das listas da oposição, quando o ex-candidato presidencial se empenhou na construção, em Lisboa, de um movimento eleitoral unitário. Em 17 de Dezembro de 1960, Arlindo Vicente enviou uma missiva a uma plêiade de notáveis políticos da oposição, como Mário de Azevedo Gomes, Cunha Leal, Vieira de Almeida, Câmara Reis, Mário Soares, Salgado Zenha, Maria Isabel Aboim Inglês, Acácio Gouveia e António de Abreu, entre muitos outros, convidando-os para uma reunião preparatória que teria lugar no seu escritório: «Tendo reconhecido a necessidade urgente de se organizarem as forças políticas de oposição à ditadura, dadas as circunstâncias e ainda as próximas eleições, tomámos já há algumas semanas a iniciativa de ouvir várias das pessoas mais representativas, com o objectivo de preparar uma Assembleia de todo o Distrito e tão ampla quanto possível, através da qual se possam assentar algumas ideias mestras sobre a orientação a seguir»⁵⁸⁴.

Desconhecemos se esta reunião magna se concretizou. Mas sabemos que o seu escritório de advocacia serviu de refúgio a várias reuniões preparatórias da

⁵⁸² ANTT, PIDE/DGS, Arlindo Vicente, *processo 3370/45-SR*, vol. 2, fl. 109.

⁵⁸³ *Ibidem*, fl. 129.

⁵⁸⁴ Veja-se a carta em ANTT, Ministério da Justiça, 2º Juízo Criminal, *processo 03/62*, vol. 2, caixa 683, fl. 75.

candidatura oposicionista em Lisboa, desvendando-se ramificações até Caldas da Rainha. Por lá passavam figuras de esquerda como Campos Lima, Ary de Oliveira Braga, o capitão Luís Padilha de Castro, António de Abreu, Manuel dos Santos Cabanas e Albano Alves Simão⁵⁸⁵. No Porto, Vicente estava em contacto com João Xavier Ferreira Júnior e outras figuras da esquerda, como o advogado Armando Bacelar, Manuel Azevedo, jornalista do *Primeiro de Janeiro*, e João Xavier, comerciante, para a elaboração das listas da oposição.

As missivas trocadas entre Vicente e o Porto, efectuadas na véspera da sua prisão, são exemplo categórico desta dinâmica política e eleitoral. Em 27 de Setembro, João Xavier Ferreira Júnior informava Arlindo de que as cidades do Porto, Braga, Viana do Castelo, Vila Real e Bragança se predispunham a concorrer às eleições. Adiantava ainda os nomes das personalidades que teriam acedido ao convite para uma candidatura eleitoral⁵⁸⁶. No dia seguinte, 28, outra carta de João Xavier informava: «Confirmo a minha carta de ontem e novamente o venho maçar com um pedido. Tenho urgência em que seja pedido o certificado de recenseamento do Dr. Fernando Macedo de Ferreira Costa [...]. Por cá trabalha-se. Estamos na consulta às pessoas indicadas. Ficará hoje tudo concluído. [...] Por favor: diga-me coisas referentes a Lx^a [Lisboa]»⁵⁸⁷.

Nos meios profissionais existiam já contactos anteriores, entre outros, com os sectores ferroviários, especialmente com o «Movimento de Unidade Ferroviária», cuja organização remonta aos finais de 1959. Arlindo Vicente terá encetado contactos com este importante sector para as manobras políticas e eleitorais que ia desenvolvendo⁵⁸⁸.

Num documento então produzido pela oposição liderada por Arlindo Vicente, intitulado «A Oposição Perante as Próximas Eleições», defendia-se a unidade

⁵⁸⁵ ANTT, PIDE/DGS, Arlindo Vicente, *processo 3370/45-SR*, vol. 2, fl. 109.

⁵⁸⁶ Veja-se a carta em Idem, *processo 21818, DELP*, fls. 33-37. Eram eles Armando Costa, João Araújo Correia, João Guedes (actor), António Macedo, Mário Cal Brandão, Armando Bacelar, Meneses da Campos, Manuel de Azevedo (jornalista), Veiga Pires e Ferreira da Costa.

⁵⁸⁷ *Ibidem*.

⁵⁸⁸ Idem, *processo 3370/45-SR*, vol. 2, fls. 174-175.

nacional, procurando consagrar uma política que se afirmasse «acima dos partidos, grupos ou tendências». Num derradeiro esforço para voltar a reconciliar a oposição desavinda, procurando agregar os sectores mais conservadores com os sectores progressistas, pregava-se a unidade «acima de considerações ideológicas, ou crenças e de preconceitos de classe»⁵⁸⁹.

Quanto ao programa político, gizado em Novembro de 1960 pelo movimento de Arlindo, revelava-se particularmente ameaçador para o ditador, pois aí se defendia categoricamente: «a) Demissão do Governo de Salazar; b) Abolição da Censura; c) Libertação imediata de todos os presos políticos; d) Reintegração nos seus direitos de todos os cidadãos afastados dos seus lugares públicos ou de empresas particulares, por motivos de natureza política; e) Promoção de amplos inquéritos e debates públicos, realizados livremente, em torno dos mais prementes problemas nacionais»⁵⁹⁰. Com este programa político verdadeiramente truculento para a ditadura, consubstanciando as intensas manobras político-eleitorais, Arlindo Vicente sentenciava de vez o seu futuro político.

Como se sabe, as dissensões oposicionistas e a forte repressão do regime, prendendo muitos dos envolvidos em actividades de campanha, como o próprio Arlindo Vicente, condenariam ao fracasso mais este acto eleitoral. Ironicamente, no *Século* de 1 de Novembro, antes mesmo de realizadas as eleições, podia ler-se em parangonas que «A União Nacional tem já assegurada maioria absoluta na nova Câmara dos Deputados»⁵⁹¹. A contabilidade fazia-se com base nos distritos onde a oposição não apresentava listas, que eram Beja, Bragança, Évora, Faro, Guarda, Portalegre, Setúbal, Viana do Castelo, Vila Real, Viseu, ilhas e províncias ultramarinas. Em algumas destas cidades, a ausência de uma candidatura oposicionistas pode ser imputada à intervenção policial, que com a prisão de Arlindo Vicente e colaboradores condenou todas as manobras eleitorais em curso. A oposição ainda apresentou listas nos distritos de Aveiro, Braga, Coimbra Leiria,

⁵⁸⁹ ANTT, Ministério da Justiça, 2º Juízo Criminal, *processo 03/62*, vol. 2, caixa 683, fl. 76.

⁵⁹⁰ *Ibidem*.

⁵⁹¹ *O Século*, ano 81, n.º 28580, 1.11.1961, p. 6.

Castelo Branco, Porto e Lisboa, mas acabaria por anunciar a sua desistência em 8 de Novembro.

Em Santarém, o regime colocava em prática os habituais expedientes de legalidade duvidosa com que conseguia coarctar os movimentos da oposição. O governador civil do distrito não aceitou a lista antigovernamental porque Câmara Reis era aposentado da função pública e Carlos Augusto Pinhão Correia era dado como comunista⁵⁹². O tribunal administrativo deu razão ao governador civil, consumando assim mais uma farsa eleitoral.

As eleições para a Assembleia Nacional tiveram um mérito particular, para além do abandono de muitos marcelistas das listas da União Nacional. Foi o de revelarem a capacidade de liderança de Arlindo Vicente entre os sectores oposicionistas da esquerda democrática. São vários os documentos da época em que se referem as intenções de chefia do antigo candidato presidencial, a sonhar talvez com a constituição de um agrupamento partidário de que seria mentor. Tais intenções acabaram por esbarrar no sistema repressivo do regime, que condenou Arlindo aos calabouços. Contrariamente ao que pensava o próprio Arlindo Vicente, a sua prisão deveu-se mais ao activo papel desempenhado nas eleições de 1961, e ao perigo que a sua actividade política representava, do que à eleição presidencial de 1958.

⁵⁹² *Ibidem*.

(Página deixada propositadamente em branco)

CAPÍTULO IV – NOS CALABOUÇOS DA DITADURA

*«Já não acredito em nada, nem na
Lei: a Lei é conforme calba e convém»
(Arlindo Vicente)*

*«Tal processo não é o meu retrato, mas o
retrato da Pide»
(Arlindo Vicente)*

1. O CÁRCERE

No início da década de trinta, nas suas conversas com António Ferro, Oliveira Salazar manifestava a sua intenção de erigir uma «ditadura de direito», «calma, um tudo-nada transigente, vagarosa até». Apesar das intenções, os mecanismos de repressão depressa redobram o ímpeto, com a censura e a polícia política a imporem a mordaza às vozes discordantes dentro e fora do regime, transformando-se rapidamente nas estruturas de suporte do Estado Novo. A Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (criada pelo decreto-lei n.º 22 992, de 29 de Agosto de 1933), depois substituída no clima «democratizante» do pós-Guerra pela designação de Polícia Internacional de Defesa do Estado (decreto-lei n.º 35 046, de 22 de Outubro de 1945) constituía o mais importante suporte do Estado Novo, vigiando, controlando movimentos, assassinando, torturan-

do e prendendo todos aqueles que exibissem discordância com as directrizes políticas do regime.

Como em todos os regimes ditatoriais, Salazar encontrava uma legitimação jurídica e até moral para a sua «ditadura de direito». Num discurso feito no I Congresso da União Nacional, realizado em 1934, o ditador afirmava que «existem e podem existir pessoas a quem, tenham ou não as mesmas ideias fundamentais, são reconhecidos, na constituição e nas leis, direitos políticos. O essencial é que não ofendam nem a actividade governativa nem os fins da Constituição, e isto significa que, se alguns se erguem contra eles, obrigam o Estado, em legítima defesa, a limitar-lhes o exercício das faculdades que não sabem ou não podem exercer sem prejuízo da renovação nacional empreendida»⁵⁹³. O sistema repressivo do Estado Novo, a que Salazar sarcasticamente se referia como «meia dúzia de safanões a tempo nessas criaturas sinistras», legitimava-se, pois, na defesa do Estado de Direito face aos «maus portugueses» que punham em perigo a unidade nacional⁵⁹⁴.

Esta concepção maniqueísta da cidadania conduziu, como se sabe, milhares de opositores às prisões do regime. Em momentos de maior tensão conspirativa, as prisões abriam-se para grandes vagas de opositores de todos os estratos sociais. No período que medeia entre 1932 e 1960, para o qual existem dados estatísticos, foram presas 19 224 pessoas, sendo que 60% provinham das classes trabalhadoras⁵⁹⁵.

Entre os «maus portugueses» destacavam-se os comunistas pelo perigo que constituía o seu putativo projecto de «sovietização» de Portugal e da Europa. No intervalo que vai de 1958 a 1962 foram os membros do partido quem mais sofreu com esta vaga repressiva. Com efeito, registaram-se neste período 86 prisões de funcionários e 29 casas clandestinas foram descobertas e

⁵⁹³ Citado por Manuel Braga da Cruz, *O Partido e o Estado no Salazarismo*, Lisboa, Editorial Presença, 1988, p. 166.

⁵⁹⁴ Sob as prisões do Estado Novo veja-se, entre outros, Luís Farinha, «O sistema prisional salazarista», *História*, ano XXII (3.ª série), n.º 28, Setembro de 2000, pp. 42-51.

⁵⁹⁵ Alberto Pedroso, «A Polícia Política», in *História de Portugal* (dir. João Medina), vol. XVI, Amadora, Ediclube, 2004, p. 375.

desactivadas. Em consequência da actividade policial, o partido terá perdido cerca de dois terços dos seus militantes⁵⁹⁶.

A acusação de proselitismo comunista era por isso o expediente a que o Estado Novo recorria quando pretendia eliminar um adversário político. Calava algumas sensibilidades da opinião pública anticomunista e legitimava-se aos olhos da comunidade internacional com o argumento do «perigo soviético». O processo da prisão de Arlindo Vicente será organizado, como veremos, em torno das supostas actividades subversivas desenvolvidas na penumbra do PCP.

O processo de Vicente na PIDE começou a ser organizado por volta de 1957, quando ganhou maior visibilidade entre as esferas oposicionistas que preparavam as eleições para a Assembleia Nacional. Nesse ano, um documento datado de 15 de Março confirmava que Vicente «é tido como desafecto à actual situação»⁵⁹⁷. Comprova-se assim que as eleições, não só não concediam legitimidade política, como tinham um papel fundamental na sobrevivência do regime. Eram o ardil necessário para fazer sair os descontentes e opositores do seu refúgio, colocando-se assim na mira das estruturas repressivas.

Mas seria a candidatura presidencial a determinar uma vigilância mais apertada, como o próprio reconhece, ao afirmar que «vem desta candidatura o ódio e a perseguição que me são movidas – a mim e aos meus filhos»⁵⁹⁸. Depois da campanha, todas as movimentações de Vicente e Delgado foram alvo de vigilância especial por parte dos serviços policiais. Durante o ano de 1959, Arlindo teria sido avisado de que estava iminente a sua prisão pela PIDE. Aconselhavam-no por isso a ausentar-se do país, conselho que este recusou com determinação, mostrando-se disposto a «correr os riscos» inerentes à sua actividade de oposicionista⁵⁹⁹. A 31 de Maio desse ano, a PIDE impediu a realização de um jantar de homenagem a Arlindo Vicente⁶⁰⁰. O cerco apertava-se.

⁵⁹⁶ Cfr. Dawn Linda Raby, *ob. cit.*, pp. 147-148.

⁵⁹⁷ ANTT, PIDE/DGS, Arlindo Vicente, *processo 205/641, SC, BOL*, fl. 3.

⁵⁹⁸ Arlindo Vicente, «Carta ao Juiz Corregedor do 1º Juízo Criminal de Lisboa», citado.

⁵⁹⁹ Arquivo Pessoal de António Pedro Vicente, documento manuscrito de Arlindo Vicente,

⁶⁰⁰ Cfr. ANTT, PIDE/DGS, Arlindo Vicente, *processo n.º 3370/45 – SR*, vol. 2, fls. 212-213.

O primeiro sinal de uma intensificação dos propósitos intimidatórios do governo aconteceu durante a sua participação nas comemorações do 31 de Janeiro de 1960, que decorreram no Porto. A polícia carregou, com a brutalidade costumeira, os manifestantes que no cemitério do Prado do Repouso prestavam homenagem às vítimas desta data histórica.

Arlindo Vicente terá sido particularmente visado nos espancamentos das forças policiais, como atesta o próprio numa carta dirigida a Salazar: «Entre as dezenas de vítimas – gente válida, velhos, mulheres e crianças – eu não tenho dúvidas ter sido particularmente discriminado para a agressão que sofri»⁶⁰¹. O antigo candidato presidencial foi depois atendido num hospital da cidade onde recebeu tratamento. O relatório policial, com alguma ironia à mistura, deu conta do tipo de ferimentos causados pela carga policial: «[...] o Dr. Arlindo Vicente recebeu uma pancada na região parietal esquerda e uma outra na mão, também do lado esquerdo, tendo sido tratado num Hospital do Porto, para onde foi conduzido por alguns manifestantes, num táxi. De tais pancadas resultou ter de levar alguns pontos (gatos) na cabeça e tem a mão e o braço muito inchados»⁶⁰².

Consumava-se assim, com perigo para a integridade física de um ex-candidato presidencial, aquilo a que Salazar chamara em tempos «viver habitualmente», a aplicação dos famosos «safanões dados a tempo», usados para convencer Arlindo Vicente a permanecer quieto. A indignação do advogado aveirense ficou verberada numa carta que dirigiu a Oliveira Salazar, datada de 10 de Fevereiro de 1960, reivindicando um inquérito exaustivo aos acontecimentos do Porto⁶⁰³.

Nessa missiva, porém, Vicente relembra um velho episódio passado com Salazar em 1919. Nessa época, o então professor da faculdade de direito da Universidade de Coimbra fora acusado, com dois colegas, de professar ideias

⁶⁰¹ ANTT, PIDE/DGS, Arlindo Vicente, *processo 3370/45-SR*, vol. 2, fl. 150.

⁶⁰² *Ibidem*, fl. 166.

⁶⁰³ *Ibidem*, fl. 150.

monárquicas e de conspirar contra a república, ao tempo da restauração da monarquia, conhecida como «Monarquia do Norte». Procurando avivar a memória já esquecida do ditador, Vicente refere o célebre texto intitulado *A minha defesa*, com que Salazar rebateria as acusações do governo republicano: «Mas a leitura do folheto de V. Ex.^a produziu-me profunda e inesquecível impressão, já pelo tom de altiva acusação que deu à sua defesa, já pela reivindicação que ali fazia do direito de ter as suas opiniões e de, como homem e como professor as expor como um dever, sem peias nem limitações. E, mais ainda, me impressionou verificar que o Governo de então com a concordância de todo o pensamento português, tivesse aceitado e até aplaudido que esses eram os direitos de V. Ex.^a e de todos os homens».

A exposição continha uma provocatória lição moral. Oliveira Salazar fora apanhado numa flagrante contradição, existente entre os princípios defendidos pelo professor e a prática institucional do ditador, no repúdio pelos mais elementares direitos, liberdades e garantias.

A carta de Arlindo Vicente acabou por ter repercussões internacionais. O jornal espanhol *El Nacional*, em 9 de Março desse ano, referiu-se ao documento, em parangonas, onde se «Denuncian Atropellos a los Derechos Humanos en Portugal» e ao tom «desafiante» da carta enviada pelo antigo candidato presidencial ao «dictador Oliveira Salazar»⁶⁰⁴.

Por esta altura, já Salazar respondera a Arlindo Vicente através do seu secretário. O «Manholas», como era desdenhosamente conhecido entre a oposição, respondeu que teria sido a «desobediência às ordens das autoridades que provocaram os incidentes». No documento lamentavam-se as agressões de que fora vítima, mas esclarecia-se não haver «o menor motivo para crer que tenha sido especialmente visado»⁶⁰⁵. O ditador, na sua habitual frieza, repudiava as acusações de maus-tratos. Nas suas conhecidas conversas com António

⁶⁰⁴ *Ibidem*, fl. 148. O jornal reproduzia, na íntegra, o texto da carta de Vicente.

⁶⁰⁵ ANTT, PIDE/DGS, Arlindo Vicente, *processo 15218-DEL C, PI*, fls. 17-18.

Ferro afirmara convictamente que os «presos maltratados eram sempre, ou quase sempre, temíveis bombistas que recusavam confessar» os seus crimes⁶⁰⁶. Se Arlindo Vicente fora visado pela carga policial era porque certamente o merecia.

A combatividade revelada por Arlindo Vicente no período pós-eleitoral impunha a tomada de medidas severas. O seu encarceramento decorreu no contexto de prisões mais vastas que afectaram os sectores esquerdistas, especialmente os comunistas e os sectores que lhe eram mais próximos, no período já referido de 1958-1962. Arlindo foi preso em período de intensa azáfama eleitoral, no dia 30 de Setembro de 1961, pela manhã, na véspera de abertura da campanha eleitoral. Foi depois conduzido ao Aljube. No documento em que a polícia política faz o relato da detenção, afirma-se que Vicente foi preso «por exercer actividades contra a segurança do Estado»⁶⁰⁷. As ditas «suspeitas» estavam relacionadas com a distribuição de «panfletos clandestinos» e eventuais ligações entre o advogado e a «organização prisional» do «chamado partido comunista português»⁶⁰⁸. Desta forma camuflada se começava, em talhe quase kafkiano, a engendrar a ligação de Arlindo Vicente com o PCP, pois só provando tais conexões se atestava a sua perigosidade para a segurança nacional.

O encarceramento do ex-candidato presidencial não teve qualquer repercussão pública interna. O silêncio imposto pela censura seria apenas quebrado pelo *O Século*. Uma estranha distração dos homens que manejavam o lápis azul permitiu a inclusão de uma referência ao caso, no seu número de 1 de Novembro. No relato de uma conferência de imprensa, no Porto, em que se repudiava a «repressão da campanha democrática» às eleições legislativas, Olívio França⁶⁰⁹ dava conta das prisões de Mário Soares, Abranches Ferrão, Piteira dos

⁶⁰⁶ António Ferro, *ob. cit.*, p. 54.

⁶⁰⁷ ANTT, PIDE/DGS, Arlindo Vicente, *processo 953/61-SC, PC*, fl. 3.

⁶⁰⁸ Veja-se o relatório policial, que precede a prisão, elaborado em 28 de Setembro, em *Ibidem*, fl. 2.

⁶⁰⁹ Olívio da Silva França, advogado, evidenciou-se pela sua presença nos Tribunais Plenários. Após o 25 de Abril foi deputado à Assembleia Constituinte nas listas do Partido Popular Democrático. Em 1983 foi agraciado, a título póstumo, com a Ordem da Liberdade. Faleceu no Porto em 9.8.1981.

Santos, Homem de Figueiredo e Ramos da Costa. Neste contexto, o mesmo Olívio França «informou também que os srs. drs. Arlindo Vicente e António Abreu ainda se encontravam presos, sem se saber bem porquê. O primeiro está encerrado num cubículo do Aljube, de Lisboa, que tem como única mobília uma tarimba sem lençóis e dois púcaros: um para beber, outro para escarrar»⁶¹⁰.

Lá fora, pelo contrário, a sua detenção foi vivamente acompanhada, não só pela imprensa mas também por algumas personalidades políticas. Manuel Maleo, da oposição espanhola, enviou uma carta ao ex-candidato presidencial em que, depois de expressar a sua «simpatia personal», revela grande admiração por Vicente e pela sua «acertada actitude politica democrática j de su firmeza en oponerse a cualquier tipo de dictadura»⁶¹¹. Quanto à denúncia pública da existência de uma nova onda repressiva, caberia ao jornal esquerdista parisiense *L'Humanité*, em 25 de Dezembro, informar sobre as prisões que em Portugal se faziam em período eleitoral. As detenções de Arlindo Vicente e de António Abreu, engenheiro próximo do candidato, fariam, pois, parte de uma estratégia do regime para «intimidar a oposição». Segundo o jornal parisiense, Arlindo Vicente «desfruta da grande simpatia de todos os que, em Portugal, se insurgem contra o regime»⁶¹².

Para o governo, porém, a visibilidade conseguida por Vicente no *L'Humanité*, órgão do partido comunista francês, constituía uma importante prova da filiação comunista do ex-candidato. As inferências ardilosas eram, com as provas forjadas, meios de prova de que a polícia se socorria com frequência. O facto de o nome de Arlindo Vicente constar de algumas edições do *Avante* era outra prova «convincente» do seu proselitismo comunista.

A prisão de um ex-candidato presidencial é reveladora da essência criminosa dos regimes totalitários como o Estado Novo. A sua cegueira política e o mais absoluto desprezo pelos direitos humanos derribam a máscara mode-

⁶¹⁰ *O Século*, ano 81, n.º 28 580, 01.11. 1961, p. 7.

⁶¹¹ ANTT, PIDE/DGS, Arlindo Vicente, *processo 4879-SC, CI (2)*, fl. 91.

⁶¹² ANTT, PIDE/DGS, Arlindo Vicente, *processo 315-SC, GT*, fl. 62.

lada durante décadas, de um autoritarismo sem mácula colocado ao serviço da nação. A treva persecutória não poupou a dignidade e a saúde de Vicente, preso e torturado, nem a vida de Delgado, vil e barbaramente assassinado pelo ominoso braço do terror policial. Ambos cometeram a ousadia de pôr em causa «a Verdade». Não consta que qualquer deles fosse um «perigoso bombista».

Atendendo às condições em que decorreu o cárcere de Arlindo Vicente parece legítimo aceitar-se, ainda que como hipótese provável, que os carcereiros visaram tirar a vida ao advogado lisboeta. Com efeito, para além dos assassinatos, que correspondiam à eliminação física de adversários políticos, como aconteceu com o escultor José Dias Coelho, em 1961, ou Humberto Delgado, em 1965, largas dezenas de opositores pereceram nas cadeias políticas, vítimas da brutalidade dos maus-tratos, dos espancamentos e das torturas físicas e psíquicas.

O próprio Arlindo Vicente, em iniciativa conjunta com Humberto Delgado, teve ocasião de denunciar as atrocidades cometidas nas prisões, em relato transmitido ao ministro do interior, em carta de Novembro de 1958. Ironizando com a dificuldade de apresentar provas dos maus-tratos, pelo facto de não ser «fácil tirar certidão legal de violências», os subscritores do documento identificavam os dois indivíduos que morreram nas cadeias da PIDE do Porto entre 15 de Fevereiro de 1957 e 2 de Março de 1958: «Durante os interrogatórios, os presos políticos Joaquim Lopes de Oliveira [a PIDE corrige cinicamente o seu nome para Joaquim de Lemos Oliveira «O Repas»] de Fafe e Manuel da Silva [afinal, Manuel Zola Ferreira Fiúza «O Ruque»], de Viana do Castelo. Mais recentemente chegou ao nosso conhecimento que em 30 de Junho último perdeu a vida nas dependências da P.I.D.E., em Lisboa, o operário torneiro Raul Alves de Póvoa de Santa Iria, preso 15 dias antes»⁶¹³. Seguiu-se, depois, um rol de queixas sobre o funcionamento dos serviços prisionais: «Junte-se a isto o inadmissível regime celular imposto aos presos políticos, a forma vexatória e humilhante como

⁶¹³ Veja-se o documento em ANTT, PIDE/DGS, Movimento Nacional Independente, *processo 1491/58 – SR*, fl. 183.

decorrem as visitas e toda a série de limitações introduzidas no regime prisional dos presos políticos»⁶¹⁴.

As condições do cárcere de Vicente ilustram sem tibiezas a vocação predadora do sistema prisional português deste período. O relato que a seguir transcrevemos, feito na primeira pessoa, não deixa dúvidas sobre as arrepiantes condições em que eram encarcerados os opositores do regime nos famosos «curros» da PIDE: «Pela tarde, entrei no Aljube. [...] Desci alguns degraus e fui conduzido a um corredor onde havia uma parede longa com uma série de portas, metro a metro. Claro que os guardas tinham ordens para me manter ali. Aberta uma das portas, deparei com outra porta e a seguir com um buraco, cela com cama, coberta com uma serapilheira e duas mantas. Ao lado um escarrador sobre uma ‘banqueta’ e um púcaro de alumínio para a água. O buraco não tinha luz. Esta vinha da fresta exterior quando se abria a porta, o que acontecia para ir à retrete ou quando se almoçava ou jantava. O buraco mede, quando muito, um metro de largo. Ali me meteram»⁶¹⁵.

Os célebres «curros» ou «gavetões», como eram conhecidos, confirmam a crueldade do sistema prisional do Estado Novo. Existiam cerca de quarenta destes buracos na cadeia do Aljube, controlada pela polícia política. Para aqui eram atirados os presos sobre quem se pretendia exercer grande pressão, uma espécie de tortura psicológica, atendendo às condições desumanas do espaço. Hans Rau, jurista da Comissão Internacional de Juristas, que acompanhou o julgamento de Arlindo Vicente, descreverá os «Curros» estabelecendo semelhanças com «o touril das arenas e no qual um homem não se pode manter de pé»⁶¹⁶.

A exiguidade do espaço, cerca de 1 metro de largo por dois de comprido, a falta de condições mínimas de higiene, de acolhimento, e a ausência de luz

⁶¹⁴ *Ibidem*.

⁶¹⁵ Arlindo Vicente, «Carta ao Juiz Corregedor do 1º Juízo Criminal de Lisboa», citado. O relato será depois corroborado já em liberdade: «Depois, durante dezanove dias e dezanove noites permaneci nos célebres «curros» ou «gavetas» [...] sem ar, com duas latas, uma para beber, outra para outras necessidades. De hora a hora, era-me perguntado do exterior se eu lá estava...» (*Diário de Notícias*, 5.03.1977, p. 6).

⁶¹⁶ Citado por António Pedro Vicente, *Espanha e Portugal. Um olhar sobre as relações Peninsulares no século XX*, Lisboa, Tribuna da História, 2003, p. 346.

e de circulação de ar acabaram por abalar a já debilitada saúde de Arlindo Vicente. Os famosos «gavetões» davam-lhe uma «angustiosa sensação de asfixia» que atormentava o seu coração, provocando-lhe um enfarte do miocárdio, a 8 de Outubro. Chamado insistentemente o médico, este só a 15 fazia a sua visita. Gravemente doente, sem o auxílio médico necessário, por recusa do médico do Aljube em vê-lo, Arlindo era ainda sujeito ao desgaste físico imposto pelas práticas torturantes dos carcereiros que o chamavam de duas em duas horas, «impedindo-o assim de dormir e de qualquer repouso»⁶¹⁷.

Após insistentes pedidos da família, no dia 18 de Outubro foi autorizada a visita do seu médico assistente, Dr. Iriarte Peixoto, que depois de feitos os exames da praxe lhe diagnosticou «um acidente coronário de extrema gravidade». Apesar do preocupante diagnóstico, a tortura física e psicológica continuaria num esforço aparente de eliminação do preso: «Assim, quando era de prever que se iria proceder a um tratamento cuidadoso, o doente continuou sujeito a toda a espécie de vexames, a interrogatórios, obrigado a subir íngremes escadas, perigosíssimas para o seu precário estado de saúde e, como se não bastasse, foi-lhe mostrado o relatório do electrocardiograma, que colocando-o a par do seu estado de saúde, o conduziu, assim intencionalmente, a um tal estado de depressão, que o levou a pedir aos seus familiares que o enterrassem na sua aldeia natal, pedido este que ainda mais alertou a família»⁶¹⁸.

Em carta dirigida a Salazar, Maria Teresa Vicente, filha do ex-candidato, informava o ditador que a gravidade da doença do seu pai exigia um internamento hospitalar, não obtendo qualquer resposta⁶¹⁹. A única coisa que conseguiram, por intermédio do director da PIDE, coronel Homero de Matos, pouco interessado em ver imputada àquela polícia «a morte do Dr. Arlindo Vicente», foi a sua transferência para a prisão de Caxias. Já em Caxias, o dr. Mário Marques haveria de requerer uma junta médica, por proposta da família, que

⁶¹⁷ Arquivo Pessoal de António Pedro Vicente, memorando da defesa de Arlindo Vicente.

⁶¹⁸ *Ibidem*.

⁶¹⁹ *Ibidem*; Veja-se a carta em ANTT, PIDE/DGS, Arlindo Vicente, *processo 315-SC, GT*, fl. 60.

seria constituída pelos professores Arsénio Cordeiro, Ducla Soares e Frederico Madeira e que confirmaria a existência de «um acidente coronário, com possível enfarto do miocárdio», concluindo no seu relatório ser «imprudente sujeitar o referido doente a quaisquer cargas físicas ou psíquicas».

Mas o calvário estava longe de chegar ao fim e só uma notável resistência física e psicológica impediu a morte de Arlindo: «Efectivamente, é quase inacreditável que aquele político tendo tido um enfarte do miocárdio, sem qualquer tratamento durante mais de oito dias e nas mais angustiosas condições em que se encontrava (nos curros), sujeito a toda a espécie de vexames e de provocações, obrigado a fazer esforços físicos, a aturar a insistência irritante e continuada de interrogatórios, sendo-lhe indeferidas as suas mais elementares reclamações – livros, jornais, visitas diárias sem grades, cartas sistematicamente devolvidas, recusa de receber visitas e cartas de amigos e toda uma longa série de vexames e torturas, tivesse escapado com vida»⁶²⁰.

Para além da família, poucos foram os amigos que se atreveram a interceder pelo prisioneiro político. Ainda assim, circularam dezenas de abaixo-assinados com centenas de assinaturas verberando a sua prisão em regime de isolamento numa situação de debilidade física, e exigindo que fosse «imediatamente restituído à liberdade aquele democrata e prestimoso cidadão»⁶²¹. Da sua terra natal, a solidariedade havia também de chegar, trazida pelas generosas mãos dos seus conterrâneos. Numa exposição dirigida a Salazar, um conjunto de proeminentes personalidades de Aveiro lembrava ao ditador a precariedade da saúde de Vicente e, apelando a um humanismo que este desconhecia, solicitava a sua intervenção para amenizar os padecimentos do recluso⁶²².

Humberto Delgado, a partir do seu exílio, ia alertando a opinião pública e as autoridades de algumas das potências ocidentais para a gravidade do

⁶²⁰ Arquivo Pessoal de António Pedro Vicente, memorando da defesa de Arlindo Vicente.

⁶²¹ Cfr. ANTT, Ministério da Justiça, 1º Juízo Criminal, *processo 16 068/62*, caixa 684, fls. 137 ss (Arquivo Pessoal de António Pedro Vicente).

⁶²² ANTT, PIDE/DGS, Arlindo Vicente, *processo 315-SC*, fl. 61. Entre os signatários contavam-se professores, advogados, publicistas, comerciantes, industriais, militares, o antigo reitor do liceu da cidade e o antigo presidente da Câmara Municipal de Aveiro.

cárcere de Arlindo. Entre outras diligências, enviou missivas aos presidentes João Goulart, Kennedy e De Gaulle, ao primeiro-ministro britânico Macmillan e ao líder trabalhista Hugh Gaitskell, «solicitando sua intervenção em favor do Sr. Arlindo Vicente, líder oposicionista, português, que se encontra preso há meses»⁶²³. Segundo o próprio Arlindo Vicente, teriam sido as diligências de Delgado, tornando a sua prisão «um escândalo internacional», as responsáveis pela sua libertação e pela pena simbólica a que foi condenado⁶²⁴.

Em Abril de 1962, um artigo publicado no *The Observer* dava conta das diligências feitas pelos exilados para libertar Vicente da forçada clausura: «Foi dirigido um apelo ao sr. Macmillan e ao presidente Kennedy, para intervirem urgentemente junto do Dr. Salazar, para salvar a vida de um dos seus mais distintos oponentes, o Dr. Arlindo Vicente, de 56 anos». O artigo aprecia depois as duras condições do cárcere e as funestas consequências que daí decorreram para a sua saúde⁶²⁵.

⁶²³ Segundo cópia do *Jornal do Brasil*, de 21.02.1962, in ANTT, PIDE/DGS, Arlindo Vicente, *processo 3370/45-SR*, vol. 2, fl. 64.

⁶²⁴ Cfr. Entrevista de Arlindo Vicente in *Diário de Notícias*, 5.03.1977, p. 6.

⁶²⁵ Arquivo Pessoal de António Pedro Vicente, Cópia do *The Observer*, de 22.04.1962, p. 2.

2. O JULGAMENTO

Quanto ao processo, as peças jurídicas consultadas revestem de simples clareza a arbitrariedade das autoridades e o conluio existente entre o sistema judicial e a polícia política. O relatório que provocou a detenção, datado de 28 de Setembro, dava conta das supostas actividades subversivas de Arlindo Vicente, nomeadamente o envio de «panfletos clandestinos pelo correio e sob anonimato a membros do corpo diplomático e consular acreditados no nosso país» e «camufladamente para o interior da cadeia de Caxias, panfletos idênticos destinados aos reclusos».

O mesmo relatório referia que «Arlindo Vicente mantém contactos com alguns elementos da ‘organização prisional’ do chamado ‘partido comunista português’, da cadeia de Caxias, através de mensagens escritas que com eles troca por processos ilusórios», sendo tal prática prova irrefutável de que o antigo candidato presidencial era «elemento de ligação do ‘partido comunista português’ com a organização prisional daquela cadeia»⁶²⁶.

Importa perceber que as acusações deste relatório, elaboradas pela polícia política, constituíram o eixo nuclear dos dois processos movidos a Arlindo Vicente, procurando provar-se que era colaborador do PCP e que, em face disso, constituía um perigo contra a «segurança do Estado». O político foi então preso e só depois se iniciaram as investigações e recolheram os meios de prova. Um perverso e ardiloso folhetim jurídico foi engendrado para culpar e condenar Arlindo Vicente, quando o verdadeiro intento da PIDE era afastar um adversário

⁶²⁶ ANTT, Ministério da Justiça, 2º Juízo Criminal, *processo n.º 3/62, vol. 1, Caixa 683*, fl. 2 e 2 Vº.

que se mostrava particularmente incómodo. E só existia um processo capcioso mas eficaz de abater esse adversário: era transformá-lo num delinquente perigoso, extorquindo-lhe a liberdade e os débeis direitos de cidadania.

A detenção foi, pois, levada a cabo na manhã de 30 de Setembro, «na área da sua residência» pelo agente Abílio Pires. No mesmo dia, a polícia ordenou uma busca em casa de Arlindo e ao escritório do advogado, apreendendo manifestos diversos, cartas públicas, panfletos e muitos dos documentos profissionais que possuía. Das centenas de documentos supostamente apreendidos, pois alguns terão sido aí colocados pela polícia, dois concitaram o interesse especial das autoridades: um folheto impresso da *Tribuna Livre*, órgão nacional das «Juntas de Acção Patriótica» e vários exemplares do *Avante!*. Para a polícia era imperioso provar que Arlindo redigia⁶²⁷ e distribuía alguma da propaganda clandestina do PCP, usando o seu escritório de advocacia como base de operações para o «derrube das instituições».

Nos interrogatórios, feitos sem a presença de qualquer advogado – elementos da polícia serviam de «testemunhas» – Arlindo defendeu-se sempre afirmando que os panfletos e manifestos lhe eram enviados por correio, prática corrente de que a própria polícia tinha conhecimento. No primeiro de muitos interrogatórios, ocorrido a 2 de Outubro, Vicente afirmava categoricamente que «as únicas colaborações que tem dado no campo político, são determinadas pelo respeito essencial à constituição vigente e de molde a proceder-se a eleições com o necessário respeito pela lei», negando, por isso, taxativamente, pertencer «à associação secreta que é o ‘partido comunista português’ ou qualquer outra»⁶²⁸.

Depois da sua transferência do Aljube para Caxias, no início de Novembro, forçada pelas fragilidades latentes do seu estado de saúde, Vicente esteve mais

⁶²⁷ Para este efeito foram apreendidas duas máquinas de escrever pertencentes ao escritório de advocacia e fizeram-se testes periciais para comparar o tipo de letra das referidas máquinas com as dos documentos. As máquinas nunca foram devolvidas aos legítimos donos.

⁶²⁸ ANTT, Ministério da Justiça, 2º Juízo Criminal, *processo n.º 3/62, vol. 2, Caixa 683*, fls. 99-100.

de três meses em completo isolamento, sem culpa formada, sem a visita de familiares, nem mesmo a do advogado de defesa ou da Ordem dos Advogados. A sua angústia ante a prepotência das autoridades ficaria gravada em pungentes e desconcertantes palavras de amargura, destinadas à sua filha Teresa Vicente, e datadas de 5 de Janeiro de 1962: «Já não acredito em nada, nem na lei. A lei é conforme calha e convém. Continuo incomunicável como sabes»⁶²⁹.

A 2 de Janeiro de 1962, o processo foi finalmente enviado pela PIDE ao 2º Juízo Criminal, uma vez que os autos «mostram elementos bastantes que permitem verificar que o arguido Arlindo Pires Vicente praticou os factos neles descritos»⁶³⁰. Quem não concordou foi o Ajudante do Procurador da República João Maria Vaz, que em 5 de Janeiro devolveu o processo por considerar que não havia matéria para incriminação, instando a polícia a diligenciar no sentido de poder tomar uma decisão «pelo menos mais definitiva e segura»⁶³¹.

Ainda assim, o magistrado do magistério público considerou haver «indícios probatórios» no processo que correspondiam aos «pressupostos formais da perigosidade do arguido, para os efeitos da aplicação de medida de segurança aludida no art.º 7º do Decreto-lei n.º 40 550»⁶³². Determinava pois, o mesmo magistrado, a prisão de Arlindo Vicente para que se procedesse à organização do respectivo processo de segurança.

A prisão foi, mais tarde, a 26 de Janeiro, sentenciada pelo juiz António de Almeida Moura, do 1.º Juízo Criminal, com o argumento de que nos autos se pro-

⁶²⁹ ANTT, PIDE/DGS, Arlindo Vicente, *processo 953/61-SC*, vol. 1, fl. 178.

⁶³⁰ ANTT, Ministério da Justiça, 2º Juízo Criminal, *processo n.º 3/62*, vol. 3, Caixa 683, fl. 257.

⁶³¹ *Ibidem*, fls. 261-262.

⁶³² *Ibidem*. O citado art.º 7 referia que «Serão sujeitos à medida de segurança de internamento, em estabelecimento adequado, por período indeterminado, de seis meses a três anos, prorrogável por períodos sucessivos de três anos, desde que continuem a revelar-se perigosos: 1.º Aqueles que fundem associações, movimentos ou agrupamentos de carácter comunista, ou que exerçam actividades subversivas, ou que tenham por fim a prática de crimes contra a segurança do Estado, ou que utilizem o terrorismo como meio de actuação, e bem assim aqueles que aderirem a tais associações, movimentos ou agrupamentos, com eles colaborem ou seguirem, com ou sem prévio acordo, as suas instruções; 2.º Aqueles que possibilitem conscientemente as referidas actividades subversivas, fornecendo local para reuniões, subsidiando-as ou permitindo a sua propaganda» (Diário do Governo, 12.03.1956, p. 323).

vava «através dos exemplares da imprensa e outros escritos que se encontravam juntos ao processo, que o arguido dando a sua adesão às doutrinas do Partido Comunista Português, com este vem colaborando na sua propaganda, a qual visa a alteração da constituição do Estado e destruir a forma de governo por meios inconstitucionais». Almeida Moura, sob proposta da PIDE e do Magistrado do Ministério Público, condenava Arlindo Vicente «à mencionada medida de segurança de internamento pelo prazo de seis meses»⁶³³ tendo como base, unicamente, os relatórios policiais e os «exemplares da imprensa e outros escritos» que o magistrado aceitava servilmente, sem confirmar a sua veracidade.

Pelos termos do despacho confirmam-se, por um lado, e de forma irrepreensível, as fortes conexões, se não mesmo submissão, do aparelho judicial à polícia política. Parte das testemunhas terá testemunhado sob coacção, prática, aliás, bem conhecida dos magistrados. Por outro, que Arlindo Vicente foi, como muitos outros presos políticos, previamente condenado pelo Estado Novo, quando se deu a sua prisão. O juiz Almeida Moura, que agora sentenciava a prisão, «convencido» pela polícia da «perigosidade social» do arguido, será um dos três magistrados que constituirão o Tribunal Plenário que mais tarde julgará Arlindo Vicente em processo-crime⁶³⁴.

Organizou-se, então, e paralelamente ao processo-crime, o processo de medidas de segurança, com o número 16 068/62, para definir as medidas definitivas a aplicar a Arlindo, sem que o juiz se dignasse ouvir o arguido: «Ouviram-se, pois, testemunhas que demonstraram que o País não perigava com a minha existência. Mas muitos amigos contactados recusaram, confessando o medo de depor em meu favor»⁶³⁵. Entre esses amigos que recusaram depor estava, por exemplo, o arcebispo-bispo de Metilene, Trindade Salgueiro⁶³⁶. Mas

⁶³³ *Ibidem*, fls. 345-345 vº.

⁶³⁴ Estas ligações foram recentemente confirmadas pelo advogado José Augusto Rocha, para quem «não havia fronteiras entre os tribunais e a polícia política» (*Público*, 24.04.2005, p. 16).

⁶³⁵ Entrevista de Arlindo Vicente, *Flama*, ano XXXI, n.º 1373, 28.06.1974, p. 17.

⁶³⁶ Depoimento de Maria Teresa Vicente ao Autor.

outros, vindos especialmente da área jurídica e da magistratura, onde ocupavam lugares de destaque, não recusaram o seu testemunho abonatório.

As 16 testemunhas, ouvidas no gabinete do magistrado, sem a presença do arguido, vieram dos mais diversos quadrantes ideológicos, como Adelino da Palma Carlos, Pedro de Góis Pita, Manuel Gonçalves Cavaleiro de Ferreira, José Ferreira de Castro, Francisco Dutra Faria, José Pereira Tavares, Vasco Vieira de Almeida e o padre Manuel Alferes⁶³⁷. Todos garantiram a integridade moral de Arlindo Vicente, a sua formação liberal e católica e o respeito pelos valores patrióticos; asseguraram ainda que a inteligência e a personalidade livre e independente do arguido eram incompatíveis com qualquer forma de subordinação e de funcionalização partidária.

Dos vários testemunhos, há um que merece atenção especial, por força da autoridade moral e jurídica que aparenta. Trata-se do professor de direito da Universidade Clássica de Lisboa, Manuel Cavaleiro de Ferreira, ministro da Justiça de Salazar (1944-1954) e tido como obreiro da legislação que em 1949 criou as medidas de segurança (decreto-lei 37 447, de 13/06). Para o antigo ministro da justiça, colega de Arlindo em Coimbra, o arguido «não é [...] nem comunista nem simpatizante com os comunistas. Aliás, só a filiação comunista, a colaboração efectiva ou o seguimento de instruções do mesmo partido constituem pressuposto legal da averiguação de perigosidade política». Cavaleiro de Ferreira considerava ainda que, «como político romântico», o espírito de Vicente é «oposto ao espírito e modo de ser da fria e calculada organização revolucionária do partido comunista»⁶³⁸.

⁶³⁷ Foram ainda testemunhas Agostinho Fontes Pereira de Melo, juiz Conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça, José Augusto de Nascimento Neves, juiz do Supremo Tribunal Administrativo, António Martins da Cruz, advogado e deputado, Eduardo de Sousa Monteiro, juiz Conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça, Manuel Barradas de Oliveira, jornalista, Mário de Figueiredo, advogado, Anacleto Martins, advogado e José Osório da Gama e Castro Saraiva de Albuquerque, presidente do Supremo Tribunal de Justiça.

⁶³⁸ ANTT, Ministério da Justiça, 1º Juízo Criminal, *processo n.º 16 068/62, Caixa 684*, fls. 197 ss (Arquivo Pessoal de António Pedro Vicente).

Entretanto, o processo-crime é reenviado pela PIDE ao 2º Juízo Criminal em 2 de Fevereiro, para voltar a ser solicitado a 5 do mesmo mês. A polícia política descobrira entretanto que a emissão da Rádio Moscovo, de 2 de Fevereiro, se referia aos presos políticos em Portugal, citando o nome de Arlindo Vicente. Era mais uma prova flagrante dos conúbios comunistas do arguido⁶³⁹. Feita esta diligência e apensa a «prova» ao processo, regressa este definitivamente ao 2º Juízo Criminal em 12 de Março. A 20 do mesmo mês, um despacho do tribunal pronunciava provisoriamente o arguido, «sem admissão de caução, como autor de um crime contra a segurança do Estado».

Em face disso, o processo pendente no 1º Juízo é enviado ao 2º Juízo por se considerar que era o tribunal plenário quem tinha competência para aplicar as respectivas medidas de segurança, sendo que Arlindo já havia sido condenado provisória e sumariamente a seis meses de internamento pelo juiz António de Almeida Moura. No 2º Juízo Criminal, o arguido seria pronunciado definitivamente em 2 de Abril, ficando então a aguardar julgamento.

Os Tribunais Plenários foram criados em 1945 (Decreto-lei n.º 35 044, de 20/10) em substituição do Tribunal Militar Especial. Como este, funcionavam em Lisboa e no Porto e substituíam os tribunais ordinários no julgamento dos crimes políticos, e muito especialmente os crimes contra a segurança do Estado. O Tribunal Plenário era constituído por um juiz desembargador presidente e por dois vogais, todos de nomeação governamental. Estes magistrados eram considerados muito complacentes com os agentes da PIDE, permitindo o espancamento de presos em plena audiência, e particularmente acintosos com os advogados de defesa, contra quem cometiam toda a espécie de prepotências e arbitrariedades⁶⁴⁰. Por outro lado, e não menos importante, destes tribunais não havia lugar a recurso sobre matéria de facto, «o que era chave essencial do seu funcionamento»⁶⁴¹.

⁶³⁹ ANTT, Ministério da Justiça, 2º Juízo Criminal, *processo n.º 3/62, vol. 4, Caixa 683*, fls. 355-366.

⁶⁴⁰ Cfr. João Madeira, «Tribunais Especiais», in Fernando Rosas, J. M. Brandão de Brito (dir.), *Dicionário de História do Estado Novo*, vol. 2, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, pp. 978-979.

⁶⁴¹ Depoimento de José Augusto Rocha, in *Público*, 24.04.2005, p. 16.

Por todas estas razões, eram poucos os advogados com coragem para assumir a defesa dos «criminosos políticos», receando naturalmente toda a espécie de perseguições ou mesmo atentados contra a própria vida. Entre os advogados mais temerários contavam-se, entre outros, Manuel João da Palma Carlos, Eliodoro Caldeira, Eduardo Turras, Manuel Sertório, Salgado Zenha, Henrique Vereda, Lucília Miranda Santos e Arlindo Vicente⁶⁴². Este último voltava a entrar neste tribunal especial mas agora na qualidade de acusado.

Depois da sua passagem pela tenebrosa prisão do Aljube, Arlindo Vicente encontrou em Caxias condições menos indignas para um preso político, mas mesmo assim destruidoras da «saúde física»⁶⁴³. Depois de um período inicial de isolamento, o antigo candidato presidencial passou a frequentar o convívio de outros presos políticos, integrando-se facilmente, por força da sua predisposição natural para o convívio. Para além das conversas de carácter político e ideológico, os tempos livres de Arlindo eram ocupados com actividades que lhe aliviavam algum sofrimento do espírito, em especial a pintura. O acesso a material para pintar e desenvolver a sua paixão de sempre terá contribuído para minorar os padecimentos do recluso: aí pintou ou desenhou retratos da maioria dos companheiros de cárcere, como José Manuel Miragaia, Alberto Vilaça, Calazans Duarte e Maurício Meireles, entre muitos outros⁶⁴⁴.

Para além da pintura, tinha acesso à biblioteca da prisão, redigia cartas e, a pedido da família, que lhe fazia chegar a documentação, podia cumprir muitas das suas obrigações profissionais de advogado. Este tratamento algo especial incluía um regime de rancho melhorado, que lhe chegava do exterior, de um restaurante próximo, fruto das diligências e a expensas da família⁶⁴⁵. Nesta azáfama de aparência normal, mas controlada pelas autoridades, os dias iam passando, até que chegou o período do julgamento, numa espécie de juízo final de carácter profano.

⁶⁴² Depoimento de Maria Teresa Vicente ao Autor.

⁶⁴³ Cfr. Carta de Arlindo Vicente para António Vicente, de 4.04.1962, transcrita em anexo.

⁶⁴⁴ Depoimento de António Alexandre Calazans Duarte ao Autor.

⁶⁴⁵ Depoimento de Maria Teresa Vicente ao Autor.

O julgamento começou a 12 de Julho, no Tribunal Plenário da Boa Hora, sendo advogado de defesa o Dr. Constantino Fernandes. A oposição de esquerda, com a sua capacidade mobilizadora, procurou encher a sala de audiência com apoiantes de Vicente para pressionar os juízes⁶⁴⁶. Mas a polícia, conhecedora dos conchavos oposicionistas, encheu a sala com elementos da polícia trajando à civil, prática que contava com o beneplácito dos magistrados. Assim, só os correspondentes da imprensa internacional e dois advogados, um belga e outro alemão, ligados à Comissão Internacional de Juristas, assistiram ao julgamento. Eram eles Marcel Slusny, que tomaria lugar junto da defesa, a convite do juiz presidente, e Hans Rau, também ele magistrado, que ocupou um lugar junto dos correspondentes da imprensa estrangeira⁶⁴⁷.

A Comissão Internacional de Juristas foi criada em Berlim Ocidental em 1952 e tinha a sua sede em Genebra desde 1958. As suas actividades orientavam-se para o acompanhamento dos direitos humanos e para a aplicação da justiça, apresentando-se como «organização mundial que se propõe defender e, se necessário, restaurar o Estado de Direito em todos os países»⁶⁴⁸. Os relatórios das suas actividades revelam um particular e justificado interesse pelo que se passava ao nível dos direitos humanos nos dois países da Península Ibérica, atendendo ao seu «carácter autoritário e ditatorial»⁶⁴⁹.

Conhecedora da realidade política de Portugal e das tramas judicativas do Estado Novo contra os sectores da oposição, a Comissão interessou-se pelo julgamento de Arlindo Vicente, emprestando-lhe dimensão internacional, e por isso enviou ao país os dois juristas referidos. Parte substancial do relatório, redigido por Hans Rau, foi publicada no «Boletim» n.º 15 da CIJ, de Abril de 1963, onde aquele jurista referiu com grande detalhe a prisão e o julgamento de Arlindo Vicente⁶⁵⁰.

⁶⁴⁶ Cfr. ANTT, PIDE/DGS, Arlindo Vicente, *processo 4879, CI (2)*, fl. 227.

⁶⁴⁷ Cfr. *Ibidem*, fl. 248.

⁶⁴⁸ Citado por António Pedro Vicente, *Espanha e Portugal. Um olhar sobre as relações Peninsulares no século XX*, Lisboa, Tribuna da História, 2003, p. 327.

⁶⁴⁹ *Ibidem*.

⁶⁵⁰ *Ibidem*.

Hans Rau não se confinou às observações colhidas na sala do tribunal. Para o conhecimento cabal da situação política de Arlindo Vicente terá sido de grande utilidade o contacto com uma representante do jornal «A Província de Angola». A dita representante afirmou-se apoiante do «movimento de Arlindo Vicente» e entregou uma morada ao jurista alemão que se comprometeu a mandar alguém contactá-la pessoalmente. Estes conúbios foram presenciados e denunciados por um agente da polícia que se fazia passar por jornalista: «A representante de «A Província de Angola», durante todo o julgamento, falando em voz baixa com o Hans Rau, esteve a depreciar o tribunal e mostrava-se uma adepta tão fervorosa do Dr. Arlindo Vicente que, quando o Juiz Presidente, ao ler a sentença de 20 meses de prisão correcional, declarou esta suspensa por cinco anos, não pôde evitar um gritinho de contentamento»⁶⁵¹.

No segundo dia do julgamento, a juntar aos dois juristas da CIJ, estiveram presentes no Tribunal Plenário a deputada trabalhista Judith Hart e um advogado francês, não identificado, que acompanhava o advogado Eduardo Turras, «conhecido pelas suas ideias oposicionistas e por ser habitual na defesa de membros do Partido Comunista Português, no Tribunal Plenário»⁶⁵². Esta exposição internacional e a presença da Comissão Internacional de Juristas, poderão explicar a amenização da pena proferida contra o político lisboeta, atendendo à dimensão gravosa das acusações⁶⁵³.

Entre as testemunhas arroladas pela defesa contavam-se quase todas as testemunhas do processo de medidas de segurança, acrescidas do embaixador Augusto de Castro, e dos advogados Mário Marques Mendes e José Lopes Mendonça. Muitos amigos do ex-candidato recusaram qualquer depoimento com medo de represálias. De acordo com o *Le Monde*, as testemunhas de defesa descreveram Vicente como um homem tolerante, professando ideias liberais «mais «n'étant pas et ne pouvant pas être un communiste»⁶⁵⁴.

⁶⁵¹ ANTT, PIDE/DGS, Arlindo Vicente, *processo 4879, CI (2)*, fl. 248.

⁶⁵² *Ibidem*, fl. 249.

⁶⁵³ Cfr. António Pedro Vicente, *ob. cit.*, p. 348.

⁶⁵⁴ *Ibidem*, fl. 223.

Com efeito, todo o processo foi congeminado para demonstrar que Arlindo Vicente era um quadro político do PCP. Este foi acusado de actos subversivos praticados enquanto «membro da organização denominada 'Junta Patriótica' [...] organização esta subsidiária ou afim do chamado 'partido comunista português', a ela subordinada e pelo menos dirigida, embora tenha certa autonomia, mas que visa directamente a alteração da constituição do Estado e a mudança ou destruição da forma do Governo, por meios não consentidos pela constituição»⁶⁵⁵.

Segundo o acórdão do tribunal, era enquanto membro desta organização que Arlindo Vicente estabelecia contactos com os membros do «dito partido» então presos, beneficiando da sua qualidade de advogado de defesa para fazer entrar documentos e efectuar contactos clandestinos. Nas prisões, Vicente teria orientado a «actividade 'partidária' desses reclusos [...] e por orientação do referido 'partido', elaborou ou mandou copiar declarações, textos, cartas ou abaixo assinados, destinados a divulgar afirmações falsas e desfavoráveis ao Governo e a exigir a libertação dos chamados presos políticos»⁶⁵⁶.

Tais acusações, porém, careciam de prova efectiva. O tribunal não considerou, por exemplo, que os reclusos que supostamente contactaram com o advogado Arlindo Vicente, Camilo de Oliveira Santos Costa, José Joaquim dos Santos e José Fernandes, possuíam os seus próprios advogados de defesa; que estes negaram a autoria material dos papéis que a PIDE afirmava terem eles enviado ao advogado Arlindo Vicente⁶⁵⁷.

A testemunha chave da acusação terá sido Albano Alves Simão, antigo funcionário do PCP, com participação muito activa na campanha de Vicente em 1958, pertencendo à comissão da freguesia de Póvoa de Santa Iria. Frequentador assíduo do escritório do advogado, confirmou que expandiu pelo correio exemplares do *Tribuna Livre* a pedido de Arlindo Vicente⁶⁵⁸.

⁶⁵⁵ Idem, *processo 953/61, SC*, vol. 2, fl. 225-225 vº.

⁶⁵⁶ *Ibidem*, fls. 226.

⁶⁵⁷ ANTT, Ministério da Justiça, 2º Juízo Criminal, *processo n.º 3/62, vol. 3, Caixa 683*, fls. 224-227.

⁶⁵⁸ *Ibidem*.

Mais tarde, depois da revolução, Arlindo Vicente acusaria Albano Simão de ser «agente duplo ao serviço da polícia». Em resposta, Albano Simão responderia que também ele foi preso e torturado pela PIDE⁶⁵⁹. A não ser por coacção policial, não se compreende que alguém com o seu «currículo» opositorista se dispusesse tão facilmente a colaborar numa farsa inquisitória tão evidente.

O advogado lisboeta foi julgado por um Tribunal Plenário que integrava os juizes Silva Caldeira, António de Almeida Moura e Francisco Borges da Gama, dando como provadas todas as acusações apresentadas (e montadas) pela PIDE e por ele condenado pelo «crime público contra a segurança interior do Estado» a pena de vinte meses de prisão, suspensa durante cinco anos, e suspensão temporária dos direitos políticos por cinco anos⁶⁶⁰.

Arlindo Vicente, num documento enviado ao seu advogado, Dr. Constantino Fernandes, rebateu todas as acusações que lhe eram dirigidas. Explicou que as suas relações com os presos políticos eram meramente profissionais e que não pertencia a quaisquer organizações por recusar o princípio da clandestinidade. Quanto à acusação de proselitismo comunista, deixamos as expressivas palavras que registou nesse documento: «Eu fui sempre frontal. Sempre lutei abertamente pelo que amei. Fui assim criado. Fui assim educado. Assim fiz a minha cultura, assim vivi e assim espero viver. A maior parte dos homens deixam-se [sic] guiar por sofismas, como se vê dos autos e passam a vida acobertados, escondidos, camuflados. Se eu fosse comunista era-o mesmo. Não o sou, não o sou mesmo»⁶⁶¹.

O ex-candidato presidencial acabará mesmo por se referir ao expediente utilizado pelo Estado Novo, ao rotular de comunista qualquer membro da oposição. Vicente afirma que «passaram decénios e a polícia foi criando uma mística e tudo lhe parece comunista. Só vê comunismo e quem não é salazarista é comunista»⁶⁶². O mesmo acontecera aliás, com as «Juntas de Acção Patriótica», criadas em finais de 1959 para

⁶⁵⁹ Cfr. *Flama*, ano XXXI, n.º 1379, 9-08.1974, p. 5. O seu processo-crime tem o número 729/45.

⁶⁶⁰ Veja-se a cópia da parte final do acórdão judicial em *Ibidem*, fls. 225-227 vº.

⁶⁶¹ ANTT, PIDE/DGS, Arlindo Vicente, *processo 315-GT*, fl. 131.

⁶⁶² *Ibidem*.

articular a actuação da oposição interna com os emigrados políticos. Na documentação judicial, como se viu, e de que resultará jurisprudência, as Juntas são definidas como organizações subsidiárias do PCP. Mário Soares afirma nas suas memórias, porém, que esta tese é falsa, pois as Juntas «foram organismos unitários, com representação de todas as correntes políticas antifascistas (republicanos liberais, maçons, social-democratas, socialistas, comunistas, católicos) em que o Partido Comunista, sobretudo a nível dos organismos superiores, estava muito longe de ter maioria»⁶⁶³.

O julgamento de Arlindo Vicente não chegou à opinião pública por força da acção da censura, mas no estrangeiro encontrou eco junto da imprensa internacional de vários países, sobretudo de esquerda. Em Itália, o julgamento foi noticiado pelo *Popolo e Libertà* (16 de Julho)⁶⁶⁴, em Inglaterra pelo *New Daily* (14 de Julho)⁶⁶⁵, na Áustria pelo *Die Tat Zurich* (13 de Julho)⁶⁶⁶ e na França pelos *L'Humanité* (13 de Julho)⁶⁶⁷ e pelo *Le Monde* (13 de Julho). Caberá ao *Le Monde* a transcrição de uma frase proferida por Vicente antes de este ouvir a sentença condenatória, e que poderá conceber-se como monumental síntese do sentimento perfilhado por milhares de presos políticos condenados (ou não) em Portugal pelo Estado Novo: «*Ni mes droits humains ni mon bonheur n'ont été respectés jusqu'à présent*»⁶⁶⁸.

A máscara de Salazar voltava a cair ante as urdiduras da sua própria máquina repressiva. O próprio Arlindo Vicente, na sua carta ao magistrado judicial, largamente citada, declarava sem hesitações que «*tal processo não é o meu retrato, mas o retrato da Pide*» e que «as alegações que pretendem a minha prisão, mostram claramente o arbítrio de que são passivos todos aqueles que não aceitam o partido único, como solução nacional imposta»⁶⁶⁹.

⁶⁶³ *Ob. cit.*, pp. 303-304.

⁶⁶⁴ ANTT, PIDE/DGS, Arlindo Vicente, *processo 4879-SC*, CI (2), fl. 219.

⁶⁶⁵ *Ibidem*, fl. 220.

⁶⁶⁶ *Ibidem*, fl. 236.

⁶⁶⁷ *Ibidem*, fl. 238.

⁶⁶⁸ ANTT, PIDE/DGS, Arlindo Vicente, *processo 3370/45-SR*, fl. 28.

⁶⁶⁹ Arlindo Vicente, «Carta ao Juiz Corregedor do 1º Juízo Criminal de Lisboa», ANTT, PIDE/DGS, *Arlindo Vicente*, Processo 953/62, vol. 2, fls. 129-130. Sublinhado meu.

A prisão do advogado lisboeta acabou por afastá-lo da ribalta política, como era intenção do regime salazarista, ficando ainda sob apertada vigilância policial. A prisão surgiu no momento em que se evidenciava a sua acção política durante o processo eleitoral de 61, provando-se à saciedade que o Estado Novo não via os políticos como adversários mas como inimigos⁶⁷⁰. A condenação visou claramente o seu ostracismo político, como veio a suceder, num contexto político muito conturbado.

Mas a prisão e julgamento de Arlindo Vicente tiveram repercussões no seio da sua família e muito especialmente no seu escritório de advocacia, à frente do qual estava a sua filha e advogada, Maria Teresa Vicente. O dito escritório passou a ser alvo de vigilância policial, afastando grande parte da clientela, muito receosa das supostas «ligações» comunistas dos advogados Vicente. Importante para a manutenção da sua actividade jurídica, durante a prisão de Arlindo, foi a avença do escritório com a empresa de Rodrigo Castro Pereira, empresário de direita, que chamou a jovem advogada para lhe afirmar a sua confiança no escritório que ela representava, garantindo assim o seu sustento financeiro⁶⁷¹.

O temor tomara conta da família de Arlindo Vicente, ameaçada pela polícia, e muito receosa de uma pena mais longa para o advogado. As perseguições continuariam depois a atingir os filhos de Arlindo: Fernão Vicente, então funcionário do Ministério do Ultramar, foi expulso da função pública, era então ministro Adriano Moreira; António Pedro foi expulso da faculdade de Letras, onde estudava⁶⁷².

O avolumar da vaga repressiva, bem visível nos anos de 1961 a 1963, acabou por afectar a oposição esquerdista e em particular o PCP, diminuindo a

⁶⁷⁰ Na defesa de Arlindo, o seu advogado, Constantino Fernandes, afirmará que «tristes são estes tempos que vivemos. O Dr. Arlindo Vicente ainda vem de uma época onde os políticos eram adversários, mas não eram inimigos. A generosidade, a elegância, a educação, o aprumo cívico, eram timbre da sua conduta na vida privada e com os adversários de ideias», in ANTT, Ministério da Justiça, 2º Juízo Criminal, *processo n.º 16 068/62*, Caixa 684, fls. 129 Vº-130 (Arquivo Pessoal de António Pedro Vicente).

⁶⁷¹ Depoimentos de António Pedro Vicente e Maria Teresa Vicente ao Autor.

⁶⁷² *Ibidem*.

sua capacidade de actuação e de pressão política⁶⁷³. O início da guerra colonial haveria de acendrar o divisionismo oposicionista e levantar escolhos intermináveis à sua acção subversiva. A oposição era obrigada a regressar aos «papéis».

Arlindo Vicente viu a sua actividade política afectada não só pela perda de direitos políticos mas igualmente por uma profunda descrença. Um pessimismo dilatado tomaria conta do seu espírito nos conturbados anos 60, ante a impossibilidade de uma viragem política rumo à democracia⁶⁷⁴. Ainda assim, continuou a colocar a sua assinatura sob os infundáveis requerimentos, apelos e abaixo-assinados com que a oposição ia causticando (pouco) o Estado Novo.

No decénio de sessenta, as prisões transbordavam de presos políticos, obrigando os sectores oposicionistas a movimentarem-se para denunciar as brutalidades e arbitrariedades do sistema prisional. Em Junho de 1965, Arlindo Vicente assinou, juntamente com mais 118 personalidades, um apelo ao presidente da república para que promovesse uma amnistia geral para os presos políticos. Na carta colectiva enviada a Américo Tomás, os subscritores insurgiam-se contra o aumento do «terror policial» e contestavam que «as diferenças de opinião sejam transformadas em crime», acabando por concluir que «as prisões políticas roem e abalam a nossa cultura nos seus fundamentos éticos e intelectuais»⁶⁷⁵.

O sistema prisional do Estado Novo, com as suas prisões espalhadas por território continental e ultramarino, permite advogar o carácter totalitário do regime. A edificação de um «homem novo» exigia o aniquilamento de toda a actividade intelectual livre e autónoma. Por isso, as prisões constituíram, com a censura e a polícia política, os alicerces do Estado Novo.

Depois de encerrado o Tarrafal, em 1949, a prisão da Fortaleza de Peniche veio ocupar o seu lugar na primazia da brutalidade e dos maus-tratos. Esta pri-

⁶⁷³ Cfr. José Tengarrinha, *ob. cit.*, p. 410.

⁶⁷⁴ Um dos relatórios da PIDE, de 21 de Abril de 1965, refere-se à intenção de Arlindo Vicente de emigrar pois «diz que não se sente cá bem» (ANTT, PIDE/DGS, Arlindo Vicente, *processo 4879- SC*, fl. 182).

⁶⁷⁵ *Ibidem*, fl. 176.

são deixava marcas bem profundas no espírito e no corpo dos detidos políticos. A sua estrutura física e as salas de tortura aumentavam a sua fama de presídio inexpugnável e de poiso a evitar.

Para Peniche eram enviados os presos políticos considerados mais perigosos, como os comunistas, pois aqui se cumpriam as penas de prisão mais longas. A falta de humanidade desta prisão foi, por isso mesmo, alvo de uma carta dirigida ao ministro da justiça de Salazar em que vinte e sete advogados, e entre eles Arlindo Vicente, repudiam as duríssimas condições deste estabelecimento, pois «toda a organização da prisão do Forte de Peniche, parece concebida para destruir física e psiquicamente os presos que ali se encontram»⁶⁷⁶. Entre as características da «fortaleza da morte» contavam-se a «ausência total de cuidados médicos», a pobreza dos alimentos e o sistema restritivo de visitas. As conhecidas torturas não constavam do texto do documento⁶⁷⁷.

Para além deste envolvimento informal na contestação ao regime, as ligações de Arlindo Vicente com a oposição organizada pareciam agora mais episódicas. Todavia, o seu prestígio, conquistado com largos custos pessoais por uma consciência e uma coerência empenhadas na causa pública, aumentara entre as hostes oposicionistas. O II Congresso de Aveiro, realizado entre 15 e 17 de Maio de 1969, em plena primavera marcelista, terminaria com um repasto a que presidiu o antigo candidato presidencial. Manuel da Costa Melo, apoiante de Delgado em 1958, considerou que «a escolha fora perfeita. Para além do próprio valor que muito era, Arlindo Vicente não deixara de ser, nas nossas lutas, o homem que em plena e consciente manifestação do civismo soube fazer a avaliação correcta que o levou a deixar para Delgado a representação de toda a Oposição Democrática, evitando assim, parcelamentos que só ao adversário fascista aproveitariam»⁶⁷⁸.

⁶⁷⁶ *Ibidem*, fls. 51-52.

⁶⁷⁷ Uma descrição da prisão de Peniche pode ler-se em Fernando Queiroga, *Portugal Oprimido*, Lisboa, Editorial O Século, 1974, pp. 44 ss.

⁶⁷⁸ *Memórias Cívicas [1913-1983]*, Coimbra, Almedina, 1988, p. 294.

Os congressos republicanos começaram por se realizar em Aveiro devido à dinâmica criada, entre outros, por Mário Sacramento, intelectual progressista que integrara a comissão distrital da candidatura de Arlindo Vicente, e faziam justiça ao «espírito liberal» da cidade do Vouga. Os três congressos (1957, 1969 e 1973) surgiram como espaço de debate e reflexão, ao mesmo tempo que procuravam arregimentar a oposição para o combate político, «mobilizando energias», e «denunciando» as incapacidades do regime⁶⁷⁹.

Para além de presidir ao almoço de encerramento do II Congresso Republicano, onde voltou a insistir na «união de todos os democratas»⁶⁸⁰, Arlindo Vicente contava desenvolver uma intervenção mais concreta no III Congresso Democrático (perdera o adjectivo «republicano», menos abrangente), realizado em Abril de 1973. Mas contrariando os seus intentos, Arlindo não esteve presente no encontro político. Ao Congresso chegaria um telegrama do político aveirense afirmando que «apesar de doente e da recente perda de um ente muito querido [o neto], tudo farei para estar presente no sábado e domingo»⁶⁸¹.

Mas não esteve. Os padecimentos físicos, impostos pelos tormentos do cárcere, debilitavam a sua outrora robusta constituição física⁶⁸². Na verdade, a política revelava-se agora mais episódica. Um desejo de realização espiritual bradava com crescente intensidade, arredando o político das contendas e «forçando» o artista a agarrar a paleta e a manejar os pincéis.

⁶⁷⁹ Cfr. Marília de Assis Freire Ribeiro Tavares, *Os Congressos Republicanos de Aveiro. Subsídios para a História da Oposição ao Estado Novo*, Tese de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1994 (policopiado), pp. 36-39.

⁶⁸⁰ O Primeiro de Janeiro, ano 101º, nº 135, 18.05.1969, p. 10.

⁶⁸¹ *República*, ano 62 (2ª série), nº 15099, 7.04.1973, suplemento especial, p. VII.

⁶⁸² Eduardo Cerqueira, amigo de liceu em Aveiro, afirmou que o encontrou «já forte de estatura, robusto e másculo, desempenado e desenvolvido, à custa da vida autónoma e aberta que a aldeia lhe propiciara e o retemperara», *Litoral*, ano XXIV, nº 1186, 2.12. 1977, p. 3.

3. CUMPRIR O DESTINO

«Agora, se tiver saúde, trabalharei de dia e de noite em pintura, a ver se compenso o tempo que lá vai. Embora não ignore que ninguém regressa ao passado! [...] É claro que também não pretendo regressar ao passado, mas sim trocar a advocacia pela pintura para *cumprir o meu verdadeiro destino*»⁶⁸³.

Com estas palavras, proferidas no dia que antecedeu a sua exposição retrospectiva, realizada na Sociedade Nacional de Belas-Artes, Arlindo Vicente expunha as suas intenções quanto ao futuro. A carreira de Advogado e de político havia ostracizado o artista durante mais de uma década, por entre audiências, processos, reuniões e congeminações políticas. São elucidativas as palavras do artista a esse propósito: «O meu trabalho de advogado comprometeu de certa maneira a minha actividade como pintor, que devia ter tido mais sequência e regularidade. Por outro lado, as lutas políticas em que estive integrado nem sempre me deixaram tempo para pintar. A advocacia e a luta democrática, as condições difíceis em que este trabalho se desenvolvia em Portugal inibiram --me de fazer arte, durante quase dez anos»⁶⁸⁴.

Arlindo Vicente voltava a entregar-se totalmente à sua paleta de cores brilhantes, ocupando um *atelier* no Palácio dos Coruchéus, em Alvalade, pertencente à Câmara Municipal de Lisboa. Foi neste idílio artístico, em contacto com outros artistas plásticos, que Vicente passou os últimos anos.

⁶⁸³ Entrevista de Arlindo Vicente, *Diário de Lisboa*, ano 50, n.º 17 041, 31.05.1970, p.15. Sublinhado meu.

⁶⁸⁴ Entrevista de Arlindo Vicente, *República*, ano 63 (2ª série), n.º 15595, 20. 11. 1974, p.2.

Este regresso à sua vocação de sempre trouxe o artista para um contacto mais próximo com o público, concretizado em duas exposições individuais que apresentou em Lisboa, a primeira em 1970 e a segunda em 1974, já em plena liberdade. Em 1970, o acontecimento teve grandes repercussões na imprensa nacional, e foi tratado como um evento artístico e cultural de relevo: «A exposição de Arlindo Vicente [...] ontem inaugurada no salão grande da Sociedade Nacional de Belas-Artes, foi, em Lisboa, um acontecimento artístico e social de relevo que levou, durante quase toda a tarde, ao edifício da rua Barata Salgueiro um caudal de gente pouco comum»⁶⁸⁵.

Muitas figuras da «vida cultural e social» portuguesa, e de vários quadrantes políticos, assistiram à inauguração, presidida pelo Dr. Pedro Pita, bastonário da Ordem de Advogados. As parangonas dos jornais evocavam a importância do certame: o *Primeiro de Janeiro* referiu-se a «Uma exposição notável inaugurada nas Belas-Artes» e «Arlindo Vicente intérprete do Homem e da Natureza numa Exposição Notável»⁶⁸⁶; o *Diário de Notícias*, por seu lado, evocava o sentido geral da sua obra, reforçando «O Poético e o Humano na Pintura de Arlindo Vicente»⁶⁸⁷.

A exposição de 1970 era uma retrospectiva de toda a obra do artista, desde os tempos de Coimbra e Lisboa, reunindo mais de uma centena de trabalhos, entre pintura, desenho e aquarela. Entre os trabalhos apresentados voltavam a destacar-se os retratos, especialmente de Assis Esperança, Abranches Ferrão, Francis Graça, João Gaspar Simões e o famoso retrato colectivo de 1939, intitulado «Grupo do Café Chiado», em que aparecem Barradas de Oliveira, António Pedro, Carlos Tinoco, António Tinoco e António Dacosta. No geral, os críticos apreciaram o «humanismo» e o «poético» com que trata os seus temas, dentro do expressionismo lírico a que habituara os seus seguidores, mesmo quando os temas eleitos são mais sérios e representam «os humildes».

⁶⁸⁵ *O Século*, 2.06.70, p. 9

⁶⁸⁶ *O Primeiro de Janeiro*, ano 102, n.º 150, 2.06.1970, p. 5.

⁶⁸⁷ *Diário de Notícias*, ano XV, n.º 801, 10.06.1970.

Na verdade, a exposição retrospectiva evidenciava, afinal, a personalidade do artista: «Arlindo Vicente oferece-nos uma exposição de pintura, desenho e aguarela, que é, acima de tudo, uma magnífica lição de sinceridade, duma vocação artística sempre fiel às suas emoções e bem discriminadora da sua forte personalidade de homem e de artista»⁶⁸⁸. Para o crítico do *Primeiro de Janeiro* esta era, por tudo isto, «inquestionavelmente, a mais significativa ou uma das principais, que foram apresentadas ao público de Lisboa, nesta temporada»⁶⁸⁹.

Depois desta exposição, Arlindo Vicente regressaria a Paris, em Junho de 1971, à cidade que já o apaixonara em 1950, quando aí se deslocou pela primeira vez. Foi no início desta década que o artista cumpriu uma antiga necessidade do espírito, o contacto com culturas onde as artes brilhavam no firmamento e com o génio criador dos grandes artistas. No ano seguinte, em 1951, Vicente voltaria a cruzar a fronteira para uma viagem que o levou a França e Itália, países que constituíam referências artísticas e culturais incontornáveis. Durante essa viagem visitou uma das mais importantes referências da sua obra, Paul Cézanne: «Para mim, de todos os homens notáveis do mundo, aprecio particularmente o pintor Paul Cézanne. Desde que um dia dei por ele, reproduzido em alguns dos seus trabalhos, senti que ali estavam reunidos todos os elementos para a construção duma pintura tão inteiramente nova quanto é possível ao homem realizá-la. E tão devotamente o admiro, na sua obra e vida, que visitei, no ano passado, a sua terra natal e a sua própria sepultura no cemitério de Aix-en-Provence. [...] eu creio que morreu em Aix [...] o maior pintor moderno e um dos maiores de todos os tempos. Ninguém antes dele havia pressentido a eternidade da luz, a permanência da forma, a identidade geométrica da construção dos objectos ou da forma da natureza»⁶⁹⁰.

⁶⁸⁸ *Ibidem*.

⁶⁸⁹ *O Primeiro de Janeiro*, ano 102, n.º 150, 2.06.1970, p. 5.

⁶⁹⁰ Depoimento de Arlindo Vicente, *Ler, Jornal de Letras, Artes e Ciências*, nº 8, Nov. 1952, p. 16.

Agora com mais tempo, Vicente deleitava-se no contacto com culturas mais arejadas, como a Espanha, que visitava frequentemente, a Inglaterra, que visitou em Setembro de 1966, e Veneza, onde esteve em Setembro de 1967. Mas era sempre a França e a Paris que voltava, como aconteceu em 1971 e em Março de 1973. Para além de motivações estéticas, porque muito necessitava do «contacto dessa civilização», como afirmara em tempos a Ferreira de Castro⁶⁹¹. O contacto com o mundo das artes fazia-se através da imprensa especializada que Vicente subscrevia, em especial o *Le Monde des Arts*⁶⁹².

Entretanto, Arlindo continuava a participar em certames artísticos, como a *II Exposição de Arte Portuguesa dos Séculos XIX e XX*, dedicada aos artistas figurativos. O artista sempre se afirmara como um pintor figurativo, na medida em que «no figurativo está o sonho, está o abstracto, está quase tudo desde que haja o talento necessário»⁶⁹³. Ao lado de artistas consagrados como Abel Manta, Júlio Pomar, José Tagarro, Nadir Afonso, Vespeira, Mário Eloy, António Soares, entre outros, Arlindo Vicente apresentou um conjunto de desenhos que constituíram uma «revelação» desta exposição⁶⁹⁴.

Já a sua exposição individual de 1974 apresentava um conjunto de setenta e seis trabalhos produzidos a partir de 1972, onde, através do seu expressionismo figurativo, o artista desenvolve uma pintura de grande preocupação social, como o próprio lembrará em entrevista ao jornal *República*⁶⁹⁵, já citado. Uma pintura em que Vicente «foca [...] o pitoresco do homem do povo português nas suas múltiplas situações de carência e drama»⁶⁹⁶.

A consciência social do artista continuava bem desperta para o sofrimento e as injustiças do mundo mas, nessa obra humanista, ressurgia sempre a figura incontornável da natureza humana: «Arlindo Vicente pegou em temas velhos

⁶⁹¹ *Museu Ferreira de Castro*, Carta de Arlindo Vicente a Ferreira de Castro, 7.05.1948.

⁶⁹² Cfr. Arquivo Pessoal de António Pedro Vicente.

⁶⁹³ Arquivo de António Pedro Vicente, *Depoimento de Arlindo Vicente* (1970).

⁶⁹⁴ Cf. *Revista BP*, ano XVI, n.º 2, Abril/Junho de 1972, p. 6.

⁶⁹⁵ Cfr. ano 68 (2ª série), n.º 15595, 20.11.1974, p. 2.

⁶⁹⁶ Vítor Serrão, *art. cit.*

e fez, de facto, obra nova, cantando, com as tintas de óleo, a epopeia do povo humilde, nas suas telas que são documentos de uma época e de vidas sem glórias e sem história. O social interessou-o, sendo este [...] um dos capítulos mais válidos da notável exposição. O tipismo de grupos de boas festas, pescadores, rapazes da rua, pedintes, cavadores, namorados, vendedores de fruta ou de bugigangas, varinas, pastores, vindimadeiras nas pedregosas escarpas do Douro, mães com filhos ao colo, noivos pobres e pobres noivos, bairros de lata, saltimbancos, velhos arrimados no ombro das companheiras, e grupos de ciganos nas suas marchas de nómadas sem destino certo, foram, a par de outros, motivos inspiradores do artista que soube transmitir-nos impressões, sugestões, estados de alma com muito de verdade, sentimento e poesia»⁶⁹⁷.

Apesar de longa, esta transcrição volta a reforçar a dimensão humanista da arte vicentina, que as agruras do exílio político não abatera, fazendo-nos penetrar no mundo interior do artista, um mundo que dialoga com o seu interlocutor «como um espelho que fala», revelando as tessituras de «um mundo dentro do mundo»⁶⁹⁸. Na fase derradeira da vida, o artista voltava a entregar-se por inteiro a um projecto de realização pessoal e espiritual que não excluía o mundo, porque a sua arte nascia do mundo, era uma arte «viva e vivida». Quanto à política, despontava eventualmente do manejo dos pincéis, seguindo um velho preceito de Balzac, assomando contudo numa dimensão simbólica e universalista, e por isso distante das interpretações de cunho ideológico, apostadas em estabelecer um anelo irrepreensível entre a obra plástica e a sua faceta de democrata incansável. Com efeito, a arte de Arlindo Vicente será sempre uma porta aberta para dentro do seu universo íntimo.

⁶⁹⁷ Jaime Ferreira, «Pintor que foi candidato à Presidência da República», *O Comércio do Porto*, 7.12.1974, p. 6.

⁶⁹⁸ Cfr. Mário Dionísio, *ob. cit.*, p. 92.

(Página deixada propositadamente em branco)

CONCLUSÃO

Enquanto o jovem Arlindo Vicente despertava para uma certa consciência política, durante as lutas estudantis de 1930-1931, Oliveira Salazar organizava a sua escalada ao poder com o seu habitual sentido frio e conhecimento dos homens. Ainda se encontraram em Coimbra. De Salazar ficou-lhe uma impressão desfavorável, pois «Salazar era uma pessoa muito pouco simpática como professor, e os alunos não tinham por ele nenhuma ternura especial»⁶⁹⁹.

Como artista habituado a penetrar no íntimo dos seus semelhantes, Arlindo Vicente traçaria mais tarde, com grande mestria, o perfil do ditador catedrático. O seu retrato psicológico é de tal modo sugestivo que não resistimos a transcrevê-lo: «[Salazar] isolando-se e servindo-se bem de alguns, só na medida das necessidade de momento, soube magistralmente aproveitar os defeitos do seu compatriota, as ambições de cada um para os pôr ao seu serviço. Bom conhecedor, óptimo diria mesmo, das fraquezas e dos defeitos humanos, soube sempre sobrepor-se sibilinamente aos demais e ordená-los. Simulado e ambicioso do poder político, não mostrou nunca a sua verdadeira face. [...] Nele dificilmente transpareceu, alguma vez, o pensamento que conduz a uma atitude objectiva. [...] Foi monárquico, foi republicano, qual a definição verdadeira do seu regime que muitos classificam de fascista? Qual foi finalmente a sua ideologia? Dizia-se católico, serviu-se da igreja e, no fim, como a tratou? Salazar como homem. Salazar como Estadista. Não faço a separação. [...] Soube é, não há dúvida,

⁶⁹⁹ Entrevista de Arlindo Vicente, *A Capital*, ano VII, 2.ª série, n.º 2355, 11.10.1974, pp. 12-13.

com o seu engenho minucioso e os seus ardis montar as estruturas, capazes e habilidosas, suficientes para fazer perdurar um regime 50 anos: a censura e a polícia política»⁷⁰⁰.

A relação de Arlindo Vicente com o Estado Novo evoluiu dentro dos parâmetros político-sociais e culturais em que se estruturou a relação do regime com os diferentes sectores da sociedade. Numa primeira fase, enquanto a arte centrou os seus interesses, a relação de Vicente deve ser integrada no quadro das dinâmicas em que se envolveram as elites intelectuais e artísticas. O atraso económico e cultural do país, acompanhado de viçoso nacionalismo estético e ideológico, empurrou uma parte da intelectualidade, e entre ela os artistas plásticos, para uma colaboração oficial que só pode explicar-se por uma consciência política momentaneamente alquebrada, num período em que as soluções ditatoriais se afirmavam como as mais capazes para resolver as tensões sociais e a crise do liberalismo.

No contexto da segunda guerra mundial perfilou-se uma consciência política mais acerada e Arlindo Vicente mergulharia completamente nas águas brumosas da crescente oposição. O seu percurso será ainda mais complexo do que o de muitos dos seus companheiros de pugna política. O artista desprezava a sua paixão de sempre, e o seu espírito voava em repúdio pelos ditames da sua natureza sensível, indo aterrar no emaranhado terreno da causa pública. Ao relegar a arte para os poucos prazenteiros domingos, dedicando-se de alma e coração ao serviço de uma causa nacional, Arlindo perdia duplamente a liberdade.

A estética dava assim lugar a uma ética de comprometimento social. A sua candidatura à presidência da república surgiu num contexto em que a crispação decorrente das fracturas político-ideológicas não garantia condições para uma candidatura unitária da oposição. Apesar de nem sempre valorizada, a sua candidatura reflectia, afinal, as aspirações democráticas de muitas personalidades e grupos políticos para quem a verdadeira essência da democracia reside na

⁷⁰⁰ Entrevista de Arlindo Vicente, *Diário de Notícias*, 5.03.1977, p. 6.

pluralidade de escolhas. E quando as condições políticas o exigiram, Arlindo Vicente dispôs-se a mais um sacrifício pessoal para, com dignidade, recuar nos seus intentos e assim contribuir para a unidade oposicionista.

Quando, em Junho de 1970, inaugurou uma exposição de pintura no Salão da Sociedade Nacional de Belas-Artes, Arlindo Vicente recuperava parte da liberdade que perdera: voltava a ser inteiramente artista. A política não o abandonou completamente, apenas substituiu o seu *modus faciendi*, passando a fazer política com os pincéis. Figuras humanas, na sua simplicidade incontida, na sua miséria de povo oprimido por uma certa concepção de sociedade conservadora, continuavam a preencher a superfície das suas telas, num inconformado expressionismo, lírico, bucólico ou realista, que teimava em querer penetrar na consciência de quem manda. O seu expressionismo figurativo não escondia essa profunda preocupação pela miséria e injustiça de um povo acabrunhado por anos de ditadura. Através da sua pintura renova-se um vocabulário estético e artístico posto ao serviço da sensibilidade do artista e da sua consciência social. Socialista humanitário em política, expressionista de forte consciência social em arte.

Pese embora o significado de algumas cumplicidades, a sua arte não se deixou enredar na ebulição neo-realista de meados do século. As suas telas, pedaços de sonho e de fel, brotavam directamente dessa liberdade criadora que apenas se prendia aos ditames da consciência e da sensibilidade, interessadas em dar forma e cor às emoções de uma alma dilacerada com o triste espectáculo de miséria humana de que era espectadora atenta.

A liberdade completa chegaria mais tarde, com o 25 de Abril e um mar de esperanças nunca totalmente perdidas. A data libertadora foi vista por Vicente «como todos os portugueses, os portugueses que durante 48 anos não pactuaram, não cederam e deram pelos seus ideais, ora vitoriosos, a saúde, a liberdade e até o pão de cada dia»⁷⁰¹. Mesmo no dia em que se cortavam as amarras com o tenebroso passado, o seu pensamento voou em solidariedade

⁷⁰¹ Entrevista de Arlindo Vicente, *Flama*, 28.06.1974, p. 5.

para com aqueles «cuja vida foi encurralada pela brutalidade do fascismo e não tiveram a felicidade de ver vitoriosa a sua razão»⁷⁰².

O antigo candidato presidencial, depois de uma participação no 1º de Maio de 1974, ainda anunciou um regresso à vida política, em entrevista pejada de referências à consolidação da democracia e dos direitos da mulher: «Penso voltar à vida política, procurando também consolidar as liberdades do povo. Estarei sempre a seu lado na luta pela sua libertação e também na luta pelas liberdades da mulher, condição fundamental para estabelecer uma família válida que lute através de tudo pelo destino da sua própria existência. Sem mulheres preparadas para lutar não há civilização capaz»⁷⁰³. Mas tal regresso exigia um esforço que a sua debilidade física já não consentia.

Arlindo Vicente morreu a 24 de Novembro de 1977, sucumbindo a doença cardíaca. A imprensa deu alguma cobertura ao acontecimento, dispensando-lhe algumas linhas nas suas primeiras páginas, mas longe das apoteóticas celebrações da memória com que eram tratados os heróis nacionais. Os jornais desenharam a sua biografia em traços panegíricos que realçaram o artista e o lutador «antifascista» e o «democrata insigne»⁷⁰⁴. Para o *Diário Popular*, em jeito de epitáfio, afirmava-se que «O antigo candidato pela oposição à Presidência da República era uma figura estimada nos mais diversos meios nacionais, pois aliava à sua natural condição bondosa um carácter impoluto de cidadão sem mácula e possuía uma sensibilidade artística que o tornava conhecido como pintor de apreciáveis qualidades»⁷⁰⁵.

A Assembleia da República registou o acontecimento guardando um minuto de silêncio depois das palavras «de viva consternação e, simultaneamente de homenagem e respeito pela figura de democrata e antifascista», proferidas pelo

⁷⁰² *Ibidem*.

⁷⁰³ Entrevista de Arlindo Vicente, *A Capital*, ano VII, 2.ª série, n.º 2355, 11.10.1974, p. 13.

⁷⁰⁴ Cfr. *Diário de Lisboa*, ano 57, n.º 19 415, 25.11.1977, p. 5; *Diário de Notícias*, 25.11.1977, p. 2.

⁷⁰⁵ *Diário Popular*, ano XXXVI, n.º 12 394, 25.11.1977, p. 4. A revista *Vértice* prestaria homenagem à memória de Arlindo Vicente reproduzindo em capa um dos seus desenhos, pertencente às suas sátiras anticapitalistas, e outros desenhos no interior. Cfr. Volume XXXVIII, n.º 404-405, de Jan.-Fev. 1978, pp. 18, 22 e 29.

seu vice-presidente, o comunista José Vitoriano⁷⁰⁶. Pela Basílica da Estrela, onde o corpo de Arlindo esteve em câmara ardente, passaram as mais importantes figuras da política e da cultura nacionais da época, que no dia seguinte acompanharam o corpo ao Cemitério dos Prazeres. Ironicamente, não estiveram presentes as figuras de proa do Partido Comunista⁷⁰⁷.

Mas o seu funeral não foi um acontecimento nacional, passando mesmo «despercebido» à maioria da opinião pública que residia fora de Lisboa⁷⁰⁸. Arlindo Vicente não era um herói ou estadista de nomeada e a sua morte esteve longe da apoteose de outras mortes. Na verdade, ia começar uma espécie de ostracização de Arlindo, assim como de muitos dos protagonistas da luta contra o Estado Novo, estranhamente esquecidos⁷⁰⁹.

Muitas das personalidades que preencheram estas páginas, e que constituem, por mérito próprio, a história da oposição ao Estado Novo, foram atiradas para o limbo do esquecimento. Elas fizeram parte da legião de homens e mulheres que em Portugal lutaram com sacrifício por um País livre e democrático, juntamente com esses outros que viviam na clandestinidade. O 25 de Abril acabou, muito naturalmente, por edificar a sua galeria de heróis, uns quantos com mérito, outros alcançados ao firmamento por processos capciosos, muitos convertidos apressadamente no frenesim do «dia primordial». Mas quase todos unidos, hoje, nos constrangimentos da memória colectiva, estranhamente empenhada em enterrar o passado recente na poeira das prateleiras e dos papéis que lhes poderão dar vida.

Arlindo pressentiu esta realidade. Se a sensibilidade artística o habilitava a penetrar no íntimo dos outros, a experiência política permitia-lhe vaticinar comportamentos colectivos. João Xavier, companheiro de Vicente nas eleições legislativas de 1961, estranhava o silêncio de Arlindo durante aqueles meses

⁷⁰⁶ *Diário de Notícias*, 25.11.1977, p. 2.

⁷⁰⁷ Cfr. João Medina, «Arlindo Vicente», in António Barreto, Maria Filomena Mónica (Orgs.), *Dicionário de História de Portugal*, Vol. IX, Suplemento P/Z, Porto, Livraria Figueirinhas, 2000, p. 591.

⁷⁰⁸ Cfr. *Bairrada Popular*, Dez. 1977, p. 1.

⁷⁰⁹ Veja-se o caso de Maria Isabel Aboim Inglês no *Público*, ano XV, n.º 5391, 27.12.2004, pp. 16-17.

de inebriante clamor de liberdade, enquanto se preparava a nova ordem política: «que se passa com o Dr. Arlindo Vicente?», perguntava a partir do Porto⁷¹⁰. A este apelo respondeu Vicente com aquela clareza e lucidez de quem compreende os abalos históricos: «Estou de alma e coração com o movimento que deu ao nosso País a possibilidade de abertura para uma nova era. Tenho bem a noção de que todos somos precisos e «muito especialmente os que lutaram nos tempos difíceis da era fascista». Sucede, no entanto, [...] que estes primeiros momentos são os de uma confusão natural em que um pobre Povo subordinado durante decénios a tão duro transe não está preparado ainda para pôr os problemas no seu devido lugar e que, sem o querer, concede (com excepções, é óbvio) a proeminência de certas situações, a muitos dos que só depois do 25 de Abril e para salvaguarda dos seus interesses pessoais, se lembraram que eram democratas. São as leis da História [...]. Efectivamente, nestes momentos surge uma mole enorme de pessoas que, [...] agora necessita de se afirmar e que, naturalmente, e por necessidade, esquece ou faz esquecer aqueles que pela sua luta passada tinham razões de sobra para serem chamados»⁷¹¹.

Nas suas palavras não há uma sombra de azedume ou queixume. Há, tão-somente, a clarividência de reconhecer que as revoluções possuem leis próprias, que as maiores forças não podem conter. Arlindo Vicente morreu como viveu: espírito lúcido e generoso, que não regateou merecimentos mesmo quando eram legítimos. Quando muitos se perfilavam, alguns com estridência, para assomar na janela que se abria para o futuro, Arlindo escondia-se humildemente no seu reduto artístico, numa clausura voluntária, vivendo apenas para a sua arte e para as últimas primaveras dos sentidos.

Vivia-se então o êxtase da liberdade. Arlindo Vicente havia contribuído com a sua parte, como cidadão empenhado e artista solidário, para a concretização dessa esperança de muitas décadas.

⁷¹⁰ Arquivo Pessoal de António Pedro Vicente, Carta de João Xavier a Arlindo Vicente, de 16.05.1974.

⁷¹¹ *Ibidem*.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

ARQUIVO

Arquivo Nacional da Torre do Tombo

PIDE/DGS, Arlindo Vicente, *processos números 953/61; 59/62; 205641; 315; 3370/45; 4879; 817/61; 24674; 15218; 535; 21812; 2754; 22119.*

PIDE/DGS, Eleição presidencial de 1958, *processo n.º 1546/57* – SR, 10 pastas.

PIDE/DGS, Comemorações do 5 de Outubro, *processo n.º 1773/49* – SR, 4 pastas.

PIDE/DGS, Ordem dos Advogados, *processo n.º 7/46* – SR, 2 pastas.

PIDE/DGS, Movimento Nacional Independente (MNI), *processo 1491/58* – SR, 1 pasta.

Ministério da Justiça, 2º Juízo Criminal, *processo n.º 3/62*, 4 volumes.

Arquivo da Sociedade Nacional de Belas Artes.

Catálogo da *Exposição Geral das Artes Plásticas*, S.N.B.A., 1946.

Catálogo da *Exposição Desenho e Pintura de Arlindo Vicente*, S.N.B.A., 1970.

Catálogo da *Exposição Desenho e Pintura de Arlindo Vicente*, S.N.B.A., 1974.

Arquivo Geral da Universidade de Coimbra

Petições de Matrícula, 1930-1931.

Arquivo do Museu Ferreira de Castro, Sintra

Correspondência de Ferreira de Castro.

Arquivo Pessoal de António Pedro Vicente

Documentos pessoais e políticos de Arlindo Vicente; imprensa; catálogos e iconografia.

TESTEMUNHOS ORAIS

256

Depoimento do Prof. Doutor António Pedro Vicente gravado pela Biblioteca-Museu da República, Câmara Municipal de Lisboa.

Depoimento do Prof. Doutor António Pedro Vicente ao Autor.

Depoimento da Dra. Maria Teresa Vicente ao Autor.

Depoimento do Engenheiro António Alexandre Calazans Duarte ao Autor.

PERIÓDICOS

Acção, Lisboa, 1936-1937.

Alma Popular, Oliveira do Bairro, 1919-1934.

Bairrada Popular, Anadia, 1974.

Brotéria – Revista Contemporânea de Cultura, Número Comemorativo dos Centenários 1140 – 1640 – 1940, Vol. XXXI, Fasc. 6, Lisboa, Dezembro 1940; Agosto-Setembro 1940.

Capital, Lisboa, 1970; 1974.

Cartaz, Lisboa, 1936.

Colóquio. Artes, Lisboa, FCG, 1977; 1980.

Comércio (O) do Porto, Porto, 1974.

Correio de Coimbra, Coimbra, Maio 1958.

Diabo (O), Lisboa, 1939.

Diário Ilustrado, Lisboa, 1958.

Diário de Governo

Diário de Lisboa, Lisboa, 1930; 1948; 1962; 1958; 1970; 1974; 1977.

Diário da Manhã, Lisboa, 1947; 1958.

Diário de Notícias, Lisboa, 1958; 1970; 1977.

Diário Popular, Lisboa, 1957; 1958.

Época, Lisboa, 1971.

Eva, Lisboa, 1941

Flama, Lisboa, 1974.

Horizonte – Jornal das Artes, Lisboa, 1947.

Ideia Nacional, Lisboa, 1927.

Jornal (O), Lisboa, 1982.

Ler, Jornal de letras, Artes e Ciências, (n.º 1-19), Lisboa, 1952-1953.

Litoral, Aveiro, 1958; 1977.

Mundo Novo, Coimbra, 1931.

Notícias (O) Ilustrado, n.º 204, 8.05.1932.

Ocidente, Lisboa, vol. XI, Novembro, 1940.

Opção, n.º 84, Dezembro de 1977.

Pena, Lápis e Veneno, Coimbra, 1926.

Presença, Coimbra-Lisboa, 1927-1940.

Primeiro de Janeiro, Porto, 1958, 1970.

Povo (O), Lisboa, 1930.

Público, Lisboa, 1998; 2004.

República, Lisboa, 1948; 1957; 1958; 1970; 1974.

Revista BP, ano XVI, n.º 2, Abril/Junho de 1972,

Seara Nova, Lisboa, 1930; 1957; 1958, 1998.

Século (O), Lisboa, 1945; 1946; 1958; 1959; 1961; 1970.

Sol Nascente, Porto, 1937-1940.

Tarde (A), Porto, Junho-Outubro 1945.

Vértice, Coimbra, 1947; 1948; 1955; 1970; 1976; 1977.

Vida Mundial Ilustrada, Lisboa, 1943; 1944.

Vilas e Cidades, Lisboa, n.º 34, Julho 1999.

Voz (A), Lisboa, 1958.

Voz (A) do Pastor, Porto, 1958.

Voz do Sul, Faro, 1958.

FONTES IMPRESSAS E MEMÓRIAS

100 Anos de Artes Plásticas, Aveiro 1882-1992, Salão Cultural, Câmara Municipal de Aveiro, 10 a 27 de Março de 1982.

VI Exposição Aveiro Arte, 15 a 23 Dezembro 1973.

3ª Exposição Geral de Artes Plásticas, Maio, S.N.B.A., 1948.

4ª Exposição Geral de Artes Plásticas, Maio, S.N.B.A., 1949.

5ª Exposição Geral de Artes Plásticas, Maio, S.N.B.A., 1950.

7ª Exposição Geral de Artes Plásticas, Maio, S.N.B.A., 1953.

- 9ª *Exposição Geral de Artes Plásticas*, Maio, S.N.B.A., 1955.
- Abreu, António, «Humberto Delgado e as eleições de 1958», *O Militante*, n.º 236, Setembro/Outubro 1998.
- Almeida, António Ramos de, *A Arte e a Vida*, Porto, Livraria Joaquim Maria da Costa, 1941.
- Alves, F. de, «O salão dos Independentes. Um Cancioneiro do século XX», *Diário de Lisboa*, 11 de Junho de 1930, p. 2.
- Alves, Ricardo António (Seleccção, Leitura, Apresentação e Notas), *100 Cartas a Ferreira de Castro*, Sintra, Câmara Municipal de Sintra, 1992.
- Amaral, Fernando Eloy do, *Contos Silábicos*, Lisboa, 1959.
- «Arlindo Vicente – a mentira comunista; Humberto Delgado – a mentira sem máscara; Américo Tomás – A Verdade Portuguesa», panfleto eleitoral do Estado Novo, Lisboa, 1958.
- «Arlindo – o candidato eleito», *Seara Nova*, n.º 61, Julho/Agosto/Setembro de 1998, pp. 41-44.
- Câmara, João de Brito, *Poesias Completas*, Coimbra, Atlântida Editora, 1967.
- Castro, Augusto de, *A Exposição do Mundo Português e a sua Finalidade Nacional*, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, 1940.
- Catálogo da Exposição de arte Portuguesa dos Séculos XIX e XX em Colecções Particulares – II Artistas Figurativos; Pintura e Desenho em 5 Colecções, 1972.
- Cerqueira, Eduardo, «Evocação dorida de Arlindo Vicente», *Litoral*, Ano XXIV, n.º 1186, 2.12.1977.
- Costa, Américo, *Dicionário Corográfico de Portugal Continental e Insular*, vol. XI, Lisboa, 1915.
- Delgado, Humberto, *Memórias de Humberto Delgado*, Lisboa, Publicações D. Quixote, 1991.
- Ferro, António, *Dez Anos de Política do Espírito 1933-1943*, Lisboa, SPN, s/d [1943].
- Ferro, António, *Salazar o homem e a sua obra*, Lisboa, Edições Fernando Pereira, 1992.
- Ferro, António, *Entrevistas de António Ferro a Salazar*, Parceria A. M. Pereira, Lisboa, 2003.
- Intelectuais (Os) e a Política*, introdução, organização de textos e notas de Romeu Melo, Lisboa, Editorial Presença, 1964.
- Lisboa- Século XX nas Artes Plásticas*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1991.
- Macedo, Diogo de, «O que deve ser a arte», *Presença. Folha de Arte e Crítica*, n.º 3, Coimbra, 8 de Abril de 1927.
- Melo, Manuel da Costa, *Memórias Cívicas 1913-1983*, Coimbra, Almedina, 1988.
- Nogueira, Franco, *Salazar: As Grandes Crises (1936-1945)*, 3.ª ed., vol. III, Porto, Livraria Civilização Editora, 1986.
- Nogueira, Franco, *Salazar: O Ataque (1945-1958)*, 3.ª ed., vol. IV, Porto, Livraria Civilização Editora, 1986.
- Navarro, António de, «A Propósito do I Salão dos Independentes», *Presença. Folha de Arte e Crítica*, n.º 26, Coimbra, Abril-Maio de 1930,

- Orfheu* 3, Lisboa, Edições Ática, 1984.
- Pamplona, Fernando, «Uma obra de arte: A Exposição do Mundo Português», *Ocidente*, vol. XI, n.º 31, Novembro 1940, pp. 164-182.
- Pedro, António, *Os meus 7 pecados-capitais*, Coimbra, 1926.
- Pedro, António, «Belas Artes. O I Salão de Estudantes em Coimbra», *A Ideia Nacional*, 2 de Maio de 1927.
- Proença, Raul, «Para um evangelho duma acção idealista no mundo real», *Seara Nova*, n.º 135, 1 de Novembro de 1928.
- Queiroga, Fernando, *Portugal Oprimido*, Lisboa, Editorial O Século, 1974.
- Redol, Alves, *Gaibéus*, 7ª edição, Lisboa, Europa-América, 1969.
- Régio, José, «Literatura Viva», *Presença. Folha de Arte e Crítica*, n.º 1, Coimbra, Março de 1927.
- Régio, José, «Literatura Livresca e Literatura Viva», *Presença. Folha de Arte e Crítica*, n.º 9, Coimbra, 9 de Fevereiro de 1928.
- Régio, José, «Breve história da pintura moderna», *Presença. Folha de Arte e Crítica*, n.º 17, Coimbra, Dezembro de 1928.
- Régio, José, «ainda uma interpretação de Modernismo», *Presença. Folha de Arte e Crítica*, n.º 23, Coimbra, Dezembro de 1929.
- Régio, José, «Divagação à roda do I Salão dos Independentes», *Presença. Folha de Arte e Crítica*, n.º 27, Coimbra, Junho-Julho de 1930.
- Rodrigues, Armindo, *Um poeta confessa-se. Memórias de uma vida*, Lisboa, Cosmos, 1998.
- Simões, João Gaspar, «Individualismo e Universalismo», *Presença. Folha de Arte e Crítica*, n.º 4, Coimbra, 8 de Maio de 1927.
- Simões, João Gaspar, «A Arte e a Realidade», *Presença. Folha de Arte e Crítica*, n.º 36, Coimbra, Novembro de 1932.
- Simões, João Gaspar, *História do Movimento 'Presença' seguida de uma autobiografia*, Coimbra, Atlântida, [1958].
- Soares, Mário, *Portugal Amordaçado. Depoimento sobre os anos do fascismo*, Lisboa, Editora Arcádia, 1974.
- Torga, Miguel, *Diário VIII*, 3ª edição revista, Coimbra, 1973.
- Torga, Miguel, *A Criação do Mundo*, vol. 1, Lisboa, Planeta Agostini, 2003.
- Vilaça, Alberto, *De Memória em Punho. Histórias que Abril soltou*, Coimbra, Minerva, 1992.

BIBLIOGRAFIA

260

- AAVV, *O Estado Novo das Origens ao Fim da Autarcia 1926-1959*, Lisboa, Editorial Fragmentos, 1987.
- Arlindo Vicente, *Catálogo da Exposição*, Casa da Cultura da Câmara Municipal de Coimbra 28 Abril-14 de Maio de 1995, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Revista de História das Ideias, Câmara Municipal de Coimbra, 1995.
- Acciaiuoli, Margarida, *Os Anos 40 em Portugal. O País, o Regime e as Artes «Restauração» e «Celebração»*, Dissertação de Doutoramento em História da Arte Contemporânea apresentada na faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1991.
- Acciaiuoli, Margarida, *Exposições do Estado Novo (1934-1940)*, Lisboa, Livros Horizonte, 1998.
- Anos (Os) 40 na Arte Portuguesa*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1982.
- Baudelaire, Charles, *O Pintor da Vida Moderna*, Lisboa, Vega, 1993.
- Bozal, Valeriano (Dir.), *Historia de las ideas estéticas y de las teorías artísticas contemporáneas*, 2. vol., 2ª. Ed., Madrid, Visor, 2000.
- Chicó, Mário Tavares, et alli, *Dicionário da Pintura Portuguesa*, vol. 3, Lisboa, Editorial Estúdios Cor, 1973.
- Cruz, Manuel Braga da, «A Oposição Eleitoral ao Salazarismo», *Revista de História das Ideias*, Vol. 5, tomo 2, Coimbra, Faculdade de Letras, 1983.
- Cruz, Manuel Braga da, «A Revolução Nacional de 1926: da Ditadura Militar à Formação do Estado Novo», *Revista de História das Ideias*, Vol. 7, tomo 2, Coimbra, Faculdade de Letras, 1985.
- Calinescu, Matei, *As Cinco Faces da Modernidade*, Lisboa, Vega, 1999.
- Delgado, Iva, (coord.), *Humberto Delgado – As Eleições de 1958*, Lisboa, Vega, 1998.
- Dias, Luís Augusto Costa, «Missão Histórica' e o 'Papel dos Intelectuais' na Filosofia da Cultura de Bento de Jesus Caraça», *Revista de História das Ideias*, Vol. 24, Coimbra, Faculdade de Letras, pp. 415-431.
- Dionísio, Mário, *A Paleta e o Mundo*, 2ª ed., Lisboa, Publicações Europa-América, 1973, 2 vol..
- Faria, Cristina, *As Lutas Estudantis contra a Ditadura Militar (1926-1932)*, Lisboa, Edições Colibri, 2000.
- Faria, Telmo Daniel, «O Comunismo: um anátema estado-novista», separata de *Revista de História das Ideias*, vol. 17, Coimbra, Faculdade de Letras, 1995, pp. 229-261.
- Farinha, Luís, «O sistema prisional salazarista», *História*, ano XXII (3.ª série), n.º 28, Setembro de 2000, pp. 42-51.
- França, José Augusto, «Presença e as Artes», *Colóquio. Artes*, n.º 33, Junho de 1977, pp. 51-59.
- França, José Augusto, «Há cinquenta anos – Os Independentes de 1930», *Colóquio. Artes*, n.º 46, Setembro de 1980, pp. 24-37.
- França, José Augusto, *O Retrato na Arte Portuguesa*, Lisboa, Livros Horizonte, 1981.

- França, José Augusto, *A Arte em Portugal no Século XX. 1911-1961*, 2ª ed., Venda Nova, Bertrand Editora, 1984.
- Gaspar, João Gonçalves, *Lima Vidal No Seu Tempo (1874-1958)*, Vol. III, Aveiro, Junta Distrital de Aveiro, 1974.
- Gonçalves, Rui Mário, «As Artes Plásticas: a lenta emergência da modernidade», in António Reis (Dir.) *Portugal Contemporâneo*, vol. 4, Lisboa, Alfa, 1990.
- Gonçalves, Rui Mário, *História da Arte em Portugal*, vol. 12, «Pioneiros da Modernidade», Lisboa, Publicações Alfa, 1993.
- Gonçalves, Rui Mário, *História da Arte em Portugal*, vol. 13, «De 1945 à actualidade», Lisboa, Publicações Alfa, 1993.
- Gorjão, Vanda, *Mulheres em Tempos Sombrios. Oposição feminina ao Estado Novo*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2002.
- Guedes, Fernando, *Estudos sobre Artes Plásticas. Os anos 40 em Portugal e outros estudos*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1985.
- Guimarães, Fernando, *Artes Plásticas e Literatura. Do Romantismo ao Surrealismo*, Campo das Letras, Porto, 2003.
- Guimarães, Jorge, «Arlindo Vicente ou a Paixão da Pintura», in *Arlindo Vicente*, III Congresso dos Advogados Portugueses, Museu Nacional de Soares dos Reis, Porto, 1990.
- Humberto Delgado. O general sem medo*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1995.
- Léonard, Yves, *Salazarismo e Fascismo*, Editorial Inquérito, Lisboa, 1998
- Lourenço, Eduardo, *Tempo e Poesia*, Lisboa, Gradiva, 2003.
- Lourenço, Gabriela, Costa, Jorge, Pena, Paulo, *Grandes Planos. Oposição Estudantil à Ditadura 1956-1974*, Lisboa, Âncora Editora, 2001.
- Madeira, João, *Os Engenheiros de Almas. O Partido Comunista e os Intelectuais*, Lisboa, Editorial Estampa, 1996.
- Medina, João, *História Contemporânea de Portugal*, «A Ditadura: O Estado Novo», Tomo I, Lisboa, Amigos do Livro, Editores, 1985.
- Medina, João (dir.), *História de Portugal*, vol. XII, «O Estado Novo», Alfragide, 1993.
- Medina, João (dir.), *História de Portugal*, vol. XIII, «O Estado Novo – II Opressão e Resistência», Alfragide, 1993.
- Medina, João (dir.), *História de Portugal*, vol. XVI, «O Estado Novo (II)», Alfragide, 2004.
- Medina, João, «Arlindo Vicente», in Barreto, António, Mónica, Maria Filomena (Orgs.), *Dicionário de História de Portugal*, Vol. IX, Suplemento P/Z, Porto, Livraria Figueirinhas, 2000.
- Mestre Manuel Cabanas*, Lisboa, Biblioteca-Museu República e Resistência, 2003.
- Moreira, António, «A Crise: do «terramoto Delgado» ao golpe de Beja», in António Reis (Direcção), *Portugal Contemporâneo*, vol. 5, Lisboa, Publicações Alfa, 1989, pp. 21-36.
- Namora, Fernando, «Em torno do neo-realismo», in *Um Sino na Montanha*, s.l., Círculo de Leitores, 1997, pp. 170-192.

- Mota, Arsénio, «Mestre Arlindo Vicente», *Terra Verde*, Suplemento mensal do «Jornal da Bairrada», n.º 16 – 7 de Agosto de 1992.
- Neto, Sérgio, «Para o estudo da «Estética Oficial» do Estado Novo. Os prémios de teatro «Gil Vicente» do SPN/SNI (1935-1949)», *Estudos do Século XX*, n.º 1, Coimbra, Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX, 2001, pp. 117-155.
- Nietzsche, Frederico, *A Origem da Tragédia*, Lisboa, Guimarães Editores, 2002
- Ó, Jorge Ramos do, *Os anos de Ferro. O dispositivo cultural durante a «Política do Espírito» 1933-1949*, Lisboa, Editorial Estampa, 1999.
- Oliveira, César de, *Salazar e a Guerra Civil de Espanha*, 2ª ed., Lisboa, O Jornal, 1988.
- Oliveira, César de, *Salazar e o seu Tempo*, Lisboa, O Jornal, 1991.
- Oliveira, César de, «As eleições de 1958 e a Oposição Democrática», *História*, Ano XVII (Nova Série), n.º 5, Fevereiro 1995, pp. 6-15.
- Pato, Maria Leocádia, *Rio da Memória. A Banda do Troviscal*, Oliveira do Bairro, Câmara Municipal, 1997.
- Patrício, João «O meu amigo Arlindo Vicente e o passado que ficou», *Correio da Manhã*, 28.10.1990.
- Pereira, José Pacheco, *Álvaro Cunhal Uma Biografia Política. O Prisioneiro*, vol. 3, Lisboa, Temas e Debates, 2005.
- Pinto, António Costa (coord.), *Portugal Contemporâneo*, Madrid, Sequitur, 2000
- Pintura e Desenho de Arlindo Vicente*, Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, 1999.
- Raby, David L., «O problema da unidade antifascista: o PCP e a candidatura do general Humberto Delgado, em 1958», *Análise Social*, vol. XVIII (72-73-74), 1982 – 3.º-4.º-5.º, pp. 869-883.
- Raby, Dawn Linda, *Resistência Antifascista em Portugal*, Lisboa, Edições Salamandra, 1988.
- Reis, António (Dir.), *Portugal Contemporâneo*, volumes 4 e 5, Lisboa, Publicações Alfa, 1990.
- Reis, Carlos, «A produção cultural entre a norma e a ruptura», in António Reis (Dir.), *Portugal Contemporâneo*, vol. 4, Lisboa, Alfa, 1990.
- Rodrigues, Luís Nuno, «George Ball em Lisboa, 1963», *História*, ano XXV (3ª série), n.º 61, Dezembro de 2003, pp. 26-27.
- Rosas, Fernando, «O País, o regime e a oposição nas vésperas das eleições de 1958», in António Reis (Dir.), *Portugal Contemporâneo*, Lisboa, Publicações Alfa, 1989, pp. 15-20.
- Rosas, Fernando (coord.), *História de Portugal* (Dir. de José Mattoso), vol. VII «O Estado Novo» (1926-1974), s./l., Círculo de Leitores, 1994.
- Rosas, Fernando, *O Estado Novo nos Anos Trinta 1928-1938*, 2ª ed., Lisboa, Editorial Estampa, 1996.
- Rosas, Fernando, *Pensamento e Acção Política. Portugal Século XX (1890-1976)*, Lisboa, Notícias Editorial, 2004.
- Rosas, Fernando, Brito, J. M. Brandão de (dir.), *Dicionário de História do Estado Novo*, 2 vol., Lisboa, Círculo de Leitores, 1996.

- Sabor (O) dos cafés. Cafés de Lisboa*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 2000.
- Sacramento, Mário, *Há Uma Estética Neo-Realista?*, 2ª ed., Lisboa, Veja, 1985.
- Santos, Miguel António Dias, «Imperialismo e Ressurgimento Nacional. O contributo dos monárquicos africanistas», *Revista do Século XX*, n.º 3, Coimbra, Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX, 2003, pp. 83-112.
- Santos, Miguel Dias, «Arlindo Vicente: o artista entre o individualismo e o comprometimento social», in Pita, António Pedro, Trindade, Luís, *Transformações Estruturais no Campo Cultural Português, 1900-1950*, Coimbra, Ariadne, 2005.
- Saraiva, António José, *Ser ou Não Ser Arte. Estudos e ensaios de metaliteratura*, Lisboa, Gradiva, 1983.
- Seara Nova – Textos e contextos – Razão. Democracia. Europa*, Casa Museu Abel Salazar, 1998.
- Serrão, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal*, vol. XIV, Lisboa, Editorial Verbo, 2000.
- Serrão, Joel, *A Emigração Portuguesa. Sondagem Histórica*, 2ª ed., Lisboa, Livros Horizonte, 1974.
- Serrão, Vítor, «Algumas reflexões sobre a pintura de Arlindo Vicente», *República*, 27.11.1974, ano 63 (2ª série), n.º 15 601, p. 4.
- Silva, Umberto, *Arte e Ideologia del Fascismo*, Valência, Fernando Torres Editor, 1975.
- Tavares, Cristina de Sousa Azevedo, *Naturalismo e Naturalismos na Pintura Portuguesa do Séc. XX e a Sociedade Nacional de Belas-Artes*, 2 Vol., Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 1999.
- Tavares, Marília de Assis Freire Ribeiro, *Os Congressos Republicanos de Aveiro. Subsídios para a História da Oposição ao Estado Novo*, Tese de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1994.
- Tengarrinha, José, «Os Caminhos da Unidade Democrática contra o Estado Novo», *Revista de História das Ideias*, vol. 16, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1994.
- Torres, Alexandre Pinheiro, *O movimento neo-realista em Portugal na sua primeira fase*, Instituto de Cultura Portuguesa, Lisboa, 1977.
- Torgal, Luís Reis, *A Universidade e o Estado Novo*, Coimbra, Minerva, 1999
- Torgal, Luís Reis, «Cinema, estética e ideologia no Estado Novo», *Estudos do Século XX*, n.º 1, Coimbra, Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX, 2001, pp. 157-202.
- Unamuno, Miguel de, *Do Sentimento Trágico da Vida*, Coimbra, Quarteto, 2001.
- Vaz, Maria Isabel do Amaral Antunes, *Imagens da Vida (Presença: Poesia e Artes Plásticas)*, Edições Universidade Fernando Pessoa, Porto, 1996.
- Ventura, António (Intr.), *José Régio e a Política*, Braga, Universidade do Minho, 2000.
- Vicente, Ana, «Do Autoritarismo e das Mulheres nas Segunda e Terceira Repúblicas», Separata da *Revista de História das Ideias*, vol. 16, Coimbra, Faculdade de Letras, 1994, pp. 371-385.
- Vicente, António Pedro, «Arlindo Vicente. O Homem e a Obra», *Revista de História das Ideias*, vol. 17, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1995.

- Vicente, António Pedro, «Arlindo Vicente – um retrato», *História*, Ano XVII (Nova Série), n.º 5, Fevereiro 1995.
- Vicente, António Pedro, «Pacto entre Arlindo Vicente e Humberto Delgado (1958)», *História*, Ano XVII (Nova Série), n.º 5, Fevereiro 1995.
- Vicente, António Pedro, «Arlindo Augusto Pires Vicente», Rosas, Fernando, Brito, J. M. Brandão de, *Dicionário de História do Estado Novo*, vol. II, Venda Nova, Bertrand, 1996, pp. 1006-1008.
- Vicente, António Pedro, *Espanha e Portugal. Um olhar sobre as relações Peninsulares no século XX*, Lisboa, Tribuna da História, 2003.
- Vicente, Filipa, «Arlindo Vicente. O Pintor e a sua Obra», *Revista de História das Ideias*, vol. 17, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1995.
- Vilaça, Alberto, *Para a história remota do PCP em Coimbra 1921-1946*, Lisboa, Edições Avante, 1997.
- Vilaça, Alberto, *Resistências Culturais e Políticas nos Primórdios do Salazarismo*, Porto, Campo das Letras, 2003.
- Vilaça, Alberto, «Arlindo, Delgado e o Povo: duas anotações históricas», *Anais de Almada*, 3 (2000), pp. 191-192.
- Wagner, Richard, *A Arte e a Revolução*, Edições Antígona, Lisboa, 2000.

ANEXOS

(Página deixada propositadamente em branco)

MANIFESTO

DO CANDIDATO DA OPOSIÇÃO
À PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
DR. ARLINDO VICENTE

•
AOS PORTUGUESES

CONCIDADÃOS:

HOMEM sem medalhas para exhibir, sem nome espalhado pelos instrumentos da publicidade, sem cargos oficiais nem honrarias, chegado à maioria política já sob o regime da ditadura implantada pelo movimento militar de 1926, aceitei, não obstante, ser candidato à presidência da República pela Oposição Democrática.

Que razões tenho então, e que objectivos, e de que apoio disponho para a luta me determinar, e nela me manter? Que me impele a apartar-me dos cuidados da profissão e do aconchego do lar, sacrificando a serenidade do que tem sido a minha vida, para enfrentar adversários sem escrúpulos no uso de todas as armas, desde a mentira à calúnia, com que diminuem e denigrem quantos se lhes opõem? Sacrifício é este meu, grande embora, que tão-só refiro porque mínimo o considero se com o da Nação o cotejo.

Venho, pois, a interpretar e a exprimir a situação angustiosa do povo português, essa realidade viva que é o homem da nossa terra, que tão duramente ganha o pão com que se alimenta e aos seus; que, no campo, na fábrica, no escritório, na repartição pública, na caserna, intelectual, artista, professor, advogado, médico, engenheiro, comerciante ou industrial, constantemente vê agravados os encargos do seu orçamento familiar, sem alcançar um proporcional aumento das suas remunerações ou proventos; que paga impostos e licenças cada vez mais pesados; que é forçado a sustentar uma organização corporativa que lhe restringe a autonomia profissional e o esmaga economicamente, com a sua onerosíssima burocracia de previdência e assistência, sem que se acuda eficazmente à doença, ou mesmo

ineficazmente no caso de esta ser prolongada, nem se valha à velhice, à invalidez, ao desemprego, à orfandade.

Aceitei, portanto, uma candidatura.

268

Mas, mais que isso, inovando no campo oposicionista, levá-la-ei até às urnas. É que a nossa posição me parece a única autenticamente democrática e nacional, pelas raízes que mergulha, sem ambições, reservas, ou propósitos restritivos, na Pátria que é de todos.

Triunfante o movimento do 28 de Maio, impunha-se cumprir o que se proclamava seu móbil, e consistia, meramente, para utilizar as próprias expressões então usadas, em «pôr a casa em ordem» e «sanear as finanças».

Dois anos depois, ou pouco mais, acentuava-se muito, seria o País de novo investido nas suas responsabilidades políticas. A breve trecho, porém, ressaltou não haver, a par do, admitamos, bom propósito, uma séria estruturação do pensamento, uma doutrina, um autêntico e circunstanciado programa. O desastre era inevitável. E houve que buscar, fora do Exército, quem fizesse o que este se propusera e não fora capaz de fazer.

De facto, o descalabro económico e financeiro dos primeiros tempos da ditadura, então ainda designada por militar, tantas vezes arditamente atribuído na propaganda do vigente regime ao regime anterior, leva a chamar a governação, como especialista de Finanças, de que era professor, o actual presidente do Conselho. E daí, por uma inicial imposição de subordinação da política de todos os outros ministérios ao seu próprio condicionamento e beneplácito, em pouco tempo passa à direcção efectiva do governo.

Todas as veleidades de opposição urgia agora liquidá-las, inutilizá-las, ambiciosamente, quiçá, para sempre. Esmagadas algumas tentativas revolucionárias de elementos populares, intelectuais, e de parte do Exército que se considerava traído, entra, pois, o regime, para consolidar-se em definitivo, nas suas grandes realizações autoritárias.

Monta-se uma propaganda onerosa e falsa. Instaura-se uma censura peguilhenta, desrespeitadora e estreita. Institui-se uma polícia política tentacular e implacável. Perseguem-se, sem quartel, todos os adversários, mesmo débeis. Os mais combativos e teimosos prendem-se ou deportam-se. Amesendam-se os partidários vorazes e insaciáveis, e pode, por fim, governar-se numa tranquilidade aparente nas ruas vigiadas e sobre as consciências em pânico.

O País não bole, nem fala. À isto se chama, com perversa ironia, «sossego no País». É o momento da arrancada para a grande devoração. A pouco e pouco, quando não a grandes lances, se eufenda a economia

nacional, à prepotência dos monopolizadores e privilegiados. O luxo destes roça pela afronta.

A classe média inicia a sua agonia penosa. As classes trabalhadoras empobrecem até ao envilecimento, apesar de algumas colheitas excepcionais e do bafejo económico que circunstâncias externas trazem ao País. Os salários familiares raro chegam para prover às necessidades de um só dos seus componentes, com isto se criando um tenebroso ciclo em que a miséria diminui o mercado e tal diminuição agrava a miséria. Degradam-se os intelectuais, subordinam-se os artistas, e, à falta de escol próprio, exalça-se e alcandora-se intelectualmente a mais vã mediocridade. Dificulta-se a emigração, como obstáculo a que a Nação se despoeve rapidamente de todos os braços úteis. Promove-se um simulacro triste de assistência na doença e no desemprego. Abandonam-se os velhos trabalhadores à despeçunha total e as crianças à deseducação e à fome.

A repressão, em avassaladoras vagas, atinge todas as camadas da população. Operários, camponeses e intelectuais ombreiam nas prisões.

O funcionalismo vive sob a ameaça temerosa do despedimento. Alguns dos melhores valores da inteligência e da cultura são demitidos e buscam no exílio as condições que na Pátria lhes são negadas. O terror impõe-se e o medo instala-se. O caminho da decadência é rápido.

Fala-se, como nunca, em tradição, mas pervertem-se as mais lídimas tradições. A autonomia dos municípios, glória da nossa História, torna-se letra morta. As Câmaras Municipais estão exaustas. E os melhoramentos que surgem, aqui e além, tão decantados que dir-se-ia jamais se ter feito nada antes em Portugal, não satisfazem mais que uma magra parcela das reivindicações e precisões populacionais. Os trabalhadores rurais já nem são apenas miseros. A fome que padecem ganha o mais duro e premente significado fisiológico.

Que se tem, entretanto, feito?

E qual o significado profundo da obra realizada?

Todos nós, desgraçadamente, por demasia o sabemos.

Aumentaram as cidades de tamanho. Mas é esse um fenómeno consecutivo, primordialmente, do acréscimo populacional do País, em seguida de uma convergência que a guerra trouxe, à imagem do que com a guerra anterior acontecera, e, por fim, do afluxo enorme de camponeses, fugidos à miséria que uma catastrófica política agrária acentuou.

Constroem-se, de facto, casas. Paradoxalmente, contudo, mais difícil se torna o alojamento, por virtude de subirem as rendas a tal ponto, que são, em regra, incomportáveis com os salários e ordenados médios. Assim,

as sublocações são um recurso obrigatório, com ele levando, por vezes, à promiscuidade mais sórdida.

Erguem-se escolas. Mas ainda aqui o que importa saber é se bastam, ou não, à população escolar. E a resposta está dada nas turmas escolares abarrotando, muito para além do mais complacente critério pedagógico, nos desdobramentos emergentes dos liceus, no analfabetismo que teima em não desaparecer. De uma pretenciosa campanha de alfabetização dos adultos quem entrevê aí os frutos? E como haveria tal campanha de os dar, restrita, no tempo, a um ano ou dois, e, nos propósitos, às chamadas primeiras letras? E neste aspecto, tão relevante das primeiras letras, com tanta frequência decisivo nas crianças quanto à sua futura solicitação e formação cultural, sem menosprezo, antes preito, pela abnegação quase heróica dos professores primários, como não acentuar que não é o azedume da sua pouca mais que indignância o meio mais favorável a fazer deles, sobre os educadores que são, orientadores solícitos, pacientes e carinhosos?

Edificam-se hospitais. Mas como não edificá-los, se o acréscimo populacional a isso obriga, mais talvez que às escolas. É que, neste caso, há, ademais, o agravamento das doenças por depauperamento orgânico e falta de séria premunição médica.

Levantam-se barragens. Mas continuamos, no entanto, como consumidores de energia eléctrica, pelo escasso ou nulo barateamento do seu preço, que deveria ser delas principal corolário, e até pela insuficiente produção, no mais baixo nível dos países civilizados. Não se cuida, pois, de beneficiar a grande massa do povo português, mas avolumam-se fabulosamente, mesmo assim, os réditos das companhias.

Fomenta-se a pesca e o peixe sobe de preço. Multiplica-se a frota bacalhoeira e o preço do bacalhau não desce. Eleva-se a tonelagem da marinha mercante e baixa o número de fretes.

E pretende tal governo permanecer e subsistir?



Vai entrar-se no brevíssimo período eleitoral que se nos consente. Pelo exercício do voto, que tantos anos se abandonou e ignorou, vai o povo português, com a intervenção de uma Oposição Democrática consciente, escolher o seu chefe de Estado. Tudo são obstáculos no nosso caminho, desde o temor que muitos afugenta, até às dificuldades de consulta dos cadernos eleitorais e o próprio modo como estes estão elaborados.

Mas temos por nós a vontade de uma multidão inúmera, que conseguiu sobreviver a estes 32 anos de negrume nacional, em perfeito esclarecimento intelectual e imune moralmente à corrupção. Temos por nós quantos, nascidos depois de 1926, o regime não venceu nem convenceu, por isso

mesmo que nenhuma sua necessidade essencial soube satisfazer, de trabalho e de cultura. Temos por nós a juventude.

Temos, por nós, finalmente, os que foram defensores honrados e iludidos do regime, mas o próprio regime, pelas suas prepotências, a sua insaciabilidade fiscal e a sua injustiça económica, feriu na legitimidade dos interesses e na inteligência despertada.

E da tradição que o Movimento de Unidade Democrática iniciou em 1945, as campanhas de 1949 e 1951 continuaram, e se consolidou em 1957 com o movimento cívico intervencionista dimanado da assembleia democrática de 20 de Julho, pois que propugnadores de idêntica unidade, nos orgulhamos de ser o legítimo representante.

Força enorme é, portanto, a nossa, que não morrerá mais e há-de crescer sempre, em nós, e noutros como nós zeladores dos seus direitos cívicos, apaixonados da Pátria que para todos queremos, desejosos ávidos de um País mais rico, mais justo e mais honesto, sem fome e sem medo, sem subserviência nem onnipotentes chefes, em que sejam as ideias que conduzam os homens, e a razão e a equidade que estabeleçam as ideias, moderno, digno, pacífico, e, numa última palavra, verdadeiramente civilizado.

●

A que vimos, pois?

Com a nossa candidatura, pretendemos apenas ser o porta-voz de um Povo que anseia a Liberdade, a Paz, a Independência e o Progresso. E temos a consciência perfeita de que só poderemos vencer nesse propósito, se as vastas camadas da população portuguesa participarem, consciente e abnegadamente, nesta campanha. Aliás, o que isto implica de unidade política aberta a todos os nossos compatriotas, sem destrição de ideologia ou credo particulares, dentro de uma linha democrática, foi o nosso guião de sempre, e continua a sê-lo.

Votando no candidato da Oposição Democrática, os portugueses tornarão possível a formação de um governo que abrirá caminho à efectivação dos seus anseios.

●

Quais as tarefas fundamentais que se impõem a esse governo?

1). A afirmação insofismável da unidade de todos os portugueses, acima da diversidade da sua condição social, da sua ideologia ou dos seus credos, e, para tanto,

- a garantia efectiva de que ninguém poderá ser perseguido pela defesa dos seus ideais.

II). A restauração de todas as liberdades democráticas, e designadamente:

- a abolição da censura;
- a concessão de uma imediata e incondicional amnistia a todos os presos, detidos, acusados ou condenados pelos chamados crimes político-sociais;
- a revogação das «medidas de segurança», em todas as suas formas, para os mesmos pretensos crimes;
- a extinção dos tribunais plenários de Lisboa e Porto;
- a reintegração e indemnização de todos aqueles que foram afastados dos seus lugares pela repressão política;
- a livre constituição de partidos políticos, como expressão e garantia da Liberdade, que só na diversidade das opiniões pode manter-se;
- a organização de um amplo e honesto recenseamento e a democratização dos processos eleitorais.

III). A elevação do nível geral de vida e o desenvolvimento da economia nacional, e para isso:

- o combate ao supercapitalismo, ao domínio dos monopólios e ao devorismo e favoritismo político-económico;
- a defesa dos interesses da classe média, do pequeno e médio comércio, da indústria e da lavoura, através de uma adequada política económica e fiscal;
- a dignificação dos trabalhadores da cidade e do campo, mediante a elevação dos salários, da garantia das liberdades sindicais, do encorajamento da previdência e da assistência, sem os sofismas com que presentemente se disfarçam;
- a preservação e defesa das riquezas nacionais, com vista ao seu aproveitamento racional;
- a realização de uma política agrária que, nunca perdendo de vista a diversidade regional de produção agrícola, preste auxílio técnico e facilite o crédito à lavoura, e a liberte dos condicionamentos que hoje a fazem agonizar, de molde a defender os interesses do produtor e de todos os que trabalham a terra;
- a defesa do produtor e do consumidor, pela abolição das regulamentações que só favorecem os monopólios protegidos pela orgânica corporativa;
- o encorajamento do cooperativismo, nas suas diversas formas.

IV). A protecção eficaz às manifestações culturais e artísticas da Nação e a efectivação de uma política de educação e cultura, em bases largas e audazes, e, para tanto,

- a garantia de acesso a todos os graus do ensino, independentemente da condição social e económica de cada um.

V). A modificação da actual política ultramarina, pela organização do seu trabalho e pela coordenação dos sectores económicos da metrópole e dos das diversas parcelas do território ultramarino, em bases igualitárias com vista a reforçar os laços comuns de amizade e cooperação.

VI). A estruturação de uma política externa que, respeitando as amizades históricas e geográficas do País, tenha, por lema primeiro,

-o entendimento e a cooperação, na base de livres relações, de todos os povos e de todos os governos, independentemente das suas diversidades geográficas, raciais ou políticas, de acordo com a Carta das Nações Unidas e como meio efectivo de salvaguardar os nossos superiores interesses nacionais, designadamente de natureza económica, e os da própria Humanidade.

ÀS URNAS, PORTUGUESES!

É chegada a hora de exercerdes os vossos direitos de cidadania, e para isso deixamos nas vossas mãos a tarefa preciosa do ressurgimento da nossa Pátria.

Unidos e organizados à volta da candidatura que sòmente quer ser a alma do Povo, sereis vós a definir o seu programa, tradução fiel das vossas aspirações.

É que nós vimos para rogar a Concórdia, a Unidade e a Paz, para obter, pelo trabalho e solidariamente, o Pão e a Justiça para todos os portugueses.

VIVA PORTUGAL!
VIVA A LIBERDADE!
VIVA A REPÚBLICA!

Lisboa, Maio de 1958

ARLINDO VICENTE

AJUDE A CAMPANHA
DO DR. ARLINDO VICENTE

274

COM O SEU DINHEIRO
PORQUE UMA CAMPANHA PRECISA DE DINHEIRO
E O DINHEIRO PARA ESTA
TEM DE PROVIR DO POVO

COMUNICANDO AOS SEUS AMIGOS
AS NOSSAS IDEIAS E PROPÓSITOS
PORQUE SOMOS DEMOCRATAS
E A DEMOCRACIA PRESSUPÕE
CONVÍVIO E ELUCIDAÇÃO

COM O SEU VOTO
PORQUE A ARMA ÚLTIMA DOS DEMOCRATAS
É O VOTO

SEDE DA COMISSÃO DA CANDIDATURA
R. CAETANO ALBERTO, 49
(AO BAIRRO SOCIAL DO ARCO DO CEGO)
LISBOA
TELEFONES 766375 E 766376

1- Campanha Presidencial de 1958 – Discurso de Arlindo Vicente

In Arquivo Pessoal de António Pedro Vicente

275

O Governo é contra o Povo e o Povo é a Nação, assim, o Governo é contra a Nação.

1º) - O desejo ardente de servir o meu País e alertar a consciência pública dos perigos que os desmandos dos Governos da ditadura têm provocado;

A necessidade de dar voz e conteúdo às angustiosas reclamações da Nação, sobretudo na sua parte mais útil, da classe média e dos trabalhadores, quer da cidade ou do campo, que cheios de família e esmagados de necessidades, agonizam de esforço físico e miséria orgânica, com ordenados incapazes a até injuriosos.

Tais circunstâncias foram a causa principal para que aceitasse esta candidatura.

2º) - Venho em nome e representação do Povo, do imenso e generoso Povo Português, que me deu a sua voz para que eu diga em seu nome, o que é indispensável que os governantes ouçam, ao fim de 32 anos de opressão e desmandos inqualificáveis, sempre alheados do Povo que é o substratum da nossa Nação.

Venho gritar por todos e dizer que a Nação não pode mais suportar e repela veementemente, a cobiça dos ambiciosos e insaciáveis, que pretendem passar-se a coberto da censura e da polícia, da ignominia para a respeitabilidade;

Não pode suportar mais o cinismo dos monopolizadores, o desdém e afronta dos opressores, a tirânica polícia política, o flagelo da orgânica corporativa, sistema oneroso e sem qualquer utilidade nacional, somente criada para ligar directamente os réditos da Nação aos monopolistas.

Venho para suprir a voz daqueles que, traídos nos seus designios, espezinhados e aniquilados, se revoltaram e foram vencidos e já não têm voz para gritar;

Venho para verberar todos os que vêm do Povo e se organizam para trair as obrigações que devem à pureza da sua origem;

Venho para invectivar os que locupletam com o produto do trabalho alheio a fim de viverem uma vida faustosa até à repulsa, insensíveis à miséria que deixam à sua passagem;

Venho em nome e em representação de todos os trabalhadores, engenheiros, médicos, advogados, trabalhadores de oficina e do campo, dos velhos, das viú-

vas famintas, da orfandade e de todos os cilindrados por um sistema desinteressado das obrigações que deveriam ser o seu primeiro cuidado. Venho para pôr em movimento, rumo ao trabalho, à honra e à justiça, o nosso País cuja tranquilidade aparente, oculta no seu seio a fome o desespero e o medo.

Venho enfim como um homem do Povo que caminha ao seu lado e para a sua libertação;

Que não tem medalhas nem comendas nem bandas, mas um ideal latente e profundo de amor à sua Pátria;

Que não tem outras armas que não sejam os seus argumentos, a sua razão e a sua fé; que somente quer cumprir livremente e com o Povo todos os seus deveres de cidadão. Que não trairá o destino que se lhe impoz de transportar o pendão da luta pelo trabalho, pela honra, pela Paz e pela Justiça, que todos os Potrugueses reivindicam, agora frente a frente, para manterem e defenderem a sua dignidade de homens livres.

- Somos a Oposição e Oposição há só uma. Não queremos divergências que nunca provocámos e todas as portas do nosso movimento estiveram, estão e estarão abertas a todos. O sol ilumina radiosamente a lealdade das nossas forças. Mas escoreçaremos todos os "cavalos de Troia" venham de onde vierem para iludir a pureza dos designios do nosso Povo. Somos uma só voz para gritarmos: Unidos sem medo e sem fome caminhamos em frente !!!

Temos uma força que é a razão da nossa inteligência e cuja última expressão é o voto. Temos a maior e a mais sublime de todas das forças, para além das eleições e da própria vida. Ninguém a poderá amordaçar.

3ª) - Os problemas mais instantes são os de quebrar imediatamente todas as amarras que o poder pessoal impõe à Nação. Abolir a censura, libertar todos os presos de delitos políticos-sociais, organizar imediatamente a assistência no desemprego, na doença, na velhice, e na orfandade e recomeçar o caminho de Portugal a partir de agora.

Organizar e defender a lavoura. Estabelecer uma campanha de instrução de forma que todos tenham acesso até aos mais altos graus do ensino, seja qual for a sua origem e condição social ou económica e estabelecer imediatamente

uma intensa e audaciosa campanha para a cultura artística do Povo.

Educar, desde jovem, a esposa, para que esta oriente espiritualmente e civicamente os seus filhos e estes possam colaborar no exercício dos direitos civicos da Nação com a consciência indispensável a tais actos.

Não queremos votos inconscientes nem mercadejados. Queremos homens livres e mulheres livres, com a coragem de seguirem o seu próprio caminho e destino .

Queremos, enfim, que Portugal retome o seu caminho histórico e enfileire ao lado dos países civilizados deixando de ser social e economicamente um país sub-desenvolvido e politicamente uma ditadura feroz e iniqua.

2. PRÉ-ACORDO DO «PACTO DE CACILHAS»

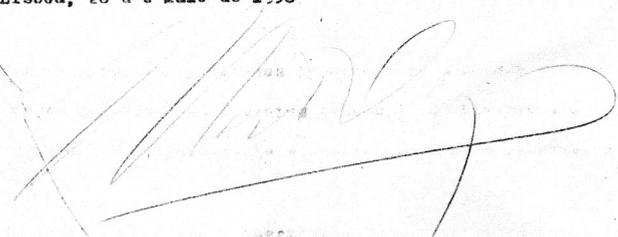
278

Nota referente à desistência do Exmo. Sr. Dr. Arlindo Vicente

Ouvindo o Candidato "Nacional Independente" Excelentíssimo Senhor General Humberto Delgado, declarou o seguinte:

- 1)- Que a sua Candidatura irá até às urnas.
- 2)- Que dará directivas às suas Comissões para continuarem e ampliar o trabalho de colaboração com as do Excelentíssimo Senhor Doutor Arlindo Vicente, tendo em vista reforçar a luta pelo objectivo imediato comum das duas Candidaturas — a restituição das liberdades democráticas ao País.
- 3)- Esta directiva abrange a conveniência de entendimento entre as Comissões das duas Candidaturas para além do próximo acto eleitoral, com o fim de obter os objectivos fundamentais e comuns às duas Candidaturas.

Lisboa, 28 de Maio de 1958


Humberto Delgado

3. CARTA DE ARLINDO VICENTE A OLIVEIRA SALAZAR

In ANTT, PIDE/DGS, Arlindo Vicente, processo n.º 3370/45-SR,

2.º volume, fl. 150.

279

«Lisboa, 10 de Fevereiro de 1960

Senhor Presidente do Conselho de Ministros

EXCELÊNCIA:

Quando na passada tarde do dia 31 de Janeiro deste histórico ano de 1960, um numeroso grupo de monárquicos gozava ainda a digestão de um banquete que se oferecera em comemoração das guerras civis que provocou contra a República – eu, e alguns milhares de pessoas – prestávamos no Cemitério do Prado do Repouso, no Porto, pacífica e respeitosa homenagem aos mortos do 31 de Janeiro, cujo sangue generoso foi seiva-mãe da República que informou politicamente a minha juventude.

E enquanto os jornais davam pública notícia daquele banquete monárquico, nós, os republicanos, éramos naquele Cemitério insólita, injustificada e brutalmente agredidos pelas forças da polícia, para isso determinadas e acobertadas pelo silêncio.

Entre dezenas de vítimas – gente válida, velhos, mulheres e crianças – eu não tenho dúvidas de ter sido particularmente discriminado para a agressão que sofri.

Por isso, em face de tais circunstâncias, venho perante V. Ex.^a estabelecer o meu protesto em meu nome, no de todas as vítimas e no de toda uma civilização que felizmente tem dado melhores frutos e também lembrar a V. Ex.^a que, na minha infância, aí por volta de 1920, se publicaram e vendiam em Coimbra uns folhetos que continham as defesas deduzidas por 3 professores da Faculdade de Direito daquela cidade, nos processos de sindicância que o estado lhes impusera, acusando-os de, desde a cátedra, ofenderem as ideias e o sistema que, naquela época, informavam a política e os governos da Nação.

Dois desses professores já faleceram e o outro é V. Ex.^a...

A leitura dos dois primeiros folhetos não me impressionou. Mas a leitura do folheto de V. Ex.^a produziu-me profunda e inesquecível impressão, já pelo tom de altiva acusação que deu à sua defesa, já pela reivindicação que ali fazia do direito de ter as suas opiniões e de, como homem e como professor as expor como um dever, sem peias nem limitações; e, mais ainda, me impressionou verificar que o Governo de então com

a concordância de todo o pensamento português, tivesse aceite e até aplaudido que esses eram os direitos de V. Ex.^a e de todos os homens.

Criado e educado a admirar tais atitudes e princípios – que espero informe toda a minha vida – não prestei a maior atenção a frases que mais tarde vi atribuir-lhe e não eram, quanto a mim, conforme aquela atitude de intransigente e perfeita dignidade.

E porque agora fui injustificada e grosseiramente agredido e ofendido, na minha dignidade de homem, eu – que tenho o direito de aguardar que a força pública antes sirva para me defender de eventuais paixões e insólitas atitudes dos meus semelhantes – venho em meu nome e no de todas as vítimas daquele ultrajante atentado, reclamar a V. Ex.^a que se digne ordenar um imediato inquérito para determinar perfeitamente as causas e condições de agressão, e aplicar, em seguida, as sanções justas de uma legislação prévia.

Faço, senhor Presidente, em nome da lei, da honra e dignidade humanas e duma civilização que estou certo, fará transpor os bons costumes, infinitamente para além da minha vida e da de V. Ex.^a.

Aguarda atenciosamente,
Arlindo Augusto Pires Vicente».

4. CARTA DE ARLINDO VICENTE A DIVERSOS POLÍTICOS DA OPOSIÇÃO, NA PREPARAÇÃO DAS ELEIÇÕES LEGISLATIVAS DE 1961

*In ANTT, Ministério da Justiça, 2º juízo criminal,
processo n.º 3/62, caixa 683, vol. 2, fl. 75.*

Papel com o logótipo de Arlindo Vicente – Advogado
«Lisboa, 17 de Dezembro de 1960

Exmo. Sr. e Nosso Prezado Correligionário

Tendo reconhecido a necessidade urgente de se organizarem as forças políticas da oposição à ditadura, dadas as circunstâncias e ainda as próximas eleições, tomámos já há algumas semanas a iniciativa de ouvir várias das pessoas mais representativas, com o

objectivo de preparar uma Assembleia de todo o Distrito e tão ampla quanto possível, através da qual se possam assentar algumas ideias mestras sobre a orientação a seguir.

Das consultas já havidas pude verificar que várias opiniões se manifestaram, o que reforçou a minha ideia de insistir no propósito duma reunião prévia, onde já se pudessem confrontar igualmente as várias opiniões, reunião essa que me parece conveniente como preparatória daquela maior ASSEMBLEIA a que aludimos.

Para ela tenho a honra de convidar V. Ex.^a por si ou por alguém por quem entenda representar-se, tendo a amabilidade de nos indicar quem o representa no caso de não comparecer pessoalmente.

Além de V. Ex.^a, comunicamos-lhe que convidámos também os Ex.mos Senhores:

Prof. Mário de Azevedo Gomes

Eng. Cunha Leal

Prof. Vieira de Almeida

Dr. Câmara Reis

Cap. Augusto Casimiro

Dr.^a D.^a Maria Isabel Aboim Inglês

Dr. Armando Adão e Silva

Dr. Acácio Gouveia

Dr. Mário Soares

Dr. Fernando Piteira Santos

Dr. Salgado Zenha

Dr. Gustavo Soromenho

Eng. António de Abreu

Dr. Abílio Mendes

Dr. Mayer Garção

Dr. Nuno Rodrigues dos Santos

Dr. Joaquim Bastos

Dr. António José Saraiva

Jornalista Manuel Alpedrinha

Eng. Lino Neto

Padre Dr. Teixeira da Fonte

Nikias Scapinakis

Dr. Rui Cabeçadas

Carlos Prazeres Ferreira
 Demétrio Duarte
 Dr. Vasco Vieira de Almeida
 Dr. Dias Amado
 Emílio Campos Lima

Esta reunião realizar-se-á no dia 22 do corrente, quinta-feira, às 21 horas – no meu escritório.

Entretanto, creia-me
 De V. Ex.^a mto. Atto. E vnr.
 Arlindo Vicente.»

5. CARTA AO JUIZ DO 1.º JUÍZO CRIMINAL DE LISBOA, ANTÓNIO DE ALMEIDA MOURA

In ANTT, PIDE/DGS, SC, PC, processo n.º 953/61, vol. 2, (fls. 120-130)

«Exmo. Senhor Juiz Corregedor da 1.º Juízo Criminal de Lisboa:

Ao abrigo do art.º 31 do decreto n.º 34.553 e por imposição de humana dignidade, vem o signatário, nestes autos, dizer o seguinte:

Chamo-me Arlindo Augusto Pires Vicente, tenho 55 anos de idade, sou casado, pai de três filhos do casal, avô de três netos. Nasci a 5 de Março de 1906, no lugar de freguesia do Troviscal, do concelho de Oliveira do Bairro, do Distrito de Aveiro, filho legítimo de Manuel António dos Santos Vicente e de Amélia da Silva Pires Vicente, já falecidos.

Do Troviscal, partiu meu pai para o Brasil pela 2º vez, já homem feito e lá amealhou o «quantum satis» para uma vida suficiente. Casou então com minha mãe que nascida na mesma região, pertencia a uma família mais intelectualizada do que a sua que era quase exclusivamente de lavradores.

Nascemos cinco irmãos, ou melhor subsistimos, cinco irmãos, dos quais duas raparigas.

Convictos da sua fé, honrados nos seus procedimentos, determinaram meus pais que os seus filhos fossem educados na sua fé católica e também nos conhecimentos da cultura oficial.

Crianças ainda fomos todos para o liceu de Aveiro, a 20 quilómetros. Meu pai possuía propriedades rústicas, como base de uma posição financeira que a guerra 1914/1918 e as despesas da família fizeram diminuir, tendo ele de voltar a um trabalho aturado sobre as propriedades herdadas, o que fez com a melhor generosidade; porém, o vinho da Bairrada, quase a única produção, desceu de preço tão aviltantemente que esses anos foram árduos. Meu pai era demasiadamente honesto para transigências e esses anos foram-lhe demasiado pesados e faleceu precocemente.

Por demais a vida política e social portuguesa, era dura. E meu pai, pela sua fé religiosa e pureza moral, foi vítima de atropelos, mas devo aqui dizer, sempre os seus adversários respeitaram a sua dignidade e liberdade.

Aveiro, a vinte quilómetros da minha aldeia, é uma cidade limpa, arejada e liberal, religiosa e politicamente. Os mesmos homens organizam imponentes procissões e intransigentes manifestações pela liberdade. Ali fui educado. Grandes e saudosos professores e notáveis exemplos humanos! Aprendi a amar a liberdade, a respeitar o próximo e a defender os humildes. Entretanto, o meu irmão mais novo, que havia de falecer jovem e distinto professor do ensino secundário, foi para o seminário de Coimbra, donde saiu com a doença que o havia de aniquilar.

Seguidamente, com o meu irmão mais velho, que hoje é médico, matriculei-me em Medicina, em Coimbra. Logo percebi que não era profissão para mim. As dores físicas pareceram-me bem menos importantes do que os sofrimentos morais, por um lado. Por outro, chocava-me olhar a beleza física esmagada pela doença e pela velhice. E pior do que tudo, teria que olhar a morte como fatal e irremediável, porque ela acompanha a vida desde o nascimento. Tudo isto me afastou daquela profissão; ora a fé na lei e na justiça seduziram-me irremediavelmente. Por demais, muitas vezes na amargura da vida dos meus vizinhos de aldeia – e tantas e tão injustas se lhes impunham – eu lhes ouvi dizer «: Pois então vamos lá para o tribunal e lá se vê quem tem razão!» Esta fé cega na justiça, único farol e guia, única defesa humana de interesses e respetos, pequenos embora, mas para eles do tamanho das suas vidas, encheu a minha juventude. A justiça era o juiz e o juiz era a virtude intangível, a pureza, o absoluto. O juiz imporia os direitos d'um mendigo, ao mais prepotente senhor.

Tal caminho aliciou-me. Que mais poderia eu desejar do que ganhar o meu pão ao serviço duma causa tão nobre, que «dá o seu a seu dono» e defendia todos – defendia todos os homens – e garantia a honra e a liberdade, contra todos os prepotentes.

Vim para Lisboa e matriculei-me em Direito. No começo do 3º ano casei-me. Orgulhosamente o digo, casei por amor que apesar da pobreza, resistiu exuberantemente a todos os flagelos.

No 4º ano do curso regressei a Coimbra, onde minha mulher era aluna do último ano de Farmácia; e se o não fiz no 3º ano foi porque a lei que permitia as transferências já então funcionava para os outros. Mas aqui vale recordar que há muito perdoei ao homem que sendo então director da faculdade, antes de morrer, teve a grandeza de me pedir desculpa.

Quer em Lisboa, quer em Coimbra, li muito e convivi muito. Recordo-me até que em Coimbra me veio às mãos um panfleto da autoria do agora Presidente do Conselho, onde este estabelecia a defesa referente à acusação que lhe foi movida porque, dizia esta, ele da cátedra injuriava impiedosamente as instituições democráticas, quando estas estavam em vigor na primeira República. Impressionou-me a sua defesa pois toda ela vinha determinada no sentido de validar que os homens têm o direito inalienável de terem as suas opiniões e sobre elas a liberdade inteira de estabelecer crítica. E mais me impressionou, verificar que apesar das acusações, aliás na sua maioria confessadas, os juizes sindicantes e toda a nação culta, republicana e democrática, entendeu que essa era a atitude a tomar e o direito a defender, para todos os homens.

Continuei a minha vida. Passei algumas dificuldades, serena e orgulhosamente, quando até o meu físico me trouxe ofertas de grandeza e bem-estar económico. Mas orgulho-me hoje de todas essas negativas e de poder olhar serenamente a minha consciência.

Nasceram-me três filhos que baptizei onde me casei, na igreja de Sangalhos, terra natal de minha mulher. Eduquei-os modesta mas dignamente, até ao fim dos seus cursos superiores. Minha mulher ajudou-me sempre. Procurei libertá-la de maiores obrigações, através d'uma vida de trabalho brutal.

Não tive lugares públicos. Os de concurso de provas públicas eram adiados «sine die» quando eu concorria; os de provas documentais, mesmo comigo em 1º lugar, eram sempre preenchidos por pessoas mais bem relacionadas do que eu. No entanto, não guardo reservas. Compreendo e perdoei. Passei privações, talvez, mas os meus filhos nunca as passaram. Sempre ganhei a vida com honra e mantive os meus filhos em bons colégios e até, a seu pedido, a minha filha no colégio de freiras. Fui sempre um homem livre. Abri escritório quatro vezes, sozinho. Mas quando chegou a hora, comecei a minha profissão em cheio, para todos, ricos e pobres, com ou sem dinheiro, bastando que eu me convencesse que tinham razão. Vão lá muitos anos de excessivo trabalho que deixaram rasto profundo e inimigos implacáveis.

Casei os meus filhos e baptizei os meus netos, como eu havia sido casado e baptizado e nunca pedi nenhum favor aos meus compadres. Até que,

– As eleições para a Presidência da República, em 1958.

Eu já tinha sido candidato às eleições para deputados em 1957; porém, em 1958, as velhas forças do Partido Democrático, após várias vicissitudes e aglutinadas as forças da oposição, elegeram o meu nome para candidato. Digo elegeram, porque eu não fui nomeado candidato, eu fui eleito candidato, após 48 horas de assembleia, para tal fim. O momento já era difícil. Por essa altura adivinhavam-se todos os choques que viriam a dar-se na estrutura política nacional. As cadeias políticas estavam pletóricas e a mocidade definhava numa repressão sem limites. Os velhos viviam apavorados e os jovens angustiados e sem horizontes, procuravam a liberdade e a grandeza das instituições e da Pátria. Cabe aqui referir, porque mostra o meu caminho, o seguinte facto:

– Em 1956 eu fui encarregado, profissionalmente, pelo agente no Porto, de uma firma asiática, com agência em Goa, de requerer no ministério do ultramar, a importação para Goa de 80 toneladas de ouro, em barra, para vender aí, dado que, dizia o cliente, os goeses faziam as suas economias em barras de ouro e o cliente não queria seguir o caminho de outros que as recebiam por contrabando, no fundo dos barcos que traziam lenha para cozer o pão em Goa. Logo requeri, no ministério do ultramar e foi deferida a importação. Mas logo também fui informado que desde há muitos anos a pauta alfandegária da Índia não funcionava, pelo que me dirigi ao Exmo. Director das alfândegas ultramarinas que prontamente me prometeu e cumpriu que dentro de seis meses ela a actualizaria e publicaria. Porém, era necessário que Goa também deferisse e após seis meses de tentativa, enquanto os papéis foram e vieram, vinha indeferida, segundo, verbalmente, me foi comunicado. Na minha campanha, não usei nunca este ou quaisquer factos que desmerecessem a nossa posição externa. Estamos em 1958.

– O Governo queria eleições. Talvez desejasse abandonar, constitucionalmente, o poder a outras mãos. Depois de muitas meditações, em respeito pelo passado da minha Pátria e pelo seu futuro, como homenagem à sua história senti que era meu dever lutar para que Portugal pudesse, respeitado e digno, sobreviver. Fi-lo empunhando a «História» e a «Constituição». Tão eloquentes eram já as circunstâncias que bastariam para as aclarar as minhas humildes qualidades.

E fiz uma campanha, terrivelmente ameaçada, interrompida, limitada, com sucessivas prisões de colaboradores, violentada, deturpada, intimidada, flagelada, mas apesar de tudo – disso me orgulho – feita com uma altura por quantos me acompanharam e foram

milhões de pessoas do mais puro e honesto da nação, como se o meu país fosse – como tanto o desejo – o mais justo, civilizado e livre de todos.

– vem desta candidatura o ódio e a perseguição que me são movidas – a mim e aos meus filhos, na sua vida de trabalho e nos seus sonhos de fé no mesmo trabalho; nos seus cursos; no ganho do seu pão quotidiano e do pão de seus filhos.

Não vou explanar-me e digo-o com profunda mágoa. Os meus filhos têm sido grosseiramente perseguidos, no meu e no seu país, só porque são honestos e são meus filhos, mas deixemos isto.

– A Prisão e as suas razões e condições e objectivos

No dia 30 de Setembro de 1961, um sábado, seriam nove horas, dirigia-me ao meu escritório, desde a minha habitação, no 3.º andar, n.º 32 da Avenida Manuel da Maia – ainda não tinha feito um só dia de férias – para ultimar os trabalhos para o dia 1 de Outubro, dado que no domingo seguinte tencionava passá-lo numa propriedade que adquirir e tinha em obras, quando me vi cercado por vários indivíduos que exibiam cartões. Disseram-me que eram da Polícia Política e que estavam a organizar um processo e desejavam ouvir-me, mas antes, queriam fazer uma busca na minha habitação. Acompanhei-os ao 3º andar e aí remexeram tudo e levaram alguns papéis. Seguidamente, foram para o escritório e aí, onde já se encontravam desde manhã, outro grupo, remexeram também e tiraram alguns papéis. Juntaram todos e foram para a PIDE.

Pela tarde, entrei no Aljube. Comecei a subir as escadas, acompanhado de um guarda. Um outro, no patamar do 1º andar, disse que não era para cima, que era para ali. Desci alguns degraus e fui conduzido a um corredor onde havia uma parede longa com uma série de portas, metro a metro. Claro que os guardas tinham ordens para me meter ali. Aberta uma das portas, deparei com outra porta e a seguir com um buraco, sela com cama, coberta com uma serapilheira e duas mantas. Ao lado um escarrador sobre uma «banqueta» e um púcaro de alumínio para água. O buraco não tinha luz. Esta vinha da fresta exterior quando se abria a porta, o que acontecia para ir à retrete ou quando se almoçava ou jantava. O buraco mede, quando muito, um metro de largo. Ali me meteram. Os gavetões, como são conhecidos dão uma angustiada sensação de asfixia e desespero. Dos outros, de dezenas de gavetões, vinha uma contínua notícia pela tosse, noite e dia, de outros presos e os contínuos toques de campainha, de outras vítimas. A sensação de afronta humana é perfeitamente conseguida. Logo pedi um médico. Disseram que viria na 2ª feira e veio. Quando lhe fui presente, queixei-me das instalações, da minha saúde e da idade para aguentar aquilo. Não lhe falei, claro, da minha inocência. Disse-

me que não era com ele. Falei da minha dificuldade de respiração e dos meus pulmões, com várias crises anteriores; da minha arteriosclerose, da minha deformação nasal e dificuldade de respirar. Pedi-lhe que me consentisse que minha família me fornecesse uma almofada, para encostar a cabeça, pois até ali o fazia sobre o casaco e as calças dobradas. Não era com ele. Voltei para o buraco nessa tarde queixei-me na Polícia, onde fui para rubricar os papéis – mas disseram-me «ignorar como aquilo era». Lamentei que me prendessem sem ter um local humano onde me metessem. Pedi o meu médico assistente. Limitaram-me e retinham a minha correspondência, até a profissional. No dia 8 de Outubro senti-me mal. O médico não vinha. Eu não podia falar claramente à minha família e onze dias depois de chamado, apareceu o médico. Eu tinha tido um enfarte do miocárdio. Procuraram ocultar-me o meu estado de saúde e a minha desgraça, quando eu não deveria ignorá-la e só por acaso a descobri. Não consegui que me fizessem, oportunamente, o tratamento específico da doença.

Estes são os factos, sumarissimamente descritos, da minha actual situação. Devo ainda dizer que várias vezes pelo telefone e de noite eu fui convidado a fugir de Portugal, como o têm feito tantos. Que me telefonaram duas vezes, de noite, «dois jornalistas» a perguntar se iríamos às eleições, ao que eu respondi frontal e afirmativamente, que sim. Claro que eu não era candidato, mas como liberal e democrata, daria a minha colaboração, nos termos e de acordo com a lei e com a «Constituição da república Portuguesa».

Do processo não falei, mas devo dizer que é todo falso e malévolo, verdadeiramente tecido e inventado para me tirar a liberdade e a saúde. Por demais bastará dizer que até hoje e apesar dos meus instantes pedidos, não recebi a visita da «Ordem dos Advogados» e nem sequer do meu advogado constituído, a quem entreguei a defesa da minha liberdade e da minha honra.

Conclusões

1.º) – Nasci filho legítimo numa família da média burguesia e fui educado, com meus irmãos na honra, na generosidade, no respeito pelos direitos e dignidade do próximo e na ajuda e socorro dos mais humildes;

2.º) – Meus pais eram católicos e liberais – no perfeito sentido da palavra e assim nos educaram:

3.º) – Meus pais eram democráticos e nunca compraram para um filho um objecto que o não comprassem, também, para os outros;

4.º) – Fui educado no respeito da verdade e da minha própria pessoa e dignidade;

5.º) – Procurei sempre ser justo e generoso;

6.º) – Casei-me por amor, na igreja de Sangalhos e assim, nas tradições dos meus pais e de minha mulher, eduquei os meus três filhos também;

7.º) – Meus filhos têm cursos superiores, assim como minha mulher;

8.º) – Dei a meus filhos o meu exemplo cívico e educação religiosa e não me poupei a sacrifícios, apesar das minhas dificuldades pois eles cursaram colégios qualificados e até minha filha foi aluna do colégio de freiras, da avenida Manuel da Maia:

9.º) – Tenho três netos, orientados como eu e meus filhos o foram, exactamente, para que possam ser livres e conscientes;

10.º) – Obtive, pelo meu trabalho, alguns bens que juntei aos que herdei de meus pais e de meus sogros, para suprir a eventual miséria da falta de saúde; Porém,

11) – Porque fui candidato à Presidência da República, sou vítima dum insidioso, falso e malévolo processo, onde somente ressalta o desejo da minha aniquilação;

12) – Tal processo não é o meu retrato, mas é o retrato da Pide;

13) – Esta pretende aniquilar-me, só porque eu participei numas eleições e assim quer aniquilar qualquer oposição;

14) – Com o seu processo contra o signatário mostram o seu inteiro desrespeito pela Lei e pela Justiça.

14) – Tais factos e a circunstância de termos chegado, no nosso país, ao extremo limite de ver destruídos todos os direitos cívicos fundamentais e até na profissão do signatário serem, como a polícia pretende, coarctados os direitos de livre exercício, impuseram a actuação do homem e do advogado nessa eleições;

15) – As alegações que pretendem a minha prisão, mostram claramente o arbítrio de que são passivos todos aqueles que não aceitam o partido único, co a solução nacional imposta.

Por tudo, eu,

16) – Como um desses homens, mas criado e educado na fé da lei e da justiça, da pureza e independência delas, até ao fim dos séculos,

Espero a minha liberdade!

Cadeia de Caxias, reduto norte, um de Fevereiro de 1962

O presidiário

Arlindo Augusto Pires Vicente».

6. CARTAS DE ARLINDO VICENTE ESCRITAS NAS PRISÕES DO ALJUBE E CAXIAS.

In Arquivo Pessoal de António Pedro Vicente; ANTT, PIDE/DGS, Arlindo Vicente, *processo n.º 953-SC*, 1º volume.

289

N.º 1

«Lisboa, Cadeia do Aljube, 8 de Outubro de 1961

Exmo. Senhor Director da Polícia Internacional e de Defesa do Estado

O signatário vem expor e requerer a V. Ex. o seguinte:

– minha filha e colega de escritório, não me visitou desde há dias, desde o dia 5 do corrente.

Ela sabe da urgência de alguns problemas profissionais pendentes no escritório e por isso deve ter procurado fazê-lo.

Sr. Director

Como V^a. Ex. sabe, as coisas judiciais têm prazos, extintos os quais, não há qualquer solução.

Minha filha tem boa vontade mas é jovem e inexperiente. É necessário que eu lhe dê a minha colaboração, aliás na defesa dos interesses dos clientes e do meu nome, que sempre respeitei.

Pelo exposto, requero a V^a. Autorização para que minha filha, Dra. D. Maria Teresa Vicente, me visite, hoje, domingo, se o puder fazer de acordo com a sua vida particular, ou amanhã, 2.^a feira, dia 9 do corrente.

Pede deferimento

O requerente

Arlindo Vicente

P.S. Entregue a horas foi-me dito que só posso entregar amanhã, 2.^a feira.

E todos os dias nem no domingo.

8.10.61

Arlindo Vicente».

N.º 2

«Lisboa, cadeia do Aljube, 12-10-61

290

Querida Adélia

Fez-me bem ver a família. Porque diz o povo que é na doença e na cadeia, que se vêem os amigos e realmente não há melhor sabedoria.

[...]

Por aqui tudo normal. A vida agora é menos lenta. O jornal tem muita leitura e vou requerer os livros mas já o não posso fazer hoje. Vou no entanto tentar ainda hoje a autorização para os receber. Em qualquer dos casos estou melhor. Suponho que irei hoje à polícia, e se assim for só regressarei, como habitualmente, à noite. A Julieta pareceu-me menos jovem. De certa maneira a vida que ela tem, se por um lado a preocupa por outro faz-lhe bem. Do Alberto não recebi ainda qualquer correspondência nem da Maria da Graça. Receberei oportunamente. O vinho da Vialonga deve já estar bebível. Estamos a meio do mês e no dia 1 de Novembro já se bebe oficialmente o vinho desta colheita. Eu gostaria de ser eu a servi-lo. Mas isto é uma preocupação sem fundamentos e quando o quiserem fazer façam-no. [...].

Teu que te beija

Arlindo»

N.º 3

«Lisboa, Cadeia de Aljube, 15 de Outº de 1961

Querida Adélia

Acabo de escrever à Maria Teresa mas não quero deixar de te enviar meia dúzia de palavras.

Nada se passa que altere as circunstâncias de origem. Para aqui estou, submetido ao desígnio alheio.

Os homens quando querem parecer deuses, apoucam-se muito, mesmo os que se dizem cristãos, porque Deus, comunicou ao homem uma compleição à sua semelhança e deu-lhe o fogo do livre-arbítrio – a liberdade.

Deu-lhe inteira e absoluta liberdade para que este possa agir, sem nenhuns limites e até infringindo as regras divinas. Deus o julgará, finalmente.

Mas eu nem sequer posso viver, trabalhar e honrar-me pelos meus actos, em liberdade, se é que também é liberdade a vida que tenho cumprido.

Civilização, ... ocidental,... cristã...?

Saudades

Beija-te o teu

Arlindo»

N.º 4

Lisboa, Cadeia do Aljube, 28 de Out.º de 1961

Querida Adélia

Acabo de escrever à Maria Teresa e ao Mateus, um postal.

Recebi hoje papel, postal e selos e assim estou municiado para escrever às pessoas. Também, estava no fim pelo menos de selos. [...]

Mudei hoje de quarto. Estou bem. As instalações são suficientes e limpas.

Espero que a Maria Teresa cá venha hoje ou amanhã. Se não vier, paciência. Vou interromper ou melhor, terminar esta carta.

Por aqui, tudo na mesma.

Queria escrever à Arminda que me enviou hoje uvas e ao António mas certamente já o não farei hoje. Vai sendo um pouco tarde para isso.

Até amanhã. Cumprimentos para todos.

Beija-te o teu

Arlindo Vicente».

N.º 5

«Cadeia de Caxias, reduto norte, 6 de Novembro de 1961

292

Querida Adélia

Aqui continuo, neste isolamento calculado, onde a companhia mais íntima e suave, me é dada pelo «Romance de Camilo» de Aquilino Ribeiro.

Tem-me sido um amigo. A sua leitura traz-me a presença de um homem, para além do escritor, se é que se pode separar o talento ou grandeza e força humana.

Mas é realmente agradável constatar que através de tudo, neste varrer de ciclone em noite escura, existe uma luz que pode comunicar-nos a presença de vida que nos chega a parecer que toda se desfez e misturou com a lama no ruir continuado das forças da loucura e da violência apocalíptica.

Hoje requeri para ir ao médico do nariz. Respiro cada vez pior. Requeri para ir hoje mesmo. Tenho de aplicar continuamente as drogas que vão perdendo a eficácia. Por demais constipei-me no Aljube, como não poderia deixar de ser. Não estou pior da constipação mas preciso de ser visto por um médico competente. O mais útil é que seja o Dr. Ângelo Pena até por ser a pessoa que tenho consultado neste caso.

Não pedi para ele cá vir antes requeri para eu ir lá. Não posso estar a pagar deslocacões a médicos e bem me custa, embora sinta que o deva fazer, ter de pagar a consulta de que já não teria necessidade, se não me considerassem um escravo.

Pedi a consulta, espero que ma concedam. Como é rudimentarmente justo e humano.

Ontem recebi roupa, bolos e fruta que me trouxe a Arminda. Coisas de vestir e de comer, tenho suficientes. De resto a alimentação da cadeia é sobeja para as minhas necessidades.

O tempo é que vai óptimo para os turistas ou para quem tenha que abrir poços. Raramente acontece um clima destes. Se eu pudesse ter aberto os poços da Vialonga ficaria certo de ter água para sempre. Certamente quando o puder fazer os operários hão-de andar de picão n'uma das mãos e guarda-chuva na outra.

Às vezes lembro-me daquele desabafo da tia Maria do Juz:

– A minha sorte é como a desgraça dos outros.

Mas mesmo assim ela criou os filhos, bastinhos como os dedos e conservou as suas terras e a sua dignidade numa viuvez precoce até à sua longa velhice. Era uma figura muito curiosa e que nunca mais esqueci. Assim me lembro do pai dela que foi alfaiate,

troncudo e baixote, que acabou aos meses, por casa dos filhos e foi morrer a casa da nora Florinda Costa. Foi de esquife para a sepultura. O esquife era uma maneira económica de levar os mortos à sepultura e assim se usava na minha aldeia, quando eu era garoto. Agora não sei se a civilização terá podido vencer a miséria. Fui vê-lo morto. Tinha calçados uns sapatos, todos feitos de papel envernizado. Para aquela viagem serviam perfeitamente. Não terá necessidade de reclamar do fabricante. O que ainda não acabou ali foi o sistema das medidas ou dos meses que aqueles velhos passam por causa dos filhos a quem deram as territas que possuíram e que é um sistema trágico. Não sei se irei ao médico do nariz. É tudo muito lento. Vou pondo as drogas e ver se me passa a constipação.

Vou também escrever à Maria Teresa e à Arminda.

Beija-te o teu saudoso amigo

Arlindo».

N.º 6

«Cadeia de Caxias, reduto norte, 6.XI.61

Querida Arminda

Recebi ontem a roupa, os doces, as frutas e tudo o que me enviaste. Só assim não recebi a garrafa do vinho mas estou certo que cá chegará a seu tempo. Por demais é vero, [...] tudo são sugestões da gula. Cá chegará.

Como vão vocês por aí? Eu vou indo conforme as possibilidades e serenamente, quanto permitem as circunstâncias. Li que foram restituídos à liberdade os rapazes que assinaram um documento de natureza democrática chamado «Programa». Eu continuo preso mas isso explica-se facilmente: é que eu não assinei o documento.

Neste país tem que ser assim. Ou se é do Benfica ou do Sporting ou da União Nacional ou do programa ou do Futebol Clube qualquer coisa.

Doutra maneira é o diabo. Para o futuro tenho de me empenhar a qualquer coisa. Ainda que seja o «grupo familiar os bebe-auga» da Fonte da Bica. Mas como agora, não. Passa o período das eleições e eu na cadeia, a ler o Diário de Notícias. Não é que o período me pudesse interessar demasiadamente mas enfim sempre tem certa graça por causa dos ralhos e lutas familiares, como tenho lido nos discursos dos candidatos.

Como tudo é fado! Como tudo é triste! Minha querida irmã.

Cumprimentos ao teu marido e meu querido amigo e para ti as saudades e agradecimentos do teu irmão que te beija as mãos

Arlindo.

P.S. Augusto

Saúde e saudades.

Mto obrigado por tudo

Seu do coração

Arlindo».

N.º 7

Cadeia de Caxias, reduto norte, 30 de Novembro de 1961

Exmo. Senhor Dr. Médico Privativo da Cadeia de Caxias

Desde há dois meses que cumpro pena nas cadeias da Pide. Primeiro no Aljube, depois neste presídio.

Pelas condições da prisão que me foi imposta no Aljube, adveio-me um enfarto do miocárdio no dia 8 de Outubro que só foi diagnosticado mais tarde, 15 ou 18 dias, se não erro e como V. Ex. sabe.

Apesar de ser diagnosticado nessa data, não fui objecto de diferente situação e sempre tenho cumprido a prisão normal, como o fazem as pessoas saudáveis, na incomunicabilidade.

Eu ignorava, felizmente, o que fosse um enfarte do miocárdio e a sua gravidade só me era conhecida de longe e vagamente.

No entanto. Tinha eu na ideia que se tornava necessário um tratamento urgente e cuidadoso para diminuir a desgraça do paciente e recuperar o possível.

Acontece que nem o médico do Aljube, nem V. Ex. determinaram nada de especial, bem menos a hipótese do internamento n'uma clínica, organizações que eu creio que existem, para tratar os doentes.

Perguntei na Pide, em face destes acontecimentos, se isso, se a determinação do internamento numa clínica especializada dependia da polícia e disseram-me ali que era o médico que o deveria determinar. O médico desta cadeia ou do Aljube.

Até agora, e vão lá cinquenta e dois dias, nada foi determinado e eu continuo preso e com o tratamento que V. E. conhece.

Bem sei que sou um preso à ordem da Pide. Mas eu pergunto ao sr. Dr. porque razão eu não fui imediatamente internado numa clínica? Não há clínicas para os presos políticos? Ou não há doenças nos presos políticos? Porque razão me dificultam o normal tratamento, até o impossibilitaram?

Pode V. E. explicar-me?

Fico-lhe muito grato e subscrevo-me

Mto atte

Arlindo Vicente».

N.º 8

Cadeia de Caxias, reduto norte, 4 de Janeiro de 1962

Exmo. Senhor

Dr. Constantino Fernandes

Ilustre advogado

Lisboa

Meu caro Dr. Constantino

Minha filha já lhe deve ter falado que eu desejo constituí-lo meu advogado.

Por isso preciso falar-lhe. O termo de procuração, se minha filha não lho entregou, recebê-lo-á aqui na secretaria da cadeia ou eu lho entregarei. Por outro lado, e como isso não carece de procuração porque pode fazê-lo como gestor de negócios, nos termos da lei, desejaria que diligenciasse que eu esteja aqui, acompanhado senão internado numa clínica, dado que estou, apesar de ter sido despachado em 8 de Novembro que eu passaria ao regime normal, isolado, sozinho, incomunicável, até agora. Não compreendo

por que não cumprem os despachos da própria polícia e a lei: mas, paciência. A Ordem [dos Advogados] também me não visitou.

Por isso peço a sua diligência e a aceitação do patronato

Seu colega mto ador

Arlindo Vicente».

N.º 9

Cadeia de Caxias, 5 de Janeiro de 1962

Querida Maria Teresa

Já não acredito em nada, nem na lei. A lei é conforme calha e convém.

Continuo incomunicável como sabes. Mas por despacho da polícia que me foi comunicado em 8 de Novembro, passei ao regime normal.

Mas tenho continuado na incomunicabilidade. A Ordem nunca me visitou.

Por isso escreve junto ao Dr. Constantino para aceitar a procuração e vir cá logo que possa. Traz-me ½ folha de papel selado e o selo de 15.00. Creio que agora são 15.00.

Vê isso com atenção.

Teu pai amigo

Arlindo».

N.º 10 (cópia)

Cadeia de Caxias, reduto norte, 7 de Janeiro de 1962

Exmo. Senhor Dr. Gama Barata

Digno médico privativo desta cadeia

Arlindo Augusto Pires Vicente, que também usa assinar Arlindo Vicente, advogado, casado e chefe de família, vem para os fins convenientes comunicar a V. Ex.^a que depois de ter requerido dezenas de vezes, o cumprimento do regulamento que o mandou em 8 de Nov. passar à prisão normal e não tendo conseguido, até agora que tal se verifique

pelo que se encontra ainda e desde 30 de Setembro isolado, sozinho e humilhado pela excepção, requereu ao sr. Director desta polícia para ser internado numa casa de saúde, porque como V. Ex.^a sabe me encontro gravemente doente com um enfarto do miocárdio acontecido na prisão em 8 de Outubro de 61, sem terapêutica ou assistência específica e ainda porque até agora a doença se tem agravado lógica e conseqüentemente com a situação excepcional a que tem sido submetido.

Ora V. Ex.^a é o médico privativo deste presídio, apelo para a sua dignidade de Homem e consciência profissional, para que se digne imediatamente diligenciar no sentido de o signatário ser deslocado para uma clínica e aí ser submetido a tratamento.

[...]

Arlindo Vicente».

N.º 11 (cópia)

Exmo. Senhor Director da Cadeia de Caxias, reduto norte

Arlindo Augusto Pires Vicente, preso nesta cadeia e incriminado pelo 1º Juízo Criminal de Lisboa, vem requerer que V. Ex.^a se digne permitir a visita legal do seu advogado constituído Sr. Dr. Constantino Fernandes e também para receber imediatamente todos os papéis e elementos necessários para, nos termos da lei, fazer o seu relatório para juntar aos autos, em tempo.

Cadeia de Caxias, reduto norte, 28.I. 62

Arlindo Vicente».

N.º 12

«Cadeia de Caxias, 4 de Abril de 1962

António

Recebi ontem o teu postal de 2 do corrente e agradeço o teu desejo de me visitares. Não tenho dito nada nos últimos tempos, não tenho escrito e tenho somente procurado passar o tempo, como é possível. Para o meu estado de saúde e creio que para todos os presos, a cadeia é anti-higénica. Passamos quase todo o dia na cela e nos dias de chuva

todo o dia. A humidade – dado que o nervosismo do cárcere impõe aos mais saudáveis esse desequilíbrio e todos os que fumam o fazem em excesso – a falta de ventilação das celas que se limitam a ter uma só janela, a ocasional orientação do edifício, a falta de locais para recreios com coberturas e até a imposição do sedentarismo, são manifestamente destruidoras da saúde física.

Eu supunha que era das raras pessoas com dificuldade nasal de respiração e sabia, por experiência, que o nervosismo me aumentava a dificuldade de respirar.

Pois aqui, quase todos os presos usam as drogas prontas para dilatar as fossas nasais, drogas indispensáveis para poderem respirar. A única coisa que acontece e ilude a instalação é podermos engordar. Claro que é uma circunstância consequente da falta de higiene da cadeia, sedentarismo, mau funcionamento pulmonar, más dejectões e consequente obesidade.

Mas, enfim, cá vou andando.

Já passaram os seis meses de prisão preventiva e fui mimoseado com dois processos: um de medidas de segurança, por não haver qualquer notícia de incriminação; outro, vulgar, que foi possível obter, afinal.

No processo de medidas de segurança, ainda, como sabes, deduzi a minha defesa. Mas não se verificou aí o julgamento ou sentença porque entretanto, a rasar os seis meses veio o outro processo, novamente, e fui acusado de tantas coisas e tão engenhosas que a instrução contraditória não tinha qualquer oportunidade.

Como poderia eu defender-me duma acusação daquelas?

Bem sei que bastariam duas linhas ou montanhas de papel. Duas linhas, havendo lei; montanhas de papel, não havendo lei.

Enfim, aguardo julgamento e porque fui acusado e muito ameí a minha profissão, tive sempre fé na justiça. Veremos se a fé se mantém.

Confiei sempre nos tribunais, apesar das desilusões dos últimos anos. Mas só com fé nos tribunais eu poderia prosseguir. Agora até tenho a impressão que o que me deteve, injúria e defrauda a saúde e a vida, é qualquer questão pessoal, alguma coisa que eu tenha feito que tenha irritado ou prejudicado alguma pessoa de influência. Não atino com a causa, apesar de longos meses de meditação.»

N.º 13

Caxias, cadeia de, 6.6 de 1962

Exmo. Senhor Director da Polícia Internacional e de Defesa do Estado

299

Arlindo Augusto Pires Vicente que também usa assinar Arlindo Vicente, foi há pouco notificado, verbalmente, de ter sido retida a carta, última e de há dias, que pretendeu enviar a seu irmão António, médico em Bustos, em resposta.

Não foi esclarecido ao requerente quais as razões ou fundamentos dessa apreensão. E porque, crê o mesmo, que tudo quanto ali refere é a expressão da verdade e se limitou a expor o mínimo de considerações sobre os assuntos versados, e ainda porque em tais condições ignora o que é possível escrever ou comunicar ou o que não é possível por razões que também ignora, e ainda para o fim de poder ou não manter convívio escrito com os seus familiares, mais distantes,

Requere a V.E.^a que se digne mandar-lhe comunicar, também por escrito, quais os assuntos, temas, frases ou referências proibidas.

E. R. deferimento,

Arlindo Vicente».

7. CARTA DE ARLINDO VICENTE A JOÃO XAVIER (PORTO), DE 25 DE MAIO DE 197

In Arquivo Pessoal de António Pedro Vicente

«Meu querido amigo,

Foi com o maior prazer que recebi o seu cartão.

Merece, efectivamente, o senhor João Xavier uma resposta à sua questão. Escuso de lhe afirmar que estou de alma estou de alma e coração com o «movimento» que deu ao nosso País a possibilidade de abertura para uma nova era. Tenho bem a noção de que todos somos precisos e «muito especialmente os que lutaram nos tempos difíceis da era fascista». Sucede, no entanto, meu querido amigo, que estes primeiros momentos são os de uma confusão natural em que um pobre Povo subordinado durante decénios a tão

duro transe não está preparado ainda para pôr os problemas no seu devido lugar e que, sem o querer, concede (com excepções, é óbvio) a proeminência de certas situações, a muitos dos que só depois do 25 de Abril e para salvaguarda dos seus interesses pessoais, se lembraram que eram democratas. São as leis da História, em cujo processo só no futuro se determinará quais foram lutadores sem os quais não eclodiria este movimento, e em cujo número, o senhor se inclui (ou, no grupo dos quais nós nos incluímos).

Efectivamente, nestes momentos surge uma mole enorme de pessoas que, por circunstâncias que o senhor conhece, agora necessita de se afirmar e que, naturalmente, e por necessidade, esquece ou faz esquecer aqueles que pela sua luta passada tinham razões de sobra para serem chamados.

Estes considerandos servem para lhe afirmar que apesar da precária saúde que as prisões do terrível fascismo determinou, até ao meu fim lutarei na subordinação aos ditames de uma consciência que jamais me fez recuar.

Deixe acalmar os espíritos dos verdadeiros sequiosos da liberdade porque a amaram e dos que agora a apregoam, porque sabem ter um passado a sanear e logo verificará que os primeiros serão lembrados para continuarem uma luta jamais interrompida.

Seu amigo muito admirador e dedicado que democraticamente o saúda

Arlindo Vicente»

ÍNDICE ANALÍTICO

- 1º Salão dos Estudantes da Universidade de Coimbra, 43, 44
- 25 de Abril, 17, 130, 183, 220, 251, 253, 254
- 28 de Maio, 16, 88, 149, 157
- 31 de Janeiro, 122, 133, 151, 206, 207, 218
- 2ª Exposição Geral das Artes Plásticas, 78, 80, 116
- 3ª Exposição Geral de Artes Plásticas, 61, 81, 82
- 5 de Outubro, 122, 152, 206
- 59º Salão das Belas-Artes, 71
- ABC*, 43
- Abrantes, 139
- Academia Almadense, 191, 192
- Academia Nacional de Belas-Artes, 80
- Acção!*, semanário, 85, 92, 93, 94, 95, 96, 98
- Acção Nacional*, periódico, 38
- Acção Nacional Republicana, 208, 209
- Açores, 42
- Alemanha, 75, 130
- Alentejo, 100, 162, 174, 191, 195
- Algarve, 153, 159, 174, 175
- Aljube, 220, 221, 222, 224, 228, 233
- Aljustrel, 175, 189
- Alma Nacional*, periódico, 41
- Alma Nova*, periódico, 43
- Alma Popular*, semanário, 25, 27, 40, 41, 55
- Almada, 139, 190, 191, 192, 195
- Alpiarça, 174, 187
- América do Sul, 22, 112
- Anadia, 53, 85
- Angola, 130, 132, 180, 181, 182, 183, 196, 235
- Angra do Heroísmo, 118
- Argélia, 130
- Arte Moderna, 55, 59, 60, 64, 76, 89
- Arte Nova*, revista, 44
- Assembleia da República, 183, 252
- Assembleia Nacional, 122, 124, 130, 208, 209, 213, 217
- Associação Académica de Coimbra, 46, 52
- Átomo*, periódico, 46
- Avante!*, periódico, 138, 221, 228
- Aveiro, 21, 22, 24, 25, 30, 32, 40, 41, 44, 58, 123, 139, 144, 160, 165, 172, 173, 177, 192, 212, 225, 241, 242
- Avis, 177
- Bairrada, 29, 88, 90
- Banda do Troviscal, 28
- Barreiro, 139, 160, 162
- Beja, 144, 172, 175, 177, 189, 191, 201, 206, 212

- Belas Artes, 33, 49
- Benavila, 177
- Braga, 123, 130, 139, 144, 177, 211, 212
- Bragança, 211, 212
- Brasil, 22, 111, 122, 153, 161, 205
- Brasileira (A), 36
- Cabo Verde, 38, 180
- Café Chiado, 36, 244
- Café Portugal, 114
- Caldas da Rainha, 211
- Câmara Municipal de Lisboa, 114, 170, 243
- Capital (A)*, jornal, 57, 58, 66, 99, 112, 134, 194, 249, 252
- Cartaz*, revista, 87, 88, 89
- Casa Quintão, 45, 85
- Castelo Branco, 213
- Caxias, 70, 180, 181, 224, 227, 228, 233
- Coimbra, 15, 23, 24, 31, 34, 35, 37, 38, 39, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 53, 57, 70, 74, 93, 110, 116, 118, 123, 130, 135, 136, 139, 144, 163, 164, 166, 170, 173, 178, 191, 192, 195, 212, 231, 241, 244, 249
- Comércio do Porto*, jornal, 58, 247
- Comissão Cívica Eleitoral de Lisboa, 123, 129, 133
- Comissão Distrital de Trabalhadores de Lisboa, 162
- Comissão dos Estudantes de Lisboa, 161
- Comissão Nacional das Comemorações do Cinquentenário da República, 206
- Comissão Internacional de Juristas, 234, 235
- Comissões Femininas, 164
- Condeixa, 139
- Confederação Geral dos Trabalhadores, 110
- Congresso de Aveiro, 58, 241, 243
- Cooperativa dos Trabalhadores de Portugal, 139
- Correio de Coimbra*, semanário, 148
- Cubismo, 65
- Damão, 122, 153
- Diabo*, periódico, 59, 64, 65, 76, 89, 131
- Diário do Governo*, 229
- Diário Ilustrado*, jornal, 140, 142, 151, 156, 159, 170, 185, 196
- Diário de Lisboa*, jornal, 46, 61, 62, 64, 68, 71, 90, 171, 243, 252
- Diário da Manhã*, jornal, 46, 78, 80, 81, 91, 145, 149, 153, 155, 156, 195
- Diário do Norte*, jornal, 46
- Diário de Notícias*, jornal, 43, 69, 91, 112, 149, 161, 178, 193, 223, 226, 244, 250, 253
- Diário Popular*, jornal, 38, 46, 63, 124, 127, 131, 154, 155, 156, 158, 195, 252
- Directório Democrato-Social, 123, 124, 131, 135, 186
- Ditadura Militar, 16, 36, 51, 52, 145, 149
- Diu, 122, 153
- El Nacional*, jornal, 219
- Época*, jornal, 43
- Espanha, 46, 76, 95, 130, 223, 234, 246
- Estado Novo, 16, 17, 18, 56, 59, 76, 79, 86, 91, 93, 94, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 107, 112, 114, 115, 116, 118, 119, 123, 125, 126, 132, 142, 145, 149, 150, 153, 154, 155, 156, 157, 164, 166, 176, 181, 190, 195, 197, 198, 201, 215, 216, 217, 221, 223, 230, 234, 237, 238, 239, 240, 250, 253
- Europa, 56, 75, 92, 95, 97, 108, 110, 216
- Eva*, 45
- Évora, 201, 212
- Exposição de Arte Popular, 87

Exposição (II) de Arte Portuguesa dos Séculos XIX e XX, 246

Exposição do ano X da Revolução Nacional, 101

Exposição do Mundo Português, 101, 102, 103, 104, 106, 157

Exposição dos Artistas Modernos Independentes, 85

Exposição Histórica da Ocupação do século XIX, 101

Exposições Gerais de Artes Plásticas, 59, 61, 77, 78, 79, 80, 82, 120, 166

Fafe, 222

Faro, 119, 131, 139, 144, 159, 166, 172, 174, 176, 189, 212

Figueira da Foz, 46

Flama, revista, 22, 65, 78, 117, 199, 230, 237, 251

Fortaleza de Peniche, 112, 201, 240, 241

França, 99, 106, 107, 130, 132, 161, 181, 245, 246

Frente Cívica Revolucionária, 111

Funchal, 136

Futurismo, 65

Galeria UP, 90

Gazeta de Coimbra, periódico, 47, 48, 50, 51, 53, 66, 70

Genebra, 234

Goa, 122, 151, 153, 154, 156, 179, 180, 201

Grupo Surrealista de Lisboa, 38

Guarda, 139, 212

Guernica, 76

Guerra (I) Mundial, 29, 132

Guerra (II) Mundial, 19, 45, 97, 108, 250

Guerra Civil de Espanha, 92, 94, 95

Guimarães, 102, 111, 165

Guiné, 180

Humanidade, periódico, 43

Ideia Nacional, periódico, 38, 43

Igreja Católica, 110, 147

Ílhavo, 43, 58

Ilustração, periódico, 43

Ilustração Portuguesa, periódico, 43

Impressionismo, 67

Inglaterra, 130, 246

Itália, 130, 245

Jornal (O), jornal, 46, 133

Jornal do Brasil, jornal, 226

Juntas de Acção Patriótica, 165, 228, 237

Junta de Libertação Nacional, 111

Labor, revista, 44

Legião Portuguesa, 94

Leiria, 139, 144, 160, 212

Le Monde, jornal, 235, 238

Ler, jornal de letras, artes e ciências, periódico, 63, 67, 83, 100, 245

L'Humanité, periódico, 221, 238

Liceu Camões, 109, 174

Liceu de Aveiro, 23, 29

Liceu José Estêvão, 44

Liceu José Falcão, 34

Lisboa, 17, 22, 23, 25, 26, 29, 30, 34, 35, 36, 37, 42, 43, 44, 45, 46, 51, 52, 53, 55, 58, 59, 64, 65, 67, 68, 69, 70, 75, 77, 80, 85, 86, 88, 91, 94, 100, 101, 102, 103, 106, 108, 110, 114, 121, 123, 127, 130, 131, 136, 139, 144, 145, 147, 150, 152, 154, 161, 162, 164, 165, 166, 168, 171, 172, 174, 177, 178, 181, 183, 188, 191, 192, 197, 201, 204, 207, 210, 211, 213, 221, 222, 234, 241, 244, 245, 253

Londres, 180, 211

- Loulé, 175, 177
- Loures, 139
- Maçonaria, 110
- Madeira, 51
- Madrid, 66
- Magazine Bertrand*, periódico, 43
- Manifesto dos Escritores da Oposição Democrática, 167
- Manifesto do I Salão dos Independentes, 68
- Marateca, 191
- Marinha Grande, 177
- Marrocos, 111
- Martinho (O), café, 36
- Mealhada, 111
- Moçambique, 180, 181, 183, 184
- Mocidade Portuguesa, 94
- Monarquia do Norte, 30, 219
- Montijo, 43
- Mora, 77
- Moscavide, 170
- Moscovo, 97, 154
- Movimento Restaurador da Democracia em Portugal, 111
- Movimento de Unidade Democrática (MUD), 18, 58, 78, 108, 111, 114, 115, 116, 117, 118, 120, 122, 123, 131, 152, 160, 165, 166
- Movimento de Unidade Ferroviária, 211
- Movimento de Unidade Nacional Anti-Fascista (MUNAF), 110, 165
- Movimento Nacional Democrático (MND), 117, 118, 120, 121, 122, 153, 160, 165
- Movimento Nacional Independente (MNI), 111, 202, 203, 205, 208, 222
- Movimento Nacional-Sindicalista, 38, 156
- Museu Ferreira de Castro, 83, 110, 246
- Museu Nacional de Arte Contemporânea, 67
- Nação Portuguesa*, revista, 57
- Nacionalismo, 90, 92
- NATO, 122
- Naturalismo, 67
- Neo-realismo, 58, 60, 61, 76, 77, 78, 79, 81
- New York Times*, jornal, 168
- Notícias Ilustrado*, periódico, 49
- Nova Iorque, 101
- Oeiras, 139
- Oliveira do Bairro, 21, 25, 26, 27, 39
- Opção*, revista, 180
- Oposição Democrática, 140, 143, 144, 153, 155, 156, 157, 159, 160, 168, 171, 176, 180, 181, 183, 185, 187, 192, 194, 241
- Oposição Independente, 145
- Ordem dos Advogados, 118, 120, 229
- Orpheu*, revista, 34, 67
- Pacto de Cacilhas, 185, 192, 203, 205
- Palácio dos Coruchéus, 243
- Paris, 38, 43, 101, 109, 151, 187, 245, 246
- Partido Comunista Português (PCP), 51, 78, 110, 117, 120, 121, 123, 129, 130, 131, 132, 134, 138, 139, 142, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 165, 169, 172, 185, 186, 188, 189, 191, 192, 208, 217, 220, 227, 228, 230, 235, 236, 238, 239, 253
- Partido Democrático, 26
- Partido Republicano Português, 26, 30, 132, 143
- Pastelaria Veneza, 82, 113
- Pavilhão da Fundação, 102
- Pavilhão da Independência, 102, 103
- Pavilhão da Ocupação e da Conquista, 102
- Pena, Lápis e Veneno*, revista, 38, 41, 42

Polícia Internacional de Defesa do Estado (PIDE), 111, 116, 118, 120, 172, 173, 174, 177, 183, 190, 191, 215, 217, 222, 223, 224, 227, 229, 230, 232, 236, 237, 238, 240
 Polícia Política de Vigilância do Estado (PVDA), 91, 215
 Portalegre, 139, 144, 212
 Portimão, 172, 174
 Porto, 41, 74, 111, 122, 123, 130, 131, 133, 135, 139, 144, 148, 151, 152, 160, 161, 165, 168, 169, 171, 173, 175, 177, 178, 186, 187, 188, 189, 198, 206, 211, 213, 217, 220, 254
 Portugal, 15, 19, 21, 51, 55, 57, 66, 75, 76, 77, 79, 81, 92, 93, 95, 98, 99, 102, 103, 108, 111, 115, 117, 122, 130, 142, 149, 153, 154, 155, 165, 168, 181, 183, 197, 216, 221, 223, 232, 234, 238, 243
Portugal Moderno, periódico, 44, 88, 89
Povo (O), periódico, 71
 Póvoa de Santa Iria, 222, 236
 Póvoa do Varzim, 162
 Prémio Anunciação, 80
 Prémio Miguel Lupi, 80
 Prémio Sousa Cardoso, 80
Presença, revista, 23, 38, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 57, 58, 60, 69, 70, 72, 73, 74, 75, 76
Primeiro de Janeiro, jornal, 47, 63, 133, 151, 172, 174, 211, 242, 244, 245
 Programa para a Democratização da República, 207, 208, 209
Província de Angola, periódico, 235
 Rádio Clube Português, 187
 Rádio Moscovo, 232
 Rádio Voz da Liberdade, 206
 República, regime, 25, 41, 51, 209
República, jornal, 38, 53, 60, 63, 81, 91, 131, 134, 140, 141, 143, 144, 147, 148, 150, 152, 153, 158, 162, 163, 164, 166, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 179, 186, 187, 194, 195, 242, 243, 246
 Revirvalho, 36
 Roma, 21
 Sacavém, 195
 Salão Académico (II), 46, 47
 Salão Académico (III), 48, 50
 Salão dos Artistas Modernos Independentes (I), 43, 45, 46, 68, 69, 71, 72
 Salão dos Artistas Modernos Independentes (II), 47
 Salão dos Estudantes da Universidade de Coimbra, 43
 Santa Comba Dão, 200
 Santarém, 43, 132, 139, 144, 213
 S. Francisco, 101
 S. Paulo, 130
 São Tomé e Príncipe, 180
Seara Nova, revista, 57, 68, 76, 91, 123, 129, 130, 131, 133, 134, 135, 137, 140, 160, 186, 187, 197
 Secretariado Nacional de Informação, 100, 106
 Secretariado de Propaganda Nacional, 56, 86, 87, 88, 100, 106
Século, jornal, 131, 150, 154, 159, 177, 207, 211, 220, 221, 244
 Setúbal, 131, 139, 144, 160, 162, 191, 212
 Silves, 131, 159
 Sindicato dos Ferroviários do Sul e Sueste, 131
 Sindicato Nacional do Pessoal das Indústrias Químicas, 162
 Sindicato Nacional do Pessoal dos Carros Eléctricos, 162
 Sintra, 82, 139
 Sociedade Cultural de Angola, 180, 181

- 306
- Sociedade Nacional de Belas Artes, 16, 61, 68,
78, 82, 85, 116, 243, 244, 251
- Sol*, periódico, 46
- Sol Nascente*, periódico, 76, 77
- Sorbonne, 38, 43
- Tarde (A)*, jornal, 79
- Tarrafal, 240
- The Observer*, jornal, 226
- Timor, 180
- Torres Vedras, 139
- Tortosendo, 177
- Tribuna Livre*, periódico, 228, 236
- Tribunal da Boa Hora, 234
- Tribunal Plenário, 120, 230, 232, 235, 237
- Tríplico*, revista, 46
- Troviscal, 21, 22, 25, 26, 27, 28, 33, 37, 39, 40, 41,
47, 50, 91, 109, 137, 173
- União Indiana, 153, 154
- União Nacional, 147, 156, 157, 158, 212, 213,
216
- União Socialista, 109
- União Soviética (URSS), 121, 122, 153
- Universidade de Coimbra, 37, 43, 44, 46, 52, 123,
218
- Universidade de Lisboa, 37, 43
- Veneza, 246
- Vértice*, 53, 58, 79, 80, 81, 82, 91, 100, 252
- Viana do Castelo, 177, 211, 212, 222
- Vida Mundial Ilustrada*, periódico, 59, 113
- Vila Franca de Xira, 64, 139
- Vila Real, 211, 212
- Viseu, 24, 212
- Voz (A)*, periódico, 43, 72, 92, 152

ÍNDICE ONOMÁSTICO

- Abreu, António, 130, 131, 133, 152, 158, 189, 191, 196, 210, 211, 221
- Abreu, Rodrigo de, 130, 131, 175, 203, 204, 205, 209
- Afonso, Nadir, 246
- Afonso, Sarah, 71, 72, 73, 85
- Águas, Raul, 182
- Aires, Fernando, 69
- Aires, Frederico, 99
- Albuquerque, António Mouzinho de, 101
- Albuquerque, José Osório da Gama e Castro Saraiva de, 231
- Alferes, Manuel (padre), 231
- Almada Negreiros, José Sobral de, 67, 72, 73, 77, 85
- Almeida, Hortense de, 165
- Almeida, João de, 42, 101
- Almeida, Vasco Vieira de, 141, 203, 210, 231
- Alves, F. de, 45, 68
- Alves, Mário de Lima, 110, 114
- Alves, Raul, 222
- Alves, Ricardo, 82
- Amaral, Fernando Eloy do, 45
- Amaro, Carlos, 113
- Ameal, João, 43, 92
- Andrade, Artur de, 130, 131, 203, 204
- Andrade, Vieira de, 210
- António, Lino, 71
- Antunes, Silva, 166
- Araújo, Adélia Marques de, 46, 106
- Areosa, Luís, 36
- Augusto, Artur, 87
- Augusto, José, 36
- Azevedo, Fernando de, 77
- Azevedo, José Luís Morgado de, 182
- Azevedo, Manuel, 77, 144, 211
- Azevedo, Manuela, 171
- Azevedo, Maria F. Gonçalves de, 182
- Babo, Alexandre, 188
- Bacelar, Armando, 211
- Ball, George, 155
- Balzac, Honoré de, 247
- Bandeira, Teresa, 152
- Barata, Martins, 36, 103
- Barradas, Jorge, 90
- Barros, João de, 82, 113
- Baudelaire, Charles, 59, 74
- Bermudes, Cesina, 129, 165
- Bernardino, José (cónego), 26

- Bethencourt, Edmundo, 46, 47
- Bianchini, Helena, 44
- Boden, Pamela, 106, 107
- Bonaparte, José (Rei de Espanha), 107
- Bonaparte, Napoleão, 107
- Bordalo Pinheiro, Columbano, 67, 69
- Borges, Melo, 189, 190, 203
- Botelho, Carlos, 71, 75, 103
- Botto, António, 36, 99
- Braga, Ary de Oliveira, 211
- Brandão, Amadeu, 182
- Brandão, Mário Cal, 211
- Brandão, Raul, 58
- Brito, J. M. Brandão de, 121
- Cabanas, Manuel, 131, 152, 189, 191, 211
- Cabeçadas, José Mendes, 42
- Cabeçadas, Rui, 124
- Cabral, Amílcar, 180
- Caetano, José, 152
- Caetano, Marcelo, 200
- Caldeira, Eliodoro, 233
- Caldeira, Silva, 237
- Calinescu, Matei, 59, 65
- Câmara, João de Brito, 45, 119
- Campos, Álvaro de, 72
- Campos, Meneses de, 211
- Campos, Moreira de, 210
- Campos, Natália David, 165
- Caraça, Bento de Jesus, 115, 116
- Carlos, Adelino da Palma, 119, 231
- Carlos, Alberto, 29
- Carlos, Manuel João da Palma, 118, 119, 120, 124, 131, 132, 134, 144, 181, 184, 196, 233
- Carlos, Papiniano, 144
- Carlos. D. (Rei de Portugal), 21
- Carmona, Marechal António, 115
- Carneiro, António, 69
- Carneiro, Mário de Sá, 34
- Carocinho, José António, 190
- Carvalho, Domingos, 124, 158, 190, 191
- Casimiro, Augusto, 113, 130
- Castro, Amílcar de, 144
- Castro, Augusto de, 102, 103, 235
- Castro, Eugénio de, 70
- Castro, Ferreira de, 16, 37, 45, 82, 83, 109, 113, 134, 137, 138, 166, 231, 246
- Castro, Irene, 144, 165
- Castro, Luís Padilha de (Capitão), 144, 211
- Castro, Maria Virgínia, 165
- Cavalheiro, Rodrigues, 92
- Cerejeira, António (Cardeal), 19
- Cerqueira, Eduardo, 24, 25, 30, 242
- Cerqueira, Silas, 131, 188, 191
- Cézanne, Paul, 67, 68, 75, 245
- Cezariny, Mário, 114
- Cid, João, 114
- Coelho, Carlos, 90
- Coelho, José Dias, 222
- Coelho, Vieira, 40
- Cordeiro, Arsénio, 225
- Cordeiro, Luís Henrique (Capitão), 144
- Correia, Carlos Augusto Pinhão, 213
- Correia, João Araújo, 211
- Corot, Gustav, 61
- Cortesão, Ermelinda, 165
- Cortesão, Jaime, 51, 117, 203, 210

Costa, Afonso, 26, 51

Costa, Américo, 22

Costa, António Pedro da, 38

Costa, Armando, 211

Costa, Augusto, 92

Costa, Camilo de Oliveira Santos, 236

Costa, Fernando Macedo Ferreira da, 144, 211

Costa, Gomes da (General), 41, 42

Costa, Jorge, 201

Costa, Ramos da, 221

Costa, Santos, 200

Costa, Simão da, 182

Couceiro, Henrique M. de Paiva, 27, 30, 101

Coutinho, João de Azevedo, 101

Cruz, António, 47

Cruz, António Martins da, 231

Cruz, Manuel Braga da, 42, 123, 129, 196, 221

Cunha, Maria Alcina, 165

Cunhal, Álvaro, 18, 76, 123, 201

Cunhal, Avelino, 78

Dacosta, António, 106, 244

Delacroix, Eugène, 107

Delgado, Humberto, 15, 16, 17, 92, 111, 118, 130, 132, 133, 134, 135, 137, 138, 139, 140, 143, 144, 145, 147, 152, 159, 168, 170, 171, 172, 174, 175, 178, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 196, 197, 198, 199, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 217, 222, 225, 226, 241

Delgado, Iva, 17, 197

Dionísio, Mário, 33, 77, 107, 247

Dostoiévsky, Fedor, 74

Duarte, Afonso, 46, 48

Duarte, António, 36

Duarte, António A. Calazans, 181, 182, 183, 196, 233

Duarte, Marta, 171

Duarte, Teófilo, 92

Eloy, Mário, 45, 46, 60, 68, 71, 72, 73, 75, 85, 90, 246

Esperança, Assis, 66, 70, 113, 134, 144, 166, 244

Estêvão, José, 30

Evangelista, D. João (bispo de Aveiro), 41

Falcão, Fernando, 182

Falcão, José, 34

Falcato, João Alves, 142, 145, 152, 158, 189

Faria, Cristina, 35

Faria, Francisco de Paula Dutra, 88, 90, 95, 231

Faria, Maria Elsa, 165

Faria, Telmo Daniel, 150

Farinha, Luís, 216

Fernandes, Castro, 156

Fernandes, Constantino, 234, 237, 239

Fernandes, Esmeralda, 175

Fernandes, José, 236

Ferrão, Abranches, 118, 220, 244

Ferreira, Albertino, 152

Ferreira, Carlos dos Prazeres, 131, 133

Ferreira, Eugénio, 182, 196

Ferreira, Jaime, 247

Ferreira, Heitor, 29

Ferreira, José da Cruz, 124, 129, 131, 133

Ferreira, José Gomes, 114

Ferreira, Manuel dos Santos, 173

Ferreira, Manuel G. Cavaleiro de, 231

Ferreira, Maria de Lurdes Tavares, 182

Ferreira, Mário, 120, 121

- Ferreira, Paulo, 90
- Ferreira, Serafim Dias (padre), 26
- Ferro, António, 55, 56, 72, 85, 86, 98, 99, 100, 106, 148, 150, 164, 215, 220
- Figueira, José Santos, 43
- Figueiredo, Homem de, 210, 221
- Figueiredo, Mário de, 231
- Figueiredo, Óscar dos Reis, 124
- Filho, Eduardo Brazão, 44
- Filho, Magalhães, 80, 88
- Fiúza, Manuel Zola Ferreira, 222
- Fonseca, Lília da (Maria Lígia Valente da Fonseca Severino), 124, 129, 131, 133, 152, 165, 166, 189, 191, 196
- Fontes, Martins, 186
- França, José Augusto, 69, 85, 88, 99, 100, 101
- França, Olívio, 220, 221
- Franco, Francisco (ditador espanhol), 76, 94
- Franco, João (Ministro), 21
- Freitas, César Mendes de, 182
- Freud, Sigmund, 49
- Gaitskell, Hugh, 226
- Galvão, Henrique, 132, 201, 205
- Gama, Francisco Borges da, 237
- Gama, José Osório da, 231
- Gama, Vasco da, 24, 29, 155
- Gandra, Maria Julieta, 181, 182
- Garcia, Ressano, 104
- Gaspar, João Gonçalves, 41
- Gaulle, Charles de, 226
- George, Frederico, 88, 103
- Godinho, Sérgio, 18
- Godinho, Virgílio, 144, 152
- Gogh, Vincent Van, 61
- Gomes, Augusto Ferreira, 92
- Gomes, Dordio, 73
- Gomes, Ferreira, 45, 68
- Gomes, Gonçalves, 144
- Gomes, João Carlos Celestino, 43
- Gomes, João da Silva (padre), 26, 27
- Gomes, Mário de Azevedo, 115, 116, 210
- Gonçalves, Eurico, 65, 66
- Gomes, Rui Luís, 121, 122, 165
- Gonçalves, Rui Mário, 66, 67, 75, 107
- Gorjão, Vanda, 166
- Goulart, João, 226
- Gouveia, Acácio, 210
- Graça, Francis, 244
- Grosz, Georges, 75
- Guedes, Fernando, 91
- Guedes, João, 211
- Guimarães, Fernando, 60
- Guimarães, Jorge, 169
- Haiter, 85
- Hart, Judith (deputada inglesa), 235
- Heckel, Eric, 75
- Heidegger, Martin, 65
- Henrique, D., 155
- Homem Cristo, Francisco (Pai), 30
- Hourcade, Pierre, 70
- Inglês, Maria Isabel Aboim, 152, 165, 166, 196, 210, 253
- Isabel, Rainha Santa, 39, 41
- Júnior, António Silva, 144
- Júnior, João Xavier Ferreira, 211
- Kennedy, Jonh, 226
- Kradolfer, Fred, 88, 90, 103

Lamas, Maria, 121, 187
 Lapa, Manuel, 103
 Lavrador, Manuel, 144
 Leal, Artur Cunha, 136
 Leal, Francisco Cunha, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 139, 140, 181, 187, 210
 Leal, Olavo d'Eça, 94
 Leal, Sebastião da Silva, 159
 Leiria, Mário Henrique, 131
 Leite, Avelino, 114
 Lemos, José de, 36
 Lima, Aurora Araújo, 165
 Lima, Costa, 102, 103, 104
 Lima, Emílio de Campos, 133, 144, 211
 Lima, Lino, 131, 145
 Lima, Manuel, 103, 159, 189
 Lobo, Huertas, 80
 Lopes, Sousa, 67
 Lourenço, Gabriela, 201
 Lucas, Maria Luísa dos Santos, 165
 Lucientes, Francisco de Goya y, 107
 Macedo, Adelino Augusto de, 26, 27
 Macedo, Albertino, 122
 Macedo, António, 211
 Macedo, Diogo de, 69, 70, 72, 73, 90
 Machado, Fernando Teles de Utra, 51
 Machado, M. Falcão, 41
 Machado, Maria Luísa, 182
 Macmillian, 226
 Madeira, Felismino, 144
 Madeira, Frederico, 225
 Madeira, João, 123, 134, 138, 143, 160, 186, 190, 195, 232
 Madureira, Alberto, 209
 Magalhães, Alfredo, 188
 Maia, João, 144
 Maleo, Manuel, 221
 Malhoa, José, 67, 69
 Maneta, Joaquim Ferreira (padre), 26
 Manta, Abel, 67, 71, 78, 90, 246
 Marques, Bernardo, 73, 75, 90
 Marques, Ofélia, 90
 Marques, Mário, 224
 Marta, Cardoso, 88
 Martins, Anacleto, 121, 231
 Martins, Aníbal, 155
 Martins, Ferreira (General), 124
 Massadas, Francisco (padre), 26
 Matos, Homero de (Coronel), 224
 Matos, Norton de (General), 117, 118, 123, 152, 165, 166, 193
 Medina, João, 76, 216, 253
 Meireles, Maurício, 233
 Meireles, Quintão (Almirante), 152
 Melo, Agostinho Fontes Pereira de, 231
 Melo, Bento, 135, 136
 Melo, Manuel da Costa, 192, 241
 Melo, Martinho Nobre de, 42
 Melo, Tomás de (Tom), 87
 Mendes, José da Costa, 152
 Mendes, Manuel, 90, 114
 Mendes, Mário Marques, 235
 Mendonça, José Lopes, 235
 Mesquita, Arnaldo, 158, 188
 Miragaia, J. Manuel, 71, 233
 Moniz, Botelho, 201
 Montalvor, Luís de, 46

- Monteiro, Casais, 46, 48, 57, 70
- Monteiro, Eduardo de Sousa, 231
- Moreira, Adriano, 239
- Moreira, António, 206
- Morgado, José, 121, 122
- Moura, António de Almeida, 34, 229, 230, 232, 237
- Moura, Clementina Carneiro de, 90
- Moura, Maria Lúcia de Brito, 26
- Moura, Virgínia, 121, 122, 165
- Namora, Fernando, 59, 76, 77
- Namorado, Joaquim, 81
- Navarro, António, 45, 68, 69, 70, 72, 113
- Negreiros, Trigo de, 177
- Nehru, 153
- Nemésio, Vitorino, 68, 71
- Neves, Joaquim, 175, 203
- Neves, José, 70
- Neves, José Augusto Nascimento, 231
- Neves, Mário, 71/72
- Nietzsche, Frederico, 64, 65, 74
- Nobre, Roberto, 113
- Nogueira, Alda, 120
- Nogueira, Franco, 171
- Ó, Jorge Ramos do, 86, 101, 102, 114, 115
- Oliveira, César de, 94
- Oliveira, Correia de, 207
- Oliveira, Jaime, 29
- Oliveira, Joaquim de Lemos, 222
- Oliveira, Lopes de, 209
- Oliveira, Manuel Barradas de, 231, 244
- Oliveira, Mário de, 54
- Oliveira, Maria Helena Ferrie de, 182
- Oliveira, Pedro Aires, 171
- Oom, Pedro, 79
- Padez, Maria Amélia Alçada, 165
- Pais, Sidónio, 132
- Pamplona, Fernando, 78, 80, 103, 105
- Paredes, Artur, 70
- Pato, Maria Leocádia, 25, 26, 39, 41
- Patrício, João, 17, 36
- Paulo, Rogério, 124
- Pavia, Manuel Ribeiro de, 77, 99, 100, 113
- Pedro, António, 36, 38, 39, 41, 42, 43, 44, 45, 59, 68, 69, 70, 72, 77, 78, 85, 86, 88, 90, 92, 106, 244
- Pedroso, Alberto, 216
- Peixoto, Adriano, 70
- Peixoto, Iriarte, 224
- Pena, Paulo, 201
- Penedo, Leão, 152
- Penha, Maurício Meireles, 71
- Pereira, José Pacheco, 197
- Pereira, Júlio Maria dos Reis (Júlio), 46, 72, 73, 75, 78, 85, 116
- Pereira, Nuno Álvares, 147, 156
- Pereira, Rodrigo Castro, 239
- Pessoa, Alberto José, 50, 51
- Pessoa, Fernando, 46
- Picasso, Pablo, 67, 76
- Pimenta, Alfredo, 72, 92
- Pinharanda, João, 64
- Pinto, Alfredo Osório de Sousa, 43
- Pinto, António Costa, 66
- Pires, Abílio, 228
- Pires, Veiga, 211
- Pita, António Pedro, 170

Pita, Pedro de Góis, 231, 244
 Plácido, José, 204
 Pomar, Júlio, 77, 78, 79, 246
 Portela, Artur, 71
 Porto, Luís, 182
 Porto, Silva, 69
 Preto, Rolão, 38, 88, 192
 Quartim, Pinto, 113
 Queiroga, Fernando, 111, 112, 199, 200, 241
 Queirós, Carlos, 69, 70, 72
 Queirós, Eça de, 46, 58
 Quintinha, Julião, 113, 129, 131, 144, 159, 166, 189, 209
 Raby, David L., 132
 Raby, Dawn Linda, 110, 111, 117, 122, 123, 145, 153, 178, 201, 217
 Ramos, Manuel da Silva, 159
 Rau, Hans, 223, 234, 235
 Rebocho, Joaquim, 103
 Redol, Alves, 76, 77, 113
 Régio, José, 43, 45, 46, 57, 58, 60, 69, 72, 73, 76, 77
 Reis, António, 58, 67, 75
 Reis, Câmara, 123, 124, 129, 131, 133, 135, 140, 141, 144, 186, 187, 209, 210, 213
 Reis, Carlos, 58
 Reriz, D. Diogo de, 43
 Ribeiro, António Lopes, 23, 49
 Rocha, Adolfo, 37, 46
 Rocha, Carlos Campos, 43
 Rocha, Paulo, 43
 Rocha, Ramos, 134
 Rodrigues, Armindo, 53, 77, 114, 145, 152, 169, 174, 190
 Rodrigues, Francisco de Castro, 182
 Rodrigues, Luís Nuno, 155
 Rodrigues, Maria José, 165
 Rosas, Fernando, 121, 200
 Ruela, Teixeira, 144
 Sá, Victor de, 130, 131
 Saa, Mário, 72
 Sacramento, Mário, 58, 152, 160, 173, 242
 Salazar, Abel, 78
 Salazar, António de Oliveira, 18, 19, 20, 55, 79, 86, 92, 94, 102, 104, 108, 110, 116, 121, 125, 126, 130, 134, 142, 144, 146, 147, 148, 149, 150, 153, 154, 155, 164, 183, 185, 187, 191, 196, 200, 201, 207, 212, 215, 216, 218, 219, 224, 225, 226, 231, 238, 241, 249
 Salgueiro, Trindade, 230
 Santos, Alfredo Portela, 161
 Santos, Alice, 165
 Santos, António de Almeida, 183, 184
 Santos, José Joaquim dos, 236
 Santos, Júlio, 90, 103
 Santos, Lucília Miranda, 233
 Santos, Miguel Dias, 93, 170
 Santos, Piteira dos, 221
 Saraiva, António José, 186
 Seixas, Fernando, 70
 Sérgio, António, 51, 117, 124, 132, 143, 185, 202, 203
 Seródio, Manuel, 43
 Serrão, Joel, 22
 Serrão, Vítor, 60, 75, 246
 Sertório, Manuel, 124, 130, 131, 133, 140, 141, 143, 171, 185, 187, 233
 Silva, Antunes da, 77
 Silva, Eduardo Santos, 134

- Silva, Maria, 165
- Silva, D. Manuel Luís Coelho da, 27, 39
- Silva, Marques da, 133
- Silva, Rebelo da, 22
- Silva, Vieira da, 35
- Simão, Albano Alves, 211, 236, 237
- Simões, João Gaspar, 45, 46, 47, 48, 52, 55, 57, 72, 74, 77, 92, 244
- Slusny, Marcel, 234
- Skapinakis, Nikias, 124, 133, 166
- Soares, António, 246
- Soares, Ducla, 225
- Soares, Mário, 18, 110, 117, 132, 192, 196, 199, 210, 220, 238
- Soromenho, Castro, 113
- Sousa, Américo Gonçalves de, 132
- Sousa, António de, 77
- Sousa, José de Oliveira Pinto de, 25, 26, 28, 41
- Sousa, Ernesto de, 77
- Souza-Cardoso, Amadeo de, 67
- Stirling, Sir Charles, 171
- Szénes, Arpad, 85
- Szobel, Geza, 85
- Tagarro, José, 70, 246
- Tavares, Cristina de Sousa Azevedo, 68, 71, 72
- Tavares, José, 30
- Tavares, José Pereira, 24, 231
- Tavares, Marília de Assis Freire Ribeiro, 242
- Teixeira, Blanchi (coronel), 144
- Tengarrinha, José, 110, 121, 192, 195, 207, 209, 240
- Tinoco, António, 36, 244
- Tinoco, Carlos, 36, 244
- Tomás, Américo, 240
- Torga, Miguel, 19, 30, 37, 45, 108
- Torgal, Luís Reis, 17
- Torres, Alexandre Pinheiro, 115
- Trigoso, Falcão, 78
- Turras, Eduardo, 233, 235
- Vale, Oom do, 77
- Valdemar, Manuel, 65
- Valente, Pulido, 144
- Vargas, João de Brito, 159
- Vasconcelos, Aires de Ornelas e, 101
- Vasconcelos, Olívia, 165
- Vaz, Gil, 69
- Vaz, João Maria, 229
- Vaz, Maria Isabel do Amaral Antunes, 74
- Verdial, Emília, 165
- Verdial, Mem, 139, 144, 152, 161, 173, 188, 189, 193
- Vereda, Henrique, 233
- Vespeira, Marcelino, 77, 246
- Viana, Eduardo, 67, 71
- Vicente, Amélia da Silva Pires, 21, 22
- Vicente, Alberto, 27
- Vicente, Ana, 163
- Vicente, António, 27, 33, 173, 233
- Vicente, António Pedro, 15, 24, 30, 33, 34, 35, 38, 51, 70, 90, 91, 95, 98, 106, 108, 111, 113, 121, 130, 131, 136, 139, 140, 142, 143, 145, 148, 153, 159, 160, 161, 162, 170, 175, 177, 182, 188, 189, 192, 196, 200, 202, 203, 209, 217, 223, 224, 225, 226, 231, 234, 235, 239, 246, 254
- Vicente, Fernão, 91, 239
- Vicente, Filipa, 15, 44, 64
- Vicente, Manuel dos Santos, 21, 27, 29, 33, 34

Vicente, Maria Teresa, 91, 165, 224, 229, 230, 233, 239
Videira, José, 103
Vieira, António (padre), 26
Vieira, Manuel (padre), 26
Vilaça, Alberto, 41, 52, 70, 173, 179, 190, 191, 192, 193, 233
Vilhena, Carlos, 192
Villaret, João, 36
Vital, António Lobão, 121, 165
Vitoriano, José, 253
Wagner, Richard, 64
Xavier, João, 211, 253, 254
Zenha, Salgado, 210, 233

(Página deixada propositadamente em branco)

GALERIA DE IMAGENS



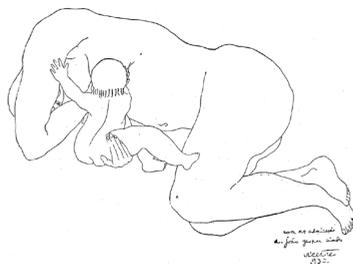
1 – Foto de família / Arlindo Vicente (Ao centro, de pé) com os pais e irmãos
(Arquivo pessoal de António Pedro Vicente)

2 – Manuel Vicente
(Arquivo pessoal de António Pedro Vicente)



3 – Arlindo Vicente (quinto a contar da esquerda) com um grupo de colegas de Coimbra
(Arquivo pessoal de António Pedro Vicente)

4 – Arlindo Vicente estudante
(Arquivo pessoal de António Pedro Vicente)



5 – Capa da Revista Presença, Nº 25, Fev./Março de 1930

(Arquivo pessoal de António Pedro Vicente)

6 – Capa de Portugal Moderno, 1928

(Arquivo pessoal de António Pedro Vicente)



ANO V Aveiro, Março de 1930 N.º 24



210 1930

- 7 – Capa da Revista Presença,
Nº 33 Julho/Outubro 1931
(Arquivo pessoal de António Pedro Vicente)
- 8 – Capa da Revista Labor
(Arquivo pessoal de António Pedro Vicente)
- 9 – Desenho de Arlindo Vicente
(Acção, Nº 3, 13/6/1936)
(Arquivo pessoal de António Pedro Vicente)
- 10 – Capa de Seara Nova, 1930
(Arquivo pessoal de António Pedro Vicente)



11 – Arlindo Vicente
Retrato de António Pedro
(Arquivo pessoal de António Pedro Vicente)
12 – Arlindo Vicente – Auto-Retrato
(Arquivo pessoal de António Pedro Vicente)



- 13 – Retrato de Rocha (Miguel Torga)
 (Arquivo pessoal de António Pedro Vicente)
- 14 – Retrato de João Gaspar Simões
 (Arquivo pessoal de António Pedro Vicente)
- 15 – Retrato de Pierre Hourcade
 (Arquivo pessoal de António Pedro Vicente)
- 16 – Retrato de José Régio
 (Arquivo pessoal de António Pedro Vicente)



17 – Exposição na Casa do Alentejo, 1935

(Arquivo pessoal de António Pedro Vicente)

18 – Arlindo Vicente e Adélia Araújo

Paris 1950

(Arquivo pessoal de António Pedro Vicente)

19 – Arlindo Vicente

(Arquivo pessoal de António Pedro Vicente)

20 – Família de Arlindo Vicente – 1958

(Arquivo pessoal de António Pedro Vicente)

21 – Campanha Eleitoral 1958 – Porto
(Arquivo pessoal de António Pedro Vicente)

22 – Campanha Eleitoral – 1958
(Arquivo pessoal de António Pedro Vicente)

23 – Campanha Eleitoral – 1958, Porto
(Arquivo pessoal de António Pedro Vicente)

24 – Campanha Eleitoral de 1958
Postal de Arlindo Vicente
(Arquivo pessoal de António Pedro Vicente)





- 25 – Campanha Eleitoral – 1958, Porto
(Arquivo pessoal de António Pedro Vicente)
- 26 – Campanha Eleitoral – 1958, Aljustrel
(Arquivo pessoal de António Pedro Vicente)
- 27 – Campanha Eleitoral – 1958, Aljustrel
(Arquivo pessoal de António Pedro Vicente)
- 28 – Campanha Eleitoral – 1958, Coimbra
(Arquivo pessoal de António Pedro Vicente)



29 – Campanha Eleitoral – 1958, Aljustrel

(Arquivo pessoal de António Pedro Vicente)

30 – Campanha Eleitoral – 1958, Aljustrel

(Arquivo pessoal de António Pedro Vicente)

31 – Arlindo Vicente e Humberto Delgado

(Arquivo pessoal de António Pedro Vicente)

32 – Campanha Eleitoral – 1958, Arlindo Vicente a votar

(Arquivo pessoal de António Pedro Vicente)

33 – Manifestação de 5 de Outubro de 1960 – Fot. Eduardo Gajeiro

Colecção

República

•

Imprensa da Universidade de Coimbra

Coimbra University Press

2006

